

www.amilcabcabral.org/livro.pdf

Amílcar Cabral

A Luta Criou Raízes

Intervenções • Entrevistas • Reflexões • Artigos
1964 – 1973

Organização de:

Luís Fonseca
Olívio Pires

A Luta Criou Raízes

Edição da Fundação Amílcar Cabral

© Fundação Amílcar Cabral, 2018

Organização: Luís Fonseca e Olívio Pires

Capa: Valdemar Lopes

Paginação: Burótica de S. Vicente, Lda.

Revisão: Isabel Lobo

Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda. Lousa

Depósito Legal: 448 952/18

Praia, 2018



*... este povo não dispunha de muitos bens materiais
para ajudar a luta: deu-se para a luta.*

Amílcar Cabral

Índice

SIGLAS E ACRÓNIMOS	11
NOTA DE APRESENTAÇÃO.....	13
PREFÁCIO	17
PARTE I — TEXTOS DE REFLEXÃO INTERNA	29
1. A democracia, realidade concreta do trabalho revolucionário	31
2. Para resolver os problemas o que é preciso é pensar	45
3. Os caminhos da traição.....	59
4. Um verdadeiro homem só pode ter uma cara	79
5. O plano dos colonialistas para destruir o PAIGC	91
6. A mulher e o homem, companheiros na grande aventura da vida no nosso planeta	103
PARTE II — ENTREVISTAS	115
1. Para um povo submetido ao jugo estrangeiro, libertar-se é sempre urgente	117
2. Luta armada, um aspeto da luta política.....	123
3. Decididos a resistir	131
4. Será sempre político o desfecho da luta armada de libertação nacional	149
5. Forjando uma nação africana cada dia mais consciente de si mesma	163
6. Dentro da panela que se cozinha o arroz, não fora dela	177
PARTE III — DECLARAÇÕES	185
1. Preâmbulo de uma África nova	187
2. A estrada larga da esperança	193
3. Basil Davidson: rompendo o muro de silêncio	205
4. Guiné: o poder das armas	213
5. A luta criou raízes	231

PARTE IV — AÇÃO INTERNACIONAL.....	239
1. Saudação ao 8.º Congresso do Partido Democrático da Guiné (PDG)	241
2. Saudação ao 6.º Congresso da União Progressista Senegalesa (UPS).....	247
3. Encontro com congressistas americanos	255
4. Saudação ao 24.º Congresso do PCUS	279
5. Nas nossas regiões libertadas o povo governa o povo	283
6. A ideologia não é uma religião	295
7. Saudação ao 25.º Congresso do Partido Social Democrata da Suécia	311
8. Unindo as lutas	319
9. Conversando com amigos americanos	339
10. A cultura, fonte inesgotável de valentia, energia física e moral do povo	349
GLOSSÁRIO	357

Siglas e Acrónimos

CEL	Comité Executivo da Luta
CG	Conselho de Guerra
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
CSL	Conselho Superior da Luta
EUA	Estados Unidos da América
FAL	Forças Armadas Locais
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FNL	Frente Nacional de Libertação (Vietname)
GRP	Governo Revolucionário Provisório (Vietname)
MCE	Mercado Comum Europeu
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OSPAAAL	Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina
OTAN (NATO)	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	Organização da Unidade Africana
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PDG	Partido Democrático da Guiné
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado, posteriormente, Direção Geral de Segurança (DGS)
RFA	República Federal da Alemanha
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UPS	União Progressista Senegalesa
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Nota de Apresentação

Amílcar Cabral legou um rico acervo intelectual cuja originalidade e atualidade, quarenta e cinco anos após o seu assassinato, continua a desafiar e inspirar intelectuais e líderes políticos.

A elaboração teórica com a qual orientou a sua ação e o contributo determinante que lhe coube na derrocada do último império colonial, arrastando na sua esteira o regime que o escorava, são objeto de reflexão e debates por parte de cientistas políticos, historiadores e outros académicos, que não cessam de expressar a sua admiração por esta figura central não só da história da Guiné e de Cabo Verde, como de toda a resistência ao colonialismo português.

Por essa razão mantém-se vivo o interesse em estudar o seu pensamento nas várias facetas em que se distinguiu, na análise da realidade colonial com as suas contradições e fragilidades, na elaboração de uma estratégia vitoriosa para fazer frente ao colonialismo, no papel da cultura na luta de libertação nacional, na execução de uma diplomacia altamente efetiva e no que vários autores reconhecem como uma valiosa contribuição ao pensamento marxista contemporâneo.

Entre os objetivos da Fundação Amílcar Cabral destaca-se o de preservar a obra e a memória da figura ímpar da história cabo-verdiana de quem leva o nome.

A partir de 2013 a Fundação deu início à publicação de obras de autoria do seu patrono, começando com a reedição dos dois volumes de *Unidade e Luta*, originalmente publicados em Portugal, em 1976 e 1977. De seguida editou *Pensar Para Melhor Agir*, conjunto das suas intervenções no Seminário de Quadros de novembro de 1969 em Conacri e que constitui uma síntese indispensável do seu pensamento político, seguindo-se *Reflexões e Mensagens*, seleção de textos de Cabral centrados em Cabo Verde e, mais recentemente, a segunda edição de *Emergência da Poesia em Amílcar Cabral* organizada por Oswaldo Osório. Ainda ligados à figura

de Cabral, a Fundação publicou *Amílcar Cabral – Ensaio de Biografia Política* da autoria de Mário de Andrade e *Por Cabral, Sempre*, recolha de intervenções realizadas no decorrer do Fórum Amílcar Cabral na Praia, em janeiro de 2013.

Dando continuidade ao propósito atrás enunciado, a Fundação traz agora à estampa uma nova coletânea de textos de Amílcar Cabral que caracterizam momentos importantes da história da luta de libertação nacional e que continuam pouco conhecidos do grande público cabo-verdiano, embora alguns tenham sido divulgados em publicações estrangeiras.

Para a seleção, compilação e tratamento dos textos apresentados, foram consultadas diversas fontes documentais, merecendo destaque os arquivos próprios da Fundação, os arquivos do Comandante Pedro Pires e os da Fundação Mário Soares.

Na organização do presente volume os textos estão agrupados tendo em consideração o público a que originalmente se destinavam: os militantes e dirigentes do Partido na primeira parte; entrevistas a jornalistas na segunda; textos para publicação em periódicos estrangeiros na terceira; e, finalmente na quarta, intervenções em fóruns decorridos em diversas partes do mundo.

De entre os textos de orientação política e ideológica, direcionados aos militantes do Partido, destacam-se as principais intervenções de Amílcar Cabral no decorrer da importante reunião do Conselho Superior da Luta, órgão central do PAIGC, realizada de 9 a 16 de agosto de 1971. São documentos publicados pelos serviços de Informação do PAIGC e que foram distribuídos aos responsáveis e estruturas para orientação e estudo.

Salvo a circular sobre o plano dos colonialistas para destruir o PAIGC, os documentos de orientação política e ideológica resultam de traduções do crioulo a partir de gravações magnéticas obtidas com os meios disponíveis na época. A necessidade da sua rápida difusão levou a que não tivesse havido, na altura, grandes preocupações com a qualidade e o rigor dos textos, o que os organizadores procuraram remediar, sistematizando e reordenando a apresentação de certos trechos para facilitar a sua leitura, sempre com o cuidado de respeitar a linha de pensamento do autor. Os restantes textos são, na maioria, traduções de publicações em francês e inglês, à exceção dos incluídos na terceira parte deste volume, saídos do punho de Cabral.

Alguns dos títulos dos capítulos, particularmente os que não tinham

sido objeto de publicação impressa, são da responsabilidade dos organizadores (noutros casos foram mantidos os títulos com que foram publicados na imprensa estrangeira) bem como as notas de rodapé.

A ortografia utilizada segue as regras do Acordo Ortográfico adotado oficialmente.

Praia, 1 de maio de 2018

Prefácio

Hoje não é ontem. A nossa situação é diferente desde que a ONU, através do Comité de Descolonização e após uma missão especial ao nosso país, proclamou que o PAIGC é o único e legítimo representante do nosso povo e recomendou que todos os Estados, todas as organizações e pessoas que tenham de tratar qualquer questão que diga respeito ao nosso povo, considerem o PAIGC como seu único representante. A partir desse momento, nem o Sr. Caetano nem qualquer outro porta-voz do governo português tem o direito de falar em nome do nosso povo.¹

Na conferência de imprensa cujo documento dá título à presente publicação, Cabral deduzia consequências da vitória diplomática sem precedentes que representava o reconhecimento, pelo Comité de Libertação da ONU, do PAIGC como único e legítimo representante do povo da Guiné e Cabo Verde. Reconhecimento que não só descredibilizava completamente as fantasias do governo português relativamente ao que se passava no terreno, como abria caminho para reforçar o apoio internacional à luta de libertação, como testemunha sem hesitações o insuspeito Encarregado de Negócios americano em Conacri, em telegrama enviado ao Departamento de Estado:

Como resultado das reuniões do Comité, o PAIGC recebeu significativo apoio moral, tendo-lhe sido prometida importante ajuda material. A estatura do Secretário Geral Amílcar Cabral ficou enormemente reforçada. Os apelos ... ao aumento da ajuda ao PAIGC foram repetidos praticamente

¹ Vd. p. 233

*por todos os membros do Comité. Só se pode concluir que as perspectivas de um apoio ainda maior foram imensamente fortalecidas.*²

O momento prenunciava, assim, a viragem histórica que iria traduzir-se no colapso do império colonial português, abalado nos seus alicerces pelos movimentos de libertação nacional, de entre os quais o PAIGC assumia a posição de vanguarda.

O posicionamento desse organismo das Nações Unidas, meses depois confirmado pela Assembleia Geral, surgia na esteira de um outro acontecimento invulgar, a visita da Missão das Nações Unidas aos territórios libertados da Guiné-Bissau, onde os seus integrantes puderam constatar que o poder havia efetivamente passado para o controle dos nacionalistas, corroborando a tese do PAIGC de que a situação na Guiné-Bissau correspondia à de um Estado com parte do seu território ocupado por uma potência estrangeira.

Essa decisão, acontecimento raro na história das Nações Unidas, se por um lado corresponde ao reconhecimento de uma situação de facto existente no território, constitui, por outro, o coroar de um longo e incansável trabalho que Amílcar Cabral empreendeu ao longo dos anos junto da opinião pública internacional e dos fóruns políticos da África e do mundo.

O extraordinário sucesso diplomático averbado pelo PAIGC, magistralmente trabalhado pelo seu Secretário Geral, era também reflexo da vitória em outras frentes — militar, política, económica e social e que eram reconhecidas por jornalistas estrangeiros, amigos ou não, pela constatação de observadores, por relatórios confidenciais dos serviços de informação e pelas próprias declarações de dirigentes portugueses.

A luta havia, de facto, criado raízes que se firmavam incessantemente após dezasseis anos de luta, dos quais mais de dez de luta armada.

Nela, a palavra assumiu relevância determinante. No universo dos movimentos de libertação nacional das colónias portuguesas ninguém melhor do que Cabral soube utilizá-la para acordar consciências, mobilizar vontades e convertê-la em arma de combate. E também para ganhar amigos e fazer-se escutar mesmo no campo dos aliados dos adversários. Os textos transcritos neste volume testemunham essa notável capacidade de se explicar que lhe reconhece o seu amigo e prestigiado historiador, Basil Davidson:

² <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v05/d77>

*Combinando o rigor com uma notável capacidade de exposição, Cabral explicava-se em todas as etapas importantes e a todas as audiências que considerasse úteis ou merecedoras de uma explicação: primeiro, e antes de tudo, falando em Crioulo da Guiné, para aqueles, jovens ou velhos, camponeses ou pequeno-burgueses, que lhe conferiram a liderança; a seguir, em Português para todos aqueles que o falassem; e, por fim, em Francês e, posteriormente, em Inglês, para as audiências na Europa ou na América e para os visitantes estrangeiros.*³

Mais adiante, este chama a atenção para duas características das intervenções de Cabral:

A primeira é a sua coerência: o que ele escreveu para uso e consumo “externo” foi exatamente o que escreveu, embora utilizando estilo e forma diferentes, para os militantes que o seguiam.

*A segunda característica é o seu estrito rigor prático: nada de retórica vazia, de verbalismo “revolucionário”, de empolamento ou de pretenciosismo.*⁴

Desde muito cedo Cabral empenhou-se em dar a conhecer ao mundo exterior a realidade e a evolução da luta porquanto,

*Infelizmente, a informação e a imprensa internacionais são dominadas por forças que não são favoráveis à luta de libertação dos povos. Mesmo em África, a informação é originada apenas em fontes imperialistas.*⁵

Por isso importava romper o muro de silêncio e todas estas mentiras que envolvem os nossos povos.⁶ Pois,

se nos planos africano e internacional, mantivermos os nossos aliados e amigos informados sobre a situação da luta e

³ Basil Davidson, «Sobre o nacionalismo revolucionário: o legado de Cabral», em *Continuar Cabral*, Simpósio Internacional Amílcar Cabral (17-20 de jan. de 1983), Edição Grafedito/Prelo-Estampa, 1984, pg. 85

⁴ Ibid.

⁵ Vd. p. 233

⁶ Vd. p. 207

*sobre os planos e as manobras criminosas dos colonialistas portugueses — condenaremos seguramente ao fracasso os planos do Spínola e de todos os colonialistas portugueses.*⁷

Cabral impôs-se como missão, que lhe consumiu grande parte das suas energias, chamar a atenção para a realidade e para o avanço da luta pela independência e dignidade dos povos da Guiné e de Cabo Verde — dois territórios insignificantes em termos de população, área e recursos, completamente ignorados do mundo exterior — missão cumprida de maneira exemplar, pois nos anos 70, de todas as lutas que se travavam no continente africano, a dirigida pelo PAIGC era a que maior reconhecimento e apoio internacional atraía.

Em primeiro lugar, tratava-se de desmontar e denunciar as fabricações do governo português destinadas a justificar a manutenção da sua presença nos territórios coloniais, recusar cumprir com as obrigações internacionais adotadas pelas Nações Unidas sobre esses territórios, negar a existência de uma opressão sistemática nas colónias e rotular os movimentos de libertação de grupos terroristas a soldo de países estrangeiros, desvirtuando os objetivos da luta de libertação nacional caracterizando-a como sendo uma guerra por procuração destinada a conquistar posições para o campo socialista no quadro da Guerra Fria. Até ao início da luta armada a propaganda colonialista tinha conseguido convencer grande parte da opinião pública internacional e mesmo africana que o colonialismo português era um “colonialismo diferente”, bondoso e integrador, servindo-se de produções pseudo-científicas que propalavam as “virtudes” do luso-tropicalismo. Para os movimentos de libertação, carentes de recursos, foi necessário um esforço desmesurado para desmistificar a propaganda colonial e Cabral foi dos primeiros dirigentes das colónias portuguesas a empenhar-se em demonstrar a falsidade dessas teses.

Em segundo lugar, importava dar a conhecer a nova realidade criada nas áreas libertadas em que pela primeira vez na sua história as populações passaram a tomar decisões sobre a sua vida, mostrar os avanços conseguidos na sua organização política, económica e social com reflexos na elevação do seu nível de vida, nomeadamente nos domínios da saúde e da educação. Por outro lado, impunha-se denunciar os ataques indiscriminados das tropas contra a população civil das zonas libertadas, a repressão exercida sobre a população sob controle colonial, as perseguições e a

7 Vd. p. 101

violência exercidas pela polícia política e pelas forças militares contra os nacionalistas e a população em geral.

Um terceiro objetivo era mobilizar apoios políticos, materiais e, sempre que possível, militares, para a luta ao mesmo tempo que se apelava à opinião pública dos países amigos de Portugal a que se opusessem a qualquer ajuda material, económica, política ou militar que reforçasse o poderio da máquina de guerra e repressão do governo português. Paralelamente, denunciava-se a hipocrisia das potências aliadas de Portugal que, a pretexto da defesa dos “valores ocidentais”, se tornavam cúmplices das barbaridades cometidas pelos colonialistas contra os povos das colónias:

*Todos sabem hoje quem são os aliados de Portugal. Antes de tudo estão os países da NATO que o consideram um defensor da civilização ocidental. E então pergunto-me se fazem parte desta civilização os bombardeamentos sobre as nossas tabancas.*⁸

Com as vitórias averbadas sobre o colonialismo Cabral sentia-se crescentemente na necessidade de explicar aos amigos entusiasmados as particularidades da luta que estava a ser travada e que diferia de outras lutas de libertação nacional, nem sempre se sujeitando aos cânones sob os quais ela era interpretada no exterior. Sublinhava com frequência que os sucessos da luta de libertação dirigida pelo PAIGC tinham a ver com a interpretação dinâmica da realidade social e política dos territórios e não com a aplicação mecânica de teorias revolucionárias, por mais brilhantes que fossem:

*Apenas pedimos aos que ... se interessam [pela nossa luta], e particularmente aos amigos, que compreendam o que quer dizer revolução no nosso país e que não tomem a revolução como uma coisa que deva ser igual em toda a parte.*⁹

Pois, para levar avante o processo revolucionário na Guiné tinha sido necessário elaborar, a partir da prática no terreno, uma teoria que refletisse a complexa realidade concreta do país e do seu povo, levando ainda em consideração o jogo de forças internacional em que Portugal e as suas colónias se inseriam.

8 Vd. p. 130.

9 Ibid.

Relativamente às ações militares vitoriosas que confinavam cada vez mais as forças coloniais, insistia em lembrar que as forças armadas estavam sob o comando e controle do Partido e que essas ações não constituíam um objetivo em si, mas sim um meio de obrigar os colonialistas a aceitar uma solução política: *No momento em que os portugueses sejam levados a um ponto, de onde queiram voltar à política para respeitar os nossos direitos políticos, chegaremos ao fim da guerra.*¹⁰

Se era importante desvendar ao mundo a realidade e as razões da luta dos povos da Guiné e de Cabo Verde pela sua independência e liberdade, mais importante ainda era manter um alto grau de consciencialização e mobilização das populações desses territórios, motivando-as a prosseguir o esforço e os sacrifícios necessários para pôr fim ao colonialismo opressor.

Impunha-se, por isso,

*Informar sempre os militantes, os combatentes e as populações sobre a marcha da nossa luta, sobre a nossa situação e a situação do inimigo, sobre tudo quanto possa reforçar ou enfraquecer o nosso Partido.*¹¹

Era fundamental que os militantes e combatentes se imbuíssem da essência das razões da luta do povo e que o Partido continuasse a dar o exemplo mobilizador que lhe tinha granjeado o apoio popular subjacente às vitórias alcançadas. Não se tratava apenas de expulsar os colonialistas, mas sim de construir uma sociedade nova. O objetivo, Cabral não se cansava de lembrar, não era trocar a bandeira e substituir governantes europeus por governantes africanos. Semelhante mudança seria um mero retoque à situação do povo colonizado e de positivo muito pouco lhe traria. Era preciso fazer surgir na nova geração de dirigentes a capacidade de se identificarem com as necessidades, com as carências e com os anseios do povo que pretendiam liderar.

Nessa linha, Cabral, exímio comunicador, um “pedagogo da revolução” como o considerou Paulo Freire, aproveitava todas as oportunidades que se lhe ofereciam, nos encontros com a população nas tabancas, nas reuniões com os combatentes e militantes, tal como acontecia em conferência com responsáveis e dirigentes de países estrangeiros ou dialogando com associações de cidadãos desses países para apresentar e submeter a

10 Vd. p. 162.

11 Vd. p. 100.

debate as ideias fundamentais que estavam na base da condução da luta. As suas intervenções na reunião do Conselho Superior da Luta (CSL) de agosto de 1971 ilustram as preocupações de Cabral nesse domínio.

A reunião tem lugar na sequência de uma série de importantes acontecimentos para a luta de libertação nacional e num contexto internacional particularmente tenso que ele se detém a descrever. O PAIGC vinha registando sucessivas vitórias nos campos militar, político e diplomático, ao passo que o governo português se via cada vez mais confinado militarmente, isolado internacionalmente e sem soluções para a crise do regime provocado pelas guerras coloniais. A falhada agressão a Conacri, violação flagrante da legalidade internacional que expôs Portugal à condenação generalizada e aumentou o seu isolamento, representara um ato de desespero de Spínola e Marcelo Caetano que perante o falhanço total das suas políticas não hesitariam em recorrer a nenhum crime para tentarem travar o processo de libertação.

Decorrendo sob o pano de fundo de uma situação claramente favorável ao PAIGC, Cabral enumera as vitórias alcançadas sem triunfalismos, pelo contrário chamando a atenção para o facto de essas mesmas vitórias acarretarem maior responsabilidade aos dirigentes e combatentes, tanto em resultados como em comportamento. E mostrava-se plenamente consciente de que a luta não tinha produzido apenas vitórias: *tenho procurado expor aberta e claramente aos nossos camaradas as vitórias da nossa luta, mas também os seus defeitos — e um dia haveremos de os apresentar ao mundo inteiro.*¹²

Cabral alerta para os riscos da diminuição do rigor revolucionário e para os perigos que isso representava para a luta caso não fossem corrigidos os erros para os quais vinha chamando a atenção. A dimensão ética da luta era uma constante nas suas preocupações:

*...entre nós ainda há quem pense que a luta está a abrir caminho para eles próprios e as suas famílias enriquecerem cada vez mais. Isso, digo-vos desde já, é incompatível com a defesa dos interesses do nosso povo e com o objetivo de sair da miséria, da ignorância, do sofrimento em que, durante séculos, ele tem vivido na Guiné e Cabo Verde.*¹³

Socorrendo-se da notícia de um feito tecnológico extraordinário que

12 Vd. p. 81.

13 Vd. p. 68.

decorrera nos dias precedentes, Cabral chamou a atenção para o fosso que separava o envio de uma expedição americana à lua e as concepções ainda prevalecentes de um mundo mágico regido por espíritos e forças sobrenaturais e que condicionavam os comportamentos e as atitudes de um grande número de camaradas, incluindo dirigentes do Partido. Longo era o caminho que ainda faltava percorrer, mas Cabral acreditava que um povo que havia em pouco tempo conquistado tantas vitórias contra o colonialismo seria capaz de realizar tudo o que outros povos alcançaram.

*Mas ...para isso, temos de nos libertar do colonialismo português, e, sobretudo, do atraso profundo da nossa terra, de todo o atraso que a história deixou sobre cada um de nós.*¹⁴

Do empenho de Cabral no sentido de promover novos valores e atitudes consentâneos com os ideais defendidos pelo PAIGC, destaca-se a insistente defesa da igualdade entre o homem e a mulher, reconhecível em diversas passagens ao longo deste volume. Sublinhe-se, pelo seu inegável interesse, a preleção aos alunos da Escola Piloto por ocasião do Dia Internacional das Mulheres em que defende ser a luta por essa igualdade indissociável da luta pela emancipação do povo e desmonta os preconceitos existentes na sociedade e no seio do próprio Partido em relação ao tema. Trata-se de um texto que surpreende pela sua atualidade mas também pela responsabilização que comete aos seus camaradas em termos de exigências comportamentais, no sentido de romperem com práticas que chocavam com os princípios e ideais do Partido.

Na análise pormenorizada da agressão portuguesa à República da Guiné, ação inserida num plano em que se encontravam comprometidas altas personalidades ligadas ao Presidente Sékou Touré, com importantes ramificações no seio da sociedade guineense, Cabral debruça-se sobre o fenómeno da traição no seio dos dirigentes desse país, demonstrando como a corrupção e a ganância associadas ao abandalhamento do trabalho político e ideológico minaram todas as instituições do país, tudo decorrendo numa impressionante teia de embustes e fingimentos de que os inimigos da revolução guineense se aproveitaram. Tomando como exemplo a extensa conspiração que minou o regime e que facilitou a organização da invasão, Cabral desmontou os mecanismos da traição e mostrou os riscos que comportavam as atitudes individuais dos dirigentes que se deixavam

¹⁴ Vd. p. 36.

atrair pelos engodos do inimigo. Da tragédia que resultou, procura tirar lições e consequências para a própria ação do Partido, alertando para a existência de tentativas dos inimigos para o infiltrarem e corromperem os seus membros com métodos semelhantes, aproveitando-se da falta de rigor e da irresponsabilidade de alguns responsáveis.

A exposição de Cabral, identificando os vários erros que propiciaram as condições favoráveis ao ataque das tropas portuguesas, acaba igualmente por constituir uma avaliação bastante crítica do regime guineense, apesar da grande amizade e consideração que ele nutria por Sékou Touré.

*Poder-se-á admitir que, num dado momento, três, dez, cinquenta pessoas estejam a trair o seu país. Mas quando a maioria dos principais quadros responsáveis está envolvida na traição, a situação é bem grave.*¹⁵

Admitindo a possibilidade de fatores de natureza cultural terem também desempenhado algum papel no aliciamento dos conspiradores, Cabral não esconde um certo desassossego e perplexidade:

*será que está tudo errado, não estarão enganados esses homens ou mulheres da África que pretendem criar partidos, governos, com governadores, secretários, etc.? Será que, nas condições históricas, sociais e culturais da nossa vida faz sentido falar em princípios, ideologia, partido? Será que isso não é possível em África? O erro não residirá no facto de as condições da África e da República da Guiné em particular não estarem de acordo com o tipo de política que se está a seguir? Será que a única forma em que a nossa gente consegue viver é sob o regime dos régulos?*¹⁶

Mas a traição acabou por atingir o PAIGC e já estava em marcha quando, numa comunicação aos quadros do Partido em março de 1972, Cabral alerta para a existência de um plano urdido pelo regime colonial fascista para se infiltrar no PAIGC e sabotá-lo por dentro, através de ações que incluíam a eliminação física do Secretário Geral. A descrição desse plano corresponde em grande medida à sequência que viria a desembocar na trágica noite de 20 de janeiro de 1973. A despeito do alerta de Cabral

¹⁵ Vd. p. 64.

¹⁶ Vd. p. 74.

o inimigo pôde contar com o oportunismo, a ambição, e as manias de mando de alguns dos nossos irmãos, que poderão estar prontos a trair os interesses do nosso povo desde que os seus interesses pessoais estejam satisfeitos.¹⁷

E se a tragédia que atingiu o PAIGC não resultou no abrandamento da luta nem evitou a derrota do colonialismo português, não é menos verdade que ela desencadeou novas contradições cujos efeitos nefastos na materialização do ideário de Cabral são hoje patentes.

O contributo de Cabral transcende o espaço geográfico dos países que ele conduziu à liberdade e independência e projeta-se no tempo, como sugere Immanuel Wallerstein:

*Atrever-me-ia a dizer que o problema que mais o preocupou e mobilizou não foi o de como dirigir essa luta (que para ele era uma questão clara e inequívoca), mas o que fazer após a independência.*¹⁸

Observador atento dos fenómenos que se manifestavam ou se anunciavam em África com o desempenho dos “movimentos de libertação no poder”¹⁹, as suas frequentes advertências relativamente a alguns comportamentos reprováveis de responsáveis do Partido visavam prevenir que no seio do poder revolucionário se instalassem práticas que viessem a resultar no desencanto do povo com o movimento que se preparava para o conduzir à independência.

Cabral reconhecia a necessidade, resultante da luta, de

*nos impor, no Partido, limites à nossa própria ação, possibilidades de exercer controle sobre nós pois, no quadro do desenvolvimento da luta de libertação, se não for simultaneamente criado algo para ajudar a agir sempre corretamente talvez se esteja a criar as condições para a sua própria derrota. E a melhor maneira de colocar limites a nós mesmos é criar as condições para o povo nos colocar esses limites.*²⁰

E continuava:

¹⁷ Vd. p. 98.

¹⁸ Immanuel Wallerstein, «A Integração do movimento de libertação nacional no movimento de libertação internacional», in *Continuar Cabral*, Simpósio Internacional Amílcar Cabral (17-20 de jan. de 1983), Edição Grafedito/Prelo-Stampa, 1984, pg. 493.

¹⁹ Vd. p. 74

²⁰ Vd. p. 343.

*Queremos que o nosso povo assuma gradualmente a autoridade das suas vidas. Para tal, o Partido não é suficiente. É muito perigoso o facto de que, nas nossas condições históricas, tenhamos de ter apenas um partido. É necessário criar algum órgão, algum instrumento que transmita às pessoas a consciência efetiva de que são elas as donas do seu próprio destino.*²¹

A originalidade do seu pensamento resultante do permanente questionamento crítico da realidade, a sua capacidade de interpretar dinamicamente os mecanismos da sociedade colonial e agir sobre ela, aliada a uma dedicação sem limites ao seu povo fizeram de Cabral o mais escutado dos líderes nacionalistas africanos seus contemporâneos e, até hoje, um dos mais estudados e citados. Na opinião de Gérard Chaliand, de entre os dirigentes revolucionários do terceiro mundo da sua época, Cabral é *dos que, pouco mais numerosos que os dedos de uma das mãos, pela reflexão e a ação, pelo rigor intelectual e pela aura da sua personalidade, deixaram uma herança que, com a condição de não ser mumificada, continuará a ser uma fonte de inspiração.*²²

Fosse junto dos camponeses iletrados na matas da Guiné ou com intelectuais na Universidade de Londres, no Congresso dos Estados Unidos ou na Academia de Ciências da URSS, perante jornalistas ou nas Nações Unidas a palavra de Cabral soube demonstrar a razão da luta do seu povo pela liberdade, dignidade e progresso e converter a maioria dos seus interlocutores em novos aliados nessa luta.

Os textos que compõem este volume testemunham as elevadas aspirações que Amílcar Cabral acalentava para o futuro do seu povo. Ele considerava a luta pela independência na Guiné e em Cabo Verde como parte de um movimento ascendente à escala mundial, na busca do progresso, do bem-estar e da felicidade de todos os povos do planeta. Uma luta que, conforme insistia repetidamente, estava ao serviço do nosso povo, ao serviço da África, ao serviço da Humanidade. O esforço e os sacrifícios consentidos representavam a contribuição dos povos dos dois países à construção desse futuro, mais justo e mais humano.

²¹ Ibid.

²² Gérard Chaliand, «Amílcar Cabral e a contribuição do PAIGC aos movimentos de libertação nacional», in *Continuar Cabral*, Simpósio Internacional Amílcar Cabral (17-20 de janeiro. de 1983), Edição Grafedito/Prelo-Stampa, 1984, pg. 463

PARTE I
TEXTOS DE REFLEXÃO INTERNA

1.

A DEMOCRACIA, REALIDADE CONCRETA DO TRABALHO REVOLUCIONÁRIO *

Temos de melhorar muito, sobretudo no que diz respeito ao nosso comportamento. Tenho aconselhado os camaradas a aprofundarem os seus conhecimentos, a se dedicarem ao estudo, à compreensão profunda dos nossos problemas, a aproximarem-se sempre dos melhores de nós e não dos piores.

* Extratos da Intervenção de Abertura da reunião do Conselho Superior da Luta (CSL), agosto 1971.

Camaradas,

Há já algum tempo que tenho vindo a dizer aos camaradas que, enquanto dirigentes de um dos primeiros movimentos de libertação em África e dos mais considerados no mundo, a nossa responsabilidade é muito grande. Nenhum outro movimento de libertação tem mais prestígio do que o PAIGC, nenhum outro tem maior responsabilidade perante o seu povo, perante a África e o mundo progressista amante da paz e da liberdade. Na nossa terra, em África, no mundo em geral, e mesmo entre os inimigos do povo, um militante do PAIGC é visto com muita consideração, é admirado e respeitado. Para muitas pessoas no mundo, é motivo de grande satisfação encontrar-se, conversar, fazer amizade com membros do nosso Partido.

Ao iniciarmos esta reunião, queremos lembrar esse facto para que os camaradas tenham presente a grande responsabilidade que recai sobre qualquer dirigente ou militante do PAIGC.

Temos clara consciência de que há camaradas que têm dado o máximo da sua capacidade, esforço e sacrifício para servir o Partido e servir o povo na Guiné e Cabo Verde. São camaradas que estão inteiramente identificados com os princípios, com o trabalho e com a ação concreta do Partido, camaradas que são profundamente fiéis a todos os seus objetivos e que procuram, na prática, no campo da batalha, no trabalho político, em qualquer outro aspeto da nossa atividade, cumprir rigorosamente as suas palavras de ordem. Esses camaradas — cada um tem a sua consciência e sabe quem são — saudamo-los com o maior entusiasmo e orgulho, para lhes dizer que se cada dia temos mais coragem no nosso trabalho e mais certeza na vitória do nosso povo na luta de libertação nacional e no caminho do progresso é porque contamos inteiramente com eles.

Mas estamos igualmente conscientes de que no seio do nosso Partido, mesmo entre os dirigentes, há ainda quem procure servir-se dele em vez de o servir; camaradas que não estão a agir de acordo com a linha política e moral nem com os princípios do Partido e cometem erros e faltas na sua atuação. Também os saudamos, com a esperança de que, dia a dia, hora a hora, não deixarão de fazer o esforço indispensável para melhora-

rem o seu comportamento, progredirem moral e politicamente, darem mais rendimento no seu trabalho, e poderem corresponder ao grande objetivo do PAIGC, de que o nosso povo, na Guiné e Cabo Verde, seja dirigido pelos seus melhores filhos. Se não o conseguem, o melhor caminho a seguir é o de abandonarem o Partido porque, como temos vindo a dizer há muito tempo, ele vai ser cada dia mais rigoroso e mais exigente em relação aos seus militantes, principalmente em relação aos seus dirigentes.

Nesta reunião há camaradas que participam como membros do CSL e outros que aqui estão como convidados. Como sabem, no nosso Partido não há nenhum organismo dirigente que esteja fechado a qualquer membro, seja ele o mais simples militante. Nele todas as portas estão abertas, tanto a pessoas de idade como aos jovens, particularmente aos jovens; para pessoas pouco instruídas como para as que têm muita instrução; para as pessoas oriundas das camadas mais desfavorecidas do nosso povo, como para as oriundas das camadas sociais com vida desafogada.

A nossa esperança é de que, mais dia menos dia, vários de entre os convidados à reunião venham também, através do seu trabalho e da sua contribuição dedicada, a ocupar cargos de direção no nosso Partido.

Quero lembrar aos camaradas que nesta reunião do CSL como em qualquer reunião nossa, seja a que nível for, deve existir o mais amplo espírito de democracia e de responsabilidade. Cada camarada tem o dever de prestar contas sobre a sua atividade, o seu trabalho, o seu comportamento como militante e como homem, mas também pode ser criticado e tem direito de criticar qualquer outro camarada ou organismo do Partido. Cada camarada tem o dever de fazer a autocrítica, quer sobre o seu trabalho, quer sobre o trabalho do organismo que dirige; em qualquer plano da nossa atividade, cada camarada tem o livre direito de exprimir o seu sentimento, o seu pensamento, em relação a qualquer questão que diga respeito ao Partido.

A democracia, no nosso Partido, não é uma palavra vã, uma questão de cada um falar como quer, ou às escondidas, com medo de assumir as suas responsabilidades. A democracia é uma realidade concreta do trabalho revolucionário no caminho da libertação e do progresso do povo. Nós chegámos aliás a esclarecer várias vezes, inclusivamente num documento do Partido, o que entendemos por democracia revolucionária.

Estou certo de que nesta reunião vamos utilizar, ao máximo, o espírito democrático de debate, de discussão, em relação a todas as questões

que vamos abordar. E é fundamental entendermos bem que numa reunião como esta não pode, de maneira nenhuma, haver uma pessoa a falar como um papagaio enquanto outros ficam só a ouvir. Não estamos num seminário, nem numa sala de aula, esta é uma reunião de dirigentes de um povo, de duas terras, Guiné e Cabo Verde. Portanto, se o dirigente principal, que sou eu, tem o direito de exprimir o seu pensamento, os seus sentimentos, a sua opinião, sobre cada problema que existe, qualquer outro elemento, homem ou mulher, velho ou jovem, tem o direito e o dever de igualmente se exprimir sobre as diversas questões que vão ser discutidas. A democracia não é um direito, é um dever, no desenvolvimento da nossa luta.

Camaradas,

Iniciámos esta reunião num momento muito importante da vida do nosso povo e da história da África e do mundo em geral.

Ao nos reunirmos para analisarmos os problemas da nossa luta de libertação nacional, pela conquista total da independência do nosso povo, na Guiné e Cabo Verde, temos de estar absolutamente conscientes da situação que se vive, tanto na nossa terra como fora dela, para podermos reforçar a consciência das nossas responsabilidades.

Talvez alguns camaradas não tenham seguido esse acontecimento pela rádio, mas três homens acabam de regressar de uma viagem à lua. Durante os últimos dias, um engenho enviado pelo homem, a partir da Terra, foi até perto da lua e desse engenho saiu um aparelho transportando um *jeep* e dois homens, homens deste planeta.

Eles desceram na lua, andaram de *jeep* cerca de 30 km na sua superfície, fizeram furos, colheram amostras do solo, mediram a temperatura e a pressão, efetuaram mais uma série de medidas e depois voltaram ao aparelho. Levantaram voo, regressaram ao engenho, retornaram à Terra e já estão em suas casas.

Nós, estamos ainda no fundo do mato da Guiné ou nas montanhas de Cabo Verde, num lado com armas na mão, no outro, no trabalho clandestino, tentando libertar o nosso povo da dominação colonial. Continuamos ainda envoltos nas nossas crenças, na nossa ignorância, de tal maneira que é possível mesmo que alguns de nós não acreditemos que ontem, pela terceira vez, o homem voltou da lua, tendo mesmo levado para lá um *jeep* para se deslocar.

É a mentalidade da maioria da nossa gente, camaradas. Já várias vezes o homem foi à lua e voltou, mas nós ainda acreditamos em coisas

sobrenaturais, estamos dominados pela natureza na nossa terra, temos medos profundos!

São medos tão profundos, tão nossos, africanos, ideias tão especiais em relação à realidade do mundo, que, por exemplo, na República da Guiné, um dirigente confessou abertamente na rádio que quando começou a trair e as coisas começaram a ficar um bocado difíceis para ele, decidiu ir consultar um mouro. O mouro disse-lhe que era preciso que ele fosse a vários lugares nas fronteiras da República da Guiné enterrar certas coisas, assim nunca seria apanhado. Ele pagou um milhão de francos ao mouro. Como, para ele, sendo governador de uma região, era difícil ir enterrar coisas noutras regiões, pediu então a outros governadores que, “para a defesa da revolução” fizessem isso junto às suas fronteiras. Todos os governadores o fizeram, mas no fim ele e os seus companheiros foram apanhados.

Esse era um governador que foi considerado uma das maiores esperanças da República da Guiné!

Nós, também, somos ainda capazes de acreditar que se enterrarmos coisas no chão podemos fazer o que quisermos e não seremos apanhados. Ainda temos medo da floresta da nossa terra, ainda temos medo do irã, temos medo do mouro. Ainda acreditamos que um grigri, que trazemos no braço ou nas costas, pode evitar que as balas nos entrem no corpo. Assim continua a ser a nossa situação, na era em que o homem vai à lua e volta.

Nós dizemos que queremos a paz, a felicidade e o progresso do nosso povo. No PAIGC é nossa convicção de que qualquer guineense ou cabo-verdiano é capaz de evoluir e de se desenvolver a ponto de também criar engenhos para ir à lua. Qualquer filho da nossa terra será capaz de realizar as mesmas proezas de que foram capazes os que foram à lua ou estiveram perto dela, como os soviéticos, os americanos ou outros que em qualquer parte do mundo estão a realizar grandes conquistas científicas.

É verdade que, para isso, temos de nos libertar do colonialismo português e, sobretudo, do atraso profundo da nossa terra, de todo o atraso que a história deixou sobre cada um de nós.

Mas se, apesar desse atraso, fomos capazes de avançar vitoriosamente com a luta como já avançámos e libertar dois terços da nossa terra, se conseguimos realizar o que já realizámos e criar tudo o que já criámos, então provámos claramente que nós, filhos do povo da Guiné e Cabo Verde, somos capazes de fazer tudo o que os outros homens conseguem fazer.

Mas quando comparamos a nossa situação com a de outros países

no mundo, temos de nos consciencializar da elevada responsabilidade que pesa sobre os nossos ombros, do quanto ainda nos falta fazer e, portanto, não podemos brincar, nem nos desviar do caminho, ou perder o nosso tempo com bagatelas que nos impeçam de servir verdadeiramente o nosso povo.

Camaradas,

Numa breve análise geral da situação, podemos dizer que as perspectivas são bastante favoráveis para o Partido, para a nossa luta e para o nosso povo da Guiné e Cabo Verde.

No plano político melhorámos muito o nosso trabalho nalgumas áreas da nossa terra, embora noutras continuemos com dificuldades. Não podemos dizer que travámos a ação política do inimigo contra nós, mas mantivemo-nos firmes e o inimigo não conseguiu tirar o proveito que esperava do seu trabalho político de sapa contra o nosso Partido.

A luta na Guiné está mais avançada do que nunca. A situação mudou profundamente durante este ano graças ao avanço vigoroso da luta armada de libertação, ao trabalho político, de segurança e doutros sectores que os nossos camaradas têm feito e graças aos golpes profundos que, ao longo dos últimos meses, temos aplicado ao inimigo. Neste momento, apesar de todos os erros do Partido, apesar de todas as deficiências e fraquezas que, como sabem, são muitas — claras ou encobertas — o nosso povo mantém grande esperança em nós, tanto na Guiné como em Cabo Verde, quer nas regiões que já libertámos, quer nas que ainda estão por libertar.

As informações, que chegam até nós, mostram que a maioria da população nos centros urbanos da Guiné e em Cabo Verde confia no Partido para empunhar a bandeira da luta até à libertação total do nosso povo. As nossas Forças Armadas, os comissários políticos, os funcionários do Partido a todos os níveis têm-se dedicado ao serviço do povo, na Guiné e em Cabo Verde. A população agrícola da Guiné entrega-se com entusiasmo à lavoura para cultivar mais um ano e garantir os alimentos para si e para os seus combatentes.

Na Guiné, um aspeto político de grande importância foi o reforço do trabalho das brigadas políticas para as quais, por proposta do camarada Araújo, elaborámos um texto, definindo claramente o que são e a maneira como devem trabalhar. Importante, também, foi a criação das Forças Armadas Locais, que é um fator político de primeira importância, mas que ao mesmo tempo corresponde a um fator de natureza militar. Nos relatórios

que os camaradas vão fazer, avaliaremos mais de perto a situação política na nossa terra.

Quero chamar a particular atenção dos camaradas para o facto de que, se por um lado, conseguimos reforçar a posição do Partido nalgumas áreas nas regiões libertadas, sobretudo em Quínara onde havia problemas, nas áreas ainda não libertadas, melhorámos grandemente o trabalho nos centros urbanos, onde hoje temos a certeza de que a maioria da população, sobretudo dos jovens, é a favor do nosso Partido, e onde, como os camaradas observaram, particularmente em Bissau, o governador colonialista está alarmado perante a possibilidade de agirmos dentro da cidade. Os camaradas ouviram certamente a declaração de Spínola de 25 de julho, que marcou também uma nova fase da nossa luta, com o ataque das nossas Forças Armadas a Bissau.

Na retaguarda do inimigo — nas áreas ainda não libertadas — devemos lembrar que, em Cabo Verde, a opinião do nosso povo é cada vez mais favorável à luta, o que está a assustar o inimigo. Isso levou a que reforçasse as suas forças armadas, nomeando um almirante para as comandar e fizesse muitas concessões a Cabo Verde, incluindo um empréstimo de 140 mil contos por causa da fome, procurando, no plano internacional, promover uma grande propaganda mentirosa segundo a qual para nós não é a Guiné que interessa, mas sim conquistar Cabo Verde para aí fazer uma base para os comunistas.

Um facto, de grande importância para nós, é que na Guiné, nos centros urbanos, nas áreas ainda controladas pelo inimigo, o povo vai-se apercebendo cada dia mais do valor do nosso Partido, do valor e da necessidade da nossa independência. Tudo isso não significa que, tanto num lado como noutro, não haja filhos da nossa terra que traíam, que estejam a servir os tugas, a servir a sua barriga. É, portanto, preciso um grande trabalho da nossa parte.

Melhorámos as ligações com os centros urbanos, temos contactos com camaradas que saem desses centros e deles recebemos relatórios, o que é resultado do trabalho feito pelos camaradas da Segurança, quer no Sul, quer no Norte, assim como do próprio esforço dos nossos camaradas dos centros urbanos.

No plano militar da luta, na Guiné, tivemos vitórias importantes. Além das referidas no nosso relatório de 1970/1971, de janeiro até junho, que é o tempo seco, o Partido desenvolveu mais ações do que nunca, e

particularmente no mês de abril, a nossa ação atingiu tamanho nível que podemos falar de uma verdadeira ofensiva de abril.

No plano da instrução e da saúde, as nossas atividades têm avançado normalmente este ano. Os bombardeamentos dos colonialistas portugueses têm prejudicado o nosso trabalho, mas já nos habituámos a isso.

Vamos continuar no nosso caminho de formar quadros. Formar quadros, hoje em dia, é não só formar técnicos, científicos, etc., mas também militares de todos os ramos. Este ano, pela primeira vez, enviámos para o estrangeiro doze camaradas para se formarem como os primeiros aviadores do nosso país. São camaradas jovens, muito jovens, que vão passar talvez sete anos a estudar, mas que amanhã serão os nossos primeiros pilotos. E vamos recrutar mais aviadores, oficiais de Marinha, assim como também comandantes das Forças Armadas em geral. Aproveitaremos camaradas com alguma experiência, os mais novos sobretudo, assim como enviaremos um ou outro menos experiente, na certeza de que mesmo os mais velhos têm de estudar diversas coisas para poderem estar realmente à altura de dirigir o nosso país.

No plano da segurança, o trabalho progrediu bem e estamos convencidos de que, cada dia mais, os camaradas responsáveis e militantes, e a população hão de entender melhor o valor que tem a segurança. Devemos acarinhar e ajudar a nossa segurança que está a trabalhar num plano de responsabilidade revolucionária, não para pequenas intrigas ou para pregar partidas aos outros, mas para defender o Partido contra quem quer que seja. No Partido não estamos livres da infiltração do inimigo. O inimigo está desesperado e procura todos os meios para nos liquidar. A nossa segurança deve estar vigilante em relação a isso. Cada um de nós deve ser a sua própria segurança.

Durante o ano passado houve acontecimentos de grande importância para nós, como por exemplo, a liquidação de João Búcar e de Guela Baldé, a prisão de vários agentes do inimigo, mas devemos admitir que alguns que estavam connosco passaram para o inimigo. Contudo, com toda a franqueza devemos dizer aos camaradas que hoje a traição no nosso Partido não é passar para os colonialistas portugueses. Quem hoje passar para o lado dos colonialistas suja-se a si mesmo e está perdido. Porque ele chega a Bissau, põem-no a falar na Rádio, dão-lhe algum dinheiro, fazem-lhe uns favores e depois dão-lhe um pontapé como a um cão qualquer. Tem sido sempre assim.

Em Cabo Verde, os nossos camaradas procuram desenvolver ainda

mais a luta na clandestinidade, sob o pano de fundo de um facto doloroso que é a ameaça de fome. Como os camaradas sabem, denunciámos isso abertamente ao mundo, chamando a atenção da opinião internacional para esta ameaça que pesa sobre Cabo Verde, e no sentido de pressionar o governo português, alarmado perante a nossa luta de libertação, a tomar medidas mais sérias para evitar a desgraça de pessoas morrendo de fome, como costuma acontecer. Temos esperança de que tudo isso resultará e que, pela primeira vez na história de Cabo Verde, a fome não conduza a grandes perdas em vidas humanas.

Do nosso lado, recebemos ofertas de ajuda, de vários organismos internacionais, para combater a fome em Cabo Verde. Mas respondemos com clareza que não podemos aceitar essa ajuda, seja em dinheiro seja em víveres, porque o nosso trabalho em Cabo Verde é ainda clandestino e não podemos garantir que ela chegue às mãos do povo. Assim, pedimos a esses organismos que contactem o Governo português, a Cruz Vermelha portuguesa, através dos organismos competentes, para exigirem do Governo português que aceite essa ajuda para o povo de Cabo Verde.

Camaradas,

Enquanto decorre a nossa reunião, grandes modificações estão a ter lugar mesmo em Portugal, embora aparentemente não se note. Cada dia que passa o povo português está a ficar mais consciente de que a guerra colonial é um crime não só contra o nosso povo, mas contra si próprio. Os jovens de Portugal estão cada dia menos dispostos a participar na guerra colonial. Há apenas alguns dias decorreram grandes manifestações em Portugal, nas quais foram mortas pessoas e foram presos numerosos dirigentes sindicais, estudantis e outros. Essa foi mais uma ação dos patriotas portugueses que, custe o que custar, mesmo com ações armadas querem acabar com a guerra colonial.

Em Angola, em Moçambique, os nossos irmãos africanos estão em armas, também no combate contra o colonialismo português. Como sabem, a luta do nosso povo e dos nossos irmãos de Angola e Moçambique tem avançado passo a passo.

Seja em Angola ou Moçambique, seja em Portugal, os verdadeiros patriotas depositam grande esperança nos combatentes da Guiné e Cabo Verde. Para todos eles, o PAIGC é uma força, uma luz que os anima na sua luta contra o colonialismo português, contra a guerra colonial, contra

o fascismo em Portugal. Mesmo em S. Tomé, os patriotas têm também procurado organizar-se para avançar com a luta.

No que diz respeito às nossas relações com o Senegal a situação torna-se cada dia mais favorável. Estamos cientes da polémica e dos desentendimentos existentes entre a República da Guiné e o Senegal, que lamentamos muito. Mas, como sempre, ocupamo-nos da nossa política, não nos envolvemos nessa disputa, apenas servimos o interesse do nosso povo, na Guiné e em Cabo Verde.

O Senegal tem muitas contradições. Há muitos problemas, muita gente foi presa, muitas coisas foram escondidas para as pessoas não se manifestarem. Mas o problema é deles, não é nosso. No nosso trabalho procuramos entendermo-nos com o governo senegalês, que é o governo do povo do Senegal. E, presentemente, podemos dizer aos camaradas que as nossas relações são cada vez melhores.

Em África, camaradas, como quase sempre, as contradições são muitas neste momento, mas bem mais agudas.

Vocês sabem da proposta do presidente Houphouët-Boigny no sentido de os países africanos entrarem em conversações com os racistas da África do Sul, desprezando, do nosso ponto de vista, os interesses do seu povo africano, que está a sofrer. E sabem que a OUA, felizmente, rejeitou essa iniciativa na última reunião em junho, em Adis Abeba.

No norte de África tem havido problemas graves. Em Marrocos houve uma tentativa de golpe de Estado promovida por pessoas próximas do rei. Não eram progressistas, eram reacionárias como o rei, mas não concordavam com ele em certas coisas. Foram quase todos liquidados. Somente, como foi o rei que os mandou liquidar, o mundo quase não falou nisso. No Egito, depois da morte de Nasser, Sadat subiu ao poder, e os factos estão a mostrar que a sua política é muito diferente da de Nasser, embora procure manter alguns dos seus aspetos. E, pelo menos de acordo com os seus discursos, pode ser que, brevemente, venha outra vez a haver guerra com Israel. No Sudão, como sabem, houve um golpe de Estado que triunfou durante dois dias, mas foi derrotado ao terceiro dia, tendo havido uma verdadeira matança dos comunistas, entre os quais o Secretário Geral do seu Partido e o chefe dos sindicatos. A dirigente principal das mulheres não foi morta, mas está presa.

Todos estes problemas têm criado conflitos e confusões em África. Não nos intrometemos na política dos outros, na sua própria terra, mas devemos seguir esses factos com a maior atenção. Isso mostra-nos que

devemos avançar ainda mais depressa com a luta, para podermos assumir inteiramente as nossas responsabilidades no plano africano porque como movimento de libertação não podemos fazê-lo.

Várias tendências têm aparecido ultimamente no mundo e, no momento em que nos reunimos, a guerra do Vietname parece marchar para o seu fim, apesar de os americanos ainda continuarem a tentar, no máximo, aguentar os seus aliados reacionários no governo. Há um começo de entendimento entre a China e a América e no próximo ano Nixon vai visitar a China. Por outro lado, as relações entre a China e a União Soviética têm-se deteriorado bastante. Na Europa, a tendência é de realizar uma maior unidade económica que, no futuro, poderá traduzir-se numa unidade política.

Do nosso ponto de vista, não existe nenhuma ameaça de guerra, imediata ou próxima, entre países capitalistas e socialistas, mas há sempre possibilidades de haver pequenas guerras, como a nossa e outras. Cada vez mais, forças progressistas do mundo, nossas aliadas e amigas, têm-se interessado por nós, mas os nossos inimigos, sejam eles os colonialistas tucas ou os imperialistas, também se têm interessado, mas em sentido negativo. Isso mostra que a ação do nosso Partido é acompanhada no plano mundial.

Hoje em África somos, sem qualquer dúvida, o movimento de libertação com mais prestígio. Durante a última reunião de Adis Abeba, vários chefes de Estado propuseram que a OUA ajudasse apenas o PAIGC, porque demonstrámos efetivamente que, por mais pequena que seja a ajuda concedida, ela é bem aproveitada. Claro que não aceitamos nem nunca aceitaremos esse ponto de vista. E é fundamental que compreendamos isso, porque a luta não é só nossa, há outras lutas em África que têm bastante importância e jamais devemos permitir que a nossa causa prejudique as outras. Mas a verdade é que a OUA nos tem ajudado mais do que a qualquer outro movimento. Já na Conferência de Lagos tinha sido tomada a decisão de conceder uma ajuda imediata e substancial ao PAIGC e agora, em Adis Abeba, foi adotada uma resolução específica, criando em Conacri uma Comissão Especial da OUA, que já está constituída, para reforçar a ajuda ao PAIGC.

Na verdade, só quem está longe da África pode desconhecer o respeito e a consideração que existe em relação ao nosso Partido. Na última reunião de Adis Abeba havia um ambiente de tamanho entusiasmo pelo PAIGC que, por vezes, até nos fez sentir embaraçados. Durante a Conferência de Ministros quase todos elogiaram o PAIGC, demonstrando as

elevadas expectativas que a África deposita em nós. Conversamos com muitos dos chefes de Estado que estavam lá presentes entre os quais o Imperador da Etiópia, Gowon, Senghor — que nos convidou para almoçar, o que foi realçado pelos próprios jornais e a Rádio senegaleses — assim como Djawara, Numeiry, El Bhakr da Somália, e todos mostraram o maior interesse por nós. Fui eu o escolhido para falar em nome de todos os movimentos de libertação e a minha intervenção teve bastante êxito.

Mas não é só na OUA ou na África que o nosso Partido se tem destacado cada vez mais, é no mundo inteiro. Basta ler os jornais de qualquer parte do mundo para verificar isso. Nos países socialistas, seja ele qual for, não há nenhum movimento de libertação com tanto prestígio como o nosso. A prova mais clara foi dada pelos nossos camaradas chineses, que durante vários anos tentaram combater o nosso Partido porque nos recusávamos a dizer “âmen” aos seus pontos de vista, mas acabaram por reconhecer a nossa seriedade e decidiram ajudar-nos. Este ano mandaram-nos uma boa quantidade de material de guerra, recebemos cerca de 200 mil metros de tecidos para farda e medicamentos para três mil combatentes durante um ano. Não cedemos nem uma unha nos nossos princípios ou pontos de vista, mas temos todo o interesse na amizade e colaboração com a China, que é um país verdadeiramente anti-imperialista.

Sem contar com os países socialistas, na Europa Ocidental, por todos os lados o nome do nosso Partido é muito prestigiado. No Parlamento sueco onde estão representados vários partidos, desde a direita reacionária até à esquerda comunista, acontece uma coisa considerada quase um milagre — amigos, como a Brigitta Dahl, estão convencidos disso: é que, tratando-se de um assunto relacionado com o PAIGC, votam todos a favor, inclusive os mais reacionários.

No plano internacional, a nossa participação no seio da ONU é muito importante. A ONU decidiu que devemos fazer parte da sua Comissão Económica para a África e fui convidado a representar o nosso povo. A UNESCO, organismo da ONU para a Educação, começou já a editar livros para as nossas escolas. Vamos desenvolver as nossas relações com a FAO, organização da ONU para as questões da alimentação, a convite da qual participámos numa reunião internacional que organizou.

Tudo isso é uma grande responsabilidade que nos deve obrigar a melhorar o nosso trabalho, corrigindo continuamente os nossos erros e deficiências.

Não vou agora falar demasiado dos nossos erros e deficiências: con-

sultando os nossos documentos os camaradas encontrarão tudo a esse respeito. Mas para muitos camaradas bastará que tenham um pouco mais de respeito por si mesmos, para se darem conta. Quero apenas sublinhar que ainda cometemos erros graves no plano político e que, também no plano moral, alguns de nós ainda cometemos erros graves.

Temos de melhorar muito, sobretudo no que diz respeito ao nosso comportamento. Tenho aconselhado os camaradas a aprofundarem os seus conhecimentos, a se dedicarem ao estudo, à compreensão profunda dos nossos problemas, a aproximarem-se sempre dos melhores de nós e não dos piores. Tenho esperança de que alguns se hão de corrigir, mas não posso deixar de verificar que há outros que não querem saber disso. Por exemplo, tenho insistido com alguns camaradas para, de uma vez por todas, colocarem a bebida de lado. Espero que alguns hão de ouvir desta vez, pois receio que outros continuem surdos. Militantes ou dirigentes, somos responsáveis pela nossa conduta como homens. Temos de parar com os erros. Quem não parar acaba por se desgraçar, pode até nos desgraçar a todos.

Há muito que tenho vindo a dizer aos camaradas: respeitemos as mulheres da nossa terra, acabemos com a prática de ter várias mulheres e com as faltas de respeito que as impedem de seguir o seu caminho na vida com dignidade. Organizemos a nossa vida como seres responsáveis que estão a dirigir um povo. Alguns hão de aceitar, mas devo reconhecer que outros continuarão na mesma. O certo é que eu só irei contar, de verdade, com os que são capazes de melhorar continuamente os seus conhecimentos e o seu comportamento. Os que não sejam capazes disso, não contarei com eles.

Espero que se desenvolva cada dia mais a nossa capacidade de ser honestos, a nossa franqueza. Tenho procurado ser o mais honesto e o mais franco possível com os meus camaradas na certeza de que para dirigir um povo, para uma vida de justiça e de progresso, é fundamental que haja homens honestos e sérios, homens de uma cara só.

É preciso que, dia após dia, cada um se dedique empenhadamente ao trabalho que esteja a fazer, para o dominar efetivamente, e poder criar algo no nosso país, algo de novo que abra caminho ao progresso do nosso povo.

2.

PARA RESOLVER OS PROBLEMAS O QUE É PRECISO É PENSAR *

Para tudo, o que é preciso é pensar, todos e cada um, para que os problemas sejam devidamente resolvidos. Os responsáveis devem estudar bem as questões, refletir sobre os problemas para não adotarmos soluções que irão criar novos problemas. Não devemos proceder como se fôssemos administradores. Fundamentalmente nós somos políticos, camaradas.

* Excertos da tradução do crioulo, editada e condensada, de uma intervenção na reunião do CSL, agosto de 1971.

Passamos a fazer algumas considerações sobre o debate.

Sobre a importância da Reconstrução Nacional, o seu papel na nossa luta, a sua razão de ser e os seus objetivos, parece-me que hoje ninguém tem dúvidas.

Devemos notar que, se a nível nacional podemos falar à vontade da Reconstrução Nacional, já a nível de região e de zona, no conjunto das regiões libertadas, constatamos que os camaradas responsáveis pela Reconstrução Nacional têm tido uma função mais social e cultural do que dedicada aos problemas da economia, da agricultura, do artesanato e de outras atividades.

Temos de encontrar com rapidez a maneira de melhor orientar a organização da economia propriamente dita dentro das áreas libertadas, sendo certo que, para já, a produção agrícola, base fundamental da nossa economia, continua ligada à direção política.

Lembramos que a nossa orientação económica atual visa, fundamentalmente, aumentar a produção e diversificar a agricultura, cultivando também, além do arroz, feijão, mancarra, batata, mandioca, hortaliças, etc. Há algo feito nesse sentido, mas não o suficiente. Trata-se de uma questão de importância política. Tal como os camaradas têm procurado fazer no Sul, devemos utilizar o melhor possível as granjas que ficaram abandonadas, mesmo se tivermos de pagar aos que irão trabalhar nelas.

Temos de nos esforçar mais para criarmos campos coletivos nas tabancas e procurar avançar, passo a passo, com a ideia da coletividade, aproveitando as nossas tradições, os nossos costumes. Além de intensificar a cooperação das famílias para lavrar um determinado terreno de cada morança, devemos começar com os campos coletivos nas tabancas, o que aliás se fez muito bem no início, mas hoje praticamente já não existe.

Isso será, amanhã, uma experiência valiosa para nós. Pouco a pouco, temos de começar com coragem, juntando os melhores militantes camponeses e procurar convencê-los a plantar banana, cola e outros produtos. Isso é muito importante, como experiência para amanhã. Os nossos irmãos da República da Guiné criaram muitas cooperativas, mas não conseguiram

nada porque não tinham experiência, não tiveram esta possibilidade que agora temos. Infelizmente, os camaradas, mesmo alguns dirigentes, não têm dado grande importância a essa questão, nem pensado nela devidamente para fazer marchar as coisas.

Todos os camaradas reafirmaram aqui, de forma categórica, a importância do ensino e dos professores. Esperamos que isso corresponda a uma elevada consciência dos camaradas sobretudo em relação ao apoio e prestígio que devemos dar aos nossos professores, pois, na prática, nem em toda a parte lhes tem sido dada a importância de que são merecedores. Reiteramos que a direção do Partido está disposta a apoiar os professores em tudo, como qualquer combatente nosso, devendo os camaradas organizar devidamente o seu abastecimento.

Quanto ao número e qualidade das escolas, como aliás dos hospitais e postos sanitários, temos de ser realistas. Os camaradas dizem que temos de aumentar o número de professores e o seu nível. Muito bem, mas onde é que os vamos buscar de um dia para outro? Nós vivemos é na nossa terra! De maneira alguma devemos esquecer porque é que estamos a fazer uma obra nem as condições em que ela está a ser feita. Mesmo deixando de fora muitos alunos durante algum tempo, é preferível termos poucas escolas a funcionar em condições do que ter muitas com professores com a segunda classe a ensinar a quarta.

Claro que houve grande entusiasmo com as escolas. No começo não havia ainda nenhuma orientação para as nossas escolas, mas incentivámos a sua abertura. Abrimo-las por todo o lado, os alunos chegavam de todos os sítios. Mas pouco a pouco a força das circunstâncias levou-nos a orientar as coisas de modo mais realista, porque é impossível fazermos mais do que aquilo que podemos. Qualquer um, dos que estão aqui sentados, pode carregar um saco de 20, 40 ou 50 quilos, mas se lhe dermos um saco de 100 quilos não consegue.

Ou seja, não podemos perder o sentido da realidade. No âmbito da reconstrução nacional, no que diz respeito a escolas, hospitais, etc., devemos agir de acordo com as realidades da nossa terra, preparando-nos para avançar dia após dia. E devemos ter presente que estamos ainda em guerra. Assim é que muitos professores foram colocados nas Forças Armadas para serem atiradores de morteiro e realizarem outras tarefas. Mas isso era indispensável.

Não podemos agir como se a nossa terra já estivesse completamente independente. Um país como a República da Guiné, independente há mais

de dez anos, tem trabalhado intensamente promovendo a educação, mas vejam o nível que existe.

Andemos ao ritmo dos nossos próprios passos. Nunca procuremos fazer coisas que, em cada momento, não possamos levar para a frente.

Entretanto já não se coloca, por exemplo, o problema de material escolar. Temos livros da primeira e segunda classes em grande quantidade e os da terceira e quarta classes estão a ser feitos. Deixamos que os professores tenham iniciativas para, até estarem prontos, compensarem a sua falta.

Outro assunto relevante, levantado aqui, é a função múltipla que pode ter um professor. Um professor é um educador e como educador é um político. Isso é mais importante do que o número de escolas. Se os poucos professores que temos, nas poucas escolas que existem, exercerem devidamente a sua função de educadores, de políticos, a nossa luta pode avançar muito mais do que se tivermos 300, 500 escolas, em que os professores não saibam o que estão a fazer, não se apliquem profissionalmente, nem deem atenção ao trabalho político do Partido.

Um camarada pediu que o centro de aperfeiçoamento de professores seja instalado no interior. Não concordamos com isso pois o interior não tem condições para, por exemplo, garantir aos professores o nível da Escola Piloto.

É possível realizar um seminário no interior, mas imaginem os problemas logísticos e outros que teríamos de enfrentar para fazer funcionar um centro com dezenas de professores num sítio qualquer, durante um ano.

Para isso temos a República da Guiné e o Senegal. Juntamos lá a nossa gente e fazemos a formação. Isso em nada diminui o seu valor. E não me venham dizer que no interior do país o trabalho é mais bem feito, pois isso é mentira. Há também algumas coisas muito mal feitas no interior do país.

Outro aspeto de interesse, que foi levantado, é a atitude dos pais em relação às escolas. Em toda a parte, camaradas, sobretudo nos países onde os camponeses são a maioria, há grande resistência em relação às escolas.

Podemos lamentar, mas não nos devemos desanimar por haver na nossa terra gente que não quer escolas. Em muitos lugares de Portugal, por exemplo — na Beira, no Alentejo, mas sobretudo no norte — quando foram criadas as primeiras escolas nas aldeias, a população levantou-se e queimou-as. Mas isso aconteceu em França e noutros países do mundo. Os camponeses queimaram-nas porque os filhos iam ter de sair de casa para ir

à escola, deixando-os sem os braços para guardar a casa, pastorear o gado, ajudar na lavoura, ir buscar água, etc.

Portanto isso é algo normal, não temos de nos desanimar. Temos de ser capazes de compreender o fenómeno da melhor forma possível e criar uma solução aceitável, sem agravar muito o conflito entre as escolas (ou seja, o Partido) e a população.

Por isso, desde o começo anunciámos nas palavras de ordem que íamos criar escolas e inscrever as crianças, mas com um horário de funcionamento que lhes permitisse auxiliar os pais. Isso foi dito explicitamente, para os pais não pensarem que estávamos a tirar-lhes os filhos.

Também é muito natural que haja resistência no sentido de as mulheres não frequentarem a escola. Ainda hoje na União Soviética — em Azerbaijão, Tadjiquistão, etc., sobretudo nos meios muçulmanos — os pais resistem em deixar os filhos ir à escola e, no que se refere às raparigas, há uma profunda resistência. Para nós, e sobretudo os muçulmanos, a preocupação de evitar que as raparigas frequentem a escola, é para garantir os benefícios do dote quando elas se casam. Temos de compreender isso primeiro, para depois trabalhar no sentido de exigirmos que as raparigas frequentem a escola. Só compreendendo isso muito bem, e entendendo que não somos os únicos a enfrentar esse problema, conseguiremos encontrar as melhores soluções e veremos que não há razões para desanimar.

Outro assunto discutido foi a função dos internatos e da Escola Piloto e os meios para o seu funcionamento.

Estamos dispostos a conseguir o máximo para o trabalho dos internatos. Mas temos de ser realistas, o internato abre-se lá onde seja possível garantir a alimentação dos internos. Se isso não é possível, o melhor é não o criar. Não podemos abrir um grande internato e depois levar as mãos à cabeça porque não há comida para as crianças.

O objetivo do internato é elevar o nível de trabalho da nossa gente, não para o baixar, ou transformá-lo num asilo. Não podemos encher o internato de meninos. No internato tem de haver todo um sistema de classes, de trabalho, uma função, um objetivo concreto. Podemos estudar a hipótese de criar uma espécie de escola-asilo para servir as crianças que não têm para onde ir, mas não podemos enviá-las para os internatos, que têm objetivos específicos a atingir.

Outro assunto que interessa debater é o tipo de educação a desenvolver, assunto em que os camaradas insistem muito pouco. Nós devemos educar a nossa gente. Ninguém mais do que a direção do Partido, do que

eu mesmo, deseja que o nosso povo, as nossas crianças saibam ler e escrever bem, para que todos tenham bases. O nosso objetivo é que, dentro de alguns anos, possamos garantir um mínimo de educação secundária completa. Mas, para começar, o mínimo será a instrução primária, depois serão 9 anos de escolaridade e alguns anos mais tarde o mínimo será de 11, tanto no campo como na cidade. Isso vai levar tempo, mas tenho esperança de que haverá de surgir quem, amanhã, o irá conseguir na nossa terra. É esse o nosso objetivo no Partido.

Mas isso é para amanhã, hoje não é possível. Hoje a nossa primeira educação é política, não podemos esquecer isso. Desde pequeninos, devemos preparar as crianças, no sentido da luta, do PAIGC. Ensinar com base na luta, com base na força do nosso Partido, dos seus objetivos, dos seus valores, na ideia de que o nosso Partido é o guia, a luz e tudo para elas, ao mesmo tempo que lhes ensinamos a ler, escrever, contar, etc., e a avançar passo a passo. O nosso tipo de educação deve, em cada fase da luta, ser condicionado pela vida e a história que vivemos no momento.

Neste quadro, a criação duma organização de pioneiros é muito importante. E devemos, também, ser capazes de, brevemente, criar uma outra organização de jovens que ainda não podem participar em certas atividades do Partido. Teríamos de baixar o limite de idade dos pioneiros para 13 ou 14 anos, passando para uma outra organização os jovens com idade compreendida entre os 14 e os 17 anos. Para isso podemos até basear-nos nas classes de idade da nossa gente, como as mandjuandades, etc. Devemos saber aproveitar os próprios costumes da nossa terra, para avançarmos no caminho do progresso.

Outro assunto diz respeito à preparação de quadros. Custe o que custar, temos de preparar quadros, mesmo que alguns fujam, como disse o camarada Luiz. Temos de aproveitar o mais depressa possível os quadros que regressam, tanto nas escolas — é uma ideia muito boa — como em funções políticas, militares, económicas, etc. Quanto aos que fugirem, podem estar certos de que na nossa terra livre e independente, estejam onde estiverem, serão julgados e condenados. É menos grave um soldado desertar e juntar-se ao inimigo, do que um camarada que formámos como médico, engenheiro, técnico ou enfermeiro fugir e não se juntar a nós. Mas não vamos parar de formar quadros, pelo contrário, vamos formá-los cada vez mais a nível secundário, médio e superior.

Outro assunto abordado foi a alfabetização de adultos. Nós lançámos a palavra de ordem de que quem sabe mais ensina a quem sabe menos. Se a

respeitarmos não haverá problema de escolarização de adultos. Nesta fase da luta não podemos pretender ter escolas só para crianças e escolas específicas para adultos. Em Conacri ou em Boké é possível, é só uma questão de organização do trabalho. No interior do país devemos ser capazes de organizar, nas forças armadas, em todos os locais onde nos encontrarmos (hospitais, tabancas, etc.) a maneira de ensinar a nossa gente. Quem souber mais pode dedicar tantas horas por dia para ensinar outros camaradas. Assim fazendo, estaremos a alfabetizar, a escolarizar os adultos.

Não podemos, por ora, lançar uma campanha de alfabetização de adultos como se fez em Cuba, porque estamos em guerra. Só poderemos fazer a alfabetização de adultos, em grande escala, quando libertarmos completamente a nossa terra. Então iremos todos alfabetizar juntos, eu mesmo participarei. Entretanto, cada um que saiba mais, e quiser verdadeiramente ajudar, que ensine aos que sabem menos. Se assim fizermos, podemos avançar muito.

Toda a gente está de acordo que a saúde é a nossa maior riqueza. Como costumamos dizer, salvar uma vida é salvar um combatente, mesmo que não tenha armas na mão.

Condições materiais para o nosso trabalho da saúde existem hoje a nível razoável. Não nos faltam medicamentos, ou roupa para os enfermeiros, nem sapatos, nem mesmo leite para os nossos hospitais. Temos, inclusivamente, alguns suplementos vitaminados, que recebemos há pouco tempo. Coloca-se apenas a questão de organizar devidamente o seu escoamento para chegarem ao destino certo. Há muitos lençóis em Conacri, mantas, cobertas, podemos usar tudo isso. Basta organizar de maneira que os nossos hospitais os possam receber.

Vários camaradas levantam o problema de os hospitais não poderem funcionar por falta de material. Mas há uma coisa para a qual quero chamar a sua atenção: manda-se, por exemplo, para um hospital, 50 lençóis, 80 colchões, facas, etc. Seis meses depois, o hospital volta a requisitar as mesmas coisas, como se estivesse a abrir de novo. Não será possível continuar assim, camaradas. Nas nossas condições, podemos compreender situações em que as coisas desaparecem. Mas temos de parar com isso, senão o Partido não consegue aguentar. Os camaradas responsáveis têm de fazer o esforço necessário para conservar as coisas do Partido. Não é só deixar acabar e requisitar de novo.

Mas nesta questão dos hospitais, devemos também ser realistas. Lá onde temos de andar com os hospitais ao ombro todos os dias não abrimos

hospitais. E não podemos pretender que os nossos hospitais sejam iguais aos dos países independentes. O mesmo se pode dizer em relação ao número e à qualidade dos médicos.

Nós começámos este trabalho com o apoio de médicos cubanos. Mas Cuba é também um país com grandes dificuldades e não tem muitos médicos. Além disso, nem todos os médicos são revolucionários e, como vimos na prática, nem todos são suficientemente saudáveis para aguentar as condições da nossa terra. Muitos deles adoecem.

Mas os nossos médicos começaram a chegar. Veio um grupo de médicos e verificámos que se um ou outro tinha uma boa base antes de começar o seu curso, outros camaradas foram com poucas bases e regressaram com muitas falhas de conhecimentos. Pusemo-los a trabalhar aqui, praticaram um bocado, mas parece-nos que é bom que esses camaradas se esforcem mais para superarem a suas falhas.

Camaradas, temos de colocar claramente a questão de enfermeiros e enfermeiras. Devemos, de facto, fazer tudo para melhorar o nível dos enfermeiros, recrutar outros, etc. Mas devemos, entretanto, admitir que as nossas enfermeiras têm tido grandes limitações pois cada enfermeira que tem um filho, é um elemento que praticamente perdemos.

Assim não pode ser. Ou arranjamos maneira de levar as nossas enfermeiras a trabalhar depois de terem filhos, ou paramos de recrutar enfermeiras para a nossa luta. Eu tinha enormes esperanças, mas hoje reconheço que sofri uma grande desilusão, embora tenha respeito e consideração por aquelas que tendo tido filhos, ou não, têm feito devidamente o seu trabalho. Este é um problema, aliás muito discutido, que temos de analisar bastante bem. Mas infelizmente as nossas camaradas mulheres têm tido, em geral, uma grande dificuldade em resolver o problema de se casarem, terem filhos e continuarem normalmente o seu trabalho para o Partido.

Mas isso não se passa só connosco. Na União Soviética, por exemplo, no entusiasmo da revolução, as mulheres ocuparam quase todos os postos de medicina. Quase 75% dos médicos são mulheres. Mas, a partir do momento em que se casam, têm de combinar o trabalho com os afazeres domésticos e isso prejudica imenso a pesquisa médica. A medicina soviética ficou atrasada em relação à América, onde as médicas são contadas pelos dedos, e isso levou os soviéticos a adotar medidas restritivas na admissão de mulheres na carreira médica. Portanto, o mal não é só nosso.

Mas temos de ser capazes de compreender essa realidade e, também, de lutar para melhorar isso. E a melhor maneira de elevar o nível do

trabalho das nossas mulheres é exigir que tenham a devida consideração e respeito por si mesmas.

Quanto à função dos hospitais, o camarada Pires lembrou, ontem, o seu caráter militar. Está nas palavras de ordem. Os nossos hospitais são militares, seja os do mato seja o Hospital Solidariedade. Qualquer hospital nosso é um hospital militar, e se é um hospital militar, tudo, incluindo o pessoal, deve ser militar. Assim sendo, o seu pessoal pode ser transferido para qualquer outro lado.

Temos de ser realistas na questão da assistência à população, mas de facto as brigadas sanitárias são um recurso importantíssimo. Tudo quanto possamos fazer para resolver o trabalho das brigadas sanitárias possibilita-nos criar uma base consistente para, amanhã, prestarmos uma assistência eficaz à nossa população. Nas condições da nossa terra, não poderemos ter a pretensão de abrir hospitais em todos os centros urbanos e também no mato. Não vai ser possível. Teremos de criar um sistema ambulante de assistência sanitária, com possibilidade de inclusivamente fazer operações. Essa experiência de brigadas sanitárias, sobretudo no que diz respeito à saúde e higiene, é de uma grande importância. Mas os camaradas não lhe têm dado a importância que merece.

Também é verdade que muitos responsáveis da saúde nos setores não estão preparados para essas funções. Temos de fazer um esforço para aí colocar camaradas com um nível mais elevado, que tenham um mínimo de preparação, mesmo não sendo enfermeiros.

Todos falaram da grande importância dos Armazéns do Povo. A minha opinião sincera é de que eles não têm funcionado bem.

Temos feito vários esforços, mas do meu ponto de vista não temos avançado suficientemente com este fator político decisivo para a nossa vida e a nossa luta. Podemos fazer muito mais, sobretudo nestes últimos tempos em que dispomos de meios em grande quantidade.

Mas, mesmo com poucos meios, devemos melhorar o nosso trabalho com os Armazéns do Povo, na certeza de que são uma pedra de toque para o nosso caminho de hoje e de amanhã,

É verdade que não podemos competir com os colonialistas. Por exemplo, os camaradas dizem: a nossa gente não quer este tipo de tabaco. Mas nós não temos outro, o que é que havemos de fazer? É necessário um trabalho insistente de persuasão junto da população por parte tanto dos Armazéns do Povo como dos políticos.

Não podemos concorrer com os tugas, mas temos de nos lembrar

que os Armazéns do Povo são para nós um fator de primeira importância. E, por isso mesmo, devemos esforçar-nos para lhes dar maior eficiência. O Partido tem contribuído com muitos milhares de contos. Não é para ganhar nada, senão servir a luta. Mas queremos que os que estão mais perto da fronteira forneçam algum arroz para os que estão fora, para não termos de o comprar na República da Guiné. O arroz armazenado nos Armazéns do Povo é para a nossa gente no interior do país. Não é admissível que os armazéns estejam cheios de arroz a estragar-se e os combatentes tenham falta dele. Mas, também, os combatentes não podem gastá-lo sem conta nem medida. O que se encontra nos Armazéns do Povo é fundamentalmente para os nossos combatentes, mas temos de poupar. Devemos usar, mas não abusar.

Os Armazéns do Povo são também um fator de segurança. Parece-me que a decisão que tomámos, de ter um responsável dos Armazéns do Povo para cada Frente, pode melhorar muito esse trabalho. Esse responsável dos Armazéns do Povo deve ficar ligado à Comissão Permanente do Comité Nacional, embora não faça parte dele, e como a sua única função é controlar os Armazéns, pode e deve controlá-los bem. Mas de maneira nenhuma os comissários políticos ou os responsáveis de Segurança podem tomar conta dos Armazéns do Povo. Devem seguir o trabalho, no sentido de verificar se ele está ou não a ser bem feito, mas não têm qualquer autoridade para inspecionar as contas ou passar requisições. Os Armazéns do Povo devem ser controlados seja pelo camarada designado para esse efeito, assim como pelo próprio povo, ou qualquer funcionário autorizado do Partido. Os Armazéns do Povo são, ao fim e ao cabo, um instrumento da luta armada porque são eles que garantem a alimentação para os nossos combatentes

Um problema muito grave aqui discutido é a questão da circulação do dinheiro português nas nossas áreas libertadas. Considero ter sido um ato de ignorância, por parte dos camaradas, terem permitido aceitar esse dinheiro nos Armazéns do Povo, mas é algo muito grave. Isso pode pôr em causa toda a vossa carreira de responsáveis do Partido.

A única hipótese que posso admitir é os camaradas terem visto uma facilidade de, com esse dinheiro, adquirir produtos no Senegal. Mas isso é inadmissível porque não é possível controlar quem vai adquirir os produtos com o dinheiro, criando-se assim oportunidades para que este seja desviado. Aceitar o dinheiro português equivale a arruinar as nossas regiões libertadas porque os produtos e artigos dos Armazéns do Povo serão

completamente limpos de um dia para o outro. O tuga pode mandar 100, 200 contos através dos seus agentes, que não conhecemos, para comprar os artigos e quando chegar a altura de servir a população já não temos nada.

Mas esse dinheiro que entra pode abrir as portas à corrupção e à traição. Temos de evitar proporcionar oportunidades nesse campo. Na vida económica dum país a corrupção com dinheiro é a coisa mais perigosa que pode existir.

Portanto, este assunto não será mais objeto de nenhuma discussão. Isso é para parar imediatamente, mesmo que a luta tivesse de acabar.

Digo a todos os camaradas que não tomem decisões dessas. Mesmo que seja um alfinete que é preciso tirar dum lugar para pôr noutro, consultem primeiro os principais dirigentes.

Frequentemente, em pequenas coisas, os camaradas não são capazes de tomar uma decisão. Certo dia um responsável local enviou o seguinte telegrama: Camarada Nino, os tugas rebentaram a canoa no rio Buba, que é que fazemos? Eu estava presente, resolvi responder assim: — Camaradas, façam outra canoa!

Em pequenas questões de natureza militar ou política, os camaradas não tomam decisões sem consultar os dirigentes. Como é que, para um problema importantíssimo como esse, se toma uma decisão sem consultar ninguém? Nem quero pensar que é por ser dinheiro.

Chamo a atenção para um facto bem conhecido: temos demasiada tendência para facilitar quando se trata de dinheiro. Mas o dinheiro pode desgraçar-nos completamente. Seja quando os camaradas o recebem das mãos do inimigo ou dos djilas, seja quando tomam dinheiro para gerir, há que ter muito cuidado com ele. O dinheiro pode ser um fator de destruição da nossa gente.

Todo o dinheiro confiscado, nas fronteiras do Senegal e da Guiné ou no interior do país, deve ser imediatamente entregue ao Partido. Qualquer responsável, seja ele quem for, comandante ou membro da nossa direção superior, que consiga dinheiro ou valores na luta, deve entregar tudo à direção do Partido. No caso de mantas, cobertas, capas, comida, ou outros produtos, há muito existem instruções para que sejam distribuídos pelos camaradas. Mas tratando-se de dinheiro ou outros valores, eles devem ser entregues à direção do Partido. E que ninguém venha com a justificação que tinha tantos contos e mandou uma parte para tal área, mais tanto para outra área, etc., que não aceito isso. Primeiramente, porque ninguém deu instruções nesse sentido e quem o pode fazer é o camarada Aristides.

Em segundo lugar porque não há como provar que foi de facto o que se passou.

O dinheiro é uma grande tentação. Evitemos dinheiro nas nossas mãos. E quando ele nos é confiado devemos agir com rigor, como gente verdadeiramente séria, senão é o dinheiro que nos desgraça. Vejam o que se passou na República da Guiné. A tentação do dinheiro é um perigo muito grande. Podemos começar com tostões, patacão, com peso, mas acabamos com 10 mil dólares. Muito cuidado, camaradas, porque não há ninguém no mundo que não tenha necessidade de dinheiro. É esse o mal.

Repito aqui o que já foi dito e redito, mas em que insisto: no nosso Partido o encarregado dos assuntos que dizem respeito ao dinheiro é o camarada Aristides Pereira. Qualquer dirigente que queira saber como estão as nossas finanças, fale com ele, ou então leia o seu relatório. Não há outros responsáveis de finanças senão os que foram designados como tal. Não queremos nenhum camarada do Partido com dinheiro nas mãos, quanto mais dinheiro que vem dos colonialistas.

Façamos a guerra, façamos o nosso trabalho político, na saúde, no ensino. E se tivermos problemas de recursos, coloquemo-los ao Partido. Mas não tentemos resolver problemas procurando arranjar dinheiro, nem peçamos a ninguém que o faça por nós. Esta é uma questão demasiado importante e chamo a atenção dos camaradas para isso, porque estou disposto a agir severamente, contra qualquer camarada do Partido que use o dinheiro indevidamente.

Relativamente às Forças Armadas Locais (FAL) temos de lhes dar a máxima atenção. Já falei com os camaradas sobre este assunto, mas há alguns que ainda não entenderam bem o que elas são, embora isso esteja devidamente definido.

Assim, quero chamar a atenção dos camaradas para o seguinte: as nossas Forças Armadas Nacionais, o Exército Popular, são uma instituição importantíssima. Mas não são mais importantes do que as Forças Armadas Locais. Com elas estamos a estabelecer uma enorme força na nossa terra que nada poderá destruir, ao mesmo tempo que consolidamos um fator de primeira importância da nossa revolução que é ter o povo organizado e armado nas suas tabancas para defender as suas próprias conquistas. Isso é mais importante do que muitas outras coisas porque são uma garantia para a defesa da nossa revolução no futuro. Por isso mesmo as FAL merecem da direção do Partido a maior atenção e apoio para continuarem a

desenvolver-se, pelo que decidimos colocar à frente das FAL, nas regiões, comandantes que sejam membros da direção do Partido, tanto do Comité Executivo da Luta como do Conselho Superior da Luta.

As FAL são um organismo tanto político como militar, que está fundamentalmente ligado à organização do Partido nas áreas libertadas. Não podemos fazer das FAL mais um exército à parte. As FAL são forças armadas, mas ligadas à organização do Partido nas áreas libertadas. Por isso, o comandante geral das FAL nas regiões libertadas será o dirigente da Segurança da Comissão Permanente do Comité Nacional, assistido por todos os dirigentes militares que estão na área, particularmente o responsável das Forças Armadas, que está ativamente ligado ao Comité Nacional. Portanto, o comandante das FAL é um camarada com grande experiência militar na nossa luta, como é o caso do camarada Braima Camará.

A nível das zonas, haverá um comandante das FAL e o seu comissário político passará a ser o elemento de Segurança. Isso para que as FAL tenham a sua necessária estrutura militar, mas mantendo o carácter fundamentalmente político ligado à nossa atuação nas áreas libertadas.

Os camaradas destacados para as FAL devem entender a sua nomeação como uma prova de confiança e expressão da certeza de que são capazes de fazer avançar devidamente o nosso trabalho.

Camaradas,

Temos de pôr termo ao hábito de trazer para o CSL problemas que nos cabe resolver no dia a dia, e de propor coisas que nos compete fazer. Façamo-las e, depois disso, deixemos saber que foram feitas. Mas prestemos também atenção para não tomarmos decisões sobre assuntos que ultrapassam a nossa competência, para que depois não fiquemos mal, como se passou com a questão do dinheiro dos portugueses.

Para tudo, o que é preciso é pensar, todos e cada um, para que os problemas sejam devidamente resolvidos. Os responsáveis devem estudar bem as questões, refletir sobre os problemas para não adotarmos soluções que irão criar novos problemas. Não devemos proceder como se fossemos administradores. Fundamentalmente nós somos políticos, camaradas.

3.

OS CAMINHOS DA TRAIÇÃO*

Todos os que traíram desfrutavam das melhores condições de vida. Eram gente que havia saído do nada para passar a ter todas as condições materiais, beneficiando de relações sociais privilegiadas. E foi precisamente essa gente que, pouco a pouco, passou a constituir uma classe bem definida que, nas atuais condições históricas do seu país e da África, não consegue sobreviver se não se aliar aos imperialistas. Trata-se da classe pequeno-burguesa como os camaradas lhe chamam, neste caso concreto, classe burguesa burocrática que, mantendo sempre as suas características de pequena burguesia, tem como interesse fundamental defender os seus privilégios contra os interesses do povo. E como o regime em que vive pretende precisamente o contrário — acabar com os privilégios, para realçar cada vez mais os interesses do povo — ela está inclinada a apoiar tudo quanto possa obstruir o caminho desse regime.

* Análise da agressão portuguesa à Guiné-Conacri, em 22 de Novembro de 1970, na reunião do CSL, agosto de 1971. Texto traduzido do crioulo, editado e condensado.

Camaradas,

Esta é a primeira reunião que realizamos depois de um dos acontecimentos mais importantes da história da nossa luta, que foi a agressão dos colonialistas e imperialistas contra a República da Guiné.

A nossa reunião está a decorrer numa conjuntura extremamente grave para este país que muito estimamos e que, sem o confundir com a nossa terra, podemos considerá-lo nosso, no sentir e no pensar.

Todos aqui conhecem bem a importância decisiva da fundação da República da Guiné para a libertação dos povos africanos, assim como o valor histórico do grande e corajoso *NÃO* com que o seu povo, guiado pelo PDG e por Sékou Touré, respondeu aos colonialistas franceses em 1958. Para todos nós, camaradas, e para mim em particular, a República da Guiné, o seu Governo e, principalmente, o seu Partido e o seu líder, mais do que um exemplo, são uma esperança permanente, mesmo uma certeza, um motivo de orgulho. Temos sempre procurado orientar a nossa própria luta com total independência de pensamento e de ação, mas conquanto nunca confundamos a nossa identidade com a de outras pessoas, sejam elas quem forem e por mais amigas que sejam, podemos afirmar que a realidade concreta do povo da República da Guiné com a sua dignidade, os seus dirigentes, os responsáveis e os quadros do PDG têm sido a base de apoio da nossa luta.

Está razoavelmente estabelecido como se desenrolaram os acontecimentos. Depois da missão da ONU e das provas fornecidas pelos próprios portugueses, ficou claro não só para os que testemunharam, mas também para o mundo inteiro, que a agressão foi organizada pelos colonialistas portugueses, utilizando os seus próprios barcos, os seus oficiais, alguns dos seus soldados e marinheiros, assim como africanos da República da Guiné e da nossa terra. Ela foi levada a cabo com conhecimento e apoio de outros imperialistas e, em particular, com a colaboração da Alemanha Federal, na convicção de que a situação na República da Guiné era propícia e que encontrariam todos os elementos necessários para os apoiar, incluindo elementos armados.

O objetivo dos colonialistas portugueses e dos imperialistas era,

naturalmente, derrubar o regime da República da Guiné, liquidar os dirigentes do PAIGC — eu, em particular — e libertar os seus prisioneiros de guerra — que, ao fim e ao cabo, foi a única coisa que conseguiram.

Quero salientar um facto por vós conhecido: os nossos camaradas, tanto em Conacri como junto à fronteira de Kundara tiveram um papel importante na defesa contra os agressores da República da Guiné. Não vou entrar em detalhes, mas a verdade é que cumprimos bem o nosso dever, pois defender a República da Guiné contra os imperialistas, defender o regime da República da Guiné é defender a nossa pátria, a nossa própria luta. De facto, não houve nenhuma ação do inimigo que não tenha sido orientada ao mesmo tempo contra a República da Guiné e contra nós. Isso é muito importante. Não nos vamos alongar sobre isso, mas toda a gente entende bem a ligação íntima existente, não só entre nós e a República da Guiné, mas entre nós e todos os africanos que de facto desejam a independência e o verdadeiro progresso da África.

Se não intervimos em nenhum país africano para ajudar a derrubar qualquer regime que seja contra a nossa luta ou a favor dos colonialistas portugueses temos o direito e o dever de defender em África qualquer regime que efetivamente apoia e vive a nossa luta, como é o da República da Guiné.

Consideramos, pois, ser motivo de orgulho para nós, militantes do PAIGC, filhos da Guiné e Cabo Verde, o facto de os nossos camaradas terem desempenhado um papel realmente importante, mesmo decisivo, na defesa de Conacri e na defesa geral de Kundara. Os guineenses sabem-no muito bem e são os primeiros a reconhecê-lo. Isso, se por um lado contribuiu para reforçar os laços que temos com os guineenses fiéis ao seu regime, em contrapartida fez aumentar contra nós o ódio dos que se lhe opõem.

Na República da Guiné, todos os que estão insatisfeitos com a presença do PAIGC são contra o regime. De igual modo, todos aqueles que são contra o regime são contra o PAIGC. E os camaradas podem ainda estar certos de que qualquer guineense ou cabo-verdiano que seja contra o regime de Sékou Touré será necessariamente contra o PAIGC. Não falo dos que criticam o regime da República da Guiné, não há mal nisso, mas daqueles que são contra a sua existência.

Camaradas,

A política existe porque existem contradições. Se elas não existissem deixaria de haver política. A contradição tanto pode existir no seio

dum grupo de pessoas que pensam e agem no mesmo sentido, como entre grupos que defendem objetivos diferentes. É isso a política que, afinal, espelha a situação económica, social e cultural concreta dum dado ambiente social. Por isso, é compreensível que na República da Guiné haja um partido que deseje realizar determinados objetivos e haja gente que se lhe oponha.

É também compreensível que num mesmo partido haja pessoas que discordem em relação a certas matérias. Se aquilo que ambicionam está muito longe das orientações seguidas, o melhor que têm a fazer é deixá-lo. Mas se, mesmo assim, acharem que podem manter-se, devem nesse caso argumentar, procurar a maneira de levar as coisas para o caminho pretendido. Mas se apesar de tudo os seus argumentos não convencerem devem, então, seguir a opinião dos que têm a razão de seu lado.

Nós, como observadores de fora, nada temos contra o facto de um ou outro indivíduo divergir do seu próprio partido relativamente a medidas que tenham sido tomadas. Mas que dezenas e dezenas de homens tenham sido capazes de fingir tanto como fingiram os dirigentes deste país, em relação ao seu partido e ao seu líder, é das coisas mais vergonhosas na história de África.

As revelações produzidas a seguir à agressão criminosa dos colonialistas portugueses e dos imperialistas, em 22 de novembro de 1970, provam a traição de muitos responsáveis da República da Guiné, ao longo de muitos anos. Esses responsáveis mostraram-se indignos do seu povo, do seu partido e de um líder como Sékou Touré. E quando nos inteiramos das suas declarações, damo-nos conta de quanta hipocrisia terá havido!

O trabalho do PDG e do seu líder Sékou Touré foi orientado no sentido de que não fossem os estrangeiros a mandar na sua terra. Por isso, homens que, anos atrás, mais não tinham sido do que simples intermediários dos colonialistas, tanto no comércio como no funcionalismo público, foram, com dignidade, sendo sucessivamente promovidos a posições importantíssimas no quadro do seu país. Mas acabaram traindo, transformando-se em simples servidores dos colonialistas. Vimos, assim, ministros reduzidos a capachos de agentes e de meros funcionários alemães, que lhes pagaram os primeiros dólares.

Dirigentes do PDG, secretários de federações, responsáveis de mullheres, de homens, de todas as categorias — todos traíram. Não há praticamente um ministro ou um diretor que não tenha sido preso. Muitos quadros partidários, mesmo da mais alta responsabilidade, foram para a cadeia.

Quanta miséria, quanta baixa moral e política: dirigentes africanos à volta do seu presidente, clamando “Prési, Prési, Prési”, abaixo isto, viva aquilo, etc., enquanto o traíam vergonhosamente; ou todo o Estado maior fazendo reuniões para decidir a melhor maneira de assassinar o Presidente — para, de seguida, perguntarem ao agente alemão ou francês se o seu dinheiro tinha sido depositado no Banco.

Poder-se-á admitir que, num dado momento, três, dez, cinquenta pessoas estejam a trair o seu país. Mas quando a maioria dos principais quadros responsáveis está envolvida na traição, a situação é bem grave.

Quanta sujeira, camaradas!

Profundamente doloroso é o facto de a traição resultar não de um projeto para mudar a situação do país, ou a favor de uma outra facção política da sua terra, mas simplesmente porque responsáveis se venderam ao inimigo, aos colonialistas e imperialistas.

Muitos traíram por ambição. Alguns confessaram terem sido aliciados pelos agentes com a promessa de que, se aderissem à conspiração, seriam nomeados ministros quando tomassem o poder. Quando, entretanto, o Presidente nomeou alguns deles ministros, já estavam a trabalhar para o inimigo. Outros já eram membros do governo, mas não tinham a certeza se iriam continuar a sê-lo. Os conspiradores garantiram-lhes que continuariam ministros e aderiram. Houve até uma mulher que se justificou dizendo que o Presidente teria passado a dar mais atenção a outra mulher, ficou ressentida e juntou-se aos conspiradores.

Tudo por ambição e ganância!

Ao fim e ao cabo, o que é que queriam essas pessoas? Queriam casas bonitas, calças e fatos de tergal luzidios, roupas refinadas, joias e amantes à vontade.

Pura ganância, camaradas!

Isto pode ser compreensível até certo ponto, mas é também tremendamente assustador. Compreensível porque, em geral, nós os africanos nunca tivemos nada, e assim, quando o caminho se abre para termos coisas, queremos ter tudo num só dia. E, para ter tudo só num dia, acabamos por trair.

Ambição e ganância, mas também falta de confiança que é outra característica nossa.

Já me referi a isso. Persiste ainda entre nós o complexo bastante vincado da segurança orgânica: sozinho tenho medo, mas se estou com duas ou três pessoas, sinto-me melhor; se somos muitos sinto-me melhor ainda.

Não obstante, o nosso medo global perante a natureza leva-nos, mesmo estando juntos, a ter medo uns dos outros, a desconfiar sempre dos outros.

Essa falta de confiança, essa necessidade de segurança, leva-nos a não confiar em nada. Podemos, durante certo tempo, acreditar numa instituição, por exemplo, um partido político, que é uma coisa nova para nós. Mas se ele dura muito começamos a desconfiar que talvez acabe um dia, porque para nós todas as coisas são demasiado rápidas — até a própria vida. A média de vida do africano é de 30 anos. É preciso aproveitá-la depressa porque morre-se muito cedo. Se as nossas raparigas ou os nossos rapazes, sobretudo as raparigas chegam aos 14 ou 15 anos e não têm filhos, já não se sentem bem. Têm de ter filhos depressa porque “pressentem” que morrerão em pouco tempo.

O partido já durou muito e pode acabar. Se aparecerem pessoas a dizer, ainda que sem fundamento, que ele vai acabar, já estamos preparados. Calculamos que quem não acreditar ficará para trás. Fica-se pronto a aceitar, é outra segurança que se arranja. É tal como com os nossos mezinhos. Se tenho um mezinho, mas vejo o Alfa com outro, o meu já me parece pequeno e quero logo arranjar um como o dele. Mas se o do Mamadu é ainda maior então esse é que é melhor e preciso arranjar um igual. O resultado foi o que vimos: alguns camaradas com sacos de mezinhos às costas. Porque quanto mais temos, mais necessidade sentimos.

Isso tudo é revelador da falta de confiança. Vejamos, porque é que um ministro, um Secretário de Estado precisa de trair? Ontem era professor primário, ou caixeiro numa loja. Outro era escriturário numa repartição colonial, com o administrador a dar-lhe bofetadas todos os dias. Hoje é Secretário de Estado, Ministro, mas trai. Porquê? É por falta de confiança, porque não acredita que a situação vai durar muito tempo. Tem de garantir segurança para amanhã e isso só consegue traindo — conspirando, ou então ligando-se ao inimigo que lhe deposita dinheiro no Banco. Porque, se amanhã as coisas lhe correrem mal, terá dinheiro para ele e para os filhos. Pode fugir com eles e ficar com todo o dinheiro.

Ouvimos as confissões dessa gente toda. Quando dizem que tinham razões para serem contra o regime, ninguém invocou a defesa dos interesses do povo da República da Guiné. Não houve nenhum que o fizesse, exceto Savane Moricandjan que declarou ter sido sempre a favor da França, do liberalismo e contra o socialismo. Mas não teve coragem de o afirmar enquanto foi protegido de Sékou Touré. Quanto aos outros todos, era só ambição pelos cargos. Ou seja, ninguém se mostrou empenhado, de

alguma maneira, em criticar para defender os interesses do povo. Só seria possível fazê-lo em defesa dos seus interesses próprios, pessoais. Por isso é que se calaram.

Certa vez Sékou Touré fez um grande discurso para lançar o que chamou de “Política da Boca Aberta”. Mas no “Boca Aberta” ninguém toma a palavra, porque as pessoas não pensam nos interesses do povo. Pode-se perguntar porque é que essa gente que traiu não criticou o seu Governo, o seu líder, com tantas oportunidades que se proporcionaram de tomar a palavra para criticar. Mas a tendência geral é de as pessoas pensarem nos seus interesses pessoais, não nos do povo, ou da luta em geral.

Isso não quer dizer que não haja exceções. Se as não houvesse, a luta teria acabado já há muito tempo.

Os rumores, que circulam em Conacri por exemplo, giram apenas à volta de interesses pessoais. É por causa do carro, da manteiga, etc. Em geral é porque uma pessoa ocupou tal cargo e eu não. Mas o problema não é colocado abertamente porque não há bases seguras para argumentar. Alguns, por exemplo, confessaram que não se tinham manifestado contra a interdição da poligamia na República da Guiné, mas que para eles o princípio de um homem ter uma única mulher não estava certo. Ora, como é que se pode gritar vivas pela libertação e progresso de um povo, quando se defende que cada homem tenha quatro e cinco mulheres? Outros apoiaram a lei do 8 de novembro que proibia a acumulação de grandes riquezas, mas no fundo não estavam de acordo com ela, porque queriam ser cada vez mais ricos para poderem espezinhar os outros.

Temos de procurar compreender isso tudo devidamente.

Mas outra razão da traição reside no acumular de erros, pequenos erros, que depois se transformam num erro grande. Não há praticamente nenhum dos conspiradores que num dado momento ou em vários momentos não tivesse já cometido erros. Ou tinha roubado algum dinheiro, ou desviado bens, ou engravidado menores, etc. Os erros foram-se acumulando aos poucos. Hoje comete um erro, o dirigente critica, repete amanhã, volta a ser criticado, daqui a um ano volta a cometer outro erro e a ser criticado. De erro em erro, de crítica a crítica, torna-se inimigo do seu chefe. Porque é assim o ser humano. Quem comete erros e é repetidamente repreendido, ou é impedido de os cometer, sente-se ofendido. Chega um momento em que é levado a trair pela força das circunstâncias, para poder escapar. É isso que explica a traição de muitos guineenses.

Um aspeto importante a considerar é a luta de classes, que está na

base das contradições existentes na República da Guiné e, portanto, das traições que aqui tiveram lugar.

De facto, ao mesmo tempo que procuramos explicar as razões desta traição com alguns aspetos fundamentais da nossa própria cultura e das características individuais do homem africano na fase atual da história, não nos podemos esquecer de maneira nenhuma que os indivíduos agem num quadro social, o da luta de classes.

É certo que nas condições da África, em países como o nosso ou a República da Guiné, não há classes tão desenvolvidas como noutros países economicamente mais avançados. Mas a verdade é que as classes existem em qualquer sociedade em desenvolvimento. E tanto podem estar na forma de ovo como na de galinha. Ora todos sabemos que o ovo também é galinha.

Depois da independência dum país que foi colonizado, o fenómeno de classes desenvolve-se rapidamente, mais rapidamente do que na cadência normal dum povo que não passou por uma situação semelhante. E, de facto, mediante uma análise científica da situação económico-social e da história do povo da República da Guiné, tudo o que tem acontecido pode explicar-se numa perspetiva de luta de classes. Na verdade, um aspeto fundamental desta traição, a sua razão fundamental, encontra-se na luta de classes.

Todos os que traíram desfrutavam das melhores condições de vida. Eram gente que havia saído do nada para passar a ter todas as condições materiais, beneficiando de relações sociais privilegiadas. E foi precisamente essa gente que, pouco a pouco, passou a constituir uma classe bem definida que, nas atuais condições históricas do seu país e da África, não consegue sobreviver se não se aliar aos imperialistas. Trata-se da classe pequeno-burguesa como os camaradas lhe chamam, neste caso concreto, classe burguesa burocrática que, mantendo sempre as suas características de pequena burguesia, tem como interesse fundamental defender os seus privilégios contra os interesses do povo. E como o regime em que vive pretende precisamente o contrário — acabar com os privilégios, para realçar cada vez mais os interesses do povo — ela está inclinada a apoiar tudo quanto possa obstruir o caminho desse regime. Este é um aspeto muito importante da situação da República da Guiné.

Alguns dos traidores já antes pertenciam a uma classe pequeno-burguesa ou burguesa, ou então às classes de dirigentes tradicionais, e alguns eram, mesmo, régulos e chefes. Mas há casos de indivíduos como o de

Samba Safé, considerado cativo no tempo do colonialismo. Com a independência progrediu até chegar a governador, mas acabou também por aderir à conspiração. Isso mostra-nos que a origem de classe não é a única motivação, mas que as próprias condições de vida, as fases por que se passa, levam as pessoas a aliar-se a classes antagónicas e a trair. Samba Safé começou por se aliar com a classe feudal no campo contra os interesses do PDG, segundo ele próprio confessou.

Olhando para a nossa realidade, há atualmente os que vivem em Bissau ou em Bafatá, ou então em certas tabancas como régulos que têm alguns privilégios de classe. No nosso Partido há, com certeza, gente que não está de acordo com o seu princípio fundamental de que não deve haver, para ninguém, qualquer privilégio contrário aos interesses do povo, e com ambições exageradas de ter o máximo possível, pois isso é incompatível com o objetivo de o povo ter o máximo possível. Ontem achámos graça ao ouvir na rádio a declaração do rei do Marrocos que pretende estabelecer no seu país um socialismo em que os pobres ficarão menos pobres, sem que os ricos fiquem menos ricos, o que é muito difícil. Mas entre nós ainda há quem pense que a luta está a abrir caminho para eles próprios e as suas famílias enriquecerem cada vez mais. Isso, digo-vos desde já, é incompatível com a defesa dos interesses do nosso povo e com o objetivo de sair da miséria, da ignorância, do sofrimento em que, durante séculos, ele tem vivido na Guiné e Cabo Verde.

A partir duma perspetiva política podemos-nos interrogar se essa traição, com toda a hipocrisia, com todos os crimes desprezíveis que foram cometidos, não terá origem nos erros dos próprios dirigentes. Não será Sékou Touré um ditador?

Não terá feito mal, se calhar, muito mal a muita gente? Será ele alguém que manda matar, que persegue muitas pessoas, levando-as ao desespero?

Só quem não conhece a vida da República da Guiné poderá pensar assim.

Uma apreciação séria, que leve em consideração os problemas da África e dos seus povos nas condições existentes, leva à conclusão de que ele nunca foi um ditador. Quem, como nós, tenha visto como ele trabalha com os seus colaboradores, pode avaliar o quanto ele tem procurado ouvi-los antes de tomar qualquer decisão. E se terá tomado mais decisões do que devia é precisamente porque esses colaboradores fogem a assumir responsabilidades.

Mesmo aqueles que o traíram muitas vezes lhe disseram que ele era demasiado tolerante, demasiado brando, que não tomava as medidas necessárias para impor mais rigor.

Na verdade, por várias vezes ele teve de intervir para evitar que alguns dos que mais tarde vieram a revelar-se traidores fizessem mal à população. Por exemplo, teve de mandar suspender medidas que molestavam a população, que tinham sido tomadas pelo seu Ministro do Interior Keita Fodéba, o mesmo ministro que por duas vezes traiu Sékou Touré.

Mas é verdade que foram cometidos erros. Sabia-se muito bem que alguns desses colaboradores não valiam nada. Mas Sékou Touré guiou-se pelo princípio revolucionário fundamental de ajudar a recuperar os prevaricadores. Várias pessoas que Sékou Touré sabia estarem envolvidas em conspirações foram mudadas de função para as afastar dessa via, para tentar recuperá-las. Foi o que aconteceu com Keita Fodéba, Ministro do Interior que após ser desmascarado pelo Presidente foi nomeado Ministro da Agricultura.

Em várias ocasiões chegou mesmo a chamar dirigentes que sabia estarem a conspirar, para trabalhar diretamente com ele, como aconteceu com o general Keita Noumandjan, Barry Sory, Mamadou Barry e outros. Claro que parece haver alguma contradição. Como é que Sékou Touré chama para perto si gente de quem desconfia? A explicação é que nós, africanos, quando queremos trair, procuramos estar sempre longe de quem traímos. É como entre nós, os camaradas que cometem erros fazem o máximo para estarem longe de mim. E quando nos encontramos frente a frente e nos olhamos nos olhos, atrapalham-se. Somos todos iguais, essa é uma característica nossa.

Talvez Sékou Touré tenha ido demasiado longe na confiança na recuperação do ser humano, ao pensar que um homem pode sempre mudar para melhor. A meu ver, nunca é demasiado confiar nos homens, mas chega um momento em que é preciso parar.

Os camaradas podem imaginar a dor profunda que deve sentir um dirigente como Sékou Touré que, durante cerca de 30 anos, trabalhou para o seu país, preparou companheiros, procurou formar homens e mulheres para avançarem a sério com a libertação e o progresso do seu país, para, num dado momento, ter de reconhecer que a maioria dessas pessoas está ao fim e ao cabo envolvida na traição mais vergonhosa que pode haver.

Muitos envolveram-se em manigâncias e conspirações para o assas-

sinar, mas não conseguiram. Há muitas razões para explicar isso. Mas a verdade é que, do ponto de vista moral — mesmo político —, mataram-no. É que, do ponto de vista moral e político, é impossível um homem continuar vivo com tanta traição, tanta hipocrisia e pouca vergonha à sua volta! É impossível.

Temos esperança de que Sékou Touré possa viver ainda muitos anos, mas a verdade é que, a partir de agora, um novo Sékou Touré vai ter de nascer, pois o primeiro foi morto.

N'Krumah ficará na história de África como um dos mais brilhantes, senão o mais brilhante, entre os lutadores pela liberdade da África. Foi derrubado com o seu Governo, mas antes já havia sido morto. Alguns camaradas devem lembrar-se que quando regresssei do Gana em dezembro de 1965, depois de me encontrar com N'Krumah e vários outros responsáveis do Gana, lhes disse: "N'Krumah acabou, liquidaram-no, o fim agora é só uma questão de dias."

Com hipocrisias, mentiras, intrigas, corrupção e outras sujeiras, ele tinha já sido liquidado mesmo antes do golpe de estado.

A maioria dos responsáveis que o rodeavam estava moralmente corrompida, recebendo dinheiro de estrangeiros, mentindo, criando falsos problemas, informando-o mal, inclusive nas questões relativas às lutas de libertação nacional. Criaram uma barreira à sua volta para, enganando-o, fazer com que ele se sentisse um Deus, pois uma boa maneira de matar um homem é convencê-lo de que é Deus. Se ele acredita nisso morre, porque ser Deus é incompatível com ser homem. Não se pode ser as duas coisas ao mesmo tempo. Por outro lado, a própria condição de Deus é deixar-se enganar. Não há ninguém crente em Deus que o não tenha enganado. Engana-se, faz-se depois uma oração e acredita-se que tudo está perdoado. Em todas as religiões e crenças (como nos irãs ou num espírito qualquer) há que enganar. Enganar o irã é fácil: manda-se fazer uma cerimónia e depois tudo passa. E está-se pronto para enganar de novo.

N'Krumah caiu no logro. Apesar da sua inteligência, do seu valor e da diferença do seu nível intelectual em relação aos que o rodeavam, acabou por se esquecer da realidade do seu próprio país e deixou-se vencer. Liquidaram-no e, a seguir, tiraram-no do Governo.

Com Sékou Touré é muito diferente — ele nunca acreditou que fosse Deus. Com ele utilizaram outro sistema para o matar, enganando-o, fazendo aquilo que, por exemplo, um Savané Moricandjan disse abertamente a várias outras pessoas: viver com duas caras. Segundo ele, "na República da

Guiné devemos ter duas caras, uma que é a nossa e a outra para mostramos a Sékou Touré, quando o vamos ver".

Foi por isso que um ancião disse certa vez ao Presidente que a revolução na República da Guiné só existia no gabinete de Sékou Touré...

Com os alemães ocidentais a treinar as suas tropas, e os seus quadros a serem preparados na Alemanha Federal, um país imperialista, era impossível evitar o que se passou, como hoje os nossos fiéis irmãos da República da Guiné são os primeiros a reconhecer.

Temos, naturalmente, de estar vigilantes. Não podemos meter o ladrão em nossa casa e depois clamar aqui d'el-rei que nos estão a roubar. Não faz sentido meter uma cobra debaixo da cama para gritar a seguir que há uma cobra que nos vai morder. Mas a pior cobra que existe é da própria terra, com forma de homem. Claro que os imperialistas têm culpa em tudo isso, mas diz o povo que "arroz é na caldera própi quê ta cozido". Porque mesmo tendo os imperialistas colocado agentes na sua terra, se os responsáveis fossem leais e fiéis, sem estarem ocupados em encher a barriga, mas buscando servir o seu país e o seu povo, poderiam na mesma comprar pessoas, mas não chegariam a esse ponto. Se num país não houver gente disponível para se vender aos imperialistas, estes nada conseguem.

Camaradas,

Ouvindo as confissões detalhadas dos conspiradores em inúmeras reuniões, cabe perguntar porque não tiveram sucesso. Como foi possível que com tanta gente de alta responsabilidade envolvida na traição — todo o estado-maior, ministros, os principais responsáveis dos ministérios da Informação, da Saúde, do Comércio, a guarda pessoal do Presidente, o Chefe da sua Casa Militar — nada tenham conseguido fazer? Isso é difícil de se entender.

O único ato executado foi alguns terem-se deixado ficar sem reagir no momento do desembarque dos tугas, enquanto outros abandonaram completamente os seus postos para que o inimigo pudesse atuar à vontade. Foi o próprio Mamadou Condé, comandante do Campo Boiro, quem reconheceu que a sua missão era deixar o inimigo entrar à vontade para libertar os prisioneiros políticos.

A primeira razão do insucesso foi a covardia. Os próprios conspiradores reconheceram que o Presidente, que é uma pessoa decente, séria, sempre os protegeu e ajudou, mesmo quando cometeram erros. Apesar de tudo, mesmo para um criminoso, custa levantar a mão contra quem o tenha

* É dentro da panela que se cozinha o arroz.

ajudado. Mas covardia também houve por terem sentido medo da população. Todos os conspiradores estavam conscientes dessa realidade concreta, de que os estrangeiros não se aperceberam, que é a grande ligação entre o líder guineense e a população, portanto, entre as ideias fundamentais do seu partido e o interesse das massas. Por isso, no seu espírito, admitiam que, se atentassem contra o regime, a população poderia levantar-se e reagir contra eles. Esta é uma das razões que limitava bastante a sua ação.

Outra razão é que algumas tarefas importantes que deviam realizar dependiam de ações individuais a executar por várias pessoas. Mas assim como os conspiradores têm duas caras para o seu chefe, têm também duas caras para o inimigo. Nas reuniões com o inimigo, dizem “sim senhor, recebemos os vossos dólares, podem estar seguros de que vamos cumprir”. Mas quando estão sozinhos são assaltados por dúvidas: podem ser descobertos, o plano pode não avançar, como será? Ficam sem fazer nada à espera que outro faça primeiro, para agir só quando tudo estiver seguro.

Muitas das explicações do seu falhanço na tentativa de derrubar o regime da República da Guiné, e o próprio Sékou Touré, residem no facto de que ficam todos à espera uns dos outros para tomarem uma iniciativa. Essa é uma tendência geral que todos temos. Mesmo nas nossas reuniões quando passo a palavra aos camaradas, ficam todos calados, à espera de ver quem é que começa, com receio de ficarem mal. É, afinal, uma questão de segurança, sempre a nossa profunda necessidade de segurança.

Mas outro motivo que os levou a falhar é algo muito característico em certos tipos de mentalidade humana, sobretudo quando muito de magia pesa ainda na forma de pensar, fazendo acreditar que aquilo que se imagina corresponde sempre à realidade.

Por exemplo, se acredito que o irã está no polon, qualquer serpente que de lá saia é um irã para mim. Isso resulta da mentalidade mágica, própria de um dado estado de desenvolvimento da sociedade humana.

Nós sabemos que os chifres são chifres, vemo-los nas cabeças dos bois, dos antílopes; vemos com os nossos próprios olhos os bicos das águias, mas para a nossa mentalidade mágica, os chifres e os bicos tirados dum animal, e tratados de uma certa maneira, deixam de ser chifres de boi ou bicos de águia, para se transformarem numa força completamente nova.

Vejam esta folha de papel branco. Não é mais do que um pedaço de papel, mas se o feiticeiro Mamadu Alfa pega nele, escreve uns rabiscos,

enterra-o na areia, faz umas rezas e mo devolve dizendo para eu o comer, pego nele e como-o, sem me lembrar mais de que não passa de uma folha de papel branco. Se a minha mentalidade me leva a crer que existe nele uma grande força, dobro-o muito bem, forro-o, ponho-o ao peito e garanto uma defesa. Deste modo, mesmo que roube um milhão de francos já ninguém me apanha! É assim a mentalidade mágica, camaradas.

Não peço a ninguém para deixar de acreditar nisso, não é o que pretendo. O nosso povo há de avançar pelo seu próprio esforço, ninguém o vai forçar a nada. Mas, camaradas, é preciso que saibamos claramente que a mentalidade mágica existe e que, em geral, a nossa mentalidade é mágica.

A mentalidade mágica é caracterizada fundamentalmente por levar a acreditar que a realidade é o que se pensa, sobretudo se todos pensam da mesma maneira. Assim, os conspiradores da República da Guiné, depois das grandes reuniões, de terem decidido o seu plano de ação e de, entre planos e vivas, todos terem dado o seu acordo, ficaram convencidos de que o indivíduo que decidiram matar já morreu. Pensaram-no, portanto, ficou feito.

É nossa tendência sentarmo-nos numa reunião, discutirmos coisas formidáveis, ficarmos todos contentes porque tudo correu bem — e tudo acaba aí. É assim a mentalidade mágica. Foi também isso que contribuiu para a perda dos traidores da República da Guiné. Com tantas reuniões e planos tão bem feitos, custa a acreditar que eles não tenham feito nada. Mas nada fizeram. Cada um saiu das reuniões e foi tratar da sua vida, porque estava convencido de que tudo já estava feito, o caso estava arrumado.

Esta é uma tentativa de interpretação dos acontecimentos, para ajudar os camaradas a perceber como é que num país como a República da Guiné pode haver tanta traição; e como é possível que tanta traição não tenha trazido nenhum resultado.

Claro que uma tendência perversa que pode agora surgir é a gente da República da Guiné acreditar que nada deu resultado porque Deus protege Sékou Touré e a revolução guineense. Se ele acreditar nisso será o seu fim. O que é preciso é muita vigilância, mudar as coisas de maneira que a situação não se venha a repetir. É isso o fundamental, camaradas.

Mas, ao procurar compreender como se chegou a essa situação, cabe perguntar: será que está tudo errado, não estarão enganados esses homens ou mulheres da África que pretendem criar partidos, governos, com governadores, secretários, etc.? Será que, nas condições históricas, sociais e

culturais da nossa vida faz sentido falar em princípios, ideologia, partido? Será que isso não é possível em África? O erro não residirá no facto de as condições da África e da República da Guiné em particular não estarem de acordo com o tipo de política que se está a seguir? Será que a única forma em que a nossa gente consegue viver é sob o regime dos régulos?

É uma pergunta que, por enquanto, fica sem resposta. Veremos, mas talvez esteja nisso a explicação de tanta traição.

É como se estivéssemos diante de um grande rio cheio de vagas ou de marão com pessoas a tentar passar e a afogar-se, mas que, sem outra saída, têm de passar. Vamos a ver, talvez encontremos um caminho por onde possamos passar mais facilmente. Este é o grande drama da luta de libertação da África, camaradas.

Temos esperança de que os nossos irmãos da República da Guiné conseguirão resolver todos os seus problemas, avançar e vencer todas as suas dificuldades, para aguentarem o seu país, embora renovado, porque com a sangria que houve vai ter de se renovar tudo, com certeza. Mas quem é realmente a favor da África, quem não é laçao dos imperialistas, dos colonialistas ou dos racistas, quem deseja o progresso do povo africano, tem a consciência de que a República da Guiné tal como é, com todas as suas qualidades e defeitos, é uma das principais forças da África. É uma força muito importante que não podemos perder.

Camaradas,

Temos de ser capazes de tirar as devidas lições desses acontecimentos e de responder a esta questão fundamental: porquê tamanha traição de quadros que tanto gritavam vivas e demonstravam o maior entusiasmo à volta das palavras de ordem do seu partido? O que explica essa enorme miséria moral e política num país que era considerado o exemplo da dignidade em África, mesmo pelos seus inimigos reconhecidos?

Os Estados africanos, sobretudo aqueles que pretendem uma verdadeira independência, como a República da Guiné dirigida pelo PDG, mais não são do que movimentos de libertação no poder. A luta de libertação nacional não é apenas uma questão de correr com o inimigo colonialista. A luta de libertação nacional consiste fundamentalmente em preparar homens e mulheres para servirem o seu povo.

Uma luta de libertação nacional começa em geral com a ideia de um homem ou de um grupo muito pequeno de pessoas. Em seguida, ao longo do tempo, há que consciencializar centenas, milhares de homens e mulhe-

res na busca do mesmo objetivo. É essa a luta. Chegado a esse ponto ela está ganha. O resto é correr com o inimigo e não haverá nenhum problema. Meios para o conseguir, arranjam-se de certeza.

No começo da nossa luta dissemos aos camaradas que a luta para libertar a Guiné e Cabo Verde era, ao fim e ao cabo, uma questão de capacitar homens e mulheres para trabalhar nesse sentido, e de garantir que fossem honestos, decentes, patriotas e consagrassem o seu pensamento e a sua ação ao serviço do seu povo e não ao serviço dos seus interesses pessoais.

Nós, do PAIGC, devemos estar cientes de que seja quem for é capaz de trair, mas, também, que cada um é capaz de ser um modelo quanto à honestidade, seriedade e fidelidade ao seu Partido. Mas aqui coloca-se a necessidade de uma luta constante, luta de cada um de nós por nós mesmos, luta pelos nossos camaradas e luta contra o inimigo.

Uma lição importante que podemos tirar dos acontecimentos é que na luta de libertação, quando o movimento político tem a certeza de que alguém é desleal, ele deve excluí-lo do seu meio. Não se pode deixá-lo no jogo de enganar hoje, enganar amanhã, pois, mais dia menos dia, pode dar mau resultado. E devemos lutar fortemente para que todos os responsáveis — se não pudermos garantir isso com todos os nossos militantes — tenham uma fidelidade absoluta pelo pensamento, pelos princípios e pela ideologia do nosso Partido. Na República da Guiné muita gente assumiu posições de responsabilidade sem possuir convicções consistentes, uma base ideológica, de pensamento, de compreensão do que estava a fazer. Isso coloca, a todo o momento, a necessidade de ter presente a importância da formação ideológica.

Desde o início da nossa luta deixámos bem claro que a nossa maior luta não é contra os tugas, é da verdade contra a mentira. Mas há camaradas que não têm coragem de expor as suas verdades porque sabem que elas não correspondem ao interesse fundamental que é a liberdade do nosso povo. É a verdade das pequenas intrigas, quando não de ambições, tribalismos e outras coisas do género.

Reafirmo aos camaradas que, no PAIGC, só os que de facto nada ainda entenderam, é que são capazes de calar as críticas que têm para fazer, seja a um organismo do Partido, seja à sua direção, ou a mim mesmo, seu Secretário Geral. Ou então, porque têm culpas, falta-lhes coragem para criticar seja quem for, mesmo que testemunhem os erros mais evidentes. Numa luta como a nossa, num país como a República da Guiné, a caminhar para a verdadeira independência, quem tem culpas não tem autoridade.

Pode inspirar temor, porque tem a força do seu lado, mas não inspira respeito algum.

Podemos criticar de várias maneiras, numa reunião como esta, ou conversando uns com os outros, no dia a dia. As maiores críticas que eu tenho feito aos camaradas, não as faço em reuniões, mas em conversa com eles. Podemos sugerir, apresentar ideias, discutir problemas à vontade.

Mas para ter ideias, para poder criticar, para saber mostrar o caminho e ajudar, é preciso refletir profundamente nos problemas. Costumo dizer aos camaradas: infelizes daqueles que não têm dúvidas, que não perguntam. Mas, em geral, nós os africanos temos medo de perguntar para que os outros não pensem que somos ignorantes. Essa é uma atitude que devemos alterar radicalmente, camaradas.

Por exemplo, ideias em relação à melhoria das nossas escolas, dos Armazéns do Povo, para melhorar mais ainda as nossas Forças Armadas, ninguém as tem ou são raras porque, tal como a gente daqui, que quando saía do Ministério já não pensava mais no seu trabalho, mas na melhor maneira de ir gozar a vida, também não nos juntamos para pensar nos nossos próprios problemas.

Camaradas,

O nosso processo de luta, o processo de avanço para a independência é diferente. Nós temos, por exemplo, a oportunidade de estar aqui a discutir este problema. Isso é já uma grande vantagem. Mas não deixemos de tirar de tudo isso as necessárias lições do ponto de vista moral. Do nosso comportamento moral, dos nossos erros, do desenvolvimento da nossa ideologia, da nossa convicção profunda de que o nosso Partido é uma força que nada pode destruir, depende, amanhã, a nossa capacidade de traição. Não devemos ter medo do dia de amanhã, pelo contrário, na situação em que nos encontramos temos aberto, diante de nós, um grande futuro, tanto individual como coletivo para o nosso povo.

Temos é de ser vigilantes em relação a nós mesmos, vigilantes em relação a cada um de entre nós, vigilantes em relação ao inimigo.

Os camaradas conhecem, decerto, o empenho dos alemães ocidentais em Conacri para aliciarem o nosso Partido. Chegaram a enviar dois bilhetes, para eu e um camarada irmos visitar a Alemanha Ocidental. Quem, em 1964, me informou disso foi Louis Akem, então diretor do "Silly Cinema". Hoje está na prisão e confessou que desde há muito tempo era agente deles. Chegaram até ao ponto de mandar ao nosso Escritório uma mulher,

Von Rossen, para me tentar seduzir. Recusei falar com ela e pedi que o camarada Aristides Pereira a recebesse. Ele enfrentou-a de tal maneira que ela nunca mais apareceu.

Quero lembrar que várias vezes chamei pessoalmente os camaradas e lhes pedi que pusessem termo a certas relações com estrangeiros na terra dos outros, mesmo com os próprios naturais, porque nunca se sabe o que pode resultar disso. E algumas vezes cheguei mesmo a zangar-me com os camaradas porque, sem se darem conta, nos poderiam comprometer por causa de relações com homens ou mulheres daqui ou então com estrangeiros.

Numa ocasião, um camarada meu muito próximo apresentou-me a certos indivíduos da República da Guiné com quem mantinha relações estreitas e disse que costumavam encontrar-se para conversar, beber, etc. Nunca pus os pés em casa deles. Pois bem, passado cerca de um ano, toda essa gente foi presa.

Fodéba, por exemplo, que a princípio não gostava de nós, quando reconheceu o valor e a força do nosso Partido, insistiu comigo inúmeras vezes, para o visitar. Chegou a oferecer-me uma pasta, mas recusei sempre.

É hoje mais do que evidente que se não nos tivéssemos acautelado estaríamos envolvidos em problemas muito sérios.

Camaradas,

Temos esperança de que esta grande provação, esta dura hora de sofrimento por que passa a República da Guiné, será útil para todos.

Tendo havido uma primeira tentativa, é possível que venha a haver uma segunda. Devemos preparar-nos todos para, qualquer que seja a situação criada, não sermos apanhados de surpresa e, perante qualquer agressão desse género, estarmos em condições de avançar ainda mais com a nossa luta, não permitindo que nada a possa enfraquecer.

Os camaradas viram o exemplo do Sudoeste Asiático quando, através das suas tropas fantoches de Saigão, os imperialistas invadiram o Camboja e o Laos, para tentarem acabar com a luta no Vietname. O resultado foi terem-na reforçado ainda mais porque esses três povos uniram-se para, em conjunto, combater os imperialistas. Não somos o Vietname, nem os povos do Laos e do Camboja, mas eles, como homens, tão-pouco são mais do que nós. Portanto, devemos ter a coragem bastante para enfrentarmos qualquer circunstância que for criada para tentar deter a nossa luta. Mas, ao mesmo tempo, devemos também tomar todas as medidas de segu-

rança necessárias. Primeiro, porque hoje temos a certeza de que a guerra dos colonialistas e imperialistas contra nós não é só na nossa terra, mas em qualquer parte onde haja gente do PAIGC. E, em segundo lugar, para que tanto do ponto de vista da defesa de pessoas, como do nosso material, não sejamos surpreendidos.

A vitória do povo da República da Guiné contra a agressão dos colonialistas portugueses iniciou também uma nova etapa, pois deu lugar a que fossem descobertas as redes de espionagem e sabotagem que existiam na República da Guiné. E, quanto a nós, resultou no reforço da nossa própria luta. Tenho a certeza de que, hoje, os combatentes das nossas Forças Armadas, em geral, estão a bater-se com muito mais entusiasmo e muito mais coragem desde novembro, pois a agressão à República da Guiné despertou-nos muito e fez-nos sentir que é preciso avançarmos depressa. Mais tarde veremos as importantes consequências que vão resultar disso.

A agressão de novembro de 1970 marca uma etapa nova na nossa luta. Ela mostrou ao mundo inteiro a situação de desespero dos colonialistas portugueses, que serviram de instrumento dos imperialistas para tentar derrubar o regime da República da Guiné e, ao mesmo tempo, acabar com a nossa luta.

Em todas as circunstâncias devemos estar prontos para sermos solidários com os nossos irmãos da República da Guiné na medida que pudermos e para enfrentarmos toda e qualquer espécie de dificuldade que possa surgir uma vez ou outra. Mas para melhor podermos apoiá-la devemos reforçar o nosso trabalho e a nossa luta, e reduzir as muitas dependências existentes para, o mais depressa possível, libertarmos totalmente a nossa terra.

4.

UM VERDADEIRO HOMEM SÓ PODE TER UMA CARA*

Com duas caras, não vamos para a frente, camaradas. É assim, camaradas: mesmo que lutemos com armas nas mãos, mesmo que sejamos feridos, isso tudo não impede um homem de se vender, se tiver duas caras. Um verdadeiro homem, um revolucionário só pode ter uma cara. Um filho do nosso povo, da Guiné e Cabo Verde, que luta pela independência da nossa terra, pelo progresso, a paz e a felicidade do nosso povo, um membro do PAIGC, só pode ter uma cara.

* Encerramento da reunião do CSL, agosto 1971.

Camaradas,

Chegámos ao fim da nossa reunião. Apesar de todas as dificuldades, doenças, etc., conseguimos concluir a ordem de trabalhos que tínhamos estabelecido, embora os três últimos pontos tenham sido tratados mais ligeiramente do que estava previsto. Mas parece-me que os camaradas apreenderam o essencial; deram o seu apoio às iniciativas que tomámos e às análises que fizemos em relação à nossa luta, e é isso o importante para nós. Também votaram, por unanimidade, a constituição de dois dos principais órgãos do nosso Partido, que são o Conselho Superior da Luta e o Comité Executivo da Luta.

Claro que uma reunião como esta é muito agradável porque os camaradas que vieram de diversos pontos da nossa terra encontraram-se uns com os outros, conversaram, e alguns que não se conheciam tiveram a oportunidade de se conhecerem. Debatemos problemas de natureza diversa, sobre os quais alguns, no seu trabalho, nunca tinham pensado, mas que aqui foram obrigados a refletir. Foi também muito útil porque contribuiu para melhor nos conhecermos uns aos outros, para os dirigentes do Partido e eu, em particular, sermos melhor conhecidos e ainda para demonstrarem a sua capacidade. Um aspeto da nossa reunião com dimensão moral é, como homens políticos sérios, sermos obrigados a fazer todas as críticas necessárias para aperfeiçoar — “purificar”, como disse o camarada Chico Mendes — os nossos militantes e, principalmente, os nossos responsáveis.

Os camaradas ouviram-me falar com a franqueza, o rigor e a sinceridade de sempre, mas também com a intenção permanente de contribuir para formar homens e mulheres de valor, para servirem o nosso povo na Guiné e Cabo Verde.

Hoje, raro é aquele que pode dizer que não tem consciência do valor da nossa luta, das coisas boas que estamos a fazer assim como dos erros que estamos a cometer. É muito raro. Como dirigente do Partido — outros dirigentes também, mas eu em particular — tenho procurado expor aberta e claramente aos nossos camaradas as vitórias da nossa luta, mas também os seus defeitos — e um dia haveremos de os apresentar ao mundo inteiro.

Tratando-se da luta dum povo, parece-me que assim é que se deve proceder.

Não podemos fazer reuniões para nos elogiarmos uns aos outros, sabendo que alguns entre nós agem mal na sua vida privada, na sua vida de responsáveis e em diversos outros aspetos. Eu trairia os interesses do meu povo e do meu Partido — e o interesse dos meus próprios camaradas — se viesse para uma reunião destas só para os elogiar. Os nossos próprios atos é que nos enaltecem, mas nunca recusamos elogiar, levantar bem alto o nome daqueles que têm valor. Temo-lo feito sempre relativamente aos camaradas que realizam qualquer ato exemplar e construtivo para a nossa luta. Tenho levantado bem alto os nomes dos nossos camaradas que se mostraram capazes de cumprir bem as suas missões, as instruções de serviço, as palavras de ordem. Esses camaradas têm-se esforçado para as cumprir bem e reconhecemo-lo.

Mas ninguém espere que nos calemos perante atos que não estão à altura da dignidade que hoje deve ter um militante, quanto mais um dirigente do PAIGC. Esta reunião provou isso mesmo uma vez mais e parece-me que alguns camaradas que tenham cometido erros, mas estão verdadeiramente dispostos a ser sinceros, a ser leais e, como disse o Chico, a dar as suas vidas pelo nosso Partido, pelo nosso povo, sairão daqui mais satisfeitos connosco, e em particular mais satisfeitos comigo, mais ligados a mim, porque sentiram a ligação que temos do ponto de vista moral e político e sabem que estamos vigilantes em relação à sua atuação. Mas se um ou outro camarada está interessado somente em tratar de si próprio, em fazer apenas aquilo que lhe interessa, arrumar a sua vida, criar o seu próprio partido dentro do Partido, com a sua gente, as suas coisas e os seus problemas — esses vão certamente sair desta reunião altamente frustrados comigo porque não desconto nem desculpo coisa nenhuma.

Na verdade, há muito que tenho vindo a afirmar que à medida que avançamos no nosso caminho com atitudes dignas, tornamo-nos mais fortes; mas se avançamos com atitudes indignas, tornamo-nos mais fracos.

Quero dizer-vos que estou muito satisfeito com esta reunião. Ela é uma prova de que, apesar de todas as nossas fraquezas — fraquezas de ordem cultural, fraquezas morais, fraquezas pessoais, etc. — somos capazes de andar para a frente da maneira mais adequada.

Devo realçar que, na questão de erros e outros aspetos mais, evitei referir-me pessoalmente a qualquer camarada nas minhas intervenções. Mas peço por favor aos camaradas — não quero entrar em conflito com

nenhum deles — que a partir deste momento, ninguém no Partido procure fazer as suas coisas à sua maneira, com a sua gente, conforme lhe der na cabeça, independentemente da direção superior do Partido. Isso não estamos mais dispostos a aceitar. Não há nenhum ato de qualquer dirigente deste Partido, relativo à sua vida, às suas ações, às suas conveniências, que não possa passar pela direção superior do Partido. Só assim é que podemos controlar os camaradas para sabermos como é que estão a agir efetivamente. Temos de entender claramente uma coisa: é que a nossa vida moral, a nossa vida política, a nossa luta armada são uma coisa só.

Peço a todos os camaradas, a qualquer nível que estejam, que fiquem cientes de que estarei frontalmente contra qualquer um que procure tratar dos seus interesses, tratar da sua vida como se a direção do Partido não existisse, como se não tivesse contas a prestar — seja em relação a mulheres, a bebidas, ao dinheiro, à nossa própria guerra — seja em relação ao que for. Eu já havia dito isso, aguardámos um ano e observámos. Alguns camaradas conseguiram corrigir-se satisfatoriamente mas outros ainda não. Espero que, a partir desta reunião, os camaradas hão de se corrigir de uma vez por todas. É que não podemos continuar nesta luta com uma rotina em que eu me sento, converso com os camaradas, explicando tudo como deve ser para, a seguir, eles voltarem as costas e irem fazer aquilo que bem entenderem.

E quero sublinhar que mesmo cumprindo o seu dever no dia a dia, não é admissível que no plano moral, e muitas vezes no plano político, cada um faça o que lhe aprouver. Não estou disposto a aceitar isso.

Assim, lanço um apelo aos dirigentes do Partido que têm mais de uma mulher, para decidirem durante este ano ficar apenas com uma e porrem termo às relações com outras mulheres. Estamos dispostos a ajudá-los, a arranjar-lhes casa se for preciso, para terem a sua mulher e os seus filhos. Se for necessário, colocamos os filhos no Jardim, mas parem com a prática da poligamia. É impossível construirmos um país adiantado com dirigentes que têm várias mulheres. É impossível, camaradas! Este é um apelo que faço a todos.

Quando eu critico os camaradas que têm várias mulheres, não incluo o Lourenço, embora lhe tenha dito frontalmente que no dia em que a nossa terra avançar a sério, se ele continuar a ter várias mulheres não irá sentar-se connosco no Conselho Superior do nosso Partido e muito menos no seu Comité Executivo.

No nosso país é possível avançar admitindo que o povo possa ser

polígamo. Não vamos fazer nenhuma lei contra a poligamia porque estamos convencidos de que só a transformação profunda da vida material e social de um povo é capaz de acabar com ela. Noutros países fizeram-se leis contra a poligamia mas ela aumentou ainda mais. O homem do nosso povo poderá ter várias mulheres se quiser e não é com leis que isso muda, mas temos de traçar um caminho para criarmos condições materiais de vida para o nosso povo, de tal maneira que as próprias mulheres não aceitem mais a situação de poligamia e que os próprios homens reconheçam que se tiverem várias mulheres saem a perder.

Isso é o que faremos na nossa terra. Mas para o fazermos é preciso que o país seja governado por gente que dê exemplo. Gente que está de facto profundamente convencida que, para a espécie humana, é indigno um homem ter várias mulheres e que a sociedade onde exista essa prática não avança.

Mas ao Lourenço não o meti nisso, porque ele disse-me abertamente: “Cabral tenha paciência, mas não posso. As minhas mulheres são tais e tais e, segundo a minha tradição, não as posso deixar. Deixa-me isso, pelo menos por agora.”

Ele só tem uma cara. Eu gostaria que outros camaradas tivessem também a coragem de falar comigo assim.

Mas temos esperança de que através de toda esta luta ele há de reconhecer que o PAIGC tem a razão do seu lado: o nosso caminho é para uma terra de dignidade de homens e de mulheres, e onde existe dignidade para homens e mulheres a poligamia não pode ter razão de existir.

Apelo para que nenhum camarada assuma qualquer atitude susceptível de ter consequências na nossa luta, sem primeiro me consultar, sem conversar comigo antes, porque, nas condições concretas da nossa terra, as consequências de cada atitude dum camarada recaem sobre mim. Portanto, tenho de assumir a minha responsabilidade e os camaradas têm o dever de me pôr a par das coisas, dizer-me como elas andam, o que fazem e tudo o que possa influenciar a marcha da nossa luta.

Digo isto aos camaradas para evitar confusões pois não quero conflitos. Quero entendimento, amizade, dedicação, compreensão e desejo ajudá-los a se tornarem grandes dirigentes da nossa terra. Para qualquer um de nós, se nos empenharmos a sério no estudo, se aprendermos e cumprirmos a sério as palavras de ordem do Partido, se lermos os documentos do Partido, se lermos outros livros, se refletirmos a sério sobre os problemas da nossa terra, podemos ser grandes dirigentes, tanto da Guiné como de

Cabo Verde. Mas vários camaradas têm perdido tempo noutras coisas, não a preparar-se para serem verdadeiros dirigentes. Nós ajudamos o máximo que pudermos, mas os camaradas também têm de se ajudar a si mesmos.

Queria dizer-vos isto porque, sinceramente, não quero, de maneira nenhuma, ter um dia de proceder contra qualquer camarada, nem que qualquer camarada do Partido venha a estar contra mim. Temos de evitar isso. Se consentimos tanto esforço, tanto sacrifício, não foi para nos tornarmos inimigos uns dos outros!

Mas os camaradas podem estar certos de que o caminho do erro, dos abusos, o caminho de fazer a sua vida como se quer dentro do Partido, é o caminho da inimizade, é o caminho da traição contra o Partido ou contra qualquer camarada que quer respeitar corretamente a linha do Partido. É fatal, não há maneira nenhuma de o evitar, camaradas. Se seguirmos o mau caminho o resultado só poderá ser esse.

Estamos convencidos de que todos os camaradas vão fazer esforços para o evitar e, neste ano que começou com a nossa reunião, agirem como o Chico disse, para “purificarem-se” cada dia mais. Espero que, até à próxima reunião, tenham refletido profundamente sobre a nossa luta de maneira a tomarem a palavra e participarem ativamente nas discussões, demonstrando ter pensado responsabilmente na luta.

Quero chamar a vossa atenção para as contribuições bastante relevantes que alguns camaradas deram nesta reunião. Destaco particularmente as do camarada Chico Mendes que, durante os nossos trabalhos, mostrou claramente ter refletido com profundidade sobre os problemas e deu importantes contribuições, intervindo frequentemente nos debates. Assim deve ser o correto exercício da função de um dirigente dum Partido. Assim deve ser, sobretudo para aqueles que com mais frequência têm refletido comigo sobre os nossos problemas.

As questões que aqui abordei foram, em geral, discutidas com os camaradas da direção, principalmente o Luiz e o Aristides. Outros assuntos foram discutidos com os camaradas Nino, Pires, Osvaldo e Chico. O camarada Araújo e outros camaradas têm também participado. Com o Carlos Correia, por exemplo, tenho debatido várias matérias. O Fidélis, de há muito conhece os meus pontos de vista a respeito dos problemas de Justiça e População na nossa terra. Durante o ano que passou elaborei, por iniciativa do camarada Araújo, alguns documentos que vos envie, sobre as funções dos responsáveis e dirigentes, assim como sobre as brigadas políticas.

Sou um homem, tenho os meus limites, por isso preciso que os ca-

maradas me ajudem. Se os meus camaradas me suscitarem novas ideias posso ir um bocado mais longe. Um dirigente depende das pessoas que dirige. Se essas pessoas se consideram satisfeitas e não sugerem nada, tudo pode acabar mal, ao passo que, se a cada dia sugerem ideias novas, pode-se avançar muito mais.

Em reuniões como esta, revela-se muitas vezes quem, durante o tempo que passou, pensou ou não nos assuntos em discussão. Vê-se pela maneira como cada um os coloca ou discute. Por exemplo, um camarada que reflete muito nos problemas do Partido é o Caetano Barbosa. Está sempre preocupado com eles e, certamente, toma nota de tudo o que se passa no nosso seio. Ele pensa com seriedade, sofre com os problemas, expõe as suas dúvidas com franqueza. O que é preciso é procurar esclarecer os problemas e as dúvidas com outros camaradas. Temos admiração pelo Caetano Barbosa porque é um dos camaradas presentes que mais reflete sobre os problemas do Partido.

Vários camaradas distinguiram-se nesta reunião, mostrando o seu valor, a sua categoria e o seu pensamento aprofundado. Outros camaradas revelaram alguns aspetos fracos. Desejamos que todos nos equilibremos bem, para avançarmos sempre.

Qualquer amigo do PAIGC — digo amigo, não digo membro do PAIGC — que tivesse assistido a esta reunião, diria: — Esta gente tem, de facto, muito valor. Porque esta reunião, como disse o Kemo, é uma grande vitória, é uma importantíssima batalha ganha. Os resultados que conseguimos, os assuntos que tratámos, a maneira como falámos aqui, as decisões tomadas, apoiando as decisões do Secretário Geral do Partido são uma grande vitória da nossa luta. E se os camaradas se admiram de eu ter vindo apesar de estar doente, digo-lhes que é precisamente porque tenho consciência da importância desta reunião que eu viria, ainda que fosse de rastos. Felizmente os nossos médicos trataram-me bem e hoje aqui estamos todos.

Disse o camarada Luiz Cabral que esta reunião é um verdadeiro Congresso Nacional. Concordei com ele, acrescentando que foi um Congresso Nacional sério, de um país sério. Porque aqui só tratámos de problemas concretos, sérios. Ninguém veio com resoluções feitas, aqui é que as discutimos todas. Isso é muito importante, camaradas. Cada um exprimiu livremente a sua opinião, ninguém impôs absolutamente nada. E, em plena reunião, vimos camaradas defender uma posição e, depois, voltar atrás e avançar noutra direção. Por isso, se esta reunião é de facto um Congresso

Nacional, é um Congresso Nacional de um povo que está no caminho da seriedade, com dirigentes sérios.

Só os que para cá tenham vindo com má consciência poderão não ter ficado satisfeitos com os resultados da nossa reunião.

Mas temos de fazer com que a nossa vida de cada dia — fora de reuniões como esta, longe do Secretário Geral, longe da direção do Partido, quando estamos sós ou com outros camaradas — corresponda à seriedade, à dignidade, à altura duma reunião como esta, que demonstra efetivamente o nosso valor. Isso é fundamental, camaradas! Temos de conduzir a nossa vida de todos os dias — vida pessoal e vida coletiva, em todas as circunstâncias — de forma bem equilibrada, porque sem equilíbrio tudo se estraga.

Como viram os camaradas, tirámos todas as lições daquilo que se passou com o nosso irmão e camarada Sékou Touré. Porque é que isso aconteceu? Aconteceu porque praticamente não havia, na República da Guiné, um dirigente num alto cargo — Ministro, Secretário de Estado, etc. — que não tivesse duas caras. Ontem ouvi Sanho Mamadi falar. Ele tinha duas caras, uma cara para mim e outra para os alemães. A cara que ele me mostrava era a mesma que mostrava a Sékou Touré. Mas tinha outra cara para os alemães. Ele confessou que a tal hora de tal dia deu o seu acordo aos alemães para receber cinco mil dólares por mês. Camaradas, esse era o Ministro da Defesa da República da Guiné — com duas caras.

Ora, camaradas, o que vos peço, o apelo veemente que vos faço é para acabarmos com duas caras neste Partido: uma que mostramos a Cabral e outra, que é a verdadeira, quando estamos com os nossos compinchas.

Com duas caras, não vamos para a frente, camaradas. Se for assim — e se formos doidos — a única situação a que podemos chegar é, em vez de serem membros do Conselho Superior da Luta, alguns chegarem um dia a ministros e venderem-se todos, como fizeram os da República da Guiné.

É assim, camaradas: mesmo que lutemos com armas nas mãos, mesmo que sejamos feridos, isso tudo não impede um homem de se vender, se tiver duas caras. Um verdadeiro homem, um revolucionário só pode ter uma cara. Um filho do nosso povo, da Guiné e Cabo Verde, que luta pela independência da nossa terra, pelo progresso, a paz e a felicidade do nosso povo, um membro do PAIGC, só pode ter uma cara.

Camaradas,

A nossa reunião foi extraordinariamente importante. Pena foi eu ter adoecido, e não ter tido o alento para poder dar às coisas todo o valor que mereciam. Agradeço aos camaradas a contribuição dada, particularmente aos camaradas Aristides e Luiz na preparação da reunião, assim como aos vários camaradas que tomaram a palavra no decorrer desta.

Temos a certeza de que os camaradas que foram escolhidos para diversos cargos de responsabilidade no Partido farão o máximo que puderem para cumprir integralmente o seu dever. Cada um deles pode estar certo de que nós, da Comissão Permanente, do Conselho de Guerra, do Comité Executivo, e eu, em particular, estamos prontos em qualquer altura, a ouvi-los, a discutir todos os problemas com eles e a ajudá-los o melhor possível.

Eu tomei muitas iniciativas sozinho, mas os camaradas têm de me ajudar a tomar mais iniciativas. Não quero palmas, não quero que louvem Cabral: não é isso que vim buscar. Nada quero para mim. Quero, no máximo possível, servir a minha terra e o meu povo na Guiné e Cabo Verde, servindo os camaradas, ajudando-os com base nos princípios do PAIGC e num espírito de democracia absoluta — no quadro histórico da nossa terra, não com manias de que nós somos a Inglaterra ou a França ou outro país qualquer. É isso que eu quero e se os camaradas todos fizerem o mesmo, esse é o melhor elogio que me podem fazer. Servir corretamente, cumprir corretamente o seu dever é o que espero dos camaradas, não que me tentem enganar com aldrabices e mentiras ou com aplausos e elogios — isso não vale a pena.

Tenho a certeza de que esta reunião vai contribuir muito para os meus camaradas reforçarem a sua postura no plano moral, no plano político e no plano da luta em geral, para darem uma contribuição cada vez maior. Os que erraram devem corrigir os seus erros o melhor possível; os que não erraram devem procurar aperfeiçoar-se cada dia mais. Porque cada um que se aperfeiçoar está a contribuir para eu me aperfeiçoar, para aperfeiçoar toda a ação do nosso Partido.

Camaradas,

Temos de fazer muita força este ano para pôr em prática as decisões que tomámos aqui e apoiar as minhas iniciativas quanto ao avanço da nossa luta. Tenho a certeza que os camaradas confiam que, em conjunto com os meus camaradas da Comissão Permanente e do Comité Executivo

— pois não valho nada sem consultar e discutir com eles, sobre a guerra, a política, ou qualquer outro problema —, serei capaz, como até agora, de tomar medidas de valor para a nossa luta, tanto nos planos que discutimos aqui, como em relação à nossa luta em geral. Vamo-nos esforçar para pôr tudo isso em prática.

Este ano temos de trabalhar ainda mais, temos de afrontar os tu-gas mais ainda. Eles estão afrontados e o Spínola está cansado de dizer mentiras. Ele tem dito tantas que já não sabe o que há de fazer. O tempo da sua estadia na Guiné está a terminar e ele ainda não conseguiu fazer nada. Nós, pelo contrário, atacámos Bissau. Marcelo Caetano está cansado porque mesmo em Portugal levantaram-se contra ele. Há dias foram mortas pessoas numa manifestação. Estão afrontados. E nós temos de ter coragem bastante para cumprirmos todas as nossas tarefas em relação à Guiné e em relação a Cabo Verde. Mas sem egoísmos, sem chauvinismos, sem manias.

Temos de combater todos os camaradas que pretendem desviar os nossos recursos só para a Guiné ou que os tentam desviar só para Cabo Verde. Temos de ser capazes de os combater no duro. Porque em geral eles desviam é para a sua barriga, não é para servir o nosso povo. Porque nós do PAIGC entendemos que tudo quanto serve à Guiné, serve a Cabo Verde, tudo quanto serve a Cabo Verde, serve à Guiné. Há muito que entendemos isso. Por isso mesmo é que muitos camaradas estão dispostos a dar tudo na sua vida pela nossa luta. Temos de estar vigilantes, em relação a todos os que procuram, por causa das suas conveniências, ou por qualquer razão de carácter pessoal ou familiar, desviar as coisas para um lado ou para outro. Isso jamais aceitaremos de maneira alguma.

E estamos certos de que este ano, cada um de vocês do CSL, e do CEL, cada um de nós do CG e da Comissão Permanente, nós todos devemos dar o máximo de contribuição para o nosso trabalho. Vamos procurar pensar cada vez mais com clareza, levantar bem alto a bandeira do nosso Partido, que é a força, luz e guia do nosso povo.

Camaradas,

Na África e no mundo, o nosso nome é muito grande. Na minha opinião o nosso nome na África e no mundo é maior do que na nossa terra. Temos, este ano, de ser capazes de trabalhar para colocarmos o nosso Partido à altura do seu nome no mundo. É esta a minha perspetiva.

Antes de terminar, quero agradecer aos camaradas a atenção que de-

ram a esta reunião, a compreensão que tiveram em relação à minha doença, a grande ajuda que me deram. Quero agradecer aos camaradas convidados pela sua contribuição, na esperança de que, mais dia menos dia, veremos alguns deles também como dirigentes do PAIGC, porque no PAIGC a porta está aberta para entrar e está aberta para sair — não só para entrar ou só para sair. Sobretudo para os jovens, estamos dispostos a fazer o máximo.

Glória ao PAIGC, e vivam os nossos combatentes, camaradas!

Viva a nossa força maior e a nossa esperança que é o povo da Guiné e Cabo Verde!

Obrigado, camaradas.

5.

O PLANO DOS COLONIALISTAS PARA DESTRUIR O PAIGC *

Desesperados perante o avanço vitorioso da nossa luta e as derrotas que lhes infligimos cada dia, tanto na nossa terra como nos planos africano e internacional; convencidos de que é difícil ou mesmo impossível comprar ou subornar os nossos dirigentes e responsáveis por meio de trabalho feito fora do Partido; alarmados com o nome e o prestígio cada dia maiores do nosso Partido em África e no mundo; vendo que a sua política na Guiné não dá resultado, pois que a população dos centros urbanos está cada dia mais interessada na luta e no Partido — os criminosos colonialistas portugueses, e o seu representante na Guiné, resolveram estabelecer um novo plano para tentar parar a nossa luta e garantir a continuação da sua exploração do nosso povo: querem agora destruir o Partido por dentro.

* Documento elaborado pelo Secretário Geral do PAIGC e distribuído aos quadros em março de 1972.

Camaradas,

Como sabem muito bem, os criminosos colonialistas portugueses, os inimigos do nosso povo e da nossa luta, fizeram e continuam a fazer todos os esforços e manobras, para tentar destruir o nosso Partido — o PAIGC.

Os criminosos colonialistas portugueses sabem que a força principal do nosso povo na sua luta pela independência e pelo progresso é o nosso Partido. Sabem que, se conseguirem destruir o nosso Partido, poderão liquidar a nossa luta, evitar a libertação total do nosso povo, manter a sua odiosa dominação colonial na nossa terra africana e, se necessário, criar novas formas de exploração para manter a nossa gente na ignorância, na miséria, na indignidade e no sofrimento.

Os criminosos colonialistas portugueses sabem, como nós, que o nosso Partido é a única e verdadeira garantia da vitória total do povo da Guiné e Cabo Verde na sua luta pela independência e pelo progresso. Eles sabem, certamente melhor do que muitos de nós, qual o valor da obra grandiosa realizada pelo Partido desde a sua fundação e principalmente depois do começo da luta armada, para a unidade e a luta do nosso povo, para garantir o sucesso total da criação duma vida nova na nossa terra, pela liberdade e a dignidade do nosso povo africano. Por isso, o objetivo principal dos colonialistas é a destruição do nosso Partido.

Mas os criminosos colonialistas portugueses sabem também, como nós, que a força principal dum Partido que se apoia nas massas populares é o valor da sua direção, é a capacidade da sua direção de estudar a sério os problemas da vida e da luta do povo, de encontrar as melhores soluções para o avanço da luta e de realizar na prática os objetivos que estabeleceu. Os colonialistas conhecem o valor da direção do nosso Partido, que hoje está na vanguarda das direções dos movimentos de libertação da África e do mundo; sabem que este valor é o fruto do trabalho, da inteligência, dos esforços e dos sacrifícios dos membros da sua direção, com base numa unidade sólida e no respeito rigoroso pelos seus princípios. Por isso eles tentaram e tentarão ainda matar o dirigente principal e outros dirigentes do

Partido; por isso eles tentaram e tentarão ainda subornar, comprar dirigentes e responsáveis do Partido, para ver se conseguem quebrar a unidade da sua direção.

Durante vários anos, como sabem, os criminosos colonialistas portugueses e outros inimigos do nosso povo usaram os oportunistas para criarem falsos movimentos no exterior, para lançar a confusão em volta da nossa luta, para barrar caminho à marcha gloriosa do nosso Partido. Todas essas tentativas falharam, porque a direção do Partido foi capaz de manter o nosso povo unido, de fazer avançar a luta na nossa terra e, no plano africano e internacional, desenvolver uma ação política eficaz contra as manobras dos colonialistas, dos inimigos do nosso povo e dos seus lacaios.

Durante algum tempo, como vocês sabem, os criminosos colonialistas portugueses não pouparam nem esforços nem dinheiro para tentar comprar alguns dirigentes e responsáveis do Partido. Mas falharam redondamente, porque o nosso Partido está vigilante e porque os nossos dirigentes e a maioria esmagadora dos responsáveis contactados não aceitaram vender-se, portaram-se como dignos militantes do Partido, e chegaram mesmo a punir severamente os tucas que pretendiam comprá-los, como foi o caso dos majores liquidados no Norte.

Sabem também que os criminosos colonialistas portugueses fizeram e fazem planos para prender ou matar os dirigentes do Partido, particularmente o Secretário Geral, porque estão convencidos de que a prisão, ou a morte do dirigente principal, significaria o fim do Partido e da nossa luta. Assim, o objetivo principal da participação dos tucas na invasão da República da Guiné, em 22 de novembro de 1970, era o assassinato do Secretário Geral do Partido.

Desesperados perante o avanço vitorioso da nossa luta e as derrotas que lhes infligimos cada dia, tanto na nossa terra como nos planos africano e internacional; convencidos de que é difícil ou mesmo impossível comprar ou subornar os nossos dirigentes e responsáveis por meio de trabalho feito fora do Partido; alarmados com o nome e o prestígio cada dia maiores do nosso Partido em África e no mundo; vendo que a sua política na Guiné não dá resultado, pois a população dos centros urbanos está cada dia mais interessada na luta e no Partido — os criminosos colonialistas portugueses, e o seu representante na Guiné, resolveram estabelecer um novo plano para tentar parar a nossa luta e garantir a continuação da sua exploração do nosso povo: querem agora destruir o Partido por dentro. Eles estão resol-

vidos a fazer tudo — a pagar o que seja necessário para criar a confusão e a divisão na direção do Partido, para quebrar a unidade do Partido, para destruir o Partido por dentro.

Qual é o plano dos criminosos colonialistas portugueses e do seu representante na nossa terra?

De acordo com várias informações que recebi de fontes de confiança, esse plano é o seguinte:

1.ª fase: aproveitar o facto de que atualmente muitos patrícios estão a sair de Bissau e de outros centros urbanos para se juntarem ao Partido, para meter no nosso meio alguns agentes africanos seguros, aos quais o Spínola promete honras e fortunas se conseguirem cumprir bem a sua missão. Esses agentes, que tanto podem ser novos como velhos membros do Partido, são treinados pela Pide na técnica de sabotagem política, da provocação e da criação da confusão numa organização.

Na primeira fase esses agentes devem:

a. Dar aparência de serem bons militantes do Partido e de serem dedicados à unidade e à luta do nosso povo contra os colonialistas portugueses.

b. Fazer um reconhecimento em pormenor da vida do Partido, dos seus problemas e, sobretudo, das fraquezas da nossa organização, para poderem ser exploradas a fundo. Informar os colonialistas sobre a situação no seio do Partido.

c. Ver quais são os militantes “descontentes”, mas principalmente os dirigentes e responsáveis “descontentes”. Fazer com estes “descontentes” a maior amizade e camaradagem e apoiá-los sempre nos seus pontos de vista, em relação à direção do Partido, em particular em relação ao Secretário Geral.

d. Aproveitar todas as oportunidades, para lançar a confusão no espírito dos militantes e dos responsáveis, para fazer provocações, para desautorizar e desrespeitar a direção do Partido, em particular o Secretário Geral. Para isso, esses agentes devem tomar sempre uma posição de “defensores” dos direitos dos militantes, instigá-los a não respeitar a direção, criar, pouco a pouco, o espírito de indisciplina e de divisão dentro do Partido.

e. Com base no racismo e, sempre que possível, no tribalismo e, mesmo, nas diferenças de religião, semear a discórdia dentro do Partido,

tentar virar os guineenses contra os cabo-verdianos, os cabo-verdianos contra os guineenses, gente duma tribo contra gente de outra, gente sem instrução contra gente instruída, muçulmanos contra os não muçulmanos e vice-versa — tudo para quebrar a unidade do nosso povo, que é a força principal da nossa luta.

2.ª fase: depois de criar a confusão e a divisão no Partido e de ter bem nas mãos os “descontentes”; depois de ter garantido um certo número de militantes e responsáveis prontos para trair a direção do Partido, em particular o Secretário Geral, os agentes deverão:

a. Criar uma rede clandestina de militantes e responsáveis em todos os setores da nossa vida e da nossa luta, principalmente nas Forças Armadas. Para isso, deverão ser contactados os responsáveis, militantes e combatentes que, por qualquer motivo, estejam “descontentes” com a direção do Partido. Os contactos devem organizar-se para sabotar a ação dos verdadeiros dirigentes e responsáveis fiéis ao Partido e para, por sua vez, criarem a confusão em todos os locais onde se encontram.

b. Criar uma “direção” paralela à verdadeira direção do Partido, formada por um ou mais agentes e por vários responsáveis ou dirigentes “descontentes”. Os agentes devem fazer tudo para que participem nessa direção clandestina, de sabotagem, alguns dos principais dirigentes atuais do Partido, em particular aqueles que, pelos erros que cometeram e pelas críticas que sofreram, não estão “satisfeitos” com a direção do Partido, em particular com o Secretário Geral.

c. Essa “direção” clandestina, de sabotagem e destruição do Partido, deve depois tentar entrar em contacto com os partidos e governos dos países vizinhos, particularmente da República da Guiné, para obterem o seu apoio, contra a direção verdadeira do Partido, em particular contra o Secretário Geral. Devem ainda, na medida do possível, entrar em contacto com algumas embaixadas de países amigos, para tentar criar a confusão, mostrar que há “divisão” no Partido e obter o apoio desses países.

d. Ao mesmo tempo que realizam esse trabalho de destruição interna do Partido e de liquidação dos seus apoios no exterior, os agentes e seus cúmplices deverão fazer tudo para provocar e desacreditar o Secretário Geral do Partido, para sabotar a sua autoridade e prestígio, para preparar o terreno para a eliminação do Secretário Geral do quadro da direção do Partido ou para, se necessário, a sua liquidação física. Por outro lado, os agentes e seus colaboradores deverão fazer uma grande propaganda para

impor no espírito dos militantes e combatentes os nomes de outros dirigentes (antigos ou atuais), que apresentarão como únicos e verdadeiros dirigentes do Partido, contra a direção do Secretário Geral.

e. Nesta segunda fase, de acordo com os planos traçados, os colonialistas e seus aliados lançarão no plano africano e internacional uma grande campanha sobre as “divisões” no Partido, para desacreditar a atual direção e particularmente o Secretário Geral. No país, as tropas colonialistas lançarão grandes ofensivas para aterrorizar e desmoralizar as populações e os combatentes.

3.ª fase: se os agentes dos colonialistas eventualmente integrados no nosso meio não forem descobertos e desmascarados a tempo, e se conseguirem levar para a frente a sua missão; sobretudo se obtiverem a cumplicidade de alguns dos principais dirigentes do Partido e o apoio dos países vizinhos, em particular da República da Guiné, devem:

a. Dar um golpe contra a direção atual do Partido, para eliminar o Secretário Geral e todos os dirigentes fiéis à linha do nosso Partido, à unidade e à luta do nosso povo na Guiné e Cabo Verde contra os colonialistas portugueses, pela independência total da nossa terra africana. Se não puderem fazer isso, tentarão assassinar o Secretário Geral e alguns outros dirigentes.

b. Formar uma nova direção do Partido com base no racismo e, se necessário, no tribalismo e nas crenças religiosas, para garantir a divisão do nosso povo e a sua desmobilização e capitulação perante os colonialistas. Mudar o nome do nosso Partido.

c. Parar todas as atividades da luta tanto dentro da nossa terra como no exterior, especialmente na República da Guiné. Tomar conta de todos os bens do Partido para paralisar todas as atividades da luta e evitar o abastecimento das Forças Armadas; deter e liquidar todos os membros que sejam fiéis ao Partido.

d. Entrar em contacto com o Governo português, por intermédio do Spínola, para falsas “negociações” com o fim de obter a “autonomia interna” da Guiné, para a chamada “autodeterminação sob a bandeira portuguesa”. Criação dum “governo” fantoche na Guiné, que passaria a chamar-se “Estado da Guiné”, fazendo parte da “Comunidade portuguesa”.

Segundo as promessas e planos do Spínola e dos colonialistas portugueses, serão dados postos importantes na vida política e nas Forças Armadas a todos os agentes que cumprirem essa missão assim como a todos

os dirigentes e responsáveis ou militantes do Partido que forem cúmplices e ajudarem bem na realização dos planos traçados. Além disso, receberão todos um grande pagamento pela sua traição ao nosso grande Partido.

Camaradas,

Este é, em traços largos e segundo informações seguras, o plano diabólico que o Spínola e os colonialistas portugueses fizeram para tentarem destruir o nosso Partido por dentro, por meio de agentes que desejam meter ou já meteram no seu seio.

Mas o Spínola e todos os criminosos colonialistas portugueses sabem que o nosso Partido é forte, que a direção do nosso Partido é solidamente unida e que estamos decididos a defender, custe o que custar, a unidade e a luta pela independência do nosso povo, sob a bandeira gloriosa do nosso Partido.

Com quê e com quem o Spínola e os colonialistas portugueses esperam poder contar para a realização dos seus planos criminosos?

Esperam poder contar com o oportunismo, a ambição e as manias de mando de alguns dos nossos irmãos, que poderão estar prontos a trair os interesses do nosso povo desde que os seus interesses pessoais estejam satisfeitos. Esperam também poder contar com as fraquezas do nosso Partido, com os nossos erros e faltas, com as contradições próprias a uma luta como a nossa.

Os colonialistas e o Spínola esperam poder contar com os seus agentes preparados para a sabotagem interna do Partido, mas esperam principalmente poder contar com os elementos “descontentes” do Partido. Os “descontentes” só poderão ser, no quadro da nossa vida e da nossa luta, os dirigentes, responsáveis ou militantes que não cumprem o seu dever, que cometeram ou cometem erros no Partido, aqueles que não veem satisfeitas as suas ambições, os seus apetites ou os seus vícios, contrários aos interesses do nosso povo. No nosso meio, no quadro do nosso grande Partido, os agentes dos colonialistas só poderiam obter a cumplicidade e o apoio dos que querem desrespeitar e humilhar o nosso povo e são castigados; dos que querem abusar das nossas populações e dos nossos combatentes e são criticados; dos que querem abusar das nossas mulheres e praticar outros vícios e são criticados; dos que querem dispor à vontade dos dinheiros e outros bens do Partido e não o podem fazer.

Só entre tais camaradas os agentes dos colonialistas poderiam en-

contrar cúmplices e apoio, porque, no nosso Partido, todos os que têm razões válidas de crítica ou de queixa, são livres de exprimir abertamente a sua opinião, de apresentar as suas ideias e sugestões, tanto no quadro da direção do Partido como em outras reuniões, para melhorar a ação do Partido e a marcha da nossa luta. No nosso Partido só se calam, e poderão tentar sabotar, aqueles que têm a consciência clara de que não têm razão, de que o que querem fazer é contrário aos interesses do Partido, do nosso povo e da luta. Só se calam e poderão tentar sabotar aqueles que vêm na direção do Partido, e em particular no Secretário Geral, um obstáculo à realização plena dos seus erros, faltas, apetites e vícios. Só por isso — e por mais nenhuma razão — poderia um camarada nosso aceitar dar a sua cumplicidade para destruir a unidade do Partido, sabotar a sua direção legítima e tentar eliminar dela o Secretário Geral e outros dirigentes fiéis ao Partido.

Mas o Spínola e todos os criminosos colonialistas portugueses estão enganados. Porque a direção do Partido está vigilante e segue com atenção todas as suas manobras. Porque, mesmo os camaradas que tenham cometido erros e faltas no Partido e na luta, e tenham sido criticados, são patriotas, são militantes que compreendem a necessidade da crítica e da autocrítica para garantir o sucesso da nossa luta.

Quaisquer que sejam os erros que cometeram, esses camaradas não se vendem, não se deixam de certeza levar pela ação criminosa dos agentes dos inimigos do nosso povo e da África, não traem o nosso Partido, força, luz e guia do nosso povo na luta pela sua libertação total na Guiné e Cabo Verde. Porque hoje, mais do que nunca, estamos todos conscientes de que criar ou aceitar a confusão e a divisão no Partido, tentar usar o racismo ou o tribalismo para destruir a unidade do nosso povo e do nosso Partido, seria o maior e o melhor serviço que qualquer de nós poderia fazer em favor dos criminosos colonialistas portugueses, contra os interesses sagrados do nosso povo africano.

Não devemos, portanto, alarmarmo-nos com os planos do inimigo: por mais diabólicos e criminosos que sejam, o nosso povo está consciente das realidades da nossa vida e da nossa luta; os militantes, combatentes, responsáveis e dirigentes do nosso grande Partido sabem de onde partimos, o que já fizemos e para onde vamos; todos conhecem os princípios e os justos objetivos do nosso Partido. Na África e no mundo o prestígio do Partido e da sua direção superior são maiores do que nunca. Estamos vigilantes. Devemos, pois, estar seguros de que nenhuma manobra do ini-

migo, nenhuma ação criminosa dos seus eventuais agentes poderá destruir o nosso grande Partido, a força principal do nosso povo.

Esta certeza e segurança não devem, no entanto, fazer-nos esquecer um só momento que o inimigo está decidido a destruir-nos, que ele é capaz de todas as manobras e que, em qualquer país como em qualquer organização — sobretudo em qualquer movimento de libertação —, há sempre gente capaz de servir o inimigo, de trair.

Que devemos fazer para barrar caminho à penetração dos agentes do inimigo, para não permitir que os planos criminosos do Spínola e de todos os colonialistas portugueses sejam realizados contra o nosso Partido e, portanto, contra os sagrados interesses do nosso povo?

Todos os camaradas sabem o que devemos fazer, mas nunca é demais repeti-lo. Devemos:

1. Reforçar a vigilância e a segurança em todos os ramos da nossa atividade, tanto dentro como fora da nossa terra. Reforçar a vigilância em todos os organismos do Partido, na ação política como nas forças armadas, nas escolas, nos hospitais, nas oficinas, nos armazéns do povo em todos os lados onde o inimigo poderia tentar meter os seus agentes.

2. Receber sempre bem e de braços abertos os filhos da nossa terra, membros do Partido, simpatizantes ou simples compatriotas, que tomam a decisão de deixar os colonialistas para se juntarem a nós. Mas estar vigilantes, observar as suas palavras, ações e movimentos, os contactos que estabelecem, as ligações que têm, para podermos verificar se de facto se trata de verdadeiros patriotas ou de inimigos do nosso Partido.

3. Reforçar a vigilância em relação a nós mesmos, ao nosso comportamento, às nossas ações e ao cumprimento do nosso dever de militantes, de combatentes, de responsáveis ou de dirigentes do Partido, que devem fazer todos os esforços para melhorar os seus conhecimentos, o seu comportamento, e pôr de lado tudo quanto possa ser causa de erros e falhas prejudiciais ao Partido e à luta.

4. Informar sempre os militantes, os combatentes e as populações sobre a marcha da nossa luta, sobre a nossa situação e a situação do inimigo, sobre tudo quanto possa reforçar ou enfraquecer o nosso Partido.

5. Fazer imediatamente uma campanha de explicação dos planos criminosos do inimigo, junto dos militantes, dos combatentes e da população, para que todos vejam claramente como é que os criminosos colonialistas tuguês e o Spínola querem agora tentar destruir o nosso Partido por meio dos seus agentes.

6. Descobrir, desmascarar abertamente, prender, julgar e condenar, todo e qualquer indivíduo, homem ou mulher, jovem ou velho que, no nosso meio, tenta criar a confusão, a divisão, a falta de respeito e a indisciplina em relação à direção do nosso Partido. Porque se trata de certeza dum agente dos colonialistas.

Todo e qualquer dirigente, responsável, militante ou combatente que for contactado por qualquer pessoa que tenta criar a discórdia, quebrar a nossa unidade ou espalhar sentimentos racistas, tribalistas ou de contradições religiosas, deve imediatamente desmascarar essa pessoa, desmascará-la como agente provocador ao serviço do inimigo do nosso povo, porque tenta destruir o nosso Partido. Na verdade, o verdadeiro militante do nosso Partido é sempre um elemento da nossa segurança e, por isso, não pode nem deve ficar calado diante de qualquer tentativa de destruição da unidade e da disciplina do nosso Partido. O verdadeiro militante do Partido, sobretudo se é responsável ou dirigente, deve desmascarar, denunciar e mesmo prender, se é caso para isso, qualquer indivíduo que, sob a capa de membro do Partido, tenta trabalhar para a sua destruição, portanto, para a liquidação da nossa luta de libertação.

Camaradas,

Ao mesmo tempo que reforçamos a nossa vigilância contra o inimigo e os seus agentes, e em relação a nós mesmos, devemos intensificar a nossa ação política e a luta armada em todas as frentes, dar golpes cada dia mais duros aos criminosos colonialistas portugueses, para expulsá-los definitivamente e o mais breve possível da nossa terra africana, para realizarmos o programa do nosso grande Partido, ao serviço da liberdade e do progresso do nosso povo.

Se fizermos isso tudo e bem e se, nos planos africano e internacional, mantivermos os nossos aliados e amigos informados sobre a situação da luta e sobre os planos e as manobras criminosas dos colonialistas portugueses — condenaremos seguramente ao fracasso os planos do Spínola e de todos os colonialistas portugueses: nada será capaz de prejudicar ou de destruir o nosso grande Partido, nada poderá parar a marcha vitoriosa do nosso povo na sua luta pela libertação total, pela paz e pelo progresso na Guiné e Cabo Verde.

Avante, pois, camaradas, na nossa luta heroica de libertação nacional, mais confiantes do que nunca na vitória certa do nosso Partido!

Reforcemos a vigilância em todos os setores da luta, tanto dentro

como fora da nossa terra, para desmascarar e eliminar todos os agentes do inimigo, seja qual for a capa em que se escondem!

Melhoremos o nosso comportamento e a nossa ação, ao serviço do nosso Partido e do nosso povo!

Viva o PAIGC, força, luz e guia do nosso povo na Guiné e Cabo Verde!

Morte aos criminosos colonialistas portugueses e aos seus miseráveis servidores!

6.

A MULHER E O HOMEM, COMPANHEIROS NA GRANDE AVENTURA QUE É A VIDA NO NOSSO PLANETA*

A mulher não precisa de favores de ninguém. Apenas precisa de justiça e, na base da justiça, pode conquistar tudo aquilo a que tem direito.

* Excertos da intervenção pronunciada na Escola Piloto do PAIGC em Conacri a 8 de março de 1971. Texto revisto e condensado a partir de uma tradução do crioulo, não publicada.

Numa boa iniciativa dos vossos professores, sobretudo do Diretor desta Escola, vocês reúnem-se aqui hoje para, mais uma vez, celebrar o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Trata-se de uma boa iniciativa, e espero que, em todo o lado, os camaradas se lembrem de dizer umas palavras sobre este dia, de grande significado para todos nós.

No ano passado a camarada Ana Maria explicou-vos o significado desta data e hoje foi a vez do camarada Madeira brevemente nos lembrar disso.

Parece-me que todos já compreenderam que o objetivo principal da comemoração é mostrar respeito, consideração, amor pelas mulheres, tanto as da nossa terra como as do mundo inteiro — mas em primeiro lugar, pelas mulheres da nossa terra e, antes de mais, pelas nossas companheiras de trabalho, as nossas companheiras diretas na luta; e, em particular nesta escola, dos alunos para com as alunas, dos professores pelas professoras e dos alunos pelas professoras, e destacar a mulher como parte fundamental da humanidade, como companheira do homem nesta grande aventura que é a vida no nosso planeta. Respeito, dedicação, amizade, amor, para que, cada dia, nos sintamos mais unidos às nossas companheiras, constituamos um só corpo, homens e mulheres, no trabalho, ao serviço do nosso povo e da humanidade. Isso é muito importante. Devemos honrar as mulheres, respeitar as mulheres, amá-las no mais puro sentido da palavra.

A mulher é a nossa mãe. Nada é mais importante do que uma mãe, mesmo para os animais, quanto mais para os seres humanos. O nosso camarada Kêssana, de uma maneira que muito nos sensibilizou, recitou tão bem o poema intitulado “Mãe”, que talvez nem fossem precisos discursos, bastando apenas esse poema para hoje, entre nós, comemorarmos o dia 8 de março.

Mas as mulheres são também as nossas filhas, porque, qualquer de nós, qualquer homem do mundo pode ter filhos e filhas. E filhos, todos nós desejámo-los por serem o nosso prolongamento nesta aventura que, como eu disse há pouco, é a vida sobre a Terra. A mulher, ainda, camaradas, é a nossa própria companheira e um homem deve respeito à sua mulher, que

vive com ele em casa e lhe dá filhos. Ele sabe que ela é fundamental para a sua vida.

A mulher também é a nossa irmã. Filha da nossa mãe, filha do nosso pai. Na nossa terra, ainda vamos mais longe, pois consideramos como irmãs as filhas dos nossos tios e tias. São sangue do nosso sangue, pedaço do nosso próprio corpo, e por quem devemos ter amor, dedicação; e devemos respeitá-la porque sabemos que ela é um pedaço de nós mesmos, camaradas.

A mulher é ainda a nossa camarada, a nossa companheira da luta. No momento atual da nossa vida, da vida do nosso povo na Guiné e em Cabo Verde esse é o aspeto da mulher, mais importante para nós: mulher-camarada, mulher-companheira de luta. Ela é uma das forças principais da nossa luta: força em casa, na rua, no campo de batalha, nos hospitais nas escolas, força por todo o lado, quer em trabalhos simples, quer em trabalhos importantes, que exigem mais intelecto.

Camaradas, vocês todos sabem, porque os vossos professores vos disseram, há muito tempo que a mulher é objeto de falta de respeito, falta de consideração, falta de justiça. A isso chama-se discriminação.

No início da humanidade homens e mulheres colhiam para comer frutos e plantas que nasciam no mato sem ninguém as ter semeado. Os homens e mulheres eram iguais, sem distinção alguma entre eles. A pouco e pouco começaram a compreender a Natureza, o ambiente em que viviam e acabaram notando que de uma semente que caía no chão nascia outra planta, igual àquela que tinha dado a semente. Foi o momento em que o ser humano descobriu a agricultura. Mas quem de facto descobriu isso, conforme se acredita, foram as mulheres.

Durante bastante tempo, a mulher teve nas suas mãos o trabalho agrícola na vida da família. Durante esse período a mulher era a força principal da família, porque ela é que se dedicava à agricultura enquanto o homem só se dedicava à caça; por assim dizer, a mulher é que dirigia. Durante um longo tempo, em todos os povos do mundo, fosse na Europa, na África, na Ásia ou na América, a mulher era a força principal. Foi o período qualificado de matriarcado em que as mulheres é que detinham o poder. Mas, aos poucos, com o aparecimento de outras formas de trabalhar, de produzir e, sobretudo, a partir do momento em que apareceu a propriedade privada, começaram a surgir guerras por causa das terras, por causa dos animais. Então, o homem assumiu o papel principal nas guerras. Enquanto a mulher ficava em casa a tratar das coisas, o homem guerreava.

De tanto guerrear, o homem fez-se mais forte e passou a mandar. E, como era o homem que caçava, os animais apanhados eram considerados propriedade sua. Quando passaram a criar animais em casa, estes também pertenciam ao homem. E, como o homem guerreava por causa da terra, esta passou a ser vista pela mulher como pertencendo ao homem. Este começou, assim, a ter mais força do que a mulher e a mandar mais do que ela. Aos poucos, foi surgindo um novo regime que se chamou de patriarcado. Devemos notar bem que, enquanto no matriarcado não havia propriedade sobre os bens, quando surgiu o patriarcado, em que os homens passaram a mandar, começou o regime da propriedade, em que cada um tinha a sua própria terra, defendendo-a contra os outros. A sociedade patriarcal desenvolveu-se e perdurou até aos nossos tempos, quer na nossa terra, quer na Europa e em outras partes do mundo.

Contudo o mundo não se desenvolveu sempre da mesma maneira em todos os lugares. A situação da mulher da nossa terra através dos tempos era diferente da de outros sítios. Mesmo na nossa terra há diferenças. Por exemplo, todos sabemos que as mulheres balantas têm muito mais poder entre o povo balanta do que as mulheres mandingas entre o povo mandinga.

A situação da mulher varia de país para país, mas podemos constatar que em África a mulher sofre de grande discriminação. A situação da mulher é de se manter atrás do homem, abaixo do homem, ser menos considerada que o homem. Muitos homens, e também mulheres, pensam que assim é que deve ser. Mas outros são da opinião que se quisermos o progresso do ser humano terá de existir igualdade entre homens e mulheres.

Ora nós fazemos parte do grupo de pessoas em África que desejam a dignificação e o progresso da mulher, que defendem a igualdade de direitos entre o homem e a mulher. Isto é muito simples: queremos que as nossas mães sejam iguais aos nossos pais, queremos que as nossas irmãs sejam iguais a nós, queremos que as nossas filhas não sejam escravas de ninguém, não sofram abusos de ninguém. Parece-me ser justo que os maridos, os pais, os irmãos e os filhos desejem isso para as esposas, filhas, irmãs ou mães

Para isso, é preciso lutar. Antigamente, também na Europa, a situação da mulher era ainda pior do que na nossa terra. Mas, aos poucos, os homens e as mulheres lutaram juntos pela justiça, relativamente à situação da mulher. É uma luta que ainda não acabou. Não pensem que na Europa todas as mulheres são iguais aos homens, ainda há muita diferença. Mas,

aos poucos, a mulher foi ganhando direitos, e hoje pode frequentar todas as escolas, pode ter qualquer emprego importante e ser mesmo chefe de governo ou chefe de Estado.

Essa é uma grande vitória não só das mulheres daqueles países, mas também de todas as outras mulheres do mundo, como as da África ou de qualquer outra parte onde elas ainda sofrem discriminação. Pois, sendo assim, a mulher que está aqui conosco poderá dizer: afinal é possível. Do mesmo modo como na Europa a mulher foi capaz de se levantar, as mulheres da nossa terra, de qualquer grupo, poderão levantar-se e conseguir tudo o que as europeias conseguiram nos seus países. Isso é, portanto, uma vitória das mulheres do mundo. Qualquer vitória de uma mulher em qualquer parte do mundo é uma vitória para todas as mulheres do mundo, camaradas. Mas, repito, é preciso lutar, temos de lutar. Nada cai do céu a não ser a chuva. Nesta terra é preciso lutar para conseguir tudo o que de bom ela pode produzir. Mesmo para conseguir a comida é preciso lutar, quanto mais para os direitos de qualquer ser humano. É, pois, preciso que os homens com ideias mais avançadas, homens que tenham melhor coração, homens que já entenderam bem as ideias do PAIGC, agarrem nelas com força e lutem pelos direitos da mulher. Mas, primeiramente, é também preciso que as mulheres se mobilizem e lutem para defender os seus direitos e não admitam, em caso algum, nenhum abuso, nenhuma falta de respeito, nenhuma falta de consideração ou qualquer discriminação em relação a elas.

Na Guiné, as mulheres são a força de uma tabanca. Entre muitas etnias, na nossa terra, a agricultura é fundamentalmente feita por mulheres. Não vou lembrar-vos, todos vocês sabem, seja na bolanha, no arroz de pampam, ou no campo de mancarra, são as mulheres que trabalham; para colher os alimentos no campo ou no lugar, são elas que trabalham; para preparar a comida, desde bater e pilar o arroz, cozinhá-lo, ir buscar água, lavar a roupa, criar os meninos, tudo isso são tarefas executadas pelas mulheres. Por isso mesmo podemos concluir que as mulheres são as pessoas mais importantes da nossa terra. Se não fosse a mulher, nada funcionaria.

Mas, apesar disto tudo, a mulher é vítima da violência, ela é vendida e trocada por vacas, é enxovalhada, é objeto de abusos e, às vezes, mal nasce, pequenina ainda, já lhe destinaram um homem! Todos esses abusos, que conhecemos, terão de acabar na nossa terra. Queremos que cada pai tenha a certeza de que a sua filha é respeitada e que poderá progredir e destacar-se consoante as suas capacidades.

Em Cabo Verde acontece o mesmo. A mulher em Cabo Verde, seja a

mulher do campo, ou da cidade, é a força da casa. É ela que tem de lavrar, colher, pilar, preparar tudo, a cachupa ou outros alimentos para os homens. As mulheres dos empregados, como as de Bissau, da Praia ou de S. Vicente, ou as dos operários que ganham pouco, precisam de fazer milagres e mais milagres para darem de comer aos filhos ou lhes arranjamem roupa decente.

Camaradas, a situação das mulheres na Guiné e em Cabo Verde é, de uma maneira geral, um espelho da situação da mulher em África. Mas também em outras partes do mundo a mulher sofreu muito. Basta nos lembrarmos que, por exemplo, na China onde hoje há mulheres que dirigem milhares e milhares de homens nas fábricas, na agricultura, etc., há cerca de 20 anos as mulheres não podiam andar ao lado dos homens, tinham de ficar 5 metros atrás! Basta isto para se ter uma ideia de que, ao fim e ao cabo, não é só na nossa terra que a mulher sofre ou sofreu, ou que a mulher luta para poder erguer-se, levantar a cabeça e ser igual ao homem.

Mas, como já vos disse, há países, sejam eles capitalistas ou socialistas onde a situação da mulher progrediu muito. Nos países capitalistas, algumas das mulheres que pertencem a famílias com meios para darem um curso superior aos filhos, podem ganhar posições de destaque. Mas em geral, nesses países, as operárias recebem salários inferiores aos dos homens e a grande massa das mulheres, quer do campo, quer da cidade tem ainda de lutar pela sua emancipação, como geralmente se diz — pela sua libertação, como preferimos dizer.

Os países socialistas deram-nos grandes exemplos de como a mulher pode progredir em pouco tempo para uma vida diferente, plena, igual à do homem. Várias instituições do Estado são dirigidas por mulheres e, nos Parlamentos, elas estão também representadas em grande número. Nesses países, a todas são garantidas condições para se desenvolver, todas têm a obrigação de ir à escola, como os homens. As portas das Universidades, das Escolas técnicas, secundárias e médias estão igualmente abertas para todos os homens e mulheres. Na educação, do ensino primário ao universitário, grande parte dos professores são mulheres.

As fábricas, as cooperativas agrícolas estão abertas, tanto para os homens como para as mulheres. E, quem trabalhar melhor, quem tiver mais conhecimentos, quem mostrar mais capacidade de trabalho, quem der mais provas, é que deve dirigir, seja homem ou mulher. E, em vários outros ramos, tal como na indústria, há fábricas em que as mulheres são em maior número, como as de tecidos, artigos elétricos, eletrodomésticos, relógios,

etc. No sector da saúde, por exemplo, há casos em que elas constituem 60 a 80 por cento dos médicos.

Isso trouxe uma força acrescida a esses países, porque conseguir aproveitar toda a capacidade e todo o rendimento tanto dos homens como das mulheres representa uma grande riqueza, camaradas. E é uma riqueza com base na justiça e em oportunidades, possibilitando a toda a gente realizar o seu potencial, ao mesmo tempo fazendo progredir o seu país.

Nós temos de fazer o máximo na nossa terra para abrir um caminho largo que leve ao desenvolvimento da mulher. Já começámos a abri-lo, mas, amanhã, depois da nossa luta, continuaremos ainda com mais vigor, com mais coragem, com mais entusiasmo.

O PAIGC, como já ouviram dos vossos professores, coloca a questão com toda a clareza: nós queremos a igualdade entre homens e mulheres na vida familiar, na vida pública e em todas as atividades políticas e temos demonstrado isso na prática concreta da nossa luta.

Logo no começo da luta, as badjudas da nossa terra acorreram em quantidade para as bases da guerrilha. Muitas pegaram em armas. Aos poucos, dado que ainda há muitos aspetos ligados às tradições que necessitam ser abordados, e a prioridade é lutar contra o colonialismo português, vimos que não era muito conveniente juntá-las nas bases com os camaradas e elas foram integradas, principalmente, como enfermeiras e milicianas. Assim, a maioria dos nossos milicianos são mulheres assim como a maioria dos enfermeiros. Mas, numa fase mais avançada da luta pelo progresso da nossa terra, não haverá nenhuma diferenciação. Elas poderão participar em qualquer atividade.

As mulheres já mostraram muito amor pelo nosso “chão”, muito amor pelo nosso povo. Várias vezes, no começo da luta, os homens fraquejaram, mas as mulheres agarraram com força e prosseguiram com a luta, dando o exemplo.

Todos os camaradas sabem que as mulheres se têm ocupado de tarefas importantes no nosso Partido. Desde os tempos da guerrilha até agora, em todo o lado, centenas das nossas enfermeiras, dezenas das nossas professoras, ajudaram-nos em todos os aspetos, em toda a parte. A mulher tem dado o máximo da sua contribuição, para ajudar a desenvolver a luta, para ajudar o PAIGC a vencer.

O PAIGC tem procurado colocar mulheres em cada Comité do Partido, na tabanca. Num Comité de 5 pessoas, 3 são homens e 2 são mulheres, mas se for de 3 pessoas, uma terá de ser mulher, é o que exigem os nossos

regulamentos. É também assim, obrigatoriamente, nos grupos de colaboradores dos Comités de Zona. Já em outros níveis de direção do Partido, as mulheres participam de acordo com a sua capacidade.

Nesta matéria devemos evitar dois erros. Um é recusar que a mulher participe nos órgãos de direção do Partido. Outro é colocá-la nesses órgãos só por ser mulher. Isso não serve, seria só para fingir.

Para participar nos órgãos da direção do Partido as mulheres têm de mostrar a sua capacidade e o seu valor, tal como se exige dos homens.

Infelizmente, desde os tempos antigos, os homens têm tido maiores oportunidades de ir à escola, de aprenderem mais, etc. Por isso, aparecem mais homens do que mulheres nos órgãos de direção do PAIGC. Mas fazemos força para que, por exemplo, haja sempre a presença de mulheres nos nossos comités inter-regionais. Por isso mesmo é que o Comissário Político Principal do Sul, pelo seu próprio valor, pela sua capacidade é uma mulher, a Camarada Carmen Pereira. Não é nenhum favor. Tal como a camarada Titina Silá no Comité Inter-Regional do Norte, pelo seu valor, pela sua capacidade.

O nosso desejo era que tivéssemos mulheres na Comissão Política do Partido. Só depende delas, do seu trabalho. Pelo facto de querermos que a mulher avance, ela não pode esperar nada que não conquiste pelo seu valor, pelo seu trabalho, pela sua capacidade. Esta é a justiça que deve ser feita em relação à mulher! Ela não precisa de favores de ninguém. Apenas precisa de justiça e, na base da justiça, pode conquistar tudo aquilo a que tem direito.

O fundamental é termos homens e mulheres com a sua própria responsabilidade, com o seu próprio valor, com a sua afirmação própria.

É este o nosso caminho, camaradas. É este o caminho que devemos seguir e continuar. É o único caminho que pode realmente trazer a liberdade à nossa terra. Um país não pode ser livre, não pode ser feliz, não pode progredir, se a mulher não for livre, se ela não puder contribuir com toda a sua capacidade para o progresso do seu povo. Não há país algum que possa considerar-se efetivamente livre se as suas mulheres estiverem subjugadas ou forem objeto de falta de respeito. Mas para acabar com isso, camaradas, as mulheres devem lutar, devem elas mesmas empenhar-se nesse sentido.

O PAIGC abriu o caminho. Elas devem agarrar nesse desígnio com afinco a fim de conquistarem todos os direitos na nossa terra, como é de justiça, como desejamos. Por isso mesmo, a mulher deve, a cada passo, rejeitar a imagem do ente resignado, triste, fraco, infeliz, como muitos ho-

mens a consideraram e em muitas sociedades se acredita que ela seja, e mostrar que é dotada da mesma sensatez e razão que o homem e, tal como ele, capaz de pensar e de agir.

Por isso mesmo, nenhuma mulher deve ficar na sombra do seu companheiro. A mulher que tiver um companheiro deve tratá-lo bem, com amizade e amor, mas deve destacar-se por si mesma, pela sua personalidade, capacidade e valor.

É também fundamental ninguém pensar que o facto de ser mulher de um responsável confere alguma autoridade relativamente aos outros militantes do Partido. Ser mulher de responsável não é um cargo de Partido! Costumo dizer que não há casais militantes. Como militante do PAIGC cada um tem direito apenas àquilo que lhe cabe como tal, e engana-se redondamente quem acreditar que pode esconder-se atrás do valor do seu marido ou do pai do seu filho.

Por isso, as mulheres, as badjudas da nossa terra devem pôr de lado a ilusão de que conseguem singrar na vida apoiando-se nos responsáveis do Partido. É natural que uma rapariga tenha uma relação com um responsável, se ela for clara e com base na reciprocidade, não por cálculo. Mas muitas acreditam que juntar-se a responsáveis para terem filhos com eles é o caminho a seguir. Isso é puro engano. A mulher deve ser consciente e não aceitar, de maneira nenhuma, que qualquer responsável ou algum outro membro do Partido a utilize, conforme lhe apetecer. Isso é vergonha para as mulheres da nossa terra, é uma vergonha para todos nós do PAIGC, tanto para os homens como para as mulheres.

O que queremos é que a mulher na Guiné e em Cabo Verde se levante. Ela tem dado provas de muito valor, grandes provas. Bastaria que cada um pensasse um pouco na sua própria mãe para sentir o valor que tem cada mulher. Basta pensar um pouco nas mulheres curvadas sobre os campos, nas mulheres enfrentando os sacrifícios, mulheres carregando sacos pesadíssimos no cais de S. Vicente, mulheres lutando para não morrer de fome nos campos de Santiago, tantas mulheres sofrendo na nossa terra!

Mas há também, um pouco por toda a parte, mulheres impedidas de escolher os seus companheiros que, sem o seu consentimento, lhes são impostos pelos pais, tios ou outros familiares.

Tudo isso mostra o quanto as mulheres têm sofrido na nossa terra.

Queremos que elas se levantem, que essas situações acabem e que sejam elas mesmas a assumir em suas mãos a responsabilidade desta luta, não pensando que se trata de algum favor que o homem lhes faz. A vida

da mulher não pode ser melhorada apenas com leis, tem de ser através da luta. Qualquer badjuda, qualquer mãe da nossa terra, esteja onde estiver, deve levantar a cabeça e exigir respeito para si própria, quer perante qualquer homem, quer em relação ao seu trabalho, para mostrar o seu valor, provando que é conseqüente a palavra de ordem do PAIGC que proclama a igualdade de direitos da mulher e do homem.

Eram essas as ideias que eu queria transmitir aos camaradas, na ocasião em que, mais uma vez, esta escola tomou a feliz iniciativa de comemorar o 8 de março, Dia Internacional de Solidariedade com a Mulher.

O que desejo aos camaradas é que daqui a alguns anos, vocês todos, meninas e rapazes sentados aqui à minha frente, possam sentir-se de facto realizados na nossa terra, nesse grande sonho do PAIGC de igualdade real de homens e mulheres, em direitos e deveres, em todos domínios, tanto na Guiné como em Cabo Verde. Com mulheres dignas, de cabeça erguida, tal como os homens, sem medo de ninguém, donas dos seus destinos, ao serviço do nosso povo, ao serviço da África, ao serviço da Humanidade.

PARTE II
ENTREVISTAS

1.
**PARA UM POVO DOMINADO, LIBERTAR-
-SE É SEMPRE URGENTE ***

Para nós, e para todos os povos oprimidos da África, lutar pela libertação e independência não é apenas varrer a dominação colonial da nossa pátria. É igualmente — e sobretudo — procurar e conseguir os meios necessários para, à custa dos nossos próprios esforços e sacrifícios, mas em colaboração com outros povos, consolidar a independência conquistada e desenvolver o nosso país em todos os planos.

* Entrevista concedida ao jornalista Heinrich von Tiedemann, correspondente da Radiotelevsão da RFA em Dacar, Conacri, 23 de janeiro de 1964.

Aquando da sua primeira conferência em Adis Abeba, a OUA prometeu o seu apoio total ao movimento de libertação de Angola e reconheceu oficialmente o Governo no exílio do Senhor Holden Roberto. O Senhor espera que o seu movimento de libertação da Guiné, dita portuguesa, será igualmente reconhecido pela OUA num futuro próximo e da mesma maneira?

— Convém repor os factos, para evitar confusões. Com efeito, a primeira Conferência de Adis Abeba não prometeu o seu apoio a nenhum movimento de libertação em particular. A Conferência adotou decisões concretas respeitantes ao apoio da OUA a todos os povos africanos em luta contra a dominação colonial e aos seus movimentos de libertação.

Por outro lado, a Conferência de Adis Abeba não reconheceu nenhum governo no exílio. Foi o Comité dos 9, na sua reunião em Dacar, que recomendou aos Estados africanos o reconhecimento do governo no exílio a que fez referência.

No que diz respeito ao nosso Partido, a Comissão de Bons Ofícios, criada pelo Comité dos 9 para estudar o nosso caso, reconheceu o nosso Partido como a única organização combatente do nosso país e recomendou a integração de outros eventuais movimentos nas nossas forças. Eis os documentos da OUA que provam este facto.

(Extratos do Relatório da Missão de Bons Ofícios)

“IV — Constatações da Missão — A Missão de Bons Ofícios, após ter examinado todos os factos e informações disponibilizados em Conacri, constata que o PAIGC, contrariamente ao FLING, é o único Partido que desenvolve a luta armada na Guiné, dita portuguesa, onde já terá libertado vastas áreas.

Assinados, os representantes da Argélia, Congo-Leopoldville, Guiné, Nigéria e Senegal — 31 de julho de 1963.

(Extratos das Recomendações da Comissão de Bons Ofícios)

“2.º — ... A maioria dos membros da Comissão, compreendendo a Argélia, a Nigéria e a Guiné, são de opinião que esta frente deve ser constituída no seio do PAIGC, particularmente devido aos meios de que dispõe

este movimento e à ação que desenvolve no território da Guiné, dita portuguesa, de que ele já libertou uma parte.

3.° — *A Comissão recomenda aos movimentos nacionalistas da Guiné, dita portuguesa, que unam os seus esforços e se agrupem numa única frente militar, no seio das forças combatentes do PAIGC*”.

O Comité dos 9, reunido em Dacar, aprovou por 8 votos as constatações e recomendações da Comissão de Bons Ofícios.

Posso acrescentar que, presentemente, o nosso povo e o nosso Partido têm razões suficientes para crer que o Comité dos 9 adotou uma posição realista respeitante à nossa luta.

Sabe-se que existe um movimento de libertação no Senegal. Acredita-se que, no futuro, os dois comités de libertação, em Conacri e em Dacar, possam colaborar, tal como anunciaram os dois presidentes, os Srs. Sékou Touré e Leopold Sédar Senghor, na ocasião do seu encontro em Tamba-cunda?

— A República do Senegal, tal como a República da Guiné, é um país independente e não tem necessidade de movimentos de libertação no seu território. O Senhor diz que “sabe-se que existe”, mas certamente compreenderá que não é assunto que nos diga respeito.

No que concerne ao nosso país, que ainda sofre da dominação colonial, só conhecemos, até ao presente, um único movimento de libertação no interior — que é a frente de unidade e luta do nosso povo na Guiné e nas Ilhas de Cabo Verde. O nosso povo sabe muito bem que não é nem no Senegal nem na República da Guiné que ele deve lutar, mas sim na sua terra. Mais de um ano de luta armada vitoriosa é o suficiente para fazer prova da sua consciência, relativamente a este problema.

O nosso Partido tem o seu Secretariado Geral em Conacri e um escritório em Dacar, estando a nossa sede no interior do país, onde se encontram a quase totalidade dos nossos dirigentes e todos os nossos combatentes, salvo alguns feridos de guerra ou combatentes doentes.

No que respeita ao encontro de Tumbacunda a que se referiu, é preciso igualmente repor os factos. Suas Excelências os Presidentes Senghor e Sékou Touré afirmaram a sua vontade de trabalhar para a formação de uma frente dos nacionalistas da Guiné, dita portuguesa, no âmbito das recomendações da Comissão de Bons Ofícios. De nossa parte, nunca fomos contrários a este ponto de vista que contribuirá para trazer à luta, no quadro

do nosso Partido, os compatriotas que, até ao presente, têm perdido o seu tempo em assuntos respeitantes à sua vida privada ou em manifestações e reuniões no exterior do nosso país.

Durante uma conferência de imprensa, e a uma pergunta referente à luta de libertação da Guiné, dita portuguesa, o Presidente da República do Senegal respondeu literalmente: “Antes de libertar os nossos irmãos das últimas colónias, devemos, nós mesmos, consolidar economicamente”.

Significa isso que o problema dos territórios portugueses em África não é hoje o mais urgente?

— Meus companheiros de luta e eu próprio temos muito respeito, admiração e estima por Sua Excelência o Presidente Senghor, tanto como poeta e filólogo e também como um dos mais prestigiados homens políticos do nosso continente.

Todavia, este facto não nos autoriza a comentar ou a interpretar o significado daquilo que Sua Excelência afirma em conferências de imprensa. Não poderei, pois, responder à sua questão, o que certamente compreenderá.

Se quer conhecer a minha opinião pessoal sobre a urgência da libertação do nosso povo, devo lembrar-lhe que nos encontramos empenhados numa luta armada de libertação nacional. Creio que, não importa qual seja o povo submetido ao jugo estrangeiro, libertar-se é sempre urgente.

O vosso movimento de libertação e o Senhor têm já concepções precisas a respeito da forma como poderia ser estabelecida uma Guiné independente de Portugal, ou seja, projetos de constituição, etc.?

— Para nós, e para todos os povos oprimidos da África, lutar pela libertação e independência não é apenas varrer a dominação colonial da nossa pátria. É igualmente — e sobretudo — procurar e conseguir os meios necessários para, à custa dos nossos próprios esforços e sacrifícios, mas em colaboração com outros povos, consolidar a independência conquistada e desenvolver o nosso país em todos os planos.

O programa do nosso Partido é preciso nesta matéria e posso afirmar-lhe que um dos problemas centrais da nossa vida e da nossa luta é, presentemente, o que diz respeito à vida independente de nosso país. Evidentemente, independência não é isolamento.

Finalmente, uma última questão: pensa que seja possível, a qualquer momento, um acordo com Portugal ou será que, na sua opinião, o problema só poderá ser resolvido por meio da força?

— Nós sempre pensámos, e ainda continuamos a pensar, que é possível, a qualquer momento, um acordo com o governo português para a solução pacífica do conflito que opõe o nosso povo a esse governo. Isso evidentemente exige, por parte do governo português, o respeito pelo direito sagrado do nosso povo à autodeterminação e independência.

É o governo português que pensa o contrário e, com vista a defender a sua posição absurda e de perpetrar a exploração do nosso povo, impõe-nos a guerra colonial.

Os povos africanos são pacíficos, mas, como todos os povos do mundo, amam a liberdade e querem viver na dignidade. Contra as nossas aspirações, o governo colonial de Portugal recorreu em todos os momentos aos meios de força para nos dominar. Nós recorremos a todos os meios pacíficos para nos libertar, mas em vão.

Não nos restava senão uma saída: a luta armada. Acredito que, se algum dia o seu povo se encontrasse nas mesmas condições que o nosso, tomaria o mesmo caminho. Não é verdade?

2.

LUTA ARMADA UM ASPETO DA LUTA POLÍTICA*

...nós pensamos que mesmo tratando-se de uma luta de libertação é preciso uma vanguarda. Nenhum povo dominado por estrangeiros ama a dominação. Mas não existe uma vontade espontânea, não acreditamos num sentimento revolucionário espontâneo das massas. Os sentimentos que visam transformar uma sociedade no sentido do progresso — e o nosso primeiro progresso é libertarmo-nos do colonialismo — pertencem a uma minoria.

* Entrevista concedida ao enviado do jornal "l'Unità", Romano Ledda, publicada em 30 de abril de 1967.

Primeiro, uma questão particular. O teu Partido abarca com a sua iniciativa também as Ilhas de Cabo Verde, que são relativamente longe da Guiné. Porquê? E quais são as perspectivas?

— As Ilhas de Cabo Verde foram povoadas sobretudo por africanos da Guiné, levados como escravos pelos portugueses, os quais estabeleceram um sistema económico de exploração, primeiro escravagista, depois de servos “evoluídos” e por fim de latifúndio e renda territorial. A estrutura de Cabo Verde apresenta, portanto, características próprias, mas fica o facto de que se trata de uma colónia a par da Guiné, de Angola, etc. e, dados os laços de sangue e históricos, batemo-nos em conjunto. Nestes últimos anos, a luta política teve aí um forte desenvolvimento e podemos dizer que hoje as condições estão maduras para a passagem da luta a uma nova fase. O nosso Partido trabalha seriamente nessa questão e estamos convencidos de que em breve daremos um novo golpe ao colonialismo português. E isso será um serviço que se prestará não só ao povo de Cabo Verde mas também ao da Guiné e das outras colónias portuguesas, porque as Ilhas de Cabo Verde são uma base de apoio muito importante para os portugueses na sua guerra contra os povos angolano, moçambicano e guineense.

Há dois factos que me tocaram particularmente na vossa luta: o carácter da guerra de guerrilha de movimento que a mesma assumiu e o alto grau de mobilização civil. Como se chegou a um tal resultado?

— Os dois factos estão estreitamente ligados e são inseparáveis. A luta armada contra os colonialistas só foi possível na base de uma ampla mobilização e organização das forças populares. A partir de um certo momento a ação armada tornou-se, ela mesma, um fator de mobilização das massas, sobretudo nas zonas não libertadas. Mobilização civil e luta armada integraram-se num todo e nós julgamos que isto é um dos nossos pontos fortes. Além disso, quero dizer-te que, nas condições concretas do nosso país, era absolutamente necessário preparar politicamente um número suficiente de cidadãos, homens e mulheres, sobretudo entre os jovens — o nosso povo é um povo jovem — e na base desta preparação começar a luta armada.

Se não tivéssemos tido esta preparação não creio que, repito, nas nossas condições concretas, tivéssemos podido desenvolver a luta armada. Talvez seja útil acrescentar que ela se desenvolveu como um ser vivente e que toda a luta em geral cresceu na base das próprias realizações, como um corpo humano que cresce assimilando quanto pode assimilar para o seu crescimento. Nós não forçámos a marcha da luta. Preferimos que na base da organização política do nosso povo, o PAIGC, ela se desenvolvesse partindo de formações populares armadas, com uma certa autonomia, e a pouco e pouco tínhamos estruturado estes grupos de forma mais organizada, constituímos as zonas de guerrilha, as regiões, e só depois, diferentemente de outras experiências, decidimos formar o Exército Popular.

Isto é, trabalhámos para que o povo começasse a lutar espontaneamente, assim dizíamos, mas evidentemente sob a direção do Partido, e foi a partir de uma experiência consumada que constituímos o exército para se bater melhor e mais extensamente contra os portugueses. E assim a nossa ação atingiu, ou melhor, atinge, progressivamente, a fase de uma guerra de guerrilha, de movimento.

Daquilo que disseste e por aquilo que vi, acho que vocês resolveram exemplarmente o problema do nexo entre a luta política e a luta armada. Queres aprofundar o tema à luz da vossa experiência?

— Sempre onsiderámos a luta armada como um aspeto da nossa luta fundamental que é política: a contestação da presença portuguesa. A luta política chegou a uma forma armada porque os colonialistas não quiseram dar um mínimo de satisfação à nossa aspiração a sermos livres. Se depois mantivemos muito estreitos os laços entre a luta política e a luta armada, isto aconteceu não por um ato voluntário, mas porque nos demos conta de que a segunda se tornou um momento necessário da primeira. Assim, hoje batemo-nos com as armas, da mesma forma que ontem fazíamos greves ou manifestações de massa, sempre pela independência, que é um fim político.

No dia em que os portugueses compreenderem que temos direito à independência, a nossa luta não terá mais razão de ser, porque teremos realizado o nosso objetivo que é a libertação do nosso povo do jugo colonial. Evidentemente, o problema põe-se de um modo geral onde quer que haja uma luta de libertação nacional, mas cada caso tem as suas características próprias e não pretendemos ser exemplares. Simplesmente, compreendemos que quem quer que esteja interessado em libertar o próprio povo pos-

sa olhar a nossa experiência e tirar dela os elementos generalizáveis que possam servir-lhe.

O PAIGC, ao definir a sua luta, partiu sempre de uma análise precisa da realidade nacional e da estrutura social. Desejaria perguntar-te mais coisas a este propósito, que no entanto dizem respeito a um único problema. Qual é a extensão da frente política e social que vocês realizaram? Quem apoia a luta de libertação e quem é aliado dos portugueses? Em que medida a luta transformou forças antes hostis e indiferentes e desagregou o sistema de alianças sobre o qual se fundava o poder português?

— Evidentemente que para mobilizar o povo, num país como o nosso, era necessário conhecer a fundo a nossa sociedade, ver quais são as diversas classes, quais os elementos que a constituem e qual a sua posição face ao colonialismo português e à luta contra o mesmo. Mas digo-te já, contudo, que nós mesmos aprendemos qualquer coisa no decorrer da luta. Mas antes queria esclarecer aquilo que, na minha opinião, para países como o nosso, é um falso problema: o problema da frente política e social que alguns consideram necessário realizar para poder fazer a luta, e que resulta de uma generalização precipitada, e não de todo justa, de outros casos diversos do nosso.

Numa sociedade como a nossa onde as classes sociais não são muito diferenciadas do ponto de vista económico — e onde elas não são a consequência de opções políticas dos homens — e onde, por outro lado, uma força externa impõe uma condição semelhante a todos os “nacionais”, apesar das pequenas diferenças que os portugueses introduziram também entre nós, num país assim não se põe o problema de criar uma frente: é o povo que constitui a frente. Evidentemente que haverá sempre uma parte desse povo que se colocará ao lado do inimigo mas a sua grande maioria forma a frente nacional que luta; o que interessa é encontrar o instrumento político capaz de fazer avançar esta frente, de lhe dar consciência da necessidade da luta e de responder às aspirações populares. Na realidade o nosso povo pode ser interpretado como uma só classe que é dominada e explorada pela classe dominante portuguesa, dos capitalistas da metrópole.

Tomando este facto em atenção devemos agir como um partido de todo o povo, sem decerto — e a nossa análise provou-o — esquecer as diferenças e as contradições, por agora secundárias, que existem. A outra coisa a dizer é que, partindo das nossas condições históricas, económicas, sociais, deve-se excluir a oportunidade de favorecer a criação de mais mo-

vimentos políticos. Nesse sentido, tivemos um fator muito favorável — é o restabelecimento duma contradição — no facto de que o regime colonial fascista nunca permitiu a formação de movimentos políticos, nem o exercício das liberdades mais elementares. Partimos do nada o que nos permitiu barrar o caminho à proliferação dos partidos políticos e concentrar todo o nosso trabalho na realização da mais ampla unidade e na luta.

Evidentemente que, apesar dos nossos esforços, havia classes e indivíduos que estavam do lado dos portugueses. Quais? Poderiam encontrar-se por toda a parte. Antes de tudo, no seio da pequena burguesia africana — empregados das casas de comércio e do Estado — sobretudo a mais rica, receosa de perder tudo quanto obtivera no quadro colonial. Mas esta gente é uma minoria da pequena burguesia. No campo, podemos encontrar os chefes tradicionais, os quais dadas as suas posições de privilégio, a exploração exercida durante séculos, também com a proteção dos portugueses, se colocaram em grande número ao lado dos colonialistas e atrás de uma parte da população rica. Na cidade podemos também encontrar os seus aliados entre os assalariados, por exemplo, gente que, dadas as conquistas realizadas e a perspectiva de uma melhoria, teve medo de as pôr em jogo e preferiu — como direi? — conservar-se prudentemente do lado dos portugueses. As coisas hoje começam a mudar e verificam-se modificações. Mesmo os pequenos burgueses ricos começam a aproximar-se de nós, porque veem que os portugueses podem ser derrotados e procuram, agora, conservar a sua posição exibindo um nacionalismo de que antes não queriam sequer ouvir falar.

Aludiste à importância do instrumento político e outras vezes ouviste falar da necessidade de uma força de vanguarda. Queres esclarecer-me este problema que me parece que se põe também noutros países africanos?

— Sim, nós pensamos que mesmo tratando-se de uma luta de libertação é preciso uma vanguarda. Nenhum povo gosta de ser dominado por estrangeiros. Mas não existe uma vontade espontânea, não acreditamos num sentimento revolucionário espontâneo das massas. Os sentimentos que visam transformar uma sociedade no sentido do progresso — e o nosso primeiro progresso é libertarmo-nos do colonialismo — pertencem a uma minoria. Se esta minoria se organiza, se se torna ativa no quadro social que lhe é próprio, constitui uma vanguarda revolucionária e o seu papel depende da estrutura de cada país. Para nós este papel era mais fácil, mais nítido, mais claro porque, como te disse há pouco, a falta de desenvolvimento

deu à nossa sociedade um aspeto mais homogéneo. E assim a nossa pequena vanguarda pôde com uma certa facilidade tocar os sentimentos das diversas classes, mobilizar e desencadear a luta. Julgo que os problemas sejam diversos nos países onde as diferenças sociais são mais acentuadas. Também lá é necessária uma vanguarda, mas os problemas de unidade são mais complexos do que no nosso caso.

Ao ler o programa do PAIGC e ao ver as vossas primeiras realizações encontrei uma série de reivindicações e princípios que definem os fundamentos e os objetivos da libertação nacional em relação à revolução social e económica. Queres dizer-me qualquer coisa a este respeito em relação às exigências que emergem da vossa luta?

— A análise do nosso caso concreto permitiu concluir há muito tempo que a verdadeira libertação nacional é necessariamente uma revolução. Na realidade, se o objeto é libertar um povo da dominação estrangeira — e esta dominação não tem sentido se não é económica — tudo leva à transformação profunda dos dados económicos do país. Ou seja, numa linguagem talvez mais restrita, as forças produtivas de um país devem libertar-se das empresas estrangeiras. Isso implica, pelo menos no que nos diz respeito, uma revolução que exige não só uma transformação da totalidade da sociedade em relação às classes dominantes portuguesas, mas também uma transformação interna na nossa própria sociedade. A direção que ela tomará, a que ponto chegará, depende das forças que a dirigem.

Atualmente, nesta fase da luta, a nossa tarefa principal é definir sobretudo uma consciência nacional e dar vida a uma nação, e é esta a nossa primeira conquista. Como pudeste ver, conseguimos resultados importantes e hoje a nossa gente não se apresenta mais como balantas, pepeis, mandjacos, fulas, mas como povo guineense, consciente de pertencer a um grupo de homens num país de África. A partir, pois, de um certo momento do desenvolvimento da luta, controlando a vida das regiões libertadas, com responsabilidades de direção estatal, criámos certos instrumentos de administração, começámos a ter um Estado. A tarefa de desenvolver sempre mais a consciência nacional, juntou-se, assim, à de se estruturar sempre melhor o Estado nascente.

A orientação que damos ao Estado depende do nosso Partido. E o objetivo da nossa luta, já o dissemos várias vezes, é libertar o nosso povo de todas as formas de exploração, quer estrangeira quer nacional. Estamos convencidos de que não temos, nem teremos, motivos para modificar esta

orientação. É isto que posso dizer-te acerca das relações entre a luta de libertação e a revolução, na nossa experiência. Apenas pedimos àqueles que por ela se interessam, particularmente aos amigos, que compreendam o que quer dizer revolução no nosso país e que não tomem a revolução como uma coisa que deva ser igual em toda a parte.

Vi, na frente, aviões americanos, armas alemãs apanhadas aos portugueses, etc. e o PAIGC insiste muito no carácter internacional da guerra portuguesa. Quem são os aliados de Portugal e que interesses determinam o apoio à guerra contra vocês?

— Todos sabem hoje quem são os aliados de Portugal. Antes de tudo, são os países da NATO que o consideram um defensor da civilização ocidental. E então pergunto-me se fazem parte desta civilização os bombardeamentos sobre as nossas tabancas. Portugal não dispõe dos meios para conduzir uma guerra colonial em três frentes (Guiné, Angola, Moçambique). Se consegue fazê-lo é só porque tem o apoio concreto e eficaz da NATO, por um lado, e o dos racistas da África do Sul e da Rodésia, por outro. Pensamos que o carácter internacional da guerra portuguesa é evidente. Os aviões que nos bombardeiam, as armas que nos matam são de origem americana, alemã, belga, italiana e inglesa. Contra nós operam mesmo helicópteros franceses. Os fundos de financiamento da guerra provêm de bancos americanos e alemães. Não é segredo para ninguém que existe um acordo entre a África do Sul e Portugal e que o mesmo tem o aval e o apoio dos países imperialistas. Não será nunca demasiado denunciar perante a opinião pública mundial que Portugal pode continuar a cometer um crime contra a humanidade só porque recebe ajuda militar, económica e financeira dos seus aliados da NATO. Por consequência, penso que é um dever de todas as forças progressistas, sobretudo das que lutam nos países que ajudam Portugal, denunciar esta ajuda, denunciar aqueles que nos governos apoiam também indiretamente esta guerra colonial.

3.

DECIDIDOS A RESISTIR *

Uma dificuldade é o facto de a nossa própria cultura africana, que corresponde à estrutura económica que é ainda a nossa, ter interferido negativamente em certos aspetos da luta. São coisas de que os que julgam a luta do exterior não se apercebem, mas que tivemos de tomar em consideração porque uma coisa é lutar num meio onde todos os homens sabem muito bem o que são a chuva, os relâmpagos, a trovoada, o tufão, o tornado, e outra coisa é lutar num meio onde os fenómenos naturais podem ser interpretados como resultado da vontade dos espíritos. Isto é muito importante numa luta como a nossa.

* Entrevista concedida à revista "Tricontinental", órgão do Secretariado Executivo da Organização de Solidariedade com os Povos de África, da Ásia e da América Latina (OSPAAAL). Publicada na edição francesa da Tricontinental, nº 1, 1969.

Qual é a situação atual da luta nas cidades da Guiné dita portuguesa, particularmente na capital, Bissau, assim como em Cabo Verde?

— Adquirimos uma grande experiência no que diz respeito à luta nas cidades e centros urbanos do nosso país. De início, organizámos manifestações de massa, greves, etc., com o fim de exigir dos portugueses uma mudança na sua política, no que respeita aos legítimos direitos do nosso povo à autodeterminação e à independência nacional. Demo-nos conta que nas cidades e centros urbanos a concentração das forças repressivas, militares, policiais, etc., dos portugueses causava-nos graves perdas. Foi assim que em agosto de 1959, durante a greve dos estivadores e outros trabalhadores de Bissau e dos barcos que transportavam mercadorias, em vinte minutos os portugueses mataram a tiro cinquenta trabalhadores africanos, deixando mais de cem feridos sobre o cais de Pidjiguiti. O nosso Partido decidiu, nessa ocasião, realizar uma conferência clandestina em Bissau e foi então que mudámos de orientação. Ou seja, começámos a mobilizar os camponeses e decidimos preparar-nos ativamente para a luta armada contra as forças colonialistas portuguesas.

Em seguida, decidimos que a organização clandestina do Partido nas cidades seria mantida, tendo à sua frente os nossos dirigentes que continuam atualmente a trabalhar nas cidades e entre os quais se encontrava o atual Presidente do Partido, preso pelas autoridades portuguesas após 18 meses de trabalho clandestino em Bissau, e que continua a ser objeto de detenção domiciliária. Decidimos que as massas populares não deveriam realizar nenhuma manifestação suscetível de dar azo a represálias criminosas por parte dos colonialistas portugueses.

Em Bissau, Bafatá e Farim, principais centros urbanos do nosso país, existe uma organização clandestina do Partido, mas não passámos ainda a qualquer forma de ação direta contra os colonialistas portugueses nas cidades.

É necessário precisar que o nosso país é uma colónia exclusivamente de comércio e não de povoamento, de modo que os próprios civis portugueses, os colonos, não têm grande interesse em se instalarem nas nossas

terras; os que aí vivem são essencialmente funcionários da administração, ou simples empregados do comércio. Desde o começo da luta adotaram uma posição hesitante, ou mesmo indiferente, em relação ao nosso combate, e muitos deles exprimiram o desejo de regressar a Portugal. Também não temos razões para levar a cabo atos terroristas contra os civis portugueses. É por isso mesmo que a nossa ação nas cidades deverá ser dirigida contra os militares, contra a infraestrutura de guerra dos portugueses.

Estamos-nos a preparar para isso e pensamos que se após quatro anos de luta armada os portugueses não se decidem a reconhecer, como é sua obrigação, o nosso direito à autodeterminação e à independência nacional ver-nos-emos obrigados a lançar ataques igualmente nas cidades. E seremos obrigados a fazê-lo, pois é evidente que os portugueses estão decididos a prosseguir com os seus atos criminosos praticados nas regiões libertadas contra as nossas forças pacíficas. Até agora, não realizámos nenhuma ação nas cidades, mas estamos decididos a fazê-lo, na medida em que isso signifique um avanço da luta, ou ainda como represália contra os bárbaros atentados cometidos pelos portugueses contra a nossa população nas regiões libertadas.

No que diz respeito a Cabo Verde, pensamos que a luta será de grande importância para o progresso do nosso combate, não somente na Guiné, mas em todas as colónias portuguesas e podemos garantir que o nosso Partido está pronto para desencadear a luta nesta colónia. Ao longo dos últimos anos, registámos grandes progressos políticos nas ilhas. A direção do Partido funciona aí devidamente, mantemos contactos perfeitos com ela e, como já disse, estamos prontos a desencadear a luta armada. Isso depende simplesmente da direção do Partido, que deve avaliar os fatores favoráveis e desfavoráveis ao desencadeamento total da luta.

Qual é o objetivo estratégico da luta armada? Existem algumas possibilidades de negociações com o colonialismo português?

— O objetivo estratégico da nossa luta armada de libertação nacional é, evidentemente, libertar o nosso país do jugo colonial português. É, em definitivo, o objetivo estratégico de todos os movimentos de libertação nacional que, forçados pelas circunstâncias, pegam em armas para lutar contra a repressão e a presença colonial. Nós, na nossa luta, baseámos os nossos princípios no conhecimento profundo das condições do nosso país. Por exemplo, decidimos que devíamos começar a luta no interior do país e que não devíamos lutar do exterior; eis porque nunca tivemos forças ar-

madadas fora do nosso país. Por isso mesmo em 1963 desencadeámos a luta armada tanto no centro do país como no sul e no norte.

Isto significa que, contrariamente ao que fizeram os povos que lutam em África ou algures pela independência nacional, adotámos uma estratégia que se poderia chamar centrífuga: partir do centro para a periferia do nosso país. E este facto provocou uma grande surpresa aos portugueses que juntaram as suas tropas na fronteira da Guiné e do Senegal, pensando que íamos invadir o nosso país, vindos do exterior.

Mas mobilizámos o nosso povo, organizámo-lo clandestinamente, tanto nas cidades como no mato. Preparámos os nossos quadros, armámos as poucas pessoas que estávamos em condições de armar, tanto com armas tradicionais como com armas modernas e desencadeámos a nossa ação a partir do centro do país.

Hoje, a luta estende-se a todas as zonas da Guiné, tanto no Boé como no Gabu e para o Sul; no Norte, em S. Domingos, na região de Farim; a oeste, perto do mar, na região dos mandjacos e esperamos que, dentro de pouco tempo, possamos lutar também na ilha de Bissau. E, por outro lado, como teve a ocasião de ver no sul do país e tal como outros cineastas e jornalistas viram no Norte e no Leste, libertámos uma grande parte do território nacional, no quadro da nossa estratégia.

No que respeita às possibilidades de negociação, podemos dizer que a nossa luta tem um objetivo político: fazemos a guerra não porque sejamos guerreiros e gostemos da guerra. Não fazemos a guerra para conquistar Portugal. Fazemo-la porque a isso somos obrigados para conquistar os nossos direitos humanos, os nossos direitos de nação, de povo africano que quer a sua independência; o objetivo da nossa guerra é um objetivo político, isto é, a libertação total do nosso povo da Guiné e de Cabo Verde, a conquista da nossa independência nacional e da nossa soberania, tanto interna como no plano internacional.

Por isso mesmo, estamos interessados em que — hoje, amanhã, a qualquer momento — os colonialistas portugueses, empurrados pelas nossas forças armadas, pela luta heroica do nosso povo, venham a reconhecer que chegou o momento de se sentarem a uma mesa e discutirem connosco. Não interessa quando — hoje, amanhã, a qualquer hora — estamos prontos a entabular a discussão. Mas, uma vez que a ONU não é capaz de levar Portugal a negociar, as possibilidades de negociação já não dependem senão dos próprios portugueses. Estamos igualmente convencidos que estas possibilidades dependem do que tivermos feito no quadro da nossa luta armada.

Esta é a nossa posição em relação às possibilidades de negociação com os portugueses e, dado o que já fizemos, dados os sacrifícios consentidos pelo nosso povo durante esta luta difícil, mas vitoriosa, dado que a África marcha para a independência total, a nossa posição não pode ser senão esta: negociar com os portugueses quando eles quiserem, quando estiverem prontos a fazê-lo, mas negociar para a independência total e incondicional do nosso povo.

Isto não significa que, a despeito dos crimes cometidos pelos portugueses no nosso solo, não estejamos interessados, enquanto povo consciente, em estabelecer mesmo com Portugal, as melhores relações de colaboração, de cooperação em termos de igualdade, com absoluta reciprocidade de vantagens, mas também com o maior respeito pela nossa soberania.

Poderia falar-nos dos princípios táticos que orientam o exército guerrilheiro do PAIGC?

— Atualmente, para dirigir uma luta armada de libertação, não é necessário inventar grande coisa no plano geral. Existe já uma grande experiência de luta de libertação nacional no mundo. O povo chinês lutou, o povo vietnamita está a lutar há 25 anos, o povo cubano lutou heroicamente e derrotou os reacionários e os imperialistas na sua ilha, que é hoje um bastião de progresso. Outros povos lutaram e a sua experiência de luta foi dada a conhecer ao mundo.

Sabe muito bem que Che Guevara, para nós o grande Che Guevara, escreveu um livro sobre a luta de guerrilha. Este livro, por exemplo, assim como outros documentos da luta guerrilheira doutros países, entre eles os da Europa onde também houve uma luta de guerrilha durante a última Guerra Mundial, serviu de base geral de experiência para a nossa própria luta.

Mas, em regra, ninguém comete o erro de aplicar cegamente a experiência dos outros no seu próprio país.

Para definir e estabelecer as teorias de luta no nosso país, tivemos de tomar em consideração as condições geográficas, históricas, económicas, sociais e culturais tanto na Guiné como em Cabo Verde.

Foi baseando-nos num conhecimento concreto da nossa realidade que estabelecemos os princípios táticos e estratégicos da nossa luta.

Podemos dizer que o nosso país apresenta muitas diferenças em comparação com os outros. Em primeiro lugar trata-se de um país bastante pequeno: uns 36.000 km² para a Guiné e 4.000 km² para Cabo Verde. En-

quanto a Guiné se encontra encaixada no continente africano, Cabo Verde situa-se no meio do mar. Levamos isso em consideração, mas também é necessário dizer que a Guiné é um país plano, onde não há montanhas e toda a gente sabe que em regra as guerrilhas utilizam as montanhas como ponto de partida para a luta armada. Tivemos de fazer do nosso próprio povo a montanha necessária para poder lutar no nosso país. E tivemos de utilizar todas as possibilidades que nos ofereciam as florestas e os terrenos pantanosos para criar ao inimigo condições difíceis na sua confrontação com a marcha vitoriosa da nossa luta armada.

No que respeita a outras táticas, mantemos este princípio fundamental da luta de libertação nacional ou, se prefere, da guerra colonial: para dominar uma zona determinada, o inimigo é obrigado a dispersar as suas forças; dispersando as suas forças, ele enfraquece-se e podemos vencê-lo. Mas para se defender de nós, é-lhe necessário concentrar as suas forças e, quando concentra as suas forças, isso permite-nos ocupar as zonas que ele deixa livres e trabalhá-las politicamente para impedir o seu regresso.

Tal é o dilema que o colonialismo conhece no nosso solo, como o conheceu noutros países e, este dilema, se for perfeitamente explorado por nós, levará, por certo, o colonialismo português à derrota no nosso país.

Isso é certo, porque o nosso povo está mobilizado e consciente do que está a fazer e, além disso, as regiões libertadas do país, nas quais construímos uma vida nova, são uma constante força de propaganda para a libertação de outras partes do nosso território.

Que princípios táticos e estratégicos anti-guerrilheiros emprega o exército português?

— Se até agora não inventámos grandes coisas, os portugueses ainda menos. A única coisa que fazem os portugueses na nossa terra é seguir as táticas e as estratégias utilizadas pelos imperialistas norte-americanos e outros imperialistas, por exemplo, na guerra contra os povos que se querem libertar da sua dominação. Os portugueses tentaram em primeiro lugar trabalhar politicamente, depois de terem experimentado a arte da repressão, repressão armada, repressão policial, tortura, assassinatos, matanças, etc. Tudo isso não fez parar a nossa luta. De seguida, tentaram fazer um trabalho político para dividir o nosso povo, explorando as contradições tribais.

Chegaram até mesmo a explorar o argumento do racismo, fazendo distinções entre as pessoas de cor mais clara e as de cor mais escura, pro-

movendo a discriminação entre pessoas ditas civilizadas e não civilizadas, e explorando também a posição privilegiada dos chefes tradicionais.

Mas sem sucesso. Os portugueses começaram a guerra colonial e utilizaram a estratégia e a tática comuns a todos os imperialistas em guerra contra os povos. Os colonialistas empregaram contra nós as armas mais modernas, dadas pelos seus aliados norte-americanos, alemães, belgas, italianos, franceses, etc. Empregaram contra nós bombas de todo o tipo, excetuando a bomba atômica. Em particular, no começo da luta no sul do país, empregaram muito as bombas de napalm. Utilizaram também carros blindados. Empregaram contra nós aviões B-26, T-6, PV-2, caças a reação, como, por exemplo, os Fiat G-82, os Fiat G-91, os Sabres, fornecidos pelo Canadá por intermédio da Alemanha Federal, etc. Nada disto deu resultado. Ultimamente, utilizaram helicópteros armados para ações combinadas com a marinha e a infantaria. Estamos certos de que tão-pouco isto trará qualquer resultado.

Vocês puderam dar-se conta da posição em que se encontram os portugueses. Infelizmente, eles não vêm ao nosso país como vocês, jornalistas. Permanecem fechados nas suas casernas e, de vez em quando, tentam realizar uma saída para levar a cabo atos criminosos contra a nossa população. Empreendem combates contra as nossas forças, bombardeiam as tabancas praticamente todos os dias e tentam queimar as nossas culturas. Tentam aterrorizar as nossas populações.

Estamos decididos a resistir, e as táticas e as estratégias do colonialismo português, que são as mesmas do imperialismo por exemplo, no Vietname, da mesma forma que fracassam no Vietname, fracassarão no nosso país.

Sabemos que os portugueses executam ações ofensivas em que por vezes são mobilizados 2.000 e até 3.000 homens, para tentar recuperar o terreno que foi libertado. Que pode dizer-nos a este respeito?

— Sim, o grande sonho dos portugueses é recuperar as terras libertadas. Por exemplo, em 1964, lançaram uma grande ofensiva com cerca de 3.000 homens contra a ilha de Como. Recuperar a ilha de Como teria duas vantagens para os portugueses: primeiro, uma vantagem estratégica porque ela é uma plataforma segura para a dominação do país. Segundo, uma vantagem política, porque isso representaria uma grande propaganda a favor dos portugueses e poderia servir para desmoralizar as nossas próprias populações.

Mas os portugueses foram derrotados em Como, onde perderam mais de 900 militares e muito material e foram obrigados a retirar-se. A ilha de Como continua a ser livre e é hoje uma das zonas mais desenvolvidas do nosso território libertado.

Os portugueses tentaram e continuam a tentar recuperar o terreno. Podemos dizer que, durante a última estação seca, tentaram diversos esforços, tanto no sul como no norte do país, mas não conseguiram instalar-se em nenhum destes sítios.

Eles têm o hábito de vir, por vezes com cem homens, nunca menos, por vezes com mil homens. Na nossa opinião é mais fácil causar-lhes perdas quando vêm em grande número; quanto mais homens tiverem, mais oportunidades temos nós. Hoje estamos preparados para repelir qualquer ataque dos portugueses; quando vêm com a aviação temos geralmente mais dificuldades, mas os nossos combatentes aprenderam, pela sua própria experiência, a lutar nessas condições.

Assim, seja qual for o número de portugueses que vierem (e quanto maior for o número, pior será para eles), estamos decididos a infligir-lhes derrotas cada vez maiores.

Mencionou o livro de Che Guevara, Guerra de Guerrilhas. Neste livro, Guevara dividia a luta de guerrilhas em três fases. Em que fase considera que se encontra a luta na Guiné dita portuguesa?

— Manifestamos em regra uma certa reserva quando se trata da sistematização dos fenómenos. Na realidade, na prática, os fenómenos nem sempre se desenvolvem como previsto nos esquemas estabelecidos. Temos uma grande admiração pelo esquema estabelecido por Che Guevara, baseado essencialmente na luta do povo de Cuba e noutras experiências, e estamos convencidos que, se fizermos uma análise profunda, este esquema pode, de certo modo, aplicar-se à nossa luta. Todavia não podemos afirmar que este esquema é absolutamente adaptável às nossas condições.

Posto isto, pensamos que na fase atual da nossa luta encontramos-nos em plena guerra de movimento. É essa a razão por que reestruturámos as nossas forças, criámos unidades do exército regular mais poderosas e cercámos as forças portuguesas; as nossas forças tornaram-se cada vez mais móveis e, por isso, a importância das posições guerrilheiras para avançar contra as posições inimigas tornou-se menor. Mas hoje o carácter essencial da nossa luta é o ataque sistemático aos acampamentos fortificados, às for-

talezas portuguesas. Isto indica por si mesmo que estamos em plena guerra de movimento. E esperamos que não esteja longe o momento em que, graças ao avanço desta guerra de movimento e dadas as condições em que nos encontramos, poderemos começar a nossa ofensiva geral para acabar com a dominação portuguesa no nosso solo.

Pode dizer-nos alguma coisa relativamente às comunicações guerrilheiras e ao trabalho de propaganda?

— Temos muitas dificuldades no trabalho de propaganda. Em primeiro lugar não dispomos de uma estação de rádio que poderia desempenhar um papel tão importante e mesmo mais importante que muitos canhões. O nosso Partido trabalha ativamente para chegar a dispor de um posto emissor para falar todos os dias (e se não todos os dias pelo menos várias vezes por semana) às nossas forças, ao nosso povo e mesmo ao inimigo. Entretanto, estamos convencidos que os povos amigos que dispõem de emissores, como a República da Guiné, o Senegal, Cuba e outros países do mundo, poderão também fazer um trabalho neste sentido, porque as suas emissões são captadas entre nós. Eles poderão substituir-nos e apoiar a propaganda em favor da nossa luta. Para isto não é indispensável que lhes forneçamos muitas informações porque todos sabem que a nossa luta é justa e razoável.

Por outro lado, nós próprios comunicamos, de tempos a tempos, os resultados da nossa luta armada. Não podemos fazer estes comunicados muito frequentemente porque, por um lado, as comunicações das diversas frentes de luta com o centro que coordena estas comunicações são difíceis — não dispomos ainda de sistema de rádio eficaz, estamos a montar um sistema de radiocomunicações — e é por isso que os nossos comunicados saem com um certo atraso. Mas isso não quer, de modo algum, dizer que a luta pare em nenhum setor. Pelo contrário, o que se verifica é que os nossos comunicados não traduzem em regra a grande intensidade da luta, a frequência dos combates e, muitas vezes mesmo, as vitórias que alcançamos contra o inimigo.

Em relação às comunicações, a nossa luta tem as suas características próprias: nós não podemos lutar montados em *jeeps* ou em camiões; somos os primeiros a conhecer o mau estado das nossas estradas; nós próprios fazemos saltar as poucas pontes que existem, destruimos partes das estradas, o nosso povo corta árvores para barrar as estradas. Na realidade o inimigo não pode circular em nenhuma estrada do nosso país. Mas também não

dispomos nem de camiões, nem de *jeeps*, etc., para ocupar as estradas, para circular ao longo das estradas que nós próprios minámos.

Como pôde ver, somos obrigados a caminhar a pé no nosso território. Isso torna as comunicações extremamente difíceis.

Como lhe disse, trabalhamos ativamente para melhorar as nossas radiocomunicações a fim de não só poder ter informações diárias sobre os progressos da luta em todas as frentes, mas também facilitar a coordenação da luta entre elas para fazer progredir ainda mais a nossa luta armada.

Pode dizer-nos alguma coisa sobre as dificuldades encontradas no decurso do desenvolvimento da luta no que respeita aos problemas tribais, linguísticos, com os chefes feudais da Guiné-Bissau?

— As dificuldades da luta foram sobretudo dificuldades inerentes à nossa própria situação de povo não-desenvolvido, cuja história foi travada pela dominação colonialista, imperialista. Um povo que parte do nada como o nosso, um povo que teve de começar a lutar seminu, um povo que tinha 99 % de analfabetos — e já vos foi possível ver o esforço de alfabetização que temos de fazer para criar escolas — um povo que tinha apenas 14 homens com uma formação universitária, não podia deixar de ter dificuldades para empreender a luta armada.

Além disso, você sabe que, em regra, era assim em África, mas entre nós era muito acentuado. O nosso povo não só era subalimentado, mas era também vítima de numerosas doenças, porque os portugueses nunca se preocuparam em criar uma saúde pública decente entre nós. Tudo isso criou dificuldades no início da luta.

Uma dificuldade é o facto de a nossa própria cultura africana, que corresponde à estrutura económica que é ainda a nossa, ter interferido negativamente em certos aspetos da luta. São coisas de que não se apercebem os que julgam a luta no exterior, mas que tivemos de tomar em consideração porque uma coisa é lutar num meio onde todos os homens sabem muito bem o que são a chuva, os relâmpagos, a trovoadas, o tufão, o tornado, e outra coisa é lutar num meio onde os fenómenos naturais podem ser interpretados como resultado da vontade dos espíritos. Isto é muito importante numa luta como a nossa.

Outra dificuldade é que o nosso povo lutou utilizando armas tradicionais contra a dominação colonial, mas hoje temos de travar uma guerra moderna. Uma guerra de guerrilhas, mas moderna, com táticas modernas.

É necessário formar quadros, preparar os combatentes de modo a adaptá-los a este género de luta, mas fomos obrigados a prepará-los no decurso da própria luta, porque não tínhamos tempo de criar escolas. Como sabe, só agora é que temos escolas de combatentes.

Tudo isto nos provocou dificuldades no sentido de que tivemos de fazer a aprendizagem da luta armada. Enquanto os oficiais portugueses, que dirigem a luta do outro lado, saem das academias militares após sete anos de preparação, para lá dos cursos de base que lhes são ministrados, nós tivemos de mobilizar para o combate jovens vindos da cidade ou dos campos, alguns deles sem nenhuma instrução e que foram obrigados a adquirir a experiência necessária para enfrentar os oficiais portugueses no decurso da própria luta.

Mas basta dizer que no nosso país o governo português foi obrigado a mudar o Estado-maior cinco vezes e que alguns oficiais foram mesmo castigados, para provar que, no fim de contas, não é necessário ir à academia militar para lutar na sua própria terra, para conquistar a liberdade do seu povo.

Quanto às questões tribais, a nossa opinião a esse respeito é bastante diferente da de outras pessoas. Consideramos que, quando os colonos chegaram à África, a estrutura tribal estava já em vias de se desagregar, pelo próprio facto da evolução económica e dos acontecimentos históricos que se tinham produzido no quadro africano. Não se pode dizer que a África, hoje, é tribal. Há ainda restos do tribalismo em África, em particular na mentalidade das pessoas, mas não na estrutura económica propriamente dita. Por outro lado, se o colonialismo fez alguma coisa positiva foi a destruição, em grande parte, dos restos do tribalismo que subsistiam em diferentes sítios do nosso país.

Por isso não tivemos grandes dificuldades no plano tribal. Temos dificuldades em criar uma consciência nacional entre o nosso povo e é a própria luta que cimenta esta consciência nacional. Mas, em regra, qualquer que seja o grupo étnico a que as pessoas pertençam, foi fácil levá-las a considerar que somos um povo, uma nação que deve lutar para acabar com a dominação portuguesa, porque não recorremos a frases feitas, nem a expressões como luta contra o imperialismo, contra o colonialismo, mas a coisas concretas. É uma luta para ter pão, para ter terra, mas na liberdade. Uma luta para ter escolas, para que as crianças não sofram, para ter hospitais. É isto a nossa luta.

É também uma luta para mostrar à face do mundo que somos gente

digna, decente, com a sua personalidade própria. Foram estas as razões que mobilizaram o nosso povo. Sabemos também que o que entre nós subsistia do tribalismo foi destruído pela luta armada que conduzimos. Por outro lado, devemos insistir no facto de que o povo africano, tanto no nosso país como no Congo, onde se produziram coisas terríveis do ponto de vista tribal, não é tribalista. Entre os africanos a tendência é entenderem-se uns com os outros o melhor possível. Apenas os oportunistas políticos são tribalistas: são indivíduos que até estiveram nas universidades europeias e que frequentaram os cafés de Bruxelas, de Paris, de Lisboa ou de outras capitais e que estão completamente desligados dos problemas do seu povo. Poderíamos, portanto, dizer que os tribalistas são pessoas que muitas vezes desprezam o seu próprio povo e que, por ambição política, recorrem a razões que já não existem na mentalidade dos nossos povos, para tentar realizar os seus objetivos oportunistas, os seus fins políticos, a sua ambição de comando e de dominação política.

Quanto ao nosso país, devemos acrescentar que a luta armada não só liquidou as sequelas de ideias tribais que ainda pudessem subsistir, como está em vias de transformar completamente o nosso povo. Apesar de ainda vivermos na miséria, embora não tenhamos roupa suficiente para nos vestirmos e, no plano da alimentação, falem vitaminas, alimentos frescos e mesmo carne, proteínas no nosso regime alimentar — o que, tal como acontece noutros lados, é uma herança do colonialismo e o resultado da nossa condição de subdesenvolvidos — você deve ter tido ocasião de encontrar homens novos.

Um homem novo está a nascer na nossa terra. Uma mulher nova está a nascer na nossa terra e se tiver ocasião de falar com as crianças das nossas escolas poderá ver que têm já uma consciência política, patriótica, e que querem lutar pela independência do seu país. Uma consciência que faz com que se entendam uns com os outros, num sentimento de unidade nacional e de unidade no plano africano.

Devemos insistir particularmente no facto de a mulher do nosso país estar em vias de conquistar uma independência pela qual muito tem lutado, sem nunca a ter conseguido obter. Você pôde ver que os responsáveis, tanto dos comités de tabancas, como dos comités regionais, e mesmo os responsáveis a um nível superior como os comités inter-regionais, são muitas vezes mulheres responsáveis, mulheres conscientes do seu valor, conscientes do seu papel no seio do nosso Partido onde, pode dizer-se, a mulher está presente a todos os níveis.

Poderá explicar-nos sucintamente como se exerce a direção político-militar da luta?

— A direção político-militar da luta é única: é a direção política da luta. Nós, na nossa luta, evitámos criar o que quer que seja de militar. Somos políticos e o nosso Partido, que é uma organização política, dirige a luta no plano civil, político, administrativo, técnico e, portanto, militar. Os nossos combatentes definem-se como militantes armados. É o Comité Executivo do Partido que dirige a luta armada e a vida, tanto nas regiões libertadas como nas que o não são, e onde há militantes. No âmbito do Comité Executivo existe um Conselho de Guerra formado por membros do Comité Executivo, que dirige a luta armada.

Em cada frente existe um comando de frente, assim como em cada setor existe um comando de setor e cada unidade do nosso exército regular tem também o seu comando. Tal é a estrutura da nossa luta armada. As guerrilhas são instaladas em bases e cada uma delas tem o seu chefe e o seu comissário político. Ainda a respeito da organização propriamente dita, o Partido dispõe de um Congresso que em regra se reunirá de dois em dois anos, mas que, no quadro da luta, se reúne cada vez que for possível. O Partido dispõe de um Comité Central e um Comité Executivo que dirigem diretamente os órgãos locais, isto é, os comités inter-regionais do Norte e do Sul, os comités de setores e os das aldeias ou tabancas. Tal é a nossa estrutura.

Nas cidades e nos centros urbanos, a organização do Partido continua a ser clandestina, em regra sob a direção dum número muito restrito de indivíduos.

Dado que a ajuda exterior é tão importante para a luta de libertação nacional e em particular para a Guiné-Bissau, gostaríamos de saber quais são os países que ajudam nesta luta guerrilheira.

— Nós estabelecemos um princípio de base da nossa luta: contar com as nossas próprias forças, com os nossos próprios sacrifícios, com os nossos próprios esforços, mas tendo em atenção o subdesenvolvimento característico do nosso país, o seu atraso económico — bastará dizer que não temos ferro, por isso seria difícil para nós fabricarmos armas. Tendo em conta estas circunstâncias, tendo em conta que no nosso país 99 % das pessoas são analfabetas, o que torna difícil a existência imediata de quadros, tendo em conta também que o inimigo não tem quaisquer escrúpulos e recebe a ajuda dos seus aliados da NATO e em particular dos Estados

Unidos, da Alemanha Federal e de outros países, sobretudo dos seus aliados racistas da África Austral, tendo em conta tudo isto e também as características essenciais da nossa época, que é a da luta geral dos povos contra o imperialismo e a existência dum campo socialista, que é o principal bastião contra o imperialismo, aceitamos e pedimos ajuda a todos os povos que nos podem auxiliar. Não pedimos ajuda em homens: somos suficientemente numerosos para derrubar o colonialismo no nosso chão. Pedimos uma ajuda em armas, em artigos de primeira necessidade para abastecer as nossas regiões libertadas, medicamentos para tratar os nossos feridos e os nossos doentes e para prestar uma assistência sanitária às populações das regiões libertadas. Pedimos toda e qualquer ajuda que qualquer povo nos possa prestar. Pedimos também uma ajuda para a formação de quadros, o que vários países já nos concederam. A nossa ética da ajuda é nunca pedirmos a ajuda de que necessitamos. Esperamos que, em consciência, cada um nos dará a ajuda que pode prestar ao nosso povo em luta pela libertação nacional. Neste quadro, devemos salientar, em particular, a ajuda da África, através da OUA.

Consideramos que até agora esta ajuda não corresponde àquela de que necessitávamos, e não corresponde ao nível do desenvolvimento da nossa luta, que é hoje uma verdadeira guerra contra o inimigo com armas poderosas que utiliza contra nós e dispõe da ajuda dos seus aliados. Por exemplo, a Alemanha Federal envia mesmo técnicos de aviação para Bissau e, além disso, recebe feridos portugueses para os tratar na Alemanha a fim de evitar que o povo português veja os feridos que fazemos.

A nossa opinião é que a ajuda da África é boa, mas insuficiente. É por isso que esperamos que os povos africanos, os Estados africanos, através da OUA, aumentarão a sua ajuda, tanto no plano financeiro como no material.

E no plano financeiro temos a dizer que atualmente as nossas despesas são enormes. Só de gasolina gastamos perto de 40.000 litros para abastecer as frentes da luta. Tudo isto implica grandes despesas e até agora não temos recebido ajuda financeira que nos permita fazer face à guerra, ao passo que, além do seu orçamento de Estado, Portugal dispõe duma ajuda fabulosa em dólares, em marcos, e em libras que os seus aliados lhe fornecem.

Acrescentaremos que no quadro africano há alguns países que nos ajudam bilateralmente. Por exemplo, a República da Guiné presta-nos o maior apoio, concede-nos as maiores facilidades para o desenvolvimento

da nossa luta. O Senegal concede-nos também facilidades para a nossa luta. A RAU* ajuda-nos igualmente. Marrocos ajudou-nos no início da luta e não compreendemos porque hoje não nos fornece a mesma ajuda.

Em África, outros países têm-nos ajudado. Por exemplo, a Tanzânia, que ajuda o povo de Moçambique, o Congo-Brazzaville, que ajuda o povo de Angola, também nos ajudam.

Temos de mencionar a ajuda muito particular que nos prestam os países socialistas. Nós compreendemos que esta ajuda é uma obrigação histórica, um dever histórico, porque consideramos que também lutamos pela defesa dos países socialistas. E devemos particularmente dizer que a União Soviética, em primeiro lugar, a China, a Checoslováquia, a Bulgária e outros países socialistas continuam a ajudar-nos, o que consideramos como muito útil para o desenvolvimento da nossa luta armada. Devemos também assinalar particularmente os esforços incessantes — os sacrifícios que nós apreciamos imensamente — que o povo de Cuba, pequeno, sem grandes possibilidades, que tem de lutar contra o bloqueio dos norte-americanos e outros imperialistas, realiza para nos prestar uma ajuda eficaz. Isto constitui para nós um contínuo encorajamento e contribui para cimentar cada vez mais a solidariedade entre o nosso Partido e o partido cubano, de um povo que consideramos africano. Basta conhecer Cuba, ver a maneira de ser dos cubanos, para uma pessoa se convencer disso. Basta ver os laços de sangue, históricos e de opções políticas que nos unem para o dizer. Por isso estamos muito contentes com a ajuda que o povo cubano nos presta e estamos certos de que Cuba, apesar das suas dificuldades, aumentará cada vez mais o seu apoio à nossa luta heroica de libertação.

Há atualmente um problema importante, um problema quente no Médio Oriente, que diz respeito à agressão israelita contra os povos árabes. Qual é a posição do PAIGC em relação a este conflito?

— Nós temos por princípio defender as causas justas. Somos pela justiça, pelo progresso do homem e pela liberdade dos povos. Nesta base, consideramos que a criação de Israel feita pelos Estados imperialistas para manter a sua dominação no Médio Oriente foi qualquer coisa de artificial cuja finalidade era criar problemas nesta importante região do mundo. Eis a nossa posição: o povo judeu que pratica a religião judaica tem direito à vida e tem vivido muito bem em diversos países do mundo. Pesa-nos

* RAU — República Árabe Unida, formada pelo Egito e a Síria (1958/1961), mas cujo nome o Egito manteve oficialmente até 1971.

muito que os nazis tenham destruído mais de 6 milhões de judeus durante a última guerra mundial. Mas não pensamos que isso possa dar aos judeus o direito de ocupar uma parcela da nação árabe. Consideramos que o povo da Palestina tem direito à sua terra. Consideramos, pois, que as medidas adotadas pelos povos árabes, pela nação árabe para reconquistar a pátria palestina são justas.

Nós, neste conflito que põe em perigo a paz mundial, estamos totalmente ao lado dos povos árabes que apoiamos incondicionalmente. Fazemos votos para que não haja guerra, mas desejamos que os povos árabes consigam libertar o povo da Palestina, libertar a nação árabe desse elemento de perturbação e de dominação imperialista que é Israel.

Qual é a posição do Partido em relação à luta no Vietname?

— Para nós, a luta no Vietname é a mesma coisa que a nossa própria luta. Consideramos que no Vietname se está a jogar não só o destino do nosso povo, como o destino de todos os povos que lutam pela sua independência e soberania nacional. Somos solidários com o povo do Vietname e admiramos imensamente a sua luta contra a agressão norte-americana, contra os reacionários da parte sul do Vietname que não são mais que marionetas do imperialismo norte-americano. Prestamos todo o nosso apoio ao povo vietnamita. Nas circunstâncias históricas atuais do nosso povo, não lhe podemos oferecer mais do que lutar todos os dias com coragem, com decisão, contra os colonialistas portugueses que são também lacaios do imperialismo internacional.

Que pensa da luta revolucionária latino-americana?

— No quadro da nossa firme posição de solidariedade em relação aos povos, pensamos que os da América Latina têm sofrido muito. A independência dos povos da América Latina foi uma falsa independência. Os povos da América Latina nunca gozaram de uma verdadeira independência. Foram criados governos que se submeteram inteiramente ao imperialismo e em particular ao imperialismo norte-americano. Toda a gente sabe que a doutrina de Monroe foi o ponto de partida para a dominação total da América Latina. Isto significa que os povos da América Latina que tinham estado submetidos ao jugo espanhol — ou português no caso do Brasil — passaram a ficar sob o jugo imperialista embora tenham tido governos próprios; por outras palavras, a sua independência era fictícia.

Hoje, os povos da América Latina —cujo desenvolvimento atingiu

um nível mais elevado que o dos povos africanos e onde as contradições de classes se definem melhor e, por consequência, as posições dos diferentes indivíduos em relação à verdadeira independência são mais claras — estão decididos, e provam-no na prática, a utilizar os meios necessários para lutar pela sua verdadeira independência nacional. Não poderemos fazer outra coisa senão dar-lhes todo o nosso apoio. Seguimos com muita atenção o desenvolvimento dos novos focos de guerrilha na América Latina. Fazemos votos que eles se desenvolvam todos os dias cada vez mais e que os dirigentes mostrem a sua decisão nesta luta.

Consideramos que cada povo, cada direção é livre de escolher a via que lhe convém para a luta, mas esperamos também que cada povo, cada direção saberá reconhecer o momento da verdadeira luta, porque o inimigo luta por todos os meios, sempre. Pode haver discussões para saber se deve ou não empenhar-se na luta armada; no quadro da libertação dos povos, não há problema de luta armada ou não armada. Para nós, há sempre luta armada. Há duas espécies de luta armada: a luta armada em que os povos combatem de mãos nuas, sem armas, mas onde o imperialismo, esse, tem armas e mata a nossa gente; e a luta armada em que provamos que não somos loucos. E em que, também, pegamos em armas para responder às armas criminosas dos imperialistas.

Acreditamos que o povo da América Latina já compreendeu isto e prova a sua lucidez pegando em armas para lutar corajosamente contra as forças reacionárias imperialistas que infestam o continente americano.

4.

O DESFECHO DA LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL É SEMPRE POLÍTICO *

O que garantimos é que a cada dia assestaremos golpes mais duros, mais mortíferos aos portugueses. Temos homens para o fazer, temos e teremos material para o fazer. A cada dia reforçamos o trabalho político do nosso Partido entre a população e os militantes armados e não armados, e estamos absolutamente seguros de poder conduzir os portugueses a um Dien Bien Phu, seja militar, seja político. De qualquer modo, em última análise, o desfecho será sempre político!

* Entrevista concedida à revista belga Le Point, setembro de 1969.

No combate que o PAIGC está a travar, qual é, na sua opinião, a contradição principal? Trata-se fundamentalmente de uma luta de libertação nacional ou de uma luta de classes? E, na medida em que a sua ação proceda desses dois elementos, que tipo de vinculação existe entre ambos?

— Como sabe, somos um povo dominado pelo colonialismo português ou, pelo menos, o éramos antes dos progressos da nossa luta. A nossa luta tem como objetivo a libertação nacional, quer dizer, queremos acabar com a dominação no nosso país tanto na sua forma política como económica, sobretudo contra esta última. A nossa opinião é de que a libertação nacional não consiste no simples ato de pôr em prática as resoluções da ONU, mas sim em libertar verdadeiramente as forças positivas do nosso país para as pôr em marcha ao serviço do povo.

Contudo, há naturalmente um problema de classe, tanto no interior do nosso país como nas relações externas com o domínio colonial. Estamos convencidos de que a dominação colonial no nosso país é a dominação da classe dirigente portuguesa sobre o nosso povo ou, se o prefere, sobre a nossa nação considerada no seu conjunto como uma classe e, portanto, a primeira contradição a resolver é, exatamente, liquidar essa dominação estrangeira de classe sobre o nosso país.

No interior das nossas fronteiras, existe toda uma estrutura social, tanto nas cidades como no campo, e aqui se coloca o problema do papel dos chefes tradicionais. Devemos, pois, dizer que, em geral, este problema é frequentemente visto a partir de uma ótica que não corresponde completamente à realidade; pensa-se que este aspeto da superestrutura africana está ancorado muito profundamente e é muito difícil de extirpar.

Não obstante, o colonialismo mudou muito as coisas neste particular. Por um lado, há muitos grupos étnicos que não têm chefes tradicionais, são sociedades sem estratos a quem por vezes os portugueses impuseram chefes, inclusivamente chefes que não eram da mesma etnia. Deste modo, como vê, esta é uma debilidade básica dos chefes tradicionais. Por outro lado, mesmo entre as etnias como os fulas, mandjacos e mandingas em que existia toda uma estrutura tradicional houve sucessões de chefes que os portugueses não respeitaram, já que muitos não correspondiam às exi-

gências do colonialismo; assim, substituíam quem deveria ser chefe pelo seu primo ou então instalavam outros que nem sequer tinham qualquer parentesco com ele ou com o grupo, criando desta maneira uma situação que retira à palavra tradicional o seu verdadeiro significado.

Mas há uma luta de classes entre as massas camponesas e esses chefes “tradicionais”?

— A massa camponesa no nosso país não é a massa que, em geral, se imagina. A massa camponesa não tem necessidade de fazer reivindicações de terras: no nosso país, cada um pode cultivar o seu pedaço de terra; mas, o que acontece é que a massa camponesa, os camponeses estão conscientes e a luta contribui para reforçar a sua consciência, pelo facto de não partilharem os mesmos interesses nem a mesma posição que as famílias dos chefes ou as pessoas diretamente ligadas à autoridade colonial portuguesa.

A luta provocou um aprofundamento dessas contradições e alguns chefes — em número considerável, sobretudo da etnia fula — colocaram-se do lado dos portugueses. Talvez nós mesmos tenhamos cometido erros de análise, talvez não tenhamos tomado as medidas políticas necessárias para evitar isso, mas o facto é que eles se colocaram do lado dos portugueses e que por esse mesmo posicionamento se destroem.

Sem querer estabelecer paralelismos artificiais com a Europa, como concebe o papel do seu partido? Atribui-lhe uma função proeminente de guia centralizado, digamos de tipo leninista, ou, pelo contrário, concebe-o somente como um detonador estimulante tão pouco “dirigente” quanto seja possível, digamos, um partido de tipo anarquista, se esta palavra pudesse ter sentido para os anarquistas?

— Nada disso! Se o partido é de tipo leninista ou não, cabe a vocês tirarem essa conclusão, caso assim entenderem.

Nós desenvolvemos o partido em consonância com a realidade do nosso país e com as exigências da luta, mas, evidentemente, alguns de nós conhecemos certas experiências partidárias, sobretudo da clandestinidade em Portugal. Há que dizer, previamente, que o conceito de partido não caiu do céu, é um resultado da luta de classes na própria Europa. Se adotámos a palavra partido é porque levámos em conta o porvir do nosso povo, achámos que seria melhor falar de partido do que movimento.

Como sabe muito bem, em África não ocorreram os fenómenos que

deram origem aos partidos. Podemos, pois, dizer que trouxemos algo estranho ao introduzir um partido no nosso país, mas isso era necessário, tão necessário como o arado que não existe na nossa terra, ou o trator que não resultou do seu desenvolvimento económico. O partido é um instrumento de transformação da nossa sociedade, em primeiro lugar, para expulsar os colonialistas e, em segundo lugar, para construir o progresso da nação. Com efeito, para nós, nas condições concretas existentes, tendo em conta as características sociais e culturais do nosso povo e a repressão permanente praticada pelo colonialismo português, era necessário organizar este instrumento de uma forma muito sólida, e reconhecemos que isso não seria possível se o partido não fosse centralizado. Os factos demonstram que essa centralização era necessária.

É a direção do Partido que verdadeiramente dirige as coisas e em cada nível ela encontra-se estreitamente ligada ao nível superior. Evidentemente, através da discussão disciplinada até à base, as orientações devem ser respeitadas. Por outro lado, em cada momento, procuramos sondar, ouvir e conhecer o que se passa na base, para poder tomar as medidas adequadas.

Pode-se, pois, falar de centralismo democrático?

— Sim. Como sabe, não gostamos muito dos vossos rótulos, mas se é assim que chama a isso, estamos de acordo.

Qual é a posição relativamente às relações do partido com o exército? Há uma identidade entre ambos ou há subordinação de um em relação ao outro?

— Para nós, o Partido é um instrumento que o nosso povo forjou para acabar com o colonialismo português e para construir o seu progresso. E, nesta perspectiva, o exército não é outra coisa senão um instrumento do Partido para a luta armada.

Para nós, não há distinção: todos os membros do nosso exército são membros do Partido. Não admitimos diferenças entre o Partido e o exército: o exército surgiu do Partido tal como a flor brota da planta.

Neste caso, que pensa das teses de Régis Debray?

— Oh, Régis Debray não estudou o nosso caso concreto; estudou outras situações, assim compete aos interessados responder, não a nós.

Do estrito ponto de vista militar, quais são as dificuldades com que se deparam? Não há graves problemas logísticos, particularmente para o transporte e encaminhamento do material pesado?

— A luta armada, realizada nas condições do nosso país, impõe-nos limites, e deles devemos estar conscientes, mas de limites em cada etapa. O que hoje não é possível pode sê-lo amanhã. Depende da quantidade de transformações que se realiza durante uma fase determinada e dos meios que se seja capaz de criar através da luta, sejam meios humanos ou materiais. E, naturalmente, para lutar nas nossas condições, sem veículos motorizados, quando tudo tem de ser feito a pé ou em pirogas, não podemos, evidentemente, pensar em utilizar equipamentos pesados como os que se utilizam em qualquer guerra como, por exemplo, no Vietname. No Vietname, no início não utilizavam material pesado; começaram a empregá-lo progressivamente, embora pouco tempo antes acreditassem que não seria possível fazê-lo.

Considero que tudo depende daquilo que se faça. O combate cria novas possibilidades! Não utilizamos equipamento pesado, mas ninguém pode dizer que, se a luta se prolongar, não o iremos empregar.

O trânsito de armas e material ligeiro levanta problemas?

— No início houve dificuldades, mas elas foram resolvidas. Agora não há problemas.

Qual é a vossa política de formação de quadros? Apoiam-se, sobretudo, nas regiões libertadas ou no envio de militantes para o exterior? Neste sentido, há diferenças no que respeita à formação política e militar, por um lado, e a formação técnica mais especializada — especialmente médica — por outro?

— Desde o início fizemos esforços para formar quadros, ao nível das possibilidades que correspondiam às nossas realidades. Formamos quadros no interior do país. Os quadros militares são, em geral, formados no interior do país; porém, logo no início da luta tivemos quadros militares formados no estrangeiro. De igual modo formamos no interior do país quadros políticos e também enfermeiras e enfermeiros.

Quanto ao exterior, todas as ofertas que possibilitem a obtenção de bolsas de estudo são bem recebidas.

Neste aspeto, há que ter em conta o que éramos no início da luta: um país com 99% de analfabetos, com uma dezena de quadros formados

nas universidades portuguesas. Podem, pois, imaginar quais são as nossas dificuldades. Um dos problemas da luta, para nós assim como para os povos nas mesmas condições que nós, é o problema dos quadros; mas há que os formar, por isso é necessário que em cada etapa não se venha a exigir deles mais do que podem dar. Amanhã darão ainda mais. É este o nosso princípio.

Nesta longa tarefa de formação, qual é o lugar e a influência das visitas e estadias de estudo, seja junto de outros movimentos de libertação seja nos países libertados e comprometidos numa via socialista?

— Adotámos um princípio de assimilação crítica — isto quer dizer que estudamos as experiências dos outros, mas levando as nossas próprias realidades em consideração e aproveitando essas experiências o que é verdadeiramente adaptável às nossas condições. Não pretendemos inventar coisas que já estão inventadas. No que respeita aos intercâmbios com os restantes países colonizados por Portugal, como Angola e Moçambique, temos uma organização chamada CONCP, com a sua direção, suas comissões, intercambiamos as nossas experiências e, sempre que possível, fazemos visitas recíprocas. Naturalmente, temos visitado outros países, mas não tanto quanto, talvez, se possa supor no exterior. Geralmente, essas visitas são muito agradáveis, os acolhimentos são muito cordiais, somos muito bem tratados, a tal ponto que não se pode chamar a isso visita de estudo das experiências alheias, são mais visitas de contacto, de conhecimento mútuo e de solidariedade.

Vê interesse no estudo direto das experiências militares de outros movimentos? Será necessário ir ao Vietname, ao campo de batalha, por exemplo?

— Não é necessário. É suficiente ler os livros de Giap* e de outros dirigentes do Vietname para compreender as coisas, pois se começamos a passear por todo o lado para aprender, acabaremos por não levar a cabo a luta no nosso próprio país. E o melhor terreno, a melhor escola, é a do nosso próprio país. É lá a grande escola.

* Vo Nguyen Giap (1911-2013), general vietnamita, que organizou a resistência do seu país contra o colonialismo francês e a invasão norte-americana, levando à derrota militar de ambos. É considerado um dos mais brilhantes estrategas do século XX.

Qual é o papel dos aliados de Portugal na repressão do movimento de libertação, mais concretamente, qual é, respetivamente, o lugar da África do Sul ou dos países membros da OTAN?

— Você sabe tão bem como eu que Portugal é um país atrasado, subdesenvolvido, onde inclusivamente a agricultura é muito primitiva, comparada com a do resto da Europa. Portugal não possui uma infraestruturas capaz de suportar seriamente uma guerra, nem mesmo contra pequenos povos pobres como o nosso, sobretudo se tem de a enfrentar em três frentes e empregar armas modernas. Noutros tempos Portugal lutou contra nós, seja na Guiné, em Angola ou em Moçambique, para instalar a dominação colonial. Essa luta durou 50 anos. Os portugueses tinham armas de fogo; nós não e tão-pouco tínhamos a unidade e a consciência que temos hoje, mas, apesar de tudo, tiveram de fazer a guerra durante 50 anos.

Ora, neste momento da história, em que a contestação armada do colonialismo português é a característica do nosso país, Portugal não poderia fazer a guerra, se não contasse com o apoio da OTAN e outros aliados.

No que diz respeito à África do Sul, existe uma solidariedade estreita, concreta, com Portugal, o que contradiz nitidamente as pretensões multirraciais do governo português. Mas nós felizmente estamos bem longe da África do Sul, ao passo que, em Angola, as tropas sul-africanas já intervieram contra os militantes do MPLA com helicópteros e aviões. Estes são factos concretos!

Quanto aos países da OTAN, observe as notícias e verá quantos ministros da Alemanha Federal vão a Portugal. A Alemanha Federal tem uma base aérea importantíssima aí mesmo em Portugal e investe cada vez mais em Angola e em Moçambique. Como espingardas os portugueses utilizam as Mauser e outras armas fabricadas na Alemanha Federal. Os aviões Fiat e Sabre foram todos entregues a Portugal pela RFA. Por outro lado, os B-26 são americanos, as espingardas G-3 são americanas, etc. — não é necessário desbobinar a origem de todas as armas que os portugueses utilizam.

Em particular, qual é o papel dos países como França, Bélgica ou Suíça como aliados do colonialismo português?

— Relativamente à Bélgica, por exemplo, existe material belga que os portugueses utilizam contra nós — mas creio, francamente, que é nisto onde vocês têm de desempenhar o vosso papel, se quiserem procurar no vosso próprio país os dados concretos sobre esta estreita colaboração. Nós, estamos a lutar. Investiguem todas essas coisas, esses dados, denun-

ciem-nos. Nada temos contra a Bélgica, nada temos contra o povo belga, pelo contrário, desejamos as melhores relações com a Bélgica. Mas, neste momento, é evidente que existe um vínculo entre a Bélgica e Portugal. Do mesmo modo está claro que os Allouettes que nos atacam fabricam-se em França assim como as canhoneiras recebidas pelos portugueses.

Qual o tipo de ajuda que o PAIGC recebe — ou espera — dos países do Terceiro Mundo em primeiro lugar, dos países socialistas em segundo e, finalmente, dos países ocidentais?

— O nosso critério sobre a ajuda é o seguinte: recebemos a ajuda de quem no-la oferece. Estamos a lutar pela libertação do nosso povo e lamentamos que as ofertas de ajuda não sejam suficientemente numerosas.

Nós não pedimos a ajuda de que necessitamos, esperamos que cada um que nos queira ajudar dê o que possa dar. Por outro lado, não admitimos condições pela ajuda que recebemos. A contrapartida é que garantiremos a melhor utilização, com a maior eficácia, da ajuda que recebemos para a libertação do nosso povo.

A África ajuda-nos. Como sabe, somos um movimento que conta com muito prestígio no seio da OUA. Esta ajuda é-nos muito útil, contudo não corresponde às necessidades da luta, já que não se desenvolve como exige o incremento da luta.

Consideramos a comunidade socialista também como uma aliada na luta e recebemos a sua ajuda, pelo menos de alguns países. Esta ajuda é-nos muito útil e esperamos que aumente à medida que a luta se desenvolva.

Quanto à Europa e aos países ocidentais em geral, há correntes de opinião e organizações que nos apoiam. Contamos muito com este apoio moral e político. Infelizmente, ele não se desenvolveu ainda de maneira suficiente, devido, talvez, a que as nossas condições não são assombrosas, ou porque temos a má sorte de ter como adversário um país subdesenvolvido a que as pessoas não ligam muito. Mas trata-se de uma guerra no nosso país e de uma guerra injusta que os portugueses travam contra nós. Esperamos que a opinião anticolonialista, particularmente a europeia, se desenvolva e se manifeste mais fortemente a nosso favor.

Necessitam de medicamentos, por exemplo?

— Os medicamentos são muito úteis, só que depende da quantidade, já que em geral para reunir 50Kg de medicamentos é necessário fazer

esforços extraordinários. É um esforço grande, requer muitos sacrifícios, porém em contrapeso com as necessidades da batalha isso não representa quase nada. Apesar de tudo, o que conta é o gesto, mais do que os próprios medicamentos. Consideramos, naturalmente, que a atividade política, a propaganda de esclarecimento, de informação por parte dos nossos amigos seja, talvez, mais útil que 50 Kg de medicamentos...

Esperamos que se possa fazer relativamente à nossa luta contra os portugueses o mesmo que se fez, de uma maneira brilhante, com respeito à guerra do Vietname. Quanto ao Vietname, consideramos ser uma ajuda muito importante, muito significativa, o que fazem os Vietnamitas e os restantes povos que combatem seriamente contra a dominação estrangeira nos seus países.

Qual é a sua posição a respeito dos soldados portugueses que vos combatem e, mais do que isso, a respeito do povo português?

— Já repetimos a nossa posição mais de dez mil vezes, mas o que conta não é a repetição, é a convicção. Nós não lutamos contra Portugal, nunca o confundimos com o colonialismo português. Esta é uma frase que todos os domingos e quintas-feiras repetimos, através da rádio, aos soldados portugueses. Com efeito, temos um programa de rádio bissemanal destinado aos soldados portugueses. Aqui em Argel há desertores portugueses que podem falar disso melhor do que eu. Aliás, neste domínio, é um facto que a melhor propaganda do nosso Partido foi e continua a ser feita pelos soldados portugueses, inclusivamente os próprios prisioneiros portugueses.

O que queremos é conquistar a nossa independência e desenvolver relações com todo o mundo. Estamos dispostos a conceder prioridades ao povo português, já que falamos o mesmo idioma e temos laços históricos que nos ligam: não se pode negar a realidade e fá-lo-emos de acordo com a nossa própria conveniência e a do povo português.

Como vê as perspectivas para a África do Sul e Rodésia e para a África oprimida, para além da libertação da Guiné e Cabo Verde? Que papel se atribuem neste domínio, uma vez conquistada a vitória?

— A nossa tarefa principal é, em primeiro lugar, libertar o nosso país. Para nós, este é um compromisso sagrado! Mas estamos em África e é nossa opinião que enquanto existir o racismo, o colonialismo, o apartheid na África do Sul, a dominação de uma minoria de origem europeia sobre

uma maioria africana, a África não será livre e haverá sempre o perigo do restabelecimento da dominação. A tarefa de todos os países independentes da África é fazer tudo o que esteja ao seu alcance para ajudar os nossos irmãos da África do Sul e da Rodésia a desenvolver as suas lutas e libertarem-se. Consideramos, evidentemente, que os casos rodesiano ou sul-africano são diferentes do nosso, as próprias perspectivas de evolução são distintas e cabe aos irmãos desses países decidir sobre as melhores soluções. Simplesmente, consideramos que é um caso diferente do nosso que exige, sobretudo, um trabalho político muito sério no interior do país: mobilização política muito grande, sólida organização e, naturalmente, uma vontade generalizada, inabalável de combater.

O caso argelino era muito diferente também, muito complexo, mas houve uma solução. Naturalmente, não se pode confundir a Argélia e a África do Sul, não é a mesma coisa!

Estaremos sempre abertos a toda a colaboração e cooperação para ajudar os nossos irmãos da África do Sul, se chegarmos à independência antes deles. Estamos convencidos de que têm pela frente uma luta muito difícil, mas o trabalho político é essencial para fundamentar a ação, que assumirá as formas necessárias, contra a dominação da minoria de origem europeia.

Na medida em que o PAIGC desempenha um papel exemplar em África, qual será a sua influência — além da ideológica — assim que a Guiné seja libertada?

— A nossa primeira tarefa, em primeiro lugar, diz respeito à nossa população e, logo que estejamos livres, deveremos ainda concentrar-nos para nos libertarmos da miséria e do subdesenvolvimento. Que o nosso caso seja exemplar ou não, isso depende dos outros e das suas apreciações. O que desejamos presentemente é o melhor entendimento com todos os Estados independentes da África e um apoio máximo à nossa luta. Desejamos que consigam resolver os seus problemas, desenvolver-se, melhorar as condições de vida dos seus povos, etc. Mas, na verdade, não colocamos o problema ideológico fora das nossas fronteiras: é no interior que se realizam todo o nosso trabalho e todos os nossos esforços para que o nosso povo tenha uma consciência nacional cada dia mais desenvolvida, para que se dedique à tarefa que o Partido lhe atribuiu, para que possamos vencer verdadeiramente e que a luta de libertação iniciada prossiga, depois da emancipação política, com a libertação económica.

Qual é a sua posição no que respeita ao problema do Biafra?

— A nossa posição a esse respeito é muito clara: respeitamos as decisões da primeira conferência dos Chefes de Estado da África, ou seja, a Carta da OUA. Na Carta está estabelecido e adotado por todos que se deviam respeitar as fronteiras e a unidade dos estados africanos. A Nigéria é um Estado que tem fronteiras muito bem definidas; consideramos que não há conflito que não possa ser resolvido no quadro da unidade nigeriana. Seria servir o imperialismo, começar a despedaçar ainda mais esta África já tão dividida. O povo Ibo, como todos os demais povos, como todos os demais grupos étnicos da África, tem direito a uma vida segura, mas esta segurança não exige o desmembramento e a secessão da Nigéria.

Somos abertamente pela unidade da Nigéria e por que todas as etnias da Nigéria possam viver em paz e com segurança. Acreditamos firmemente que isso seria possível se potências estrangeiras à África não se tivessem imiscuído nos assuntos internos da Nigéria para apoiar uma guerra fratricida.

Na etapa atual da luta, verificam-se problemas étnicos ou tribais na Guiné e Cabo Verde?

— Em vez de problemas tribais preferimos falar de problemas étnicos. As condições objetivas do nosso país não criam problemas desse tipo, contudo, na mentalidade das pessoas existem reminiscências da época dos conflitos tribais. Atualmente, não vemos nascer fontes de conflito desse género nas nossas massas. A experiência africana demonstra que é ao nível da pequena burguesia, ao nível das pessoas destribalizadas, que a ambição política cria conflitos que, em seguida, se qualificam de 'tribais'. Estamos vigilantes, mas isto não constitui uma preocupação no quadro da nossa luta.

Como é que, de um ponto de vista estritamente militar, perspetiva a libertação das Ilhas de Cabo Verde? Isso deve colocar numerosos problemas, especialmente de ordem logística. Assim sendo, pensam numa libertação militar propriamente dita ou numa libertação pressionada por fatores políticos, no momento da fase final da luta?

— As lutas nas Ilhas de Cabo Verde e na Guiné estão intimamente ligadas desde o começo. Como sabe, as Ilhas de Cabo Verde foram povoadas por escravos levados por Portugal. Desde há muito tempo estamos ligados pela história e pelo sangue. É imperativo evitar que os portugueses

explorem a separação que existe entre a Guiné e as Ilhas de Cabo Verde, para nos opormos uns aos outros. Na verdade, começámos juntos a luta, no seio do mesmo partido. A luta nas Ilhas de Cabo Verde desenvolve-se muito bem politicamente, mas preparamo-nos para uma nova fase de luta, se for necessário. Isso depende dos portugueses. Evidentemente, lutar numa ilha ou em várias não é o mesmo que lutar no continente. Mas tudo isso depende exatamente das formas de solução que se encontrarem. Chipre é uma ilha, uma única ilha, mas libertou-se. Cuba é uma ilha, muito grande, mas também se libertou. Zanzibar, ainda mais rapidamente.

Assim, pois, tudo depende do trabalho da direção, do grau de mobilização das pessoas, do apoio que o povo der à luta.

Devemos dizer que existem motivações muito importantes para a luta em Cabo Verde, uma vez que há fome e a própria exploração dos camponeses.

Consideramos que se há desvantagens em lutar numa ilha, há também algumas vantagens, incluindo as próprias dificuldades. Algumas vezes estas são uma forma de vantagem porque obrigam os homens a pensar muito mais nos problemas, a contar com as suas próprias forças, e isso pode-se aproveitar muito bem.

É, portanto, provável uma fase militar?

— Absolutamente.

Atualmente, uma grande parte do território está libertada, mas resta a fase final, a respeito da qual se coloca a questão: pode-se esperar uma grande derrota portuguesa — digamos do estilo Dien Bien Phu — ou, então é melhor prever uma guerra de desgaste que termine mais ou menos como a guerra da Argélia?*

— Há alguns dias um periodista italiano perguntava a uma criança numa região libertada no Norte do nosso país: quando é que tudo isto vai acabar? Ela respondeu-lhe: como sabe, esta luta começou de forma política, hoje é uma guerra, mas terminará também de forma política. Sim. Esta guerra já vai um pouco longa, mas temos tempo suficiente para esperar...

Essa pode ser a essência da nossa resposta. Como sabe, procuramos um objetivo político: a independência do nosso país; não somos guerreiros,

* Cidade do Vietname onde em 1954 as forças nacionalistas comandadas pelo general Giap infligiram uma derrota decisiva ao exército colonial francês, o que veio a determinar o fim da dominação francesa nessa região da Ásia.

peessoas que queiram ter a glória de ter vencido um exército europeu para poder vingar os nossos complexos africanos, nada disso! No momento em que os portugueses sejam levados a um ponto, de onde queiram voltar à política para respeitar os nossos direitos políticos, chegaremos ao fim da guerra. Relativamente à comparação com Dien Bien Phu e com a Argélia, não vemos realmente muita diferença. Sem, evidentemente, diminuir a importância de Dien Bien Phu — pelo contrário, admiramos muito esta vitória militar de primeira magnitude e toda a tática e estratégia que a ela conduziram — queremos somente dizer que no momento em que Dien Bien Phu aconteceu, o exército francês era ainda muito forte no Vietname, havia centenas de milhares de soldados e oficiais franceses e havia, inclusive, militares que queriam continuar a guerra. Eles podiam continuá-la: há que dizê-lo com toda a franqueza e os Vietnamitas sabem-no muito bem. Simplesmente, os aspetos políticos já haviam superado a fase militar. Dien Bien Phu foi o golpe final que, conjugado com a própria opinião francesa, com a opinião internacional e todas as pressões de ordem internacional — como sabe, mesmo certos países imperialistas desempenharam um papel nesse momento, por exemplo, com a recusa de utilizar a bomba atómica por parte de John Foster Dulles — culminou com as conversações em Genebra. Finalmente, tudo isso conduziu a uma situação semelhante à da Argélia. Para nós é absolutamente a mesma coisa. A diferença reside no facto de que na Argélia não houve um Dien Bien Phu, mas é essencialmente o mesmo. É um desfecho como esse que a nossa guerra terá, talvez depois de amanhã, ou no próximo ano, daqui a quatro anos, cinco, sei lá! — isso depende de muitos fatores.

O que garantimos é que a cada dia assestaremos golpes mais duros, mais mortíferos aos portugueses. Temos homens para o fazer, temos e teremos material para o fazer. A cada dia reforçamos o trabalho político do nosso Partido entre a população e os militantes armados e não armados, e estamos absolutamente seguros de poder conduzir os portugueses a um Dien Bien Phu, seja militar, seja político.

De qualquer modo, em última análise, o desfecho será sempre político!

5.

FORJANDO UMA NAÇÃO AFRICANA CADA DIA MAIS CONSCIENTE DE SI *

...a nossa luta é fundamentalmente baseada não na luta de classes mas na da nossa nação-classe contra a classe dirigente colonialista portuguesa. E é aí que se encontra exatamente a união entre a nossa luta e a luta do povo português para a transformação social, económica e cultural da sua vida; porque o povo português também se bate, utilizando formas que são cada dia mais desenvolvidas, contra a mesma classe dirigente.

* Entrevista concedida às revistas *Anticolonialismo e Polémica* em Londres, em 27 de outubro de 1971.

Pode-nos dizer algumas palavras sobre a situação atual e perspectivas futuras da luta de libertação na Guiné? Em particular como se podem interpretar os ataques a Bissau e Bafatá no contexto da luta de guerrilhas?

— Bom, os camaradas conhecem, duma maneira geral, a situação atual da luta no nosso país. Ela é caracterizada fundamentalmente pelo facto de que libertámos já a maior parte da nossa terra, na Guiné, numa proporção de mais de dois terços do território nacional e que controlamos efetivamente quase a totalidade dessa parte libertada; e entendemos por controlo a presença efetiva do nosso Partido organizado desde as aldeias até às regiões, e o desenvolvimento de uma administração e de diversos outros elementos do Estado que estamos a criar nessas áreas libertadas. A situação nas áreas libertadas tem evoluído progressivamente, na medida em que temos de fazer frente à própria guerra que os colonialistas portugueses continuam a desenvolver na nossa terra; podemos dizer que a organização do Partido está cada dia mais forte, principalmente porque há cada dia maior participação das massas populares no estudo e nas decisões dos problemas que enfrentamos. Temos trabalhado no sentido de fazer funcionar verdadeiramente, efetivamente, os órgãos do Partido a todos os níveis, e os nossos serviços administrativos têm evoluído no sentido de corresponderem a tudo quanto a nossa vida exige no presente, desde o registo dos nascimentos, dos óbitos, dos casamentos, até outros aspetos da vida administrativa. Instalámos a partir de 1969 os Tribunais Populares, tanto nas aldeias como nas zonas e nas regiões e é o próprio povo que participa, por meio de elementos eleitos, nesses Tribunais Populares; temos desenvolvido, na medida do possível, o nosso comércio, ao qual chamamos Armazéns do Povo. Estes têm a função de abastecer as populações das regiões libertadas em artigos de primeira necessidade, que antes eram vendidos pelos comerciantes coloniais. Temos também desenvolvido os nossos serviços de saúde, de instrução e outros; quer dizer, temos hoje em dia os elementos de um Estado em desenvolvimento dentro da nossa terra até porque também dispomos quer das forças armadas locais, que estão encarregadas da defesa dessas regiões libertadas, quer das unidades do nosso Exército Nacional regular. A nossa situação, portanto, pode ser comparada, no plano político, à dum

Estado que tem umas partes do seu território nacional, particularmente os centros urbanos, ocupadas por tropas colonialistas, estrangeiras.

No plano militar, a situação é caracterizada principalmente por um recuo crescente, como aliás já definimos, das forças colonialistas para os principais centros urbanos e um avanço progressivo das nossas forças em direção a esses centros urbanos. A ação dos colonialistas portugueses, ação que nós consideramos criminosa, é fundamentalmente caracterizada por bombardeamentos aéreos nos quais utilizam bombas de napalm e outras, e por tentativas de assaltos terroristas contra as populações das regiões libertadas durante os quais tentam não só matar o máximo de gente que podem, mas também matar o gado, queimar as tabancas ou aldeias e também queimar as nossas produções agrícolas, as nossas colheitas. A nossa ação é caracterizada principalmente por ataques frequentes e cada dia mais intensos contra as posições dos colonialistas portugueses nos centros urbanos. É nesse quadro que se situam os ataques que fizemos no mês de junho contra Bissau e Bafatá. Que significado têm esses ataques? Primeiramente, eles revelam o grau de desenvolvimento já atingido pela nossa luta. Como vocês sabem o governador militar de Bissau, o general Spínola, tem feito uma grande propaganda dizendo que nós agimos só a partir dos territórios vizinhos, etc., etc.; ora, é claro que o ataque a Bissau e o ataque a Bafatá mostram à evidência que isso tudo é uma mentira da pior espécie. Recentemente, numa entrevista dada a um jornal inglês, se não me engano o Daily Telegraph, o general Spínola teve a coragem de enganar o jornalista dizendo-lhe que a nossa terra é tão pequena que se pode perfeitamente atravessar as fronteiras, atacar qualquer posição dentro da terra e voltar na mesma noite à fronteira. Isso é claro não diria ele a um jornalista português que conhece o mapa da nossa terra. Além disso, os ataques a Bissau e Bafatá têm o significado de representar uma nova etapa na nossa luta, porque até agora os colonialistas portugueses têm estado convencidos que podem viver tranquilamente, com a sua nova política de sorriso e de sangue, nos centros urbanos, principalmente nos principais centros urbanos. Ora, nós que já tínhamos atacado a maioria, ou quase totalidade dos centros urbanos, agora atacamos Bissau e Bafatá, assim demonstrando que já não há nenhum lugar na nossa terra onde se esconderem. Como diz o nosso povo: “lala kêmâ: káu di sukundi kâ ten”^{*}.

Por outro lado, os ataques a Bissau e Bafatá, onde está concentrada hoje em dia a maior parte das populações dos centros urbanos (sabem, por

^{*} A grande planície pegou fogo, não há lugar para se esconder.

exemplo, que em Bissau a população praticamente triplicou ou quadruplicou durante a luta), mostram claramente às populações africanas desses centros e também aos próprios colonos que o inimigo já não pode mais assegurar a sua tranquilidade e que há, portanto, que tomar uma posição. Com efeito, depois do ataque a essas cidades, os colonialistas portugueses prenderam várias pessoas, desconfiam hoje de tudo e de todos, e o próprio governador militar de Bissau, general Spínola, fez uma declaração em 26 de julho, se não me engano, em que ameaçou os habitantes de Bissau de uma repressão inexorável se acontecesse alguma coisa que pudesse perturbar o que ele chama a ordem na capital e nos outros centros urbanos. Naturalmente, e isto conto porque é engraçado e anedótico, uma jornalista estrangeira em Lisboa perguntou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, que dava uma conferência de imprensa, o que queria dizer “repressão inexorável”, e ele respondeu que queria dizer repressão de acordo com as leis. Nós sabemos, em Portugal mesmo, o que quer dizer repressão de acordo com as leis fascistas.

Isto é o que eu posso dizer em geral sobre a situação da luta e sobre o significado dos ataques a Bissau e a Bafatá. Esses ataques abrem de facto novas perspectivas à nossa ação. Nós poderíamos, se o quiséssemos, e talvez o tenhamos que querer, fazer grandes estragos nesses centros urbanos, mas — como sempre — estamos dispostos e abertos ao diálogo necessário para a solução política do problema.

Como caracteriza a etapa atual da revolução social nos territórios libertados da Guiné? Como está a ser feita a estruturação política-económica-social das zonas libertadas? Que papel desempenha o Partido na administração destas zonas?

— Como sabem, aplicando essa política, que nós chamamos de sorriso e de sangue, os colonialistas portugueses pela voz do seu representante máximo na nossa terra, o general Spínola, afirmam agora que vão fazer uma revolução social na nossa terra. Claro que nós achamos que isso tem imensa piada, e gostaríamos de ver o general Spínola e os outros chefes colonialistas fazerem uma revolução social em Portugal, ou pelo menos falarem de uma revolução social em Portugal. Mas sabem certamente que a nova PIDE, que se chama DGS, metê-los-ia a todos na cadeia.

Nós na nossa terra não gostamos de falar em revolução, nesses grandes termos, etc.; fazemos o nosso trabalho, mas cremos é que a luta de libertação nacional é em si mesma uma revolução social, porque ela im-

plica como consequência fundamental uma mudança radical no sistema económico em vigência no país em consideração.

Nós pretendemos é acabar na nossa terra com a dominação colonial portuguesa; isso quer dizer: pretendemos libertar as forças produtivas humanas e materiais da nossa terra, no sentido de elas se poderem desenvolver livremente de acordo com as condições históricas em que vivemos hoje em dia. Podemos dizer que a etapa que atingimos corresponde exatamente à fase da luta em que nos encontramos. Como sabem, nós desde o começo da luta, ou pelo menos um ano depois de começar a luta armada, decidimos num Congresso, feito no interior do nosso país, separar nitidamente a ação política da ação armada, embora no topo essas duas ações estejam ligadas. Nessa base começámos todo um trabalho de transformação da vida da nossa gente nas áreas libertadas, quer seja reforçando a organização política, dia a dia, quer seja criando novos instrumentos que conduzam à soberania do nosso povo nessas áreas. Hoje em dia, nas nossas áreas libertadas, praticamos o mais que nos é possível uma justiça social, uma igualdade de facto de oportunidades para toda a gente; nós não fazemos qualquer discriminação, por exemplo, em relação às crianças que vão à escola, seja qual for a sua origem, seja qual for a sua religião, ou seja qual for mesmo a posição dos seus pais no que respeita à libertação da nossa terra. Procuramos ainda criar as condições necessárias para evitar que o nosso povo seja explorado, procurando que o seu trabalho seja justamente compensado, e fazemos o máximo possível para que cada dia mais participe ativamente seja no estudo, seja nas decisões dos problemas que se referem à sua vida nova que temos estado a criar nas regiões libertadas. Se isso é de facto uma revolução social, essa é a etapa da revolução social em que nos encontramos. Nós sabemos que não podemos fazer milagres, sobretudo quando estamos a fazer face a uma guerra que tem o carácter de genocídio; mas estamos a criar as condições necessárias para evitar que amanhã o nosso povo possa ser submetido, seja por estrangeiros seja por nacionais, a um novo tipo de exploração.

Isso é o que eu posso dizer em relação à situação atual no plano daquilo a que chamou revolução social nas nossas regiões libertadas.

Nós temos como princípio o seguinte: o Partido é um instrumento político que o nosso povo criou para dirigir não só a luta de libertação mas a sua vida no sentido do progresso. Certamente conhece o programa do nosso Partido, seja o programa geral, seja o programa mais detalhado; nós entendemos que, seja na fase presente da vida do nosso povo, seja amanhã,

o nosso Partido deve ter o papel fundamental de instrumento que estuda e toma as decisões relativas aos problemas de desenvolvimento da vida do nosso povo. O Partido deve ter uma ação fundamentalmente política, de orientação, enquanto que passo a passo vamos criando os instrumentos necessários para a solução dos nossos problemas. Claro que na primeira fase da luta havia, não digo uma grande confusão, mas interpenetração dos diversos aspetos da nossa vida. A luta guerrilheira, o trabalho político e os primeiros atos nossos no sentido de uma reconstrução nacional, estava tudo na mão do Partido. Passo a passo temos vindo a proceder à separação desses diversos aspetos; e hoje podemos já dizer, embora ainda haja nos comités do Partido elementos que são responsáveis pela atividade social e cultural e também por certas ações de carácter administrativo, que estamos a separar a pouco e pouco da administração do Partido em si, como separamos, desde o início, a atividade militar da atividade partidária quotidiana. Consideramos as nossas forças armadas um instrumento do Partido para a luta armada, e é essa também a nossa orientação no quadro da nossa vida nas regiões libertadas; mas é princípio fundamental, sejam quais forem as separações das diversas atividades da nossa vida, que o orientador, a força que desempenha o papel fundamental, é e tem de ser o nosso Partido!

Em 1964 o Amílcar Cabral declarou que mais do que a luta de classes era o Estado colonial que dirigia a história nesse momento. Que se deve entender exatamente por isso e quais são as consequências políticas de tal postulado?

— Essa afirmação é o resultado duma constatação da nossa própria realidade. Nós não ignoramos que, no quadro do processo histórico do nosso povo, surgiu também o fenómeno classe, mais ou menos bem definido, mais ou menos evoluído. Temos, por um lado, por exemplo, os balantas, que não têm classes, que constituem uma sociedade horizontal e, por outro lado, temos uma sociedade como a dos fulas que já é uma sociedade em pirâmide, portanto com classes mais ou menos bem definidas. Entretanto sabemos que a dominação colonial na nossa terra, como nas outras, mas falamos especialmente no nosso caso, cria uma situação idêntica para todos os nacionais e quando se processa a contestação da dominação colonial, não é uma classe que a faz, embora a ideia parta de uma classe que tenha realizado mais rapidamente ou mais cedo o facto da dominação colonial e da necessidade de a combater. Mas essa contestação não parte de uma classe como tal, não é de facto uma classe, mas sim toda uma sociedade

agindo como uma nação-classe que a leva a cabo. Essa nação-classe, que pode estar melhor ou pior definida, é dominada não pelo povo do país colonialista mas pela sua classe dirigente. Esta é a nossa posição. Portanto, a nossa luta é fundamentalmente baseada não na luta de classes mas na da nossa nação-classe contra a classe dirigente colonialista portuguesa. E é aí que se encontra exatamente a união entre a nossa luta e a luta do povo português para a transformação social, económica e cultural da sua vida; porque o povo português também se bate, utilizando formas que são cada dia mais desenvolvidas, contra a mesma classe dirigente.

As consequências disso naturalmente são, através da luta, estarmos a forjar a nossa Nação Africana, que como sabem não estava bem definida, com todos os problemas de grupos étnicos, com todas as divisões criadas pelo próprio colonialista, por exemplo, indígenas e assimilados, gente das cidades/gente dos campos, etc., etc. Ao mesmo tempo que estamos a forjar a nossa Nação Africana, cada dia mais consciente de si mesma, estamos contudo vigilantes em relação ao desenvolvimento do fenómeno classe no seio dessa nova nação. Entretanto, a luta dá-nos uma experiência baseada exatamente nesse postulado, pelo qual não só reforçaremos cada dia mais a nossa unidade política e moral como nação, mas também reforçaremos a nossa vigilância para evitar que o problema da luta de classes venha a tomar um aspeto que possa ser prejudicial ao progresso do nosso próprio povo. Isto é o que posso dizer, de forma breve, sobre esse problema muito complexo e muito vasto.

Tem afirmado que o problema da libertação colonial começa e acaba por ser um problema cultural. Poderia desenvolver um pouco esta afirmação?

— Nós entendemos que no processo histórico dum povo — quer constitua ou não uma nação — as realidades económicas e sociais se cristalizam progressivamente no facto cultural. A cultura dum povo, ao fim e ao cabo, é a expressão mais ou menos estável, mais ou menos duradoura, de toda a vida material desse povo. De tal maneira que não é difícil, por exemplo, encontrar-se em certos factos culturais, seja de arte, seja de música, seja de dança, sem falar já nas religiões e outros aspetos que também são cultura, a tentativa de justificação, com sucesso ou não, dum dado tipo de exploração na própria sociedade.

No nosso caso, depois de longo tempo de vida na nossa terra, os grupos étnicos, separadamente ou conjuntamente, seguindo o tipo de econo-

mia que haviam desenvolvido, criaram uma certa cultura, que em si mesma tem os seus aspetos positivos e negativos. Quando a dominação colonial se impõe dentro duma terra a primeira preocupação dessa dominação é barrar o caminho à cultura desse povo. Por isso mesmo consideramos (e isso verificou-se, por exemplo, no processo do desenvolvimento do nacionalismo em África, quando se começaram a cultivar poemas e danças africanas para contestar a cultura do país dominador) que o nosso povo, ao pegar em armas para se bater pela sua libertação, estava em primeiro lugar a manifestar a sua recusa em aceitar uma cultura estrangeira. Portanto, essa luta é necessariamente um ato cultural, ato cultural que implica essa conclusão, demonstração clara de que temos uma história nossa da qual fomos retirados pelo colonialismo, e que estamos decididos a continuar essa história.

Mas, ao mesmo tempo que a luta se desenvolve, novas aquisições culturais são obtidas, seja, por exemplo, no plano da instrução, que também é um fator de cultura, da educação, como nas exigências da própria luta, no aspeto do desenvolvimento político ao nível das massas populares e, no nosso caso concreto, nas relações entre os grupos étnicos.

Porque uma cultura é o balanta considerar-se como balanta, independente do fula; outra cultura é o balanta ver no fula um irmão, um compatriota, um nacional como ele, disposto a batê-se com ele para a libertação do país do jugo colonial português. Por isso mesmo consideramos que isso (aliado a tudo quanto podemos fazer no plano da educação, da formação da nossa gente, na conquista da possibilidade de utilizar armas, as mais modernas, etc.), essa cultura de libertação, que foi no início um facto cultural e é também um fator de cultura, vem contribuir e tem contribuído de facto duma maneira extraordinária para a transformação profunda da cultura do nosso povo.

Por exemplo: no princípio da nossa luta tivemos grandes dificuldades em convencer certa parte da nossa população a utilizar certas porções da nossa floresta como base de guerrilha, porque consideravamos-nas como refúgios dos espíritos sagrados, etc., etc.; hoje em dia essas florestas conquistamo-las todas! Embora essa parte da nossa gente ainda acredite nesses espíritos, está juntamente com eles na floresta, e isso já é um grande passo em frente. E como esse exemplo podemos dar muitos outros que mostram que se nós, ao contestarmos o colonialismo português, ao pegarmos em armas, mostrámos que estamos dispostos a prosseguir a nossa vida a partir da situação que tínhamos já conquistado da relação entre o homem e a natureza e das relações entre os homens

dentro da sociedade, com a luta nós estamos a transformar esses tipos de relações. Isso é o que nós queremos dizer com essa afirmação de que a luta é um facto e um fator de cultura.

Qual é a posição do PAIGC em relação ao povo português? Que relação vê entre a luta antifascista e a luta anticolonialista? Como encara as futuras relações entre uma Guiné independente e Portugal?

— Como sabe nós temos uma longa caminhada juntamente com o povo de Portugal. Não foi decidido por nós, não foi decidido pelo povo português, foi decidido pelas circunstâncias históricas do tempo da Europa das descobertas e pela classe dirigente portuguesa de antanho, como se diz em português antigo; mas é verdade, é isso! Há essa realidade concreta! Eu estou aqui a falar português como qualquer outro português, e infelizmente melhor do que centenas de milhares de portugueses que o Estado português tem deixado na ignorância e na miséria.

Nós marchamos juntos e, além disso, no nosso povo seja em Cabo Verde seja na Guiné existe toda uma ligação de sangue, não só de história mas também de sangue, e fundamentalmente de cultura com o povo de Portugal. Quando falei há bocado sobre a nossa cultura não tive necessidade de lembrar que também está influenciada pela cultura portuguesa e nós estamos prontos a aceitar todo o aspeto positivo da cultura dos outros. Em princípio, o nosso problema não é de nos desligarmos do povo português. Se porventura em Portugal houvesse um regime que estivesse disposto a construir não só o futuro e o bem estar do povo de Portugal mas também o nosso, mas em pé de absoluta igualdade, quer dizer que se o Presidente da República pudesse ser tanto de Cabo Verde, da Guiné, como de Portugal, etc., que todas as funções estatais, administrativas, etc., fossem igualmente possíveis para toda a gente, nós não veríamos nenhuma necessidade de estar a fazer a luta pela independência, porque já seríamos independentes num quadro humano muito mais largo e talvez muito mais eficaz do ponto de vista da história. Mas infelizmente, como sabem, a coisa não é essa: o colonialismo português explorou o nosso povo da maneira mais bárbara e criminosa e quando reclamamos o direito de ser gente, nós mesmos, de sermos homens, parte da humanidade, e de termos a nossa própria personalidade, a resposta é a repressão com a guerra colonial.

Mas nós nunca confundimos “colonialismo português” com “povo de Portugal” e temos feito tudo, na medida das nossas possibilidades, para preservar, apesar dos crimes cometidos pelos colonialistas portugueses, as

possibilidades duma cooperação, de amizade, de solidariedade e de colaboração eficaz com o povo de Portugal, numa base de independência, de igualdade de direitos e de reciprocidade de vantagens, seja para o progresso da nossa terra, seja para o progresso do povo português.

O povo português está submetido há quase meio século a um regime que, pelas suas características, não pode deixar de ser chamado fascista.

A nossa luta é contra o colonialismo português. Nós somos povos africanos, ou um povo africano, lutando contra o colonialismo português, contra a dominação colonial portuguesa, mas não deixamos de ver a ligação que existe entre a luta antifascista e a luta anticolonialista. Nós estamos absolutamente convencidos de que se em Portugal se instalasse amanhã um governo que não fosse fascista, mas fosse democrático, progressista, reconhecedor do direito dos povos à autodeterminação e à independência, a nossa luta não teria razão de ser. Aí está a ligação íntima que pode existir entre a nossa luta e a luta antifascista em Portugal; mas também, vice-versa, estamos absolutamente convencidos de que na medida em que os povos das colónias portuguesas avancem com a sua luta e se libertem totalmente da dominação colonial portuguesa estarão a contribuir duma maneira muito eficaz para a liquidação do regime fascista em Portugal. E cremos mesmo que até hoje, embora nenhum dos países seja completamente independente, o que já fizemos nas nossas terras tem contribuído, e claro que, também, com a ajuda dos próprios fascistas colonialistas portugueses, a mostrar ao povo português claramente que o caminho da luta é o único caminho que poderá libertá-lo da dominação e da opressão a que está sujeito. Nós queremos entretanto exprimir claramente o seguinte: nós não confundimos a nossa luta, na nossa terra, com a luta do povo português; estão ligadas, mas nós, no interesse do nosso povo, combatemos o colonialismo português. Liquidar o fascismo em Portugal, se ele não se liquidar pela liquidação do colonialismo, isso é função dos próprios portugueses patriotas, que cada dia estão mais conscientes da necessidade de desenvolver a sua luta e de servir o melhor possível o seu povo.

Vê alguma diferença entre a política de Marcelo Caetano e a de Salazar em relação às colónias, nomeadamente à luz das recentes mudanças na constituição portuguesa?

— Nós já conhecemos muito bem o Marcelo Caetano, desde há muito tempo...! Eu não fui aluno de direito mas segui de perto o que Marcelo Caetano dizia nas suas lições na Faculdade de Direito em Lisboa a

propósito dos povos coloniais. Quando o Marcelo Caetano hoje diz: “eu, os pretos, conheço-os e gosto muito deles”, é mais uma manifestação do espírito racista do Marcelo Caetano. Houve até amigos meus que tiveram na faculdade de Direito discussões tremendas com o Marcelo Caetano, que considerava os povos africanos como inferiores. Quando Kaulza de Arriaga hoje, nas lições que deu ao alto comando português sobre a estratégia de Portugal, afirma que a guerra de guerrilha, a guerra de subversão como ele lhe chama, é possível só quando feita por indivíduos altamente inteligentes e quem não é altamente inteligente não pode fazê-la, e que os povos das colónias portuguesas, os povos africanos, diz ele, não são altamente inteligentes mas pelo contrário são os menos inteligentes que existem no mundo, ele não está senão a exprimir descaradamente aquilo que pensa Marcelo Caetano e outros salazaristas. Vocês lembram-se que Salazar chegou a afirmar: “a África não existe”. Isto é o cúmulo do racismo.

Nós não vemos nenhuma diferença entre a política de Salazar e a de Marcelo Caetano e eu estou convencido que ele também não vê...! E as palavras dele, os argumentos que ele usa nos seus discursos, a atitude que ele tem tomado em relação ao povo de Portugal e aos nossos povos, a sua teimosia em continuar com o regime fascista, apesar de todos os atos demagógicos, e em continuar com a dominação colonial nas nossas terras, isso é que é salazarismo!

O Marcelo Caetano num dos seus últimos discursos afirmou, dirigindo-se aos “liberais” portugueses, àqueles que querem mudanças em Portugal, que ele também gostaria de ir muito longe, mas infelizmente está condicionado e não pode, e quis lembrar a esses seus correligionários, mas menos reacionários do que ele, referindo-se à revolução francesa, que se lembrassem de que quando um jacobino era feito ministro ele não era necessariamente um ministro jacobino. Ele tem toda a razão, isso é verdade, mas quem conhece o que o Caetano está a dizer, os seus argumentos, as suas atitudes, na teoria e na prática, tem que tirar a seguinte conclusão: é que, pelo contrário, quando um salazarista é feito primeiro-ministro ele é necessariamente um ministro salazarista; é o que acontece com Caetano. E o facto de ele ter estado a seguir exactamente a política de Salazar, embora com reformas tímidas, e que não enganam ninguém, na Constituição, é que justifica o insucesso da sua política e a situação difícil, cada dia mais difícil, que terá de enfrentar não só nas nossas terras, mas mesmo também em Portugal.

Como interpreta a evolução dos modernos Estados africanos, tendo em conta a permanência do imperialismo em África?

— Sabe, o imperialismo é uma coisa muito teimosa! Eu queria esclarecer o seguinte: no nosso ponto de vista, o imperialismo permanece nos países imperialistas, tentando fazer permanecer nas nossas terras, em África em geral, a dominação imperialista. Como sabe, o imperialismo é o resultado dum processo de evolução ou de transformação do próprio capitalismo nos países capitalistas, e que levou à tentativa de dominação e ao sucesso na dominação de outros povos.

Na evolução da África (infelizmente, ninguém, nem “Deus nosso senhor”, chegou a traçar o caminho pelo qual a África devia evoluir), nós pensamos que tudo quanto acontece é o próprio processo de transformação de África. Se há um golpe de estado, se há mais luta aqui, menos luta acolá, isso faz parte de todo esse processo histórico que não foi traçado antes, como antes não tinha sido traçada a vida do povo de Portugal, ou como de outros povos da Europa. Quem viu a Europa no tempo de César, ou no tempo de Marco António ou mesmo de Carlos Magno, ou muito mais tarde noutros tempos, não podia imaginar a Europa de hoje; quantas lutas, quantas sangrias, quantos conflitos! Quando nos lembramos que D. João II, se não me engano das minhas lições de história de Portugal, apunhalou o seu próprio primo ou coisa que o valha, por causa da cobiça do poder, ninguém se admira do que acontece hoje em África. Somente o que me parece é que muita gente na Europa se esqueceu da sua própria história e vê os acontecimentos africanos como uma coisa extraordinária. Não!... É um processo que está em evolução! Muitas vezes a queda de um governo, um golpe de estado, pode contribuir para acelerar ainda mais certos novos fenómenos susceptíveis de fazer avançar a história africana. Reconhecemos que de facto há ainda muita dominação imperialista em África, mas os povos, cada dia mais, estão a acordar, e a estrutura social está a sofrer transformações que vão exigir mudanças políticas também. É nessa base que devemos desenvolver a nossa luta, confiantes de que a história nunca marcha para trás.

6.

DENTRO DA PANELA QUE SE COZINHA O ARROZ, NÃO FORA DELA*

A nossa filosofia ou ética da ajuda é que não aceitamos nenhuma condição para a ajuda que nos é dada e garantimos que a utilizaremos exclusivamente ao serviço da luta. Para nós, será sempre útil a ajuda que cada um nos possa dar, na medida das suas possibilidades.

* Entrevista realizada em Acra por ocasião da Conferência do Comité de Libertação da OUA (8 a 13 de janeiro de 1973) pelo jornalista Cameron Duodou, Rádio Gana.

Temos o prazer de acolher ao nosso microfone o Senhor Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC, para nos dar algumas precisões sobre a luta que o seu país trava pela independência.

Pode-nos dizer, antes de mais, quais são os progressos que foram realizados pelo vosso Partido com vista à obtenção da independência?

— Como sabe, a luta de libertação em África é um problema não apenas difícil, mas complexo, muito particularmente no que se refere aos territórios dominados pelos colonialistas portugueses, pois, como sabe igualmente, Portugal dispõe de um governo fascista que dura já há quase meio século; isso significa que mesmo em Portugal não existem direitos políticos, sequer os mínimos direitos do homem não são respeitados por este governo nem, portanto, por maioria de razão, nos nossos países africanos. Sabe também que Portugal criou todo um mito de multirracismo e de colonização de rosto bondoso que, apesar de tudo, conseguiu enganar muita gente, inclusivamente em África. E é ainda a partir de uma situação de profunda miséria, de ignorância — pois Portugal não desenvolveu de forma alguma a educação, o ensino nos nossos países — é, portanto, a partir de uma situação económica, social e cultural profundamente marcada pela exploração e a opressão colonial, que tivemos de partir para esta luta de libertação nacional. Ao longo destes dez anos de luta armada para a libertação e dos dezasseis de existência do nosso Partido, conseguimos, na realidade, grandes progressos. Em primeiro lugar, durante todo este tempo, libertámos mais de dois terços do nosso território nacional e nessas regiões libertadas começámos a construir uma nova vida económica, política, administrativa, judiciária, social e cultural. Alcançámos muitos benefícios a favor das populações das regiões libertadas. Conseguimos mesmo instalar uma espécie de comércio para o abastecimento das populações em artigos de primeira necessidade. Mas quanto a nós o mais importante, além do desenvolvimento constante da nossa ação armada — pois dispomos de um exército regular e de forças armadas locais — que consideramos como a maior conquista da nossa luta, é a existência, hoje, no nosso país, de um homem novo, de uma mulher nova, de crianças conscientes da realidade do seu povo, da sua história, e a consciência nacional reforçada, o nosso

patriotismo cada dia mais desenvolvido no sentido de que todo o sacrifício é necessário para a libertação da nossa pátria, ao serviço da libertação total da África.

Acaba de se referir ao progresso conseguido pelo seu partido desde a sua formação há 16 anos. Pode-nos dizer quais são os obstáculos com que o seu partido se confrontou desde esse tempo?

— Antes de responder a esta questão, devo lembrar que como resultado das conquistas do nosso povo através desta difícil luta de libertação nacional, acabámos de realizar no nosso país as eleições gerais nas regiões libertadas para a criação dos Conselhos Regionais e da nossa primeira Assembleia Nacional na história do nosso povo. Esta Assembleia Nacional é chamada a proclamar a existência do nosso Estado e a dotá-lo de um executivo. O nosso povo está, a partir de agora, disposto a ocupar, seja em África ou no plano internacional, o lugar que de direito lhe pertence.

No que diz respeito aos obstáculos, sabe que uma luta é cheia deles, sobretudo em condições como as nossas, em que havia a interdição total de qualquer tipo de organização formada por africanos. No começo, chegámos mesmo a tentar criar organizações recreativas e culturais; o colonialismo português interditou-as. Tivemos de trabalhar na clandestinidade desde o começo da nossa luta. E, mesmo hoje, nos centros urbanos, nas zonas ainda ocupadas pelos portugueses, sobretudo nas Ilhas de Cabo Verde, desenvolvemos a nossa ação na clandestinidade, com uma organização forte, sólida, mas ainda assim *underground* como se diz em inglês.

Sabe que as lutas exigem muito esforço dos homens, das populações em geral. Desde o começo, a luta tem sido apoiada pelo nosso próprio povo; mas este povo não dispunha de muitos bens materiais para ajudar a luta: deu-se para a luta. Por exemplo, todos os combatentes são alimentados pelas populações. Isso mostra o esforço do nosso povo, que ajuda no transporte do material de guerra e de outros materiais necessários à luta.

Uma outra dificuldade, muito grande, residia e ainda reside nas exigências da luta no que concerne aos quadros. Na nossa terra, os portugueses abusavam da situação do nosso povo. Não criaram escolas. No começo da luta apenas havia 45 escolas primárias, com 2000 alunos em todo o país. Apenas havia um liceu e nunca tivemos nenhuma universidade. Durante os 500 anos de presença portuguesa, apenas permitiram a entrada de 14 guineenses nas suas universidades. Eu próprio tive o triste privilégio de ser o único engenheiro agrônomo do meu país em 1960.

Pode, pois, imaginar as dificuldades que se apresentam, quando há que utilizar armas novas, técnicas modernas da guerra revolucionária, agentes e máquinas desenvolvidos do ponto de vista técnico. Em virtude disso, tivemos de formar os quadros e utilizar também os recursos humanos de que dispúnhamos, porque a luta deve ser feita com os homens de que se dispõe.

São grandes as dificuldades, inclusivamente no aspeto cultural.

Nós, os africanos, correspondendo à nossa realidade humana, temos a nossa própria cultura e cada uma apresenta elementos positivos e elementos negativos.

Ora, entre nós, dado o atraso económico das populações em geral, havia certas crenças que se opunham à realização da luta. Dou-lhe um exemplo concreto: certas populações acreditavam que algumas florestas, que eram o melhor lugar para instalar a guerrilha, já que a Guiné não dispõe de montanhas, eram florestas sagradas. Portanto, as pessoas não podiam lá pôr os pés. Mas, pouco a pouco, mobilizámos o nosso povo, mobilizámos também os espíritos, conquistámos os grandes espíritos que dominam as florestas e ocupámo-las. Hoje, já ninguém tem mais essas crenças, apesar de ainda conservarmos muitas crenças e posições culturais não totalmente compatíveis com os objetivos concretos da nossa luta. Mas transformaremos a nossa vida passo a passo, em sintonia com a nossa própria realidade africana.

Sinto-me muito feliz que, apesar destas dificuldades imensas, tenham podido, mesmo assim, conquistar dois terços, e mesmo mais, do território sob dominação portuguesa. Por que meios conseguiram chegar a esse nível?

— Antes de mais, contando com as nossas próprias forças e sacrifícios, mobilizando e organizando o nosso povo para a luta. Esse é o fator essencial, partindo do princípio que uma luta é assunto do próprio povo e que ela se faz no interior do país e não no exterior. Como diz o nosso povo: “para cozinhar o arroz é preciso que ele esteja dentro da panela, não fora dela”. Naturalmente, tivemos de desenvolver os nossos meios pouco a pouco.

Começámos a luta na sua fase armada, com armas tradicionais, com catanas, mesmo com punhais, algumas vezes, para responder à violência portuguesa, mas pouco a pouco fomos desenvolvendo os nossos meios, seja apropriando-nos das armas do inimigo, seja obtendo gradualmente

materiais no exterior do país. E, neste particular, seja para o material de guerra, seja para outros tipos de ajuda, devemos dizer que um elemento essencial da nossa luta é a ajuda dos países da África independente, desde logo, dos países vizinhos do nosso, mas também de outros países africanos — seja a ajuda política, moral ou material.

Também devemos muito, no quadro da nossa luta, à solidariedade internacional: os países socialistas, desde que demonstrámos que éramos verdadeiramente capazes de nos bater contra os colonialistas portugueses, podemos dizer que todos nos concederam um certo apoio, em graus diferentes, à medida de cada país, mas um apoio que consideramos de grande valor para a luta.

Organizações e pessoas anticolonialistas e antirracistas da Europa Ocidental e mesmo da América também se mobilizaram para nos fornecer alguma ajuda. Por exemplo, hoje, dispomos da ajuda da Suécia e da Noruega; na Inglaterra, a Rowntree Trust Social Service fornece-nos ajuda humanitária; o Conselho Mundial das Igrejas também nos ajuda, assim como várias outras organizações, o que consideramos muito positivo.

A nossa filosofia ou ética da ajuda é que não aceitamos nenhuma condição para a ajuda que nos é dada e garantimos que a utilizaremos exclusivamente ao serviço da luta.

Para nós, será sempre útil a ajuda que cada um nos possa dar, na medida das suas possibilidades.

Voltemo-nos agora para a Conferência que está a decorrer. Certo que ela ainda não terminou, mas, na sua opinião, quais são os progressos que já foram alcançados?

— cremos que o primeiro progresso é que, pela primeira vez, de maneira orgânica, os movimentos de libertação estão representados no seio desta reunião do Comité de Libertação da África, na qualidade de observadores, podendo tomar a palavra, o que é muito importante pois, quando se trata de um assunto respeitante a qualquer um, o primeiro interessado é, necessariamente, ele próprio. E os interessados, aqui, são os combatentes da liberdade da África, apoiados pelos países africanos independentes. Eis quanto a nós, o primeiro progresso.

O segundo progresso é que reina aqui um espírito, digamos, bastante empenhado, que corresponde aos compromissos de Rabat no decorrer da última conferência dos Chefes de Estado africanos. Todos estão cheios de boa vontade, todos estão dispostos a fazer avançar a ação do Comité de

Libertação de uma forma concreta, digamos mesmo mais claramente, militar, sem subestimar evidentemente o fator político nesta luta. Acreditamos, pois, que bons resultados serão obtidos desta reunião.

Que consideramos de bons resultados? Programas concretos de ação, reforço concreto da ajuda aos movimentos de libertação em todos os planos, seja político seja material. Acreditamos que isso corresponde também ao espírito definido pelo discurso do Presidente do Conselho Nacional de Redenção*, nosso irmão o Coronel Acheampong, espírito que já apreciámos através da nossa própria intervenção perante o Comité e que consideramos francamente como muito fiel ao espírito daquele que, para nós, foi e continua a ser o melhor filho da África em luta pela sua verdadeira independência e pelo seu progresso. Refiro-me, naturalmente, ao falecido Presidente Doutor Kwame Nkrumah, que, para nós, é o símbolo da libertação africana.

Muito obrigado, Senhor Amílcar Cabral. Estou muito feliz por ter tido esta ocasião de falar consigo. Penso que os nossos ouvintes terão a ocasião de, antes que termine esta conferência, ter a oportunidade de lhe pedir as suas opiniões sobre os trabalhos.

— Muito obrigado.

* Órgão de Estado que governou o Gana de janeiro de 1972 a outubro de 1975, na sequência do golpe militar de 13 de janeiro de 1972.

PARTE III
DECLARAÇÕES

1

PREÂMBULO DE UMA ÁFRICA NOVA *

A grande lição a tirar da Conferência de Adis Abeba — de tudo quanto nela se disse e se fez — é, a nosso ver, esta verdade bem simples: o destino da África depende dos próprios povos africanos, quer dizer, dos Estados que eles souberem edificar ou consentir.

* Texto produzido por ocasião da criação da OUA, em Adis Abeba, maio de 1963.

Fossem quais fossem os resultados da Conferência de Adis Abeba, ela teria o direito de ficar gravada na história como o acontecimento mais importante da África moderna e contemporânea. Mas é bom e promissor que tais resultados tenham sido positivos.

A Carta de Adis Abeba é, na verdade, a primeira tentativa séria, coletiva e unânime para pôr fim à anarquia em que tem vivido o continente e que tem sido uma constante no conjunto dos fatores favoráveis à empresa imperialista de dominação econômica e política dos povos africanos. A Carta da OUA representa ou anuncia uma tomada geral de consciência relativa a esta realidade: o facto colonial, em todas as suas variantes, não depende da intenção das partes em presença — em conflito. É uma função de uma relação de forças e depende, portanto, em última análise, das características internas — econômicas e políticas — de cada uma dessas partes, consideradas simultaneamente na sua diversidade e unidade.

A grande lição a tirar da Conferência de Adis Abeba — de tudo quanto nela se disse e se fez — é, a nosso ver, esta verdade bem simples: o destino da África depende dos próprios povos africanos, quer dizer, dos Estados que eles souberem edificar ou consentir.

Por exemplo: a Conferência revelou — e os factos estão a confirmá-lo — que os povos africanos já foram capazes de criar Estados inimigos do colonialismo clássico e da discriminação racial praticada pelo europeu ou por descendentes de europeus. As decisões firmes tomadas contra os colonialismos português e britânico, contra o apartheid e, ainda, as próprias referências à discriminação racial nos Estados Unidos, o confirmam. Quer dizer: todos os Estados africanos atuais são, potencialmente ou realmente, inimigos do sistema ou sistemas econômicos que fecundaram e nutrem ainda o colonialismo clássico e a discriminação racial. Comprometeram-se, em Adis Abeba, a combater e a destruir em África, se necessário pela força, estes dois obstáculos imediatos ao progresso dos povos africanos.

No quadro desses compromissos, os povos africanos sem Estado — os ainda dominados pelo jugo colonial ou racista — têm motivos bastantes para estarem satisfeitos e para considerarem a Conferência como uma grande vitória. Mas os dirigentes nacionalistas que exprimiram em Adis

Abeba as aspirações desses povos à liberdade, à independência nacional e ao progresso, não podem nem devem perder de vista esta verdade: a libertação dos seus países tem de ser obra dos seus próprios povos. Esta é a responsabilidade e a tarefa que lhes cabe no contexto histórico atual do nosso continente.

É, no entanto, evidente que a realização prática das medidas de descolonização preconizadas em Adis Abeba facilitaria grandemente o cumprimento dessa tarefa, abreviaria a libertação total do continente, economizaria energias, principalmente vidas humanas, reforçaria significativamente a unidade e a solidariedade entre os Estados africanos.

Seria descabido insistir sobre o facto de que a eficácia dessas medidas depende da situação concreta em cada país a libertar, do dinamismo interno da sua revolução nacional, assim como a eficácia da unanimidade conquistada em Adis Abeba dependerá, em cada instante, do balanço dos elementos positivos e negativos que se definem ou venham a definir-se nas relações entre os Estados africanos. Por outro lado, é de admitir que tais relações não deixarão de ser influenciadas pelo dinamismo interno de cada nação, pela situação concreta — económica, política e social — do seu povo e pela natureza do seu Estado.

É bom e prometedor constatar que os Estados africanos atuais aceitem, unanimemente, o princípio da necessidade urgente de progresso e bem-estar económico e social dos povos africanos, sobre a base da utilização racional dos recursos naturais e humanos da África, ao serviço desse progresso e bem-estar. Não faltará quem considere o Preâmbulo da Carta de Adis Abeba como um compromisso, nessa matéria. Nessa base, pode afirmar-se que os Chefes de Estado que o subscreveram exprimiram as aspirações legítimas dos seus povos.

Doravante, para além da descolonização e da liquidação da discriminação racial, da colaboração fraternal e da cooperação entre os Estados do continente, os povos africanos dispõem de uma base legal para exigirem a realização efetiva do seu progresso e bem-estar, sejam quais forem os obstáculos a vencer. Perante a realidade concreta da existência das massas populares africanas, identificadas ou unidas pelo subdesenvolvimento económico e pelo baixo nível de vida social e cultural, não faltará quem encare a unanimidade conquistada em Adis Abeba e legislada na Carta da OUA, como um meio, um instrumento, mesmo uma nova arma no processo histórico africano, na forja dos Estados do continente. Talvez uma arma de dois gumes, mas uma arma.

Esta não é, por certo, a menor das contribuições positivas da Conferência de Adis Abeba para a Revolução Africana.

2.

A ESTRADA LARGA DA ESPERANÇA*

Consideramos que esta nossa luta é comum. Lutando em Cabo Verde, na Guiné e também nas outras colónias portuguesas estamos a contribuir seriamente para o desenvolvimento da vossa luta. E, na medida em que a vossa luta se desenvolva, ela ajudará a que vençamos rapidamente esses inimigos tremendos dos nossos povos que são os fascistas colonialistas portugueses.

...Nós somos companheiros da mesma luta. Companheiros dessa estrada larga da esperança que conduz os homens a uma vida melhor, em qualquer parte do mundo em que estejam. E podem contar inteiramente com a nossa solidariedade e com o nosso apoio, como sempre.

* Mensagem ao povo português através da emissora da Resistência Portuguesa, "A Voz da Liberdade", em Argel, 2 de julho de 1966.

É com muito prazer que venho à emissora *Voz da Liberdade* para dizer umas palavras aos portugueses, em geral, e aos democratas e progressistas portugueses, em particular.

Agradeço ao amigo, que acaba de falar, as palavras amáveis que teve para comigo e que, creio, dirigem-se fundamentalmente ao povo da Guiné e de Cabo Verde que luta contra o colonialismo português e se considera como aliado fiel do povo português que luta contra o fascismo salazarista.

Nós, povo da Guiné e Cabo Verde, através do nosso Partido, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), declaramos já, muitas vezes, que a nossa luta não é contra o povo português.

Não é a primeira vez que me dirijo ao povo português. Já o fiz há alguns anos e queria reafirmar esse princípio fundamental da nossa luta: não pegámos em armas para lutar contra o povo português, nem tão-pouco para lutar contra as famílias ou indivíduos portugueses. Nós pegámos em armas, forçados pelo regime colonial, pela repressão na nossa terra, para destruir, na nossa Pátria africana, a dominação colonial portuguesa, que nunca confundimos com o povo português. Queremos ainda dizer que nesta luta temos feito tudo para provar este princípio na prática.

Na realidade, até ao presente, apesar de todos os crimes praticados pelos colonialistas portugueses e seus agentes — torturas, assassinatos em massa, massacres de camponeses pacíficos, destruição de aldeias — e ainda outras barbaridades que têm sido mencionadas tais como camaradas nossos enterrados vivos, outros atirados ao rio ou a exposição de cabeças cortadas de camaradas nossos perante populações pacíficas, apesar de todos esses crimes de que o nosso povo é vítima quotidianamente por parte dos agentes do colonialismo português, nós, até hoje, nunca molestámos qualquer civil português, seja homem, mulher ou criança, nunca atacámos um português ou grupo de portugueses que não estivesse armado. Esta é a nossa prática e estamos dispostos a mantê-la até ao fim da nossa luta, com a vitória total contra o colonialismo português.

Mas, além disso, temos procurado aproveitar todas as oportunidades para reforçar cada dia a nossa amizade com os portugueses. Estabelecemos

e desenvolvemos as melhores relações com os portugueses que no exterior trabalham pela libertação do seu povo do jugo fascista. Por outro lado, no interior do nosso país temos feito tudo para desenvolver os nossos contactos e relações não só com os portugueses residentes em Bissau, Bafatá, Farim, etc., mas também com as forças armadas portuguesas. Podemos dizer aqui que temos escrito e obtido resposta, até de oficiais portugueses, mostrando a nossa vontade de colaborar e o nosso espírito de solidariedade para com os portugueses e provando que não estamos a lutar contra os portugueses, mas sim contra o colonialismo português. Temos procurado, tanto no interesse do povo português como do nosso povo, manter e preservar todas as possibilidades de amanhã — um amanhã que não estará longe — desenvolvermos, cada dia mais, a colaboração fraternal, a amizade e o auxílio mútuo.

Eu falo português, tenho uma formação cultural portuguesa; na nossa terra todos os que sabem ler e escrever leem e escrevem em português e muita gente pensa em português. É, pois, no interesse do nosso povo que na perspectiva do desenvolvimento geral do nosso país preservemos todas as possibilidades de relações sérias e justas com o povo português que, esperamos, se tenha libertado da dominação fascista.

Para isso estamos dispostos a todos os sacrifícios, mas é fundamental que o povo português, por sua iniciativa popular e através das suas organizações de luta, faça o esforço necessário para barrar o caminho à progressão da guerra colonial. É fundamental que as famílias e os amigos dos soldados, assim como as organizações que os possam enquadrar, os aconselhem a não praticar atos criminosos como os que têm sido praticados. Sabemos que são instrumentos, mas não podemos esquecer que são também seres humanos com uma consciência, com um coração, com um cérebro que os devem guiar a tomar, com coragem e decisão, iniciativas próprias para que não se transformem em instrumento de morte, do crime ditado pelos dirigentes fascistas e colonialistas.

Queremos dizer ao povo português que conhecemos profundamente as dificuldades em que vive. Eu e muitos outros dirigentes da minha terra vivemos em Portugal e lutámos ao lado do povo português. Eu trabalhei no Alentejo e em Trás-os-Montes, conheço a vida do camponês português, as dificuldades, a fome e a falta de liberdade que são o seu pão nosso de cada dia. Conhecemos a vida dos trabalhadores. Residi em Alcântara, frequentei o seu círculo republicano de trabalhadores, alguns dos quais ensinei a ler e a escrever e por isso fui ameaçado de prisão pela

polícia política. Conheço a miséria da vida dos trabalhadores portugueses, mas conheço também quanto esforço fazem, guiados por alguns dos seus filhos, para não se sujeitarem resignadamente à dominação e à exploração dos que dirigem em Portugal. E queremos dizer que consideramos esta luta do povo português — muitas vezes anónima, surda, de cada dia — como nossa própria luta.

O facto é que eu e outros camaradas meus, antes de começarmos a lutar pelo nosso povo, lutámos pelo povo português. Alguns camaradas meus como Vasco Cabral, Agostinho Neto e outros estiveram presos vários anos nas cadeias de Salazar, não por lutarem pela Guiné, Cabo Verde ou Angola, mas por lutarem pelo povo português. Eu fui chamado à Pide não por estar a lutar pela Guiné ou por Cabo Verde, mas porque assinei o documento do povo português contra a OTAN, contra o dinheiro que se ia gastar em material de guerra, enquanto o povo vive mal.

Por isso mesmo falamos com consciência e autoridade. Se lutamos pelo nosso povo foi depois de termos começado a lutar pelo povo português. Isso significa que nos identificamos inteiramente com ele na sua luta pela liberdade.

Irei mais longe, dizendo que foi em Portugal onde aprendi a lutar pela liberdade!

Por isso mesmo, acho que devemos guardar essa experiência de carácter histórico de uma luta comum e reforçá-la cada dia. Mas para isso é fundamental que enquanto a luta se desenvolve na nossa terra, a consciência do povo português, que de maneira alguma é pequena, corresponda à sua responsabilidade histórica. Porque o povo português não é esse povo pequeno e miserável como alguns o descrevem. É verdade que as estatísticas atuais apresentam um quadro muito negativo, mas aqueles que conhecem a história sabem que o povo português desempenhou um papel determinante no percurso da humanidade. Nos dias de hoje, o que existe no mundo é, em grande parte, obra do povo português que de facto abriu novos mundos ao Mundo.

Ora isso corresponde a uma responsabilidade de um povo, e ele não pode deixar que um homem que nunca saiu da sua terra, que nunca foi marinheiro, que saiu do seu convento para ser dirigente de um país, monopolize, juntamente com a sua clique, a história de Portugal. É fundamental e de justiça que o povo português, como povo que abriu caminhos a outros povos do mundo, retome a sua responsabilidade histórica nas suas mãos e recupere os seus direitos e deveres. Portugal é um país com condições para

garantir aos seus filhos viverem de cabeça levantada, sem as misérias que todos conhecem e sem a dupla vergonha do fascismo e do colonialismo pairando sobre eles.

Estamos convencidos que o povo português, pelas vias e na altura que encontrar mais justa, assumirá a responsabilidade histórica que lhe compete. A este povo português, aos nossos amigos, não só os companheiros da faculdade de agronomia, os médicos e engenheiros que conhecemos, mas aos homens simples, os camponeses de Cuba no Alentejo, de Beja, com quem convivi; aos muitos operários do Barreiro ou da Marinha Grande que conheço, aos trabalhadores de Alcântara, quero dizer-lhes que consideramos a nossa luta como sendo também a sua. E que não deixem de maneira nenhuma que a propaganda fascista os convença de que vão ao nosso país salvar a soberania ou a nação portuguesa. Isso é mentira, Portugal pode perfeitamente viver sem as colónias, dispõe de riquezas bastantes para todos os seus filhos, algumas inexploradas, mas outras que estão nas mãos dos estrangeiros. A Carris, as minas de S. Domingos, o vinho do Porto, essa bebida maravilhosa que os vossos filhos produzem da pedra e do sol do Douro, de quem são, afinal? Vocês precisam tomar as vossas coisas nas vossas mãos.

Consideramos que esta nossa luta é comum. Lutando em Cabo Verde, na Guiné e também nas outras colónias portuguesas estamos a contribuir seriamente para o desenvolvimento da vossa luta. E, na medida em que a vossa luta se desenvolva, ela ajudará a que vençamos rapidamente esses inimigos tremendos dos nossos povos que são os fascistas colonialistas portugueses.

Após saudar o povo de Portugal queria dirigir-me, em particular, aos soldados portugueses que estão na nossa terra.

Há alguns dias eu estava na zona de Morés que muitos de vocês que me estão a ouvir conhecem muito bem. E, sinceramente, tive pena dos soldados portugueses. Em Olossato, em Bissorã, em Mansabá, em Mansoa, os soldados portugueses são agora, afinal, prisioneiros na nossa terra. Não podem sair, estão atrás dos fios de arame farpado, atrás das minas, só saem a medo, procurando maneira de se ligarem uns aos outros. E sabem qual é uma das tarefas principais dos soldados portugueses? É roubar! Roubar mandioca, roubar laranjas aos nossos camponeses porque passam fome nas casernas.

Pergunto, porque hão de sujeitar-se a uma coisa destas na nossa terra?

Somos homens e temos as mesmas aspirações. Vocês estão aí metidos, alguns apanhados à força, na Beira, em Trás-os-Montes, enganados, até comprados, para irem matar pretos em África, pretos bárbaros que comem as pessoas, etc. Ora até agora ninguém foi comido, mas vocês estão a sofrer, incluindo os vexames dos oficiais fascistas.

Há dias encontrei-me com um jovem desertor português que saiu de Biambe, parecia uma criança abismada por não lhe fazermos mal, chorando de alegria e contentamento porque encontrou gente mais amiga do que os seus companheiros de caserna. Ele disse-nos que na caserna há sempre discussões e disputas porque ninguém quer esta guerra imposta pelos salazaristas.

O vosso povo não pode evitar que vocês venham para a guerra porque a máquina de propaganda do salazarismo é fortíssima. Mas depois de chegarem à Guiné, podem não dar por nada, mas são homens livres. Com alguma coragem e boa vontade — não será nada de novo porque alguns já o fizeram — vocês podem largar essas cadeias em que estão, que são as casernas portuguesas, e juntarem-se a nós. Se não quiserem lutar mais, terão uma vida livre, sairão para onde quiserem.

Mas não se sujeitem mais à situação em que se encontram, porque temos feito todo o esforço para evitar fazer muito mal, mas chegará o dia em que teremos de o fazer, como aconteceu em Bedanda há cerca de um mês, quando lançámos uma chuva de obuses de morteiro no próprio momento em que o novo capitão vinha tomar posse. Perguntem aos que estavam em Madina do Boé, cuja caserna arrasámos completamente.

Nós estamos a lutar pela nossa terra e queremos chegar ao fim com ela intacta, sem ser destruída, mas queremos-la em primeiro lugar, as casas não nos interessam. Quando chegar a altura de o fazer, mesmo que tenhamos de arrasar Mansabá, Mansoa, Bissorã, fá-lo-emos desde que com isso acabemos com a presença das forças armadas portuguesas na nossa terra.

O poder das nossas forças armadas aumenta cada dia mais. Não deixem que os vossos oficiais vos enganem. Para ir ao mato, digam-lhes que passem à frente e verão como é que vão correr. Não se deixem enganar e exijam os vossos direitos de filhos honestos do povo de Portugal.

Não somos contra nenhum soldado português. Queremos que cada um de vocês seja um amigo nosso, mas que tome a sua posição de homem consciente e aja como tal. Estamos convencidos de que, assim, corresponderão aos interesses do povo português.

Esta é a mensagem que quero dirigir aos soldados portugueses.

Além disso, eu gostaria também de dizer algumas palavras aos portugueses que são inimigos do nosso povo.

Há poucos dias um jornalista, enviado especial do *Diário de Notícias* deu-se em ir à nossa terra e escreveu várias coisas. O povo português conhece a situação do jornalismo em Portugal, onde não há liberdade de imprensa, onde a Censura corta mesmo as notícias mais simples e inofensivas, onde os melhores jornalistas de Portugal e, até da Europa, são destituídos, deportados e presos, e onde existe também um “jornalismo” que as pessoas honestas não fazem.

Querendo enganar o povo português, esse “jornalista” apresentou-me como um indivíduo que já perdeu a nacionalidade portuguesa porque, em certa fase da luta, usei o nome de Abel Djassi. Claro que usei esse nome porque era preciso esconder a minha identidade sob esse pseudónimo para não ser metido na cadeia. Em Bissau, Bafatá, Farim, Bolama, etc., os colonialistas portugueses andavam aflitos com o Abel Djassi, mas falavam comigo todos os dias, com o tal engenheiro Amílcar Cabral.

Este é um exemplo como essa gente explora pequenas coisas para enganarem o povo.

Claro que quero esclarecer que nunca fui português, embora goste muito de Portugal e do povo português. Houve um tempo na minha vida em que estive convencido de que era português porque assim me ensinaram em criança. Mas aprendi depois, pela situação do meu povo, pela história da África, até pela cor da minha pele, que não era português.

O tal jornalista quis convencer os seus leitores que pelo facto de usar o nome de Abel Djassi tinha deixado de ser fiel à Pátria.

Mas o que é isso de ser fiel à Pátria? Ao fim e ao cabo, fui fiel à Pátria portuguesa lutando ao lado do povo português contra o salazarismo, cantando o hino português nas ruas de Lisboa, abrindo brechas entre a polícia armada na rua Augusta aquando das eleições em que se candidatou o general Humberto Delgado. Lutei pela Pátria portuguesa sem ser português, e estou pronto a lutar hoje, se os amigos me pedirem para pegar em armas para lutar em Portugal.

Se luto pela minha terra não é por ser preto ou africano. É porque sou homem e tenho a consciência de que os homens têm direito a uma vida digna, decente, de justiça em qualquer parte do mundo. Por isso lutei em Portugal, pela pátria portuguesa. Mas, tenham paciência, sou um indivíduo nascido em África, um africano. A África está a caminhar para a indepen-

dência. Todos os países se tornaram independentes e é fundamental que o nosso país também progrida.

O governador de Bissau chamou-me um dia para me dizer que eu estava a trabalhar contra os portugueses. Respondi-lhe que não trabalho contra os portugueses, mas que tivesse paciência porque a minha terra tem de avançar e se eu puder fazer alguma coisa faço. É neste quadro que luto pela minha terra. Pátria, para mim, é lá onde há justiça, onde há trabalho, onde há pão para toda a gente, onde há escolas — essa é a Pátria que estamos a construir na nossa terra, batendo as tropas colonialistas portuguesas, instalando nova vida nas áreas libertadas e abrindo caminho para o futuro do nosso povo.

É essa mesma Pátria que os portugueses honestos também querem na sua terra.

Queremos dizer ao povo português que os jornalistas mentirosos, sejam portugueses ou estrangeiros, não conseguem confundir ninguém com as suas mentiras. Mas a esses portugueses que são inimigos do nosso povo, dizemos-lhes que são, em primeiro lugar, inimigos do povo português. Estamos todos certos e seguros que o povo português saberá um dia julgar, condenar e punir os que servem as forças do mal contra o progresso, a paz e a perspectiva de felicidade em Portugal e nas nossas terras.

Sobre a situação na nossa terra, podemos dizer que quaisquer que sejam as mentiras da informação e propaganda salazarista, vamos destruir o colonialismo português.

Vejam somente o seguinte: quase todos os meses a luta acabou na Guiné. Quase todos os meses não somos já senão um grupo de bandoleiros escondidos no mato, que só falta prender. Há aproximadamente três meses estive no Sul, no Norte e no Leste do meu país e há poucos dias regresssei de lá. Quando os portugueses souberam da minha presença no Norte enviaram 10 aviões B26 para metralhar por todos os lados, mas não enviaram soldados para me capturar porque sabem muito bem que nas nossas zonas libertadas quem for a pé apanha.

Apresentámos este ano, em Argel, perante o Comité de Descolonização, um grupo de jornalistas e cineastas italianos, franceses, africanos, etc., que visitaram as zonas libertadas da nossa terra, lá permaneceram várias semanas e não viram soldados portugueses. Libertámos já grande parte da nossa terra e continuamos o combate para libertar o resto. Nas regiões libertadas construímos escolas que hoje recebem quatro vezes mais alunos do que os famosos civilizadores do colonialismo português conseguiram

em todo o período da colonização. A aviação portuguesa procura descobrir onde estão as escolas para as bombardear, o que é um crime horrendo. Isso, porém, não consegue acabar com a nossa determinação de trazer luz ao nosso povo, de acabar com a ignorância mantida pelo colonialismo. Criámos hospitais, formámos várias dezenas de enfermeiros e começámos, na medida das nossas forças, a prestar assistência médica à população, algo que ela nunca teve, a despeito de toda a conversa sobre a civilização portuguesa. A pouco e pouco, estamos a criar uma administração nas aldeias, nas zonas e regiões libertadas. Não fazemos mais do que cumprir a nossa obrigação, porque nos empenhámos nesta grande aventura de libertar o nosso povo e devemos estar à altura da nossa responsabilidade histórica.

Amigos, a nossa luta só tem um caminho: a saída total das forças colonialistas portuguesas da nossa terra. Não é nosso objetivo matar muitos portugueses, fazer muito sangue, etc. Somos contra a guerra. Amamos a Paz. Queremos trabalhar em paz. Eu, por exemplo, sou agrónomo e só desejo uma coisa, trabalhar em paz na minha terra. Trabalhei em Portugal, trabalhei em Angola, trabalhei na minha terra, mas não havia paz nenhuma. Em Portugal, há tanta gente na cadeia, tanta gente torturada, tanto sofrimento! Tanta gente desgraçada, porque enquanto alguns gozam a boa vida em Paris ou no Estoril usufruindo do suor do povo português, o camponês sofre sem roupa, sem escolas, sem nada, no Alentejo, em Trás-os-Montes, por todo o lado, e o trabalhador português não tem um salário que lhe chegue para ter uma vida decente. Tinha várias possibilidades de trabalhar como agrónomo em Portugal, mas a consciência de homem que adquiri em Portugal enquanto o povo português sofria não me permitia resignar. Muito menos na minha terra, com palmatória, trabalho forçado nas estradas, vexames de toda a espécie.

Nós queremos a paz, não amamos a guerra, mas é preciso a guerra para liquidar a dominação estrangeira na nossa terra e fá-la-emos. Como vocês se bateram em Aljubarrota contra os inimigos da vossa Pátria, como vocês se bateram sempre, como se levantaram unanimemente contra o ultimato inglês no tempo de D. Carlos.

O povo português soube sempre, em cada momento da sua vida, mostrar-se digno da sua terra e da sua história! Na nossa terra, temos também o direito de nos batermos contra a agressão dos colonialistas portugueses, até à vitória final. Isso garanto-vos, amigos, nada pode evitar. Nós vamos de certeza expulsar o colonialismo português da nossa terra. E não só na Guiné.

Em Cabo Verde, estamos a preparar-nos para a luta armada. Podem os colonialistas fazer o que entenderem, cercar Cabo Verde de barcos, enganar-se-ão como se enganaram na Guiné, quando encheram a fronteira de tropas e nós começamos a luta no fundo da Guiné! Podem aumentar o número de tropas 50 vezes se quiserem, mas vamos de certeza começar a luta armada em Cabo Verde para os expulsar de lá. Como faremos na Guiné e, como estamos seguros, Angola, Moçambique e S. Tomé farão também. Porque não há ninguém que possa empurrar a história para trás! Não há jesuitismo nenhum, não há fascismo nenhum, não há conluio internacional nenhum que o consiga. Quaisquer que sejam as ajudas que o governo de Salazar obtenha para reprimir os nossos povos e o seu próprio povo, vamos marchar para a frente e libertar a nossa terra.

Quero dizer-vos, amigos portugueses, que queríamos e gostaríamos imenso que na altura da libertação da nossa Pátria, Portugal pudesse também estar livre do fascismo para então, de mãos dadas, marcharmos juntos, viver como povos livres, independentes, mas amigos, irmãos, com direitos e deveres iguais, colaborando ao máximo para criar uma vida digna, de progresso, de paz e felicidade para todos nas nossas terras. Mas que, chegando a esse ponto, ao mesmo tempo ou não, marcharemos de certeza juntos no futuro. Desejamos que amanhã na nossa terra cada português se sinta em sua casa. Nós queremos construir uma Pátria livre onde cada homem, qualquer que seja a sua nacionalidade, se sinta como homem digno, desde que trabalhe e respeite os direitos e a autoridade do povo da nossa terra.

Antes de acabar e dado que seguramente estão a ouvir-me, queria dizer algumas palavras aos combatentes e ao nosso povo. Queria aproveitar esta oportunidade para dizer aqui que temos de seguir firmemente a nossa linha de luta, na certeza da nossa vitória. Não há força nenhuma — nem aviões bombardeiros ou caçadores, nem ajudas estrangeiras — que poderá parar a nossa luta. Mas quero que cada combatente da nossa terra, cada filho do nosso povo, se lembre sempre desta verdade: a nossa luta não é uma luta de ódio. Ela não é contra os portugueses. Nós lutamos para libertar a nossa terra do colonialismo português. Lutamos para construir uma terra livre, onde todos os homens possam viver em paz. Por isso mesmo, cada combatente, cada responsável da nossa luta deve continuar a fazer aquilo que faz sempre: é procurar todos os meios para convencer as forças armadas portuguesas da nossa boa vontade, do nosso desejo de paz, do nosso desejo de colaborar para tirá-las do grande sacrifício, da grande canseira

e da tragédia em que Salazar e a sua clique as meteu na nossa terra. Para evitar que elas morram ingloriamente na nossa terra. Queremos salvar o máximo de portugueses que se possa. Cada combatente deve lembrar-se disso sempre, mas também deve lembrar-se dessa verdade: é que nós estamos a lutar com as armas nas mãos porque fomos obrigados a isso e, por isso mesmo, todo e qualquer inimigo que tenha uma arma na mão contra nós, devemos liquidá-lo. Isso é o que temos feito e é o que continuaremos a fazer.

Ao povo da nossa terra nós dizemos: para a frente, porque começámos novas etapas da nossa história, há três anos, quando pegámos em armas e há 10 anos quando criámos o nosso Partido. Nada mais poderá evitar que o povo da Guiné e Cabo Verde se transforme numa nação independente e que, passo a passo, na unidade nacional que estamos a criar e com a ajuda de todos aqueles que sejam amigos de verdade, como o é o povo português de amanhã, que vai ajudar-nos seguramente, conseguiremos uma Pátria livre, digna e feliz.

Quero agradecer aos amigos da *Voz da Liberdade* e dizer-lhes que, para nós, foi um grande momento que vivemos hoje juntamente com eles, porque demos não só ao nosso Povo, ao Povo português, mas também ao próprio mundo, uma prova concreta desta realidade: é que nós somos amigos uns dos outros. Nós somos companheiros da mesma luta. Companheiros dessa estrada larga da esperança que conduz os homens a uma vida melhor, em qualquer parte do mundo em que estejam. E podem contar inteiramente com a nossa solidariedade e com o nosso apoio, como sempre.

3. BASIL DAVIDSON: ROMPENDO O MURO DE SILÊNCIO *

... em 1954, um homem teve a coragem de não acreditar sem ver ele próprio, e a audácia de iludir a vigilância portuguesa e penetrar o "muro de silêncio" construído em volta dos nossos povos pelo colonialismo português. Foi um inglês, o escritor Basil Davidson que, desmascarando o trabalho forçado e a discriminação racial em Angola com indiscutível evidência no seu "Despertar africano" ("African Awakening"), chamou a atenção do mundo inteiro para a nossa tragédia colonial.

* Prefácio para o livro de Basil Davidson, "Liberation of Guinea", 1969.

Talvez seja ainda demasiado cedo para escrever a história da libertação das colónias portuguesas. Mas aqueles que um dia a escreverão terão de reconhecer um facto de marcada influência no desenvolvimento destas lutas, tanto na sua dinâmica interna como em relação ao mundo exterior: o “muro de silêncio” construído em volta dos nossos povos pelo colonialismo português. E isto numa época em que os “ventos da história” do Continente começaram a anunciar a sua mensagem do “despertar africano” e o regresso à história dos africanos.

Embora alterando apressadamente a constituição portuguesa de modo a escapar às obrigações da Carta das Nações Unidas, o colonialismo fascista de Portugal teve também o cuidado de suprimir todos os meios não-oficiais de informação sobre as suas “províncias ultramarinas”. Uma poderosa máquina de propaganda foi posta a funcionar para convencer a opinião internacional de que os nossos povos viviam no melhor de todos os mundos, descrevendo-os como os felizes portugueses “de cor” cuja única mágoa era a saudade da sua branca pátria-mãe, tão tristemente deles afastada por fatores geográficos. Toda uma mitologia foi construída. E tal como com outros mitos, nem sequer faltou um “homem de ciência”, sociólogo de renome, para fornecer as bases teóricas — neste caso, do “luso-tropicalismo”. Talvez confundindo inconscientemente realidades que são biológicas ou propositadamente com realidades que são socioeconómicas e históricas, Gilberto Freire transformou todos nós, que vivemos nas colónias portuguesas, em afortunados habitantes do paraíso lusotropical.

Não sem algum êxito, como demonstra um incidente passado durante a Segunda Conferência dos Povos Africanos em Tunes, em 1960, onde nós tivemos algumas dificuldades em sermos ouvidos. Um delegado africano a quem tentámos expor a nossa situação replicou com toda a simpatia: “Oh, é diferente para vocês. Aí não há problema — vocês vão bem com os portugueses”. Pelo menos ajudou-nos a compreender que só podíamos contar com nós próprios. Então intensificámos o nosso esforço no sentido de dar a conhecer o colonialismo português, para romper o muro de silêncio e todas estas mentiras que envolvem os nossos povos.

Apesar disso há alguns anos, em 1954, um homem teve a coragem

de não acreditar sem ver ele próprio, e a audácia de iludir a vigilância portuguesa e penetrar nesse muro. Foi um inglês, o escritor Basil Davidson que, desmascarando o trabalho forçado e a discriminação racial em Angola com indiscutível evidência no seu "Despertar africano" ("African Awakening"), chamou a atenção do mundo inteiro para a nossa tragédia colonial. Nesse momento, quando ainda dávamos os primeiros passos na nossa organização, quando nos sentíamos muito sós e sem meios de dar a conhecer o nosso caso ao mundo exterior, esta obra de Basil Davidson teve em nós uma significativa influência, estimulando aqueles que já tinham decidido ir para a frente e encorajando os hesitantes. Se isto nos põe em dúvida para com o autor, a sua melhor recompensa foi sem dúvida a ação que o governo de Salazar tentou contra ele.

Quando, em 1960, decidimos reforçar o nosso caso no estrangeiro, encontramos o seu forte apoio, em Londres, onde a indiferença dos "especialistas" acerca das colónias portuguesas era praticamente completa. Ainda me recordo de um deles, fumando o seu cachimbo com o seu ar distante e abstrato.

Deste modo pensamos ser justo e necessário ter Davidson junto de nós neste momento decisivo em que, lutando em três frentes, enfrentamos o genocídio da guerra colonial portuguesa contra a África. Pioneiro e veterano dos problemas coloniais portugueses, ele não podia voltar as costas à maior realidade da nossa história, o confronto armado com o colonialismo português. Tal como anteriormente ele encontrava-se bem informado, mas quis "ver ele próprio" e tirar as suas próprias conclusões. Assim, ele veio visitar-nos, como seguramente visitará Moçambique e Angola. E, sobre a sua visita, escreveu este livro, pedindo-nos a nossa contribuição, se o desejássemos, com um prefácio.

Ninguém pode acusar este escritor de falta de objetividade: pelo contrário. Aceitou todos os riscos e fadigas necessárias ao seu contacto pessoal com a forma como vive o nosso povo. Entrou no nosso país por três vezes e aqui viveu tanto tempo quanto pôde, falou com quem desejou, viveu a realidade diária da nossa vida e da nossa luta. Juntos usámos os mesmos barcos, as mesmas canoas, os mesmos trilhos na selva; estivemos presentes nas mesmas reuniões; bebemos da mesma cabaça e comemos do mesmo prato, atravessámos os mesmos inúmeros rios do Sul, vagueámos através dos mesmos pântanos, lavámo-nos na mesma água, deitámo-nos e levantámo-nos à mesma hora, fomos escoltados pelos mesmos guerrilheiros. As mesmas formigas passearam sobre nós, os mesmos

bombardeiros bombardearam-nos, muitos mosquitos misturaram os nossos sangues. Juntos admirámos a estranha paisagem do Boé, observámos as posições portuguesas, sujámos os nossos fatos com a mesma terra late-rítica tão vermelha como o sangue dos nossos guerrilheiros e dos soldados de Portugal.

Mas a Europa, cartesiana e superdesenvolvida, reclama a mais rigorosa das objetividades aonde há guerra: os feridos e os cadáveres. Atingindo ou errando o alvo os aviões vieram, bombardeando-nos todos os dias. E nós vimos as mesmas aldeias em ruínas, as mesmas populações em marcha por causa das bombas, os mesmos mortos queimados pelo napalm, os mesmos guerrilheiros com queimaduras do terceiro grau e ainda com vida, as mesmas bombas fabricadas nos Estados Unidos lançadas por aviões construídos na Alemanha equipados com rádios britânicos, os mesmos obuses de lanchas e fragatas feitas em França.

Nos campos fumegantes havia a mesma coragem dos nossos guerrilheiros e a sua obstinada determinação.

E pelo nosso lado pensámos: sim, felizmente-infelizmente há feridos e mortos, aldeias arruinadas, fogo, muito fogo, porque sem eles que valor poderia ter esta visita além duma simples experiência pessoal? Como convenceria capazmente os seus compatriotas, esses fleumáticos Britânicos, essa cética Europa, esse tão respeitável "Times", essa tão bem informada opinião pública, a menos que haja cadáveres devidamente identificados e anotados, bombas com a marca de origem, um caso de "napalm" com o devido grau de gravidade? Agradecemos, pois, a esses criminosos aviadores portugueses que vieram durante o período da tua visita.

Mas as nossas realidades objetivas tu não as viste. As flores de Quitáfine, por exemplo. Porque, sabes, há flores: não tivemos tempo de tas mostrar. Flores azuis, amarelas e lilases, flores de arco-íris, flores vermelhas como o sol poente, e brancas também (mas não como os colonos), brancas e puras como pombas de Picasso. E Lebeta Na N'Kanha — não como militante do Partido mas como mulher, a jovem rebelde bela como uma gazela, mãe de família, esposa ouvida pelo marido, o produtor de arroz. Também não houve tempo: não falaste com Lebeta-mulher. Mas reparaste na cor dos seus olhos, na pureza do seu sorriso, na pureza dos seus gestos? Poderá mesmo uma luta, tão justa como a nossa, ter o direito de monopolizar todo o tempo, de calar uma voz como a de Lebeta-mulher? "Caro hóspede, quantas esposas tens? Só uma? Eu sei, e dizem que ela é bela e inteligente. Então não olhes para os meus pés, porque eles estão

ásperos do sal dos pântanos; nem para as minhas mãos, porque elas estão cheias de cicatrizes de colher arroz. Olha para os meus olhos e verás o passado, o presente e futuro das mulheres do meu país.”

As crianças, também. Não aquelas que viste, bem vestidas, primorosamente alinhadas e cantando o hino do nosso Partido com as vozes cheias de esperança e a nossa Nação nas entranhas. Mas crianças sem roupas, curvadas pela má-nutrição, crianças que não têm brinquedos, mas barrigas enormes habitadas por bichos, crianças que mais parecem balões. Também não tiveste tempo para lhes falar. Crianças solenes, falando do nosso Partido, na nossa luta, dos colonialistas, de qualquer tipo de arma, fazendo perguntas embaraçosas: “Vimos fotografias de crianças dos países brancos. São felizes, não têm grandes barrigas. Porquê?”

E ainda crianças que apenas são crianças, a razão da nossa luta, o futuro do nosso povo.

Viste os nossos maiores, simples militantes ou trabalhadores do Partido. As barbas brancas sobre a rocha negra das suas faces: lembraram-te a neve das altas montanhas do teu país? É bom, se assim foi: é a neve da experiência que nenhum sol consegue derreter, e nós respeitamo-la mesmo que a dialética da lógica nem sempre esteja do seu lado. Os anciãos são os nossos museus, as nossas bibliotecas, os nossos livros de história — o presente e o passado. E também falam bem: “A luta é a grande mentira que se torna verdade”. Eles aprenderam a acreditar nessa mentira e a torná-la numa verdade, a despeito das suas dúvidas e das inapagáveis marcas do colonialismo no seu cérebro e no seu corpo. Apenas em sonhos se podem regozijar do futuro, mas já se sentem atónitos pelo presente. Como pudemos unir todos estes povos, todos estes grupos étnicos, de modo a marcharem juntos como um só homem? Ouçamos os velhos: “Não pode ser obra de homens, é obra de Deus.” Talvez tenham razão, oxalá que em face de todos as ameaças possamos manter e fortalecer esta grande arma na nossa luta, a unidade do nosso povo, de todos os grupos étnicos, de todos os estratos sociais.

Tu gostas do esplendor das nossas florestas que albergam as nossas bases de resistência, que protegem as nossas populações e também te protegem a ti dos bombardeamentos criminosos. Estas florestas são agora uma força real para o nosso povo, para a nossa luta. Antigamente, elas eram a nossa fraqueza, porque tínhamos medo das nossas florestas, bastiões sagrados dos irãs e de todos os espíritos. Agora já não temos mais

medo: conquistámos e mobilizámos os espíritos da floresta, transformámos a fraqueza em força.

Portanto, ao lado dos feridos, dos mortos, da aviação inimiga, dos guerrilheiros, dos funcionários políticos, dos militantes, do Partido — quantas realidades objetivas ainda por contar! Aqui, connosco — reparaste? — tudo é realidade objetiva: mulheres, crianças, homens, árvores, espíritos, flores, e até os mortos. Porque nós somos uma sociedade de vivos e de mortos; e isto não representa uma fraqueza. Pelo contrário, é uma força contra os sacrifícios que devemos fazer.

A situação que conseguimos criar repousa na realidade efetiva do nosso país e da nossa sociedade. Nós não gostamos da guerra; mas esta luta armada tem as suas vantagens. Através dela estamos a construir uma nação sólida, consciente dela própria. Libertámos mais de dois terços do nosso território nacional. Devemos libertar o resto. Devemos libertar as Ilhas de Cabo Verde. Passo a passo construímos o nosso Estado. A nossa situação atual é a dum país independente com uma parte do seu território, particularmente os centros urbanos e as ilhas, sob ocupação estrangeira. Através desta luta conquistámos o direito de ter personalidade própria no campo internacional.

Sim, nós sabemos: há uma Carta das Nações Unidas, um direito de todos os povos à autodeterminação, uma obrigação por parte do “poder administrativo” de dar a independência. Mas connosco o poder administrativo está protegido nos seus campos fortificados, administrando a sua guerra colonial. Este poder tornou-se o agressor, o terrorista, a criminosa tentativa de genocídio. Esta é a situação aqui, em nada mudada pela morte política de Salazar, mas que, aconteça o que acontecer na política portuguesa, desenvolver-se-á apenas no sentido da libertação completa do nosso povo, com o consentimento do governo português ou sem ele.

Nada de ilusões, no entanto. Toda a gente sabe que Portugal não fabrica aviões, nem mesmo como brinquedos para crianças. A nossa situação — a agressão portuguesa contra o nosso povo — também envolve os aliados de Portugal, incluindo a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. E a nossa luta ainda nos traz outro lucro: ensina-nos quem são os amigos e os inimigos do nosso povo, da África.

Basil Davidson veio junto a nós como um amigo. Apesar da posição pró-colonialista do governo socialista de Mr. Wilson no seu voto nas Nações Unidas contra os interesses do nosso povo e no apoio ao velho aliado da Grã-Bretanha, nós sentimo-nos encorajados na certeza de que

Davidson não é o nosso único amigo britânico. Contamos com a simpatia da juventude britânica, de todos os que na Grã-Bretanha amam a liberdade e o progresso incluindo, seguramente, membros do Parlamento e Governo britânicos. Sentimos o mesmo em relação aos Estados Unidos.

O autor teve em mira interpretar as realidades da nossa vida e da nossa luta na base daquilo que viu e viveu entre nós, bem como num profundo conhecimento da história africana e do que é essencial na história de hoje. Qualquer que seja o nosso pensamento acerca do aplauso ou crítica implícita ou explícita neste livro, nós estamos-lhe gratos.

E esta gratidão estende-se a todos que de longe — britânicos, franceses, americanos, soviéticos e outros — retribuíram-nos visitas e falaram acerca da nossa luta. Mesmo quando os seus relatos apenas repetiram os slogans colonialistas dos portugueses, ajudaram-nos a aprender sobre a natureza dos homens e os obstáculos que temos de ultrapassar.

Num momento em que a juventude e os intelectuais da Europa e dos Estados Unidos manifestam-se a favor das lutas de libertação nacional, e quando um número crescente de jornalistas e escritores buscam inspiração e temas para o seu trabalho nos mal conhecidos sacrifícios do nosso povo, não é deslocado relembrar que o heroico povo do Vietname libertar-se-á seguramente por si próprio, que o nosso povo completará a sua libertação, que todos os povos oprimidos se desembaraçarão do jugo imperialista. A própria história o exige. No nosso próprio interesse parece-nos oportuno fazer aqui um apelo à juventude rebelde e aos intelectuais que tomam partido pelos oprimidos, e pedir-lhes que preparem novos estádios na luta comum para o progresso e bem-estar da Humanidade. Mesmo em condições particularmente difíceis nós estamos a cumprir o nosso dever de compreender a realidade do nosso país, e transformá-lo na via do progresso e da justiça. Possam outros estar preparados para fazer o mesmo.

Não nos cabe a nós julgar as opiniões do autor sobre os diversos controversos problemas, seja na forma ou no conteúdo, relativos à África e à luta contra o imperialismo. Basil Davidson sempre respondeu por ele próprio e este prefácio não pode de modo nenhum esquecer esse aspeto tão admirável da sua personalidade.

Boé, outubro 1968.

4.

O PODER DAS ARMAS*

Nunca lutámos contra a política dum homem, nunca lutámos contra Salazar; nem sequer contra o fascismo. São os portugueses patriotas que devem lutar contra o fascismo português. Nós, nós lutamos contra o colonialismo português e ele é filho, não de Salazar, mas duma situação de dominação de classe em Portugal e da situação imperialista em geral.

* Artigo publicado na edição francesa da revista *Tricontinental*, n.º 3, 1969.

A Guiné e Cabo Verde estão entre as primeiras colónias estabelecidas em África pelos Europeus. Pode dizer-se que a Guiné é a primeira de todas. Após a Conferência de Berlim, onde se fez a partilha da África entre as potências de então, teve-se em conta o que se chamava de ocupação efetiva dos territórios africanos. Portugal estava já presente nos nossos países, tanto em Cabo Verde como na Guiné. Em Cabo Verde, a sua presença manifestava-se através dos chamados “donatários”, que tinham ocupado as ilhas e as tentaram explorar utilizando sobretudo pessoas vindas de Portugal ou da Guiné; e, nesta última, através dos entrepostos comerciais da costa e das tentativas de penetração para o interior.

Após a Conferência de Berlim, Portugal decidiu-se a ocupar efetivamente a Guiné. Isso provocou imediatamente uma reação por parte das populações. Primeiro, as populações costeiras: os mandjacos, os pepeis, sobretudo na zona que hoje constitui a ilha de Bissau; os balantas, um pouco mais no interior, os fulas, os mandingas e praticamente todas as populações do país resistiram à ocupação portuguesa durante aquilo a que os portugueses chamaram mais tarde de “guerras de pacificação” que duraram quase meio século, ao longo do qual, segundo Teixeira da Mota, não se passou, por assim dizer, um só dia em que não houvesse um confronto entre as nossas gentes e os portugueses.

São conhecidas todas as manobras de divisão realizadas pelos portugueses para poderem dominar, uma a uma, as diferentes tribos. Aproveitaram todas as contradições entre as diferentes etnias, entregaram-se mesmo a atos que poderíamos considerar ilógicos e sempre conseguiram encontrar um ou outro africano, entre os que tinham influência, para servir a sua causa.

Mas a verdade ficou gravada não só na história, mas também no espírito do nosso povo. Esta grande capacidade de resistência fez com que o colonialismo português só em 1917 pudesse, oficialmente, terminar estas famosas guerras de pacificação, se bem que na realidade elas não tivessem acabado senão em 1936, quando ele conseguiu enganar os últimos resistentes bijagós que, no entanto, não depuseram as suas armas; de facto, houve elementos entre os seus que os traíram e entregaram.

Esta tradição de resistência marca de uma maneira decisiva a nossa

luta de libertação nacional. A partir dos anos 30, Portugal — onde já se instaurara o fascismo — começou a instalar com mais facilidade a sua administração na Guiné. O facto de a política portuguesa ter sido marcada por uma ditadura fascista num momento em que o nosso povo começou a ser verdadeiramente administrado por Portugal, caracteriza de forma flagrante a situação política do nosso país antes da luta de libertação nacional.

Um outro aspeto importante da colonização do nosso país, também comum às outras colónias portuguesas, é a situação subdesenvolvida de Portugal; o atraso económico, social e cultural de Portugal implica também um atraso no desenvolvimento do nosso país, um atraso na evolução cultural do nosso povo, e criou condições específicas para a evolução política que posteriormente se produziu. Não citarei os outros aspetos da colonização portuguesa, mas queria fazer notar que, se por um lado, o carácter dos elementos provenientes do meio subdesenvolvido que é Portugal, favoreceu a coabitação entre europeus e africanos (o que não se produziu nas colónias inglesas, por exemplo), por outro lado, o colono português, e mesmo o administrador, sempre manifestaram, frequentemente por ignorância, por vezes por estarem mal informados, quase sempre por necessidade de dominação, uma grande falta de respeito e de consideração para com a personalidade africana, para com a cultura africana. Basta ver como outros países imperialistas europeus (sobretudo a França, a Inglaterra, a Bélgica) se encheram de obras de arte africana; eles abriram o caminho ao conhecimento universal das aptidões artísticas do africano — da cultura africana em geral: das religiões da África, das suas concepções filosóficas, isto é, a forma como o africano aborda a realidade do mundo e a realidade cósmica. Em Portugal nada de semelhante se produziu. O português, seja porque em geral o colono que se enviava para a nossa terra era um indivíduo ignorante, seja porque os intelectuais nunca se interessaram por isso, não conhece o africano, se bem que Portugal seja o país da Europa que tem mais colónias em África.

Isso desempenhou também um certo papel na nossa luta, pois no confronto que nos opôs, o português deu-se conta de que não éramos tal como ele nos imaginava e foi aí que ele descobriu um africano de cuja existência nunca imaginara. Digamos que, no contexto geral da nossa luta, essa foi mais uma surpresa que provocámos ao inimigo.

Sempre existiram entre nós (tanto na Guiné como em Cabo Verde) tentativas de resistência política ao colonialismo português, depois do período que acabo de mencionar. Nesse sentido, criaram-se agrupamentos,

sindicatos, clubes de amigos, etc., que tinham tendências nacionalistas. Mas é preciso não ter ilusões, porque se houve algo de carácter nacionalista, ele não ultrapassou os quadros urbanos, o que equivale a dizer que não foi além de uma pequena burguesia que tinha contactos com o mundo e que se sentia diariamente humilhada pela presença do colonialismo português. Mas, dizemo-lo com toda a consciência, não se colocava ainda o problema do nacionalismo. No conjunto do nosso país, sobretudo na Guiné, continuávamos a manter as características tribais e se, economicamente, as tribos estavam completamente desagregadas devido à presença portuguesa, por outro lado, os portugueses tentavam manter a superestrutura tribal para, através dela, mais facilmente dominar o nosso povo. Podemos dizer que foi no conjunto das novas relações e dos novos fenómenos implantados entre nós (em particular a circulação da moeda, as trocas muito mais intensas, o movimento das populações) que se começou a criar entre nós uma ambiência de nação. É importante sublinhar isso para se poder ter uma ideia das dificuldades da nossa luta, das condições concretas do nosso país.

Um momento importante da nossa luta, ou seja, da situação do nosso país antes da luta armada foi o fim da Segunda Guerra Mundial. Este facto exterior suscitou uma corrente de esperança no mundo e a nossa pequena-burguesia não permaneceu alheia a esta corrente de esperança. Na mesma época chegaram a Portugal jovens vindos das diversas colónias portuguesas e eles tomaram consciência da necessidade de se unirem perante o opressor. Estes jovens encontraram os meios necessários para se consagrarem em conjunto ao estudo dos seus países e começaram a pensar em conjunto numa mesma via para servir os seus povos. Esse foi um momento de grande importância que caracteriza a luta contra o colonialismo português; a luta começou por ser a luta dos povos das colónias portuguesas contra o colonialismo português, isto é, a luta de cada um dos povos contra o colonialismo português.

Um outro facto importante foi o de as pessoas terem trabalhado em conjunto e terem sido capazes de regressar aos seus países após terem terminado os seus estudos. E nos próprios países colonizados — falo sobretudo do meu país — havia grupos de jovens que estavam em vias de ganhar consciência da necessidade de mudança.

Antes de começar a luta armada, decidimos criar organizações africanas. Em 1954, começámos por criar organizações recreativas, uma vez que era, então, impossível dar-lhes um carácter político. Isso foi importante não por causa da ideia de criar uma organização, mas porque o colonia-

lismo não o permitiu, o que provou às grandes massas da nossa juventude que se tinham entusiasmado muito com esta ideia, que — sob a dominação portuguesa — os africanos não tinham qualquer direito. Isto deu-nos mais coragem para outras ações, para espalhar novas ideias e fazer avançar a luta. Antes que esta se desenvolvesse completamente, ou mais exatamente, antes que esta tomasse a forma de uma luta armada, o momento mais importante foi 1956.

Nesse ano, no decurso duma visita que fiz à minha família (estava então exilado) decidimos criar clandestinamente o nosso Partido. Quer isto dizer que, para nós, o momento culminante antes da luta armada foi quando chegámos à convicção de que não nos era possível trabalhar a não ser na clandestinidade.

Depois da criação do Partido em 1956, houve um outro momento de grande importância, em 1959, quando os portugueses perpetraram o massacre de Pidjiguiti, que desencadeou uma grande indignação entre toda a população da Guiné e Cabo Verde. Esse momento marca um ponto decisivo, porque provou que o Partido seguia uma linha errada e não tinha nenhuma experiência. Nessa época, o Partido não conhecia nada do que se passava no mundo e éramos obrigados a avançar de forma empírica. Eu, só em 1961 é que conheci as obras de Mao Tsé-Tung. A falta de experiência fazia-nos pensar que podíamos lutar nas cidades por meio de greves e outras ações, mas estávamos enganados e a realidade do momento provou-nos que isso não era possível.

Nesse mesmo ano, após a independência da Guiné em 1958, criaram-se pequenos grupos e em seguida, exatamente em 1959, o Partido conseguiu uni-los de forma coerente à sua volta. Não havia já senão uma única organização e ninguém se reclamou de qualquer outro grupo. Isto provava a confiança que as pessoas tinham na direção do Partido. Em setembro de 1959, pouco mais de um mês depois do massacre de Pidjiguiti, realizámos em Bissau uma conferência clandestina que provocou uma viragem total no caráter da nossa luta. Foi então que começámos a preparar-nos para a luta armada e que decidimos penetrar nos campos. O próprio presidente do Partido, o camarada Rafael Barbosa, foi o primeiro a ir para o mato, como dizemos, para mobilizar as pessoas, para aí lançar as bases do Partido. Para lá, também foram os nossos militantes da cidade — operários, pequenos empregados, etc. — todos abandonaram o que tinham e partiram para o mato a fim de mobilizar a população.

Um outro momento capital foi a diligência do Partido para apoiar a luta dos angolanos por meio de ações diretas nas nossas regiões, em agosto de 1961. Realizámos algumas sabotagens importantes; os portugueses responderam a isso desencadeando uma grande repressão contra o nosso povo, o que tornou ainda mais agudas as contradições entre nós e eles e nos conduziu irremediavelmente à luta armada.

A grande vaga de repressão desencadeada pelos portugueses — durante a qual foi preso o camarada Rafael Barbosa — não conseguiu fazer-nos renunciar ao nosso desejo de nos libertarmos. Pelo contrário, galvanizou a nossa vontade de fazer avançar a luta e de provar aos portugueses que nada nos poderia deter.

Em princípios de 1961, os portugueses conseguiram prender vinte membros do Partido, entre os quais se encontravam Fernando Fortes, Epifânio e outros, alguns dos quais eram dirigentes do Partido. O grande movimento que então se produziu obrigou os colonialistas a levá-los a julgamento e a libertar a maioria deles. Isto deu-nos muito prestígio e contribuiu para enraizar ainda mais profundamente no nosso povo a ideia da luta.

O Partido decidiu, por conseguinte, aproveitar a existência de países independentes ou, pelo menos, de um país independente, nosso vizinho. Se os fatores internos são decisivos, é necessário também não negligenciar os fatores externos. A existência da República da Guiné ao nosso lado permitiu ao nosso Partido decidir que alguns dos seus dirigentes aí fossem instalar-se temporariamente para criar os meios necessários para apoiar a luta. Isso permitiu-nos criar uma escola política para a preparação de militantes políticos ativos, o que foi decisivo para a nossa luta. Em 1960 em condições miseráveis, criámos em Conacri uma escola política para onde mandámos, primeiro, os militantes das cidades, para os preparar politicamente e para serem treinados e saberem mobilizar o povo para a luta.

Os camaradas da cidade foram os primeiros a vir para esta escola e em seguida começaram a vir os camponeses, os jovens mobilizados (alguns dos quais vieram com a sua família e tudo) e que tinham sido convencidos por elementos do Partido. Vinham, por exemplo, dez, vinte, vinte e cinco pessoas por um período de um ou dois meses. Durante esse tempo nós dávamos-lhes uma formação intensiva e falávamos com eles até ao cair da noite e não podíamos falar mais porque estávamos completamente

áfonos. Alguns dos quadros do Partido explicavam-lhes toda a situação, mas nós fomos mais longe que isso.

Nesta escola fazíamos como se fosse um teatro, imaginávamos a mobilização da população numa tabanca, mas tendo em atenção as características sociais, as tradições, a religião — todos os costumes da nossa população camponesa.

Queria insistir sobre a condição dos nossos campos. Fala-se de camponeses, mas o termo “camponês” é muito vago. O camponês que lutou na Argélia não é o camponês da nossa terra; o camponês que lutou na China não é o nosso camponês.

Entre nós, passa-se isto: primeiro, o colonialista português nem sequer se apropriou das terras; deixou que os nossos compatriotas cultivassem eles próprios a terra; não criou empresas agrícolas como fez em Angola, por exemplo; não criou concentrações de colonos, como em Angola, onde deslocou grandes massas de africanos para, no seu lugar, instalar colonos europeus.

Nós, sob o colonialismo, mantivemos uma estrutura de base: a terra como propriedade coletiva da aldeia. É um dos traços muito importantes que caracteriza o nosso campesinato, que, por outro lado, não era diretamente explorado pelo colonizador, mas que o era através do comércio, pela diferença entre o preço e o valor dos produtos. Era aí que se encontrava a exploração — não no trabalho direto, como acontecia em Angola com os trabalhadores contratados e com outros, como os empregados das companhias, por exemplo. Isto punha à nossa luta um problema difícil de resolver: provar ao camponês que era explorado na sua própria terra.

Não podíamos mobilizar as pessoas dizendo-lhes: “A terra deve ser para quem a trabalha”, porque aqui a terra não falta. Há toda a terra de que se necessita. Era, pois, necessário encontrar formas apropriadas para mobilizar o nosso campesinato, em vez de utilizar termos que o nosso povo ainda não podia compreender. Nunca mobilizámos as pessoas na base da luta contra o colonialismo. Isso não dava nada; falar de luta contra o imperialismo não dava nada entre nós. Em vez disso falávamos numa linguagem direta e acessível a todos:

Porque vamos lutar? Quem és tu? Quem é o teu pai?
O que é que aconteceu ao teu pai, até agora? O que é que se passa? Qual é a situação? Já pagaste os teus impostos? O teu pai já pagou os seus impostos? O que é que viste destes impostos? Quanto é que recibes pelo teu amendoim? Já

pensaste no que ganhas com o teu amendoim? No trabalho que ele custou à tua família? Quais são os que já estiveram presos? Tu já estiveste preso?

É nestas bases que se faz a mobilização.

Vais trabalhar na estrada. Quem é que te dá a ferramenta para trabalhares? És tu que a dás. Quem é que te dá a comida? És tu que a dás. Mas quem é que anda na estrada? Quem é que tem um carro? E a tua filha, que foi violada por fulano — achas isso bem?

Para entusiasmar certos elementos, servimo-nos inclusivamente de alguns casos concretos que as pessoas conheciam: indivíduos que tinham sido tocados porque o colonialismo agiu mal, mas que não sabiam o que era o colonialismo português.

Na nossa mobilização evitámos tudo o que pudesse ser generalidades, frases feitas. Fomos ao detalhe, mas obrigámos a nossa gente que se preparava para isso a repetir o que tinham para dizer dez vezes, pelo menos. É um dos aspetos que considerámos muito importantes no nosso caso concreto, porque partimos da realidade concreta do povo. Evitámos que o camponês pudesse pensar que éramos gente estranha que lhe vinha dar lições; púnhamo-nos na posição de pessoas que vinham aprender com o camponês e finalmente, pouco a pouco, o camponês descobria por si mesmo porque é que as coisas corriam tão mal. Ele passa a compreender que há uma exploração terrível e que é ele que paga tudo, incluindo os lucros de pessoas que vivem na cidade. Isto prova-nos a necessidade que tem cada povo de encontrar a sua própria fórmula de mobilização para a luta.

A experiência que temos dos nossos campos permite-nos afirmar que, para inscrever as massas camponesas na luta, é necessário muita paciência. É preciso, dadas as nossas condições, que a mobilização nos campos seja inicialmente empreendida por pessoas capazes de se integrarem no mundo camponês e que a partir das primeiras mobilizações sejam os próprios camponeses a organizar e a mobilizar o resto do campesinato. Nós podemos afirmar que o nosso campesinato não é, de maneira alguma, um elemento revolucionário fundamental. O camponês é a força física principal da nossa luta, mas não é, sobretudo nesse momento não era, a força revolucionária principal. A força revolucionária principal encontramos-la nos

meios urbanos, tanto entre os trabalhadores assalariados dos portos, dos barcos, das oficinas de reparação, etc., bem como entre a pequena-burguesia, que estava consciente da dominação estrangeira do nosso país. Foram eles que, depois de muitas dificuldades, levaram o campesinato a juntar-se à revolução.

Por outro lado, sempre atribuímos a maior importância às camadas mais exploradas, tanto nas cidades como nos campos. Fizemos uma profunda análise da estrutura social do nosso povo a fim de estar em condições de colocar cada camada perante o fenómeno da luta e sabermos como nos comportar com cada uma.

É certo que a nossa atitude não foi isenta de erros; um deles foi ter demasiada confiança no sentimento nacional. Não conhecíamos os problemas de certas camadas; tínhamos confiança, por exemplo, no facto de que os chefes tribais (dado que os antigos chefes tinham lutado contra os portugueses) teriam de novo um sentimento nacional, teriam de novo interesse em expulsar os estrangeiros do nosso país. Mas tal não aconteceu. Um número bastante importante de entre eles colocou-se do nosso lado, mas aqueles que eram mais tradicionais e mais ligados aos seus interesses colocaram-se do lado dos colonialistas, porque a sua única preocupação era manter a sua dominação sobre as populações que controlavam. Isto, evidentemente, criou novos problemas que tivemos de enfrentar seriamente para podermos fazer avançar a luta em determinadas regiões.

A política seguida pelo nosso Partido em relação aos problemas tribais deu bons resultados. Segundo a nossa concepção, a tribo existe e ao mesmo tempo não existe. Como se sabe, quando os portugueses chegaram ao nosso país, o sistema económico tribal já se tinha deteriorado. O colonialismo português contribuiu ainda mais para esta deterioração, embora tenha tido necessidade de manter certos aspectos das suas superestruturas. No que nos respeita, não foi a base económica que nos conduziu a respeitar a tribo enquanto elemento mobilizador da nossa luta; são os seus aspectos culturais: a língua, as canções, as danças, etc. Nós não podemos impor ao balanta os costumes dos fulas ou dos mandingas. Isto temo-lo defendido ao máximo, mas também temos combatido ao máximo toda a divisão no plano político.

No início, mobilizámos os balantas, os mandingas, os biafadas, etc., e na medida em que eles começaram a ter consciência da luta e a aceitar o Partido, começámos a deslocá-los. Enviámos para a frente aqueles camaradas que, devido às necessidades do Partido, se deviam lá encontrar. Des-

de o primeiro momento evitámos pôr à frente de um grupo um indivíduo desse mesmo grupo, para não dar ensejo a manifestações de regionalismo.

Outra coisa que consideramos de bastante grande importância é o aspeto religioso do nosso povo. Nós evitámos toda a hostilidade em relação às crenças do nosso povo, ao tipo de relações que o nosso povo tem ainda com a natureza, dado o seu subdesenvolvimento económico. Apenas nos opomos resolutamente àquilo que atenta contra a dignidade do ser humano. Orgulhamo-nos de não ter proibido aos nossos homens utilizar os fetiches, os amuletos e outras coisas do género, a que chamamos mezinhas. Isso teria sido completamente absurdo, seria uma concepção completamente errada. Nós deixamos que os nossos homens se deem conta, por si mesmos, que os seus fetiches não lhes servem de nada. Hoje, felizmente, podemos dizer que a maioria já se apercebeu disso.

Se, no início, um camarada combatente tinha necessidade da ajuda dum mezinheiro, atualmente, é muito possível que ele tenha um ao alcance da mão, mas compreende, e di-lo aos outros, que o melhor mezinheiro é a trincheira. Podemos afirmar que, neste plano, a luta contribuiu para uma evolução rápida do nosso povo. E isso é muito importante.

Tal é, de uma maneira geral, a situação da mobilização do nosso povo. Já em 1963, no momento em que íamos iniciar a luta, o nosso povo tinha um Partido; não em todo o país, mas no Sul. Em 1962, os portugueses prenderam Nino, que era um dos agentes da mobilização e o chefe do Partido na zona de Cubucaré, que vai até Catió, capital do Sul. Os portugueses prenderam-no após muitas peripécias. Eles não queriam acreditar que Nino, que era muito novo, fosse um dirigente do Partido. Alguém o denunciou e decidiram prendê-lo e enviá-lo para Bissau. Então, um polícia africano, que estava na administração, mas era do Partido (porque nós tínhamos chefes de posto, secretários da administração, cipaicos, e alguns soldados das tropas portuguesas que eram membros do Partido) falou com Nino e este recomendou-lhe que nos dissesse que o iam enviar para Bissau, para ser interrogado pela PIDE. Na mesma noite, elementos decididos da população da região revoltaram-se, arrombaram as portas da prisão, libertaram Nino e enviaram-me um presente que ainda conservo, o cadeado das portas da prisão. Isto dá uma ideia do que era a situação no nosso país antes do desencadeamento da luta armada. Eu poderia citar inúmeros exemplos como este que demonstram o apoio do nosso povo, porque todos os nossos quadros se encontravam no mato. Nas aldeias, em todo o lado, havia sempre pessoas do Partido ocupadas a agitar, a organizar e mesmo a trabalhar com os portugueses.

Esta situação favoreceu enormemente o desenvolvimento da nossa luta armada. Nós instalámos as bases da guerrilha mesmo antes de ela ter começado. Nessa época, o material era introduzido com enormes dificuldades. Uma vez passado para o interior do nosso país era conservado por uma parte da população, nas nossas bases guerrilheiras. Só depois disto é que desencadeámos a luta armada contra o colonialismo português.

As nossas bases no Sul encontravam-se nas zonas de Cubucaré, de Indjassan, de Quínara, de Gambará propriamente dita, de Quitáfine e de Sususa. No Norte, de início, tínhamos duas ou três bases; isto dá um panorama geral da situação.

Podemos dizer que a luta armada se integrou mais na população que a população se integrou na luta armada. Havia dezenas e dezenas de jovens prontos a combater, mas não dispúnhamos de armas.

Começámos por criar grupos autónomos de guerrilheiros nas regiões que acabo de mencionar. Cada grupo estava ligado à direção do Partido. Foi nos fins de 1963. A luta evoluiu muito rapidamente, muito mais do que se teria podido pensar. (Recordemos que, quando em agosto de 1961 decretámos as sabotagens e pedimos à população que pusesse árvores ao longo das estradas, os chefes do Partido ficaram admirados com o magnífico trabalho que tinha sido feito. Mesmo nas regiões aonde esta ordem não tinha chegado, as pessoas tinham-se mobilizado e derrubaram árvores nas estradas para mostrar que elas também queriam participar.)

Com estes grupos, pudemos verificar que, dada a integração total da população na guerrilha, alguns chefes de guerrilha tornaram-se demasiado autónomos, não em relação à direção propriamente dita (porque, na realidade, estavam ligados à direção superior do Partido) mas em relação a certos chefes que se poderiam encontrar na região. Começaram então a criar-se certas tendências para o isolamento, tendências para se desconhecer mutuamente, para não coordenar nenhuma ação. Perante esta situação, decidimos realizar o nosso Congresso em 1964 e isto marcou um momento culminante na nossa luta. Neste Congresso tomámos sérias medidas disciplinares entre as quais a de julgar e condenar certos chefes guerrilheiros. Tivemos de passar a uma direção coletiva da guerrilha, que se manteve sob a direção do comité do Partido.

Para nós, não pode haver polémica quando se trata de saber se é o Partido ou se são as forças armadas que comandam, porque consideramos que o Partido e as forças armadas são uma mesma e única coisa. Criámos zonas e regiões com os comités do Partido correspondentes, de modo que

o dirigente do Partido era ao mesmo tempo o comandante da guerrilha. As coisas melhoraram muito, não ficaram perfeitas, mas ficaram muito melhores.

Além disso, decidimos durante o Congresso mobilizar uma parte das forças guerrilheiras para criar forças regulares, com o objetivo de estender a luta a novas zonas. A nosso ver, não é necessário mobilizar toda a gente para a luta armada guerrilheira; basta mobilizar uma quantidade razoável. Desde que isto seja feito, pode-se avançar com as forças armadas e mobilizar o resto.

Uma vez reestruturado o nosso aparelho político-militar, organizámos emboscadas, pequenos ataques contra os portugueses e outras ações, que foram aumentando até atingirem o grau de desenvolvimento que a nossa luta tem hoje.

Com a criação das forças armadas regulares, pudemos criar novas frentes de luta: a de Gabu, no Leste do país; e as de S. Domingos e de Boé no Oeste. Nessa altura, não falávamos ainda de frentes, mas de regiões e de zonas de luta que se confundiam inteiramente com as regiões e as zonas de Partido.

Depois, à medida que a guerrilha avançava, o inimigo foi obrigado a retirar-se para os centros urbanos e a construir praças fortificadas. O inimigo vive numa contradição profunda: se quer dominar, é obrigado a dispersar-se para controlar as populações, mas, ao fazê-lo, enfraquece-se; então, nós atacamo-lo e obrigamo-lo a concentrar-se, mas quando ele se concentra, somos nós que dominamos as vastas zonas existentes.

Em seguida, foi possível criar verdadeiras frentes de batalha. Inicialmente, só existia a Frente do Norte e a Frente do Sul, e depois, com o avanço da luta, construímos a Frente Leste.

Atualmente, as nossas forças armadas formam um corpo de exército em cada frente e podem dispersar-se para qualquer parte da frente. Mas na etapa seguinte, elas poderão dispersar-se em conjunto para qualquer frente se isso se revelar necessário. Por exemplo, há semanas, alguns corpos do exército vieram de diferentes sítios e fizeram uma campanha geral com o corpo do exército local, no decurso da qual foram atacadas todas as casernas portuguesas de Quínara.

Tenho de sublinhar que a direção da luta é a direção do Partido. No seio do Bureau Político existe o Conselho de Guerra que eu próprio presido, na qualidade de Secretário Geral do Partido. Não há nenhuma ação militar importante no país que não passe pelas minhas mãos. Quando exis-

tiam as frentes, os sectores e as unidades, gozavam de autonomia para as ações normais, quotidianas, no seio duma linha estabelecida. Mas, já nessa época, toda a modificação, qualquer nova ação de envergadura passava pelas mãos do Conselho de Guerra e passava, portanto, pelas minhas mãos.

Os comandos das frentes são os elementos executivos das decisões tomadas pelo Conselho de Guerra. Por exemplo, o ataque do porto de Bissau foi planificado por nós, com todas as precauções. O único contratempo foi que não se produziu na data para a qual o tínhamos planificado porque houve dificuldades materiais; houve um atraso de alguns dias; mas ele foi planificado por nós no decurso duma reunião com todos os camaradas. Tinham-se mesmo escolhido os homens que nele deviam tomar parte. Isto dá uma ideia do grau de centralização do trabalho.

No que diz respeito à evolução da luta propriamente dita enquanto guerrilha, consideramos que ela se desenvolve como um ser vivo em que se manifestam etapas sucessivas de crescimento. Muitas vezes uma das etapas é ultrapassada muito rapidamente, por vezes dura mais tempo.

Não forçamos nenhuma etapa; cada vez que uma etapa está esgotada, avançamos um pouco mais. Isso trouxe uma grande harmonia à nossa luta. No começo, não falávamos de exército e, até agora, não falamos ainda de estado-maior. Criámos pequenos grupos de guerrilha que se entregavam às suas atividades e se juntavam e que, ao se juntarem, acabaram por constituir um exército, as forças regulares. Todas são rigorosamente controladas e regularmente inspecionadas.

Atualmente, as forças armadas do nosso Partido são compostas, para lá destas forças regulares, pela milícia popular armada baseada nas regiões libertadas.

Devo salientar que, antes, tínhamos bases guerrilheiras que eram verdadeiras aldeias, mas pouco a pouco suprimimos isso: reduzimos as bases dividindo-as em duas ou três e, em seguida, chegámos a um grau em que se pôde eliminar este tipo de bases. Atualmente, elas já não existem; há aldeias da nossa população e há pontos de apoio das nossas forças armadas. Isto foi extraordinariamente útil porque chegou um momento em que os portugueses tinham todas as nossas bases assinaladas nas suas cartas de estado-maior e tinham a intenção de as bombardear. Eles conseguiram bombardear algumas delas, mas já lá não havia ninguém, porque tínhamos acabado a tempo com estas famosas bases de guerrilha.

No nosso país, o inimigo tentou empregar a mesma técnica que emprega nas guerras coloniais que trava contra outros povos. Pensando que

famos invadir o nosso país a partir da Guiné ou do Senegal, a primeira estratégia dos portugueses foi colocar tropas nas fronteiras destes países para que não se produzisse o que se tinha produzido no norte de Angola. Enganaram-se, porque a luta começou a cem quilómetros no interior do território e isso causou-lhes numerosas perdas. Em seguida, dispersaram imediatamente as suas forças e estabeleceram quase cem postos fortificados num país tão pequeno como o nosso. Instalaram toda uma rede de casernas que, à medida que a luta se intensificava, tiveram de ser transportadas para locais mais seguros. Hoje, o número de casernas diminuiu, devido aos constantes ataques a que as submetemos.

As táticas dos portugueses são as táticas comuns a este género de luta. A partir do momento em que se apercebeu que o golpeávamos duramente, o inimigo começou os seus bombardeamentos e incendiou as nossas aldeias para aterrorizar a população e evitar que ela nos desse o seu apoio. É esta a preocupação principal do inimigo numa luta como esta: tirar a guerrilha o apoio da população. Isto dá uma ideia da importância que tem para a guerrilha o apoio da população. O inimigo também compreende isso, e é por isso que comete todos os atos bárbaros possíveis a fim de o impedir. Mas quanto mais injustiças os portugueses cometem, mais firme é a população, quando ela atinge um certo grau de consciência política.

Os portugueses realizaram diversos raids contra as nossas bases; alguns com sucesso, devemos reconhecê-lo com toda a franqueza, até ao momento em que conseguimos mantermo-nos perto das suas guarnições. As nossas tropas avançaram a um ponto tal que armávamos emboscadas aos portugueses a 500 metros das suas casernas. Isto paralisou enormemente o inimigo no terreno. A partir desse momento, ele aumentou ainda mais os seus bombardeamentos; começou a utilizar o napalm e o fósforo branco em grande escala; e atacou as costas das nossas regiões libertadas com as suas canhoneiras e outros barcos.

Ao mesmo tempo, lançou-se no jogo da propaganda política para tentar desmobilizar a população. Sobretudo, fez propaganda pela rádio, na qual nos acusava de todos os defeitos possíveis: que éramos comunistas, que íamos acabar com a religião, com os chefes tradicionais, que estávamos vendidos aos estrangeiros, etc.

Os portugueses criaram um "conselho de governo" onde colocaram quase exclusivamente africanos, tentando fazer crer que os africanos iriam dirigir o país. Modificaram as suas relações com os africanos, foram ao ponto de lhes dar bolsas e boas colocações, até a deixá-los passar primeiro

nos passeios. Estes truques não deram os resultados esperados; o nosso povo sabia muito bem que sem o PAIGC, sem a luta, não teria havido nada disso. Evidentemente, isso não quer dizer que não há traidores, que não há pessoas que se aproveitam disso e se põem ao lado dos portugueses.

Creio que não vale a pena caracterizar a tática e a estratégia dos portugueses porque elas são, mais ou menos, uma cópia das dos norte-americanos no Vietname. A única diferença é que não dispõem de todos os meios de que dispõem os norte-americanos. Os portugueses realizaram desembarques em massa: operações combinadas terra-mar e ar, ou terra-ar e ar. Mas foram atacados. Nós esperávamos que eles viessem, que se instalassem nos seus acampamentos e nesse momento começávamos a golpeá-los duramente.

A princípio, os helicópteros causaram-nos muitos prejuízos, em particular com os ataques-surpresa às populações. Mas atualmente, fazemos face com sucesso aos helicópteros. Os nossos tiros atingem-nos e os portugueses chegaram à conclusão que não podem ganhar a guerra com helicópteros.

Uma coisa muito importante em tudo isto é que os portugueses não têm problemas nas Ilhas de Cabo Verde. No dia em que começarmos a ação nas ilhas, a luta na Guiné estará praticamente terminada. Isso não é uma condição indispensável para que ela chegue ao fim. Pode muito bem acabar sem isto. Mas no dia em que a ação se estender a Cabo Verde, a luta chegará praticamente ao fim.

Quanto à posição dos portugueses, pensamos que estão a fazer a guerra colonial devido à política criminoso do seu governo e porque têm medo da descolonização. Portugal é um país subdesenvolvido, é uma semi-colónia da Inglaterra, dos Estados Unidos e doutros países e não tem uma estrutura económica que lhe permita praticar o neocolonialismo; ou tem medo da concorrência dos outros países. Prefere o papel de intermediário, de preferência a retirar-se de Angola. Prefere que Angola seja explorada pelos Estados Unidos, pela Bélgica, pela Inglaterra, etc., a ir-se embora e deixar os outros completamente sós. No nosso caso preciso, o da Guiné, a única coisa que impede Portugal de se retirar é o precedente que isso representaria, porque toda a gente sabe que as coisas vão mal para Portugal. O discurso de Marcelo Caetano à Assembleia de 27 de novembro provou-o. Quando o chefe do governo é obrigado a dizer que vai “defender uma ‘província’ a todo o custo” é porque de facto sabe muito bem que não há nenhuma “província” e que se este país um dia foi sua colónia, já não o é mais.

E como estamos a falar de Caetano, digamos claramente, desde já,

que pensamos que a mudança do chefe do governo em Portugal não significa nada. Nunca lutámos contra a política dum homem, nunca lutámos contra Salazar; nem sequer contra o fascismo. São os portugueses patriotas que devem lutar contra o fascismo português. Nós, nós lutamos contra o colonialismo português e ele é filho, não de Salazar, mas duma situação de dominação de classe em Portugal e da situação imperialista em geral. Porque a própria classe dominante portuguesa não poderia dominar os nossos países se não fosse sustentada pelos Estados Unidos, a Alemanha Federal e os outros. Assim, Marcelo Caetano, que é uma fabricação do colonialismo português e do imperialismo mundial, mais não faz do que tentar conservar o seu emprego quando declara que vai “defender a todo o custo” as nossas terras. Mas vamos agir de forma a que isso lhe vá custar muito caro, e sem conseguir tirar nada. Os colonialistas vão pagar isso muito caro em vidas portuguesas e em material que lhes vamos destruir; e vamos tomar conta da nossa terra. E a prova mais clara do que estamos a afirmar é que o ano de 1968 foi para nós um ano extraordinário de boas vitórias militares e políticas.

Há dois outros acontecimentos significativos: a viagem de Américo Tomás e a partida do governador. O facto de Américo Tomás ter feito uma visita muito rápida a algumas cidades, de avião, e, por outro lado, a partida do governador que estava na Guiné, tudo isso é vergonhoso. É certo que o governador terminara o seu tempo de serviço. Mas qual é o general que está quase a ganhar a guerra e se vai embora quando acaba o seu tempo de serviço? Se ele se vai embora, quando o seu tempo de serviço acabou, é porque foi derrotado.

O ano passado foi verdadeiramente um ano cheio de sucessos, embora isto não signifique que não tenhamos suportado alguns revezes; isso é normal numa guerra. Atacámos todos os centros urbanos do país, com exceção de Bissau, se não se contar o ataque ao aeroporto. Centros importantes como Bafatá, Gabu, Farim, Mansoa, Cansumbé e Bolama foram atacados várias vezes; fizemos um certo número de prisioneiros; houve vários desertores; e destruámos, como nunca tínhamos feito, um grande número de barcos portugueses.

O saldo das nossas operações, de 16 de abril a 15 de novembro do ano passado, foi o seguinte: 251 ataques a casernas portuguesas, 2 ataques a aeródromos, 2 ataques a portos, 94 veículos destruídos, 30 barcos afundados, 4 aviões abatidos, etc., e avalia-se em, pelo menos, 900 o número de inimigos mortos e em 12 os prisioneiros. 1968 foi um ano de vitórias (embora 1967 também tivesse sido para nós um ano magnífico) no pla-

no político, administrativo, social, cultural, etc., e no decurso do qual as nossas forças armadas realizaram esforços extraordinários na sequência dos quais os portugueses se viram obrigados a evacuar algumas das suas praças fortificadas. Foram obrigados a abandonar Beli, no Este; Cacoca e Sangonha, dois acampamentos muito importantes, perto da fronteira do Sul; mais nove outros acampamentos no Sul e no Este do país. A nossa luta atingiu uma nova etapa de desenvolvimento e somos agora capazes de tomar os acampamentos portugueses. Mas não nos deixamos entusiasmar. Avançamos com muita calma.

Devemos tomar muitas precauções, devemos lutar nas condições que são as nossas, mas avançando com precaução. A prova que a nossa tática é justa é que agora somos capazes de nos apoderarmos dos acampamentos dos portugueses, de os obrigar a sair das suas praças fortes. Isto, além duma derrota militar, é uma derrota moral de primeira categoria. Isto explica a torrente de palavras despejadas pela rádio para justificar o abandono dos postos fortificados.

Tal é a situação dos portugueses: nós obrigamo-los a retirarem-se.

Parece-nos que agora é muito importante concentrar a nossa ação ainda mais em direção aos centros urbanos para criar uma grande insegurança. Não há dúvida, nós vamos fazê-lo. Sabemos que os portugueses pensam utilizar o gás contra nós; mas isso vai-lhes ser difícil. Estamos prontos a defrontar todas as situações. O importante é que estejamos prontos a fazer todos os sacrifícios, todos os esforços necessários para nos libertarmos.

Esperamos que, na linha geral seguida até agora e sobretudo depois da Conferência de Cartum, as forças anti-imperialistas que se dispuseram efetivamente a fazê-lo nos ajudarão mais seriamente. É preferível não receber ajuda a receber uma ajuda que em seguida se reduz e cessa de existir; porque, se tivermos uma determinada ajuda, podemos, graças a ela, criar uma nova situação; mas se ela nos falha num determinado momento, saímos-nos mal politicamente e muitas vezes militarmente.

Temos de reafirmar a todas as forças anti-imperialistas do mundo e em particular às que lutam na América Latina, na Ásia e na África, que não pararemos e que todos os dias havemos de fazer avançar vigorosamente a nossa luta. E exortamos as forças anti-imperialistas que têm a responsabilidade de lutar ao nosso lado a fazer um esforço para nos darem um apoio maior.

5.

A LUTA CRIOU RAÍZES*

Em três anos a sua ajuda [da Suécia] ao nosso Partido e ao nosso povo — ajuda não militar mas humanitária — multiplicou-se de forma acelerada, com artigos de primeira necessidade para fornecer às regiões libertadas. Isto é muito importante para nós, assim como é a posição de outros países escandinavos.

...
Outras organizações ajudam-nos, incluindo comités de apoio criados em países aliados de Portugal como Inglaterra, França, Holanda e Bélgica que publicam grande quantidade de material de propaganda a favor da nossa luta.

* Texto distribuído numa conferência de imprensa realizada em Conacri em setembro de 1972, no final duma Semana de Informação para divulgar a luta na Guiné-Bissau.

Todos ficaram cientes do famoso apelo do governo português aos movimentos de libertação das suas colónias. O governo português oferece “a paz dos generosos” aos combatentes das colónias portuguesas. Isto não é absolutamente nada novo, já que ao longo das lutas de libertação os governos sempre ofereceram aos combatentes a “paz dos generosos”.

Quem tenha seguido cuidadosamente a posição do governo português terá certamente observado que até há muito pouco tempo os combatentes das colónias portuguesas e, particularmente, os do nosso país eram considerados grandes bandidos, gente criminosa que era necessário punir o mais severamente possível.

O governo português mudou de posição apenas porque ficou isolado.

Hoje não é ontem. A nossa situação é diferente desde que a ONU, através do Comité de Descolonização e após uma missão especial ao nosso país, proclamou que o PAIGC é o único e legítimo representante do nosso povo e recomendou que todos os Estados, todas as organizações e pessoas que tenham de tratar qualquer questão que diga respeito ao nosso povo, considerem o PAIGC como seu único representante. A partir desse momento, nem o Sr. Caetano nem qualquer outro porta-voz do governo português tem o direito de falar em nome do nosso povo.

Infelizmente, a informação e a imprensa internacionais são dominadas por forças que não são favoráveis à luta de libertação dos povos. Mesmo em África, a informação é originada apenas em fontes imperialistas. Nós pedimos uma maior publicidade dentro das Nações Unidas, mas consideramos que os resultados são diminutos comparados com os nossos desejos.

Sabemos que os membros da missão insistiram muito sobre isto nas Nações Unidas mas, salvo algumas excepções, a imprensa e a rádio internacionais não deram a necessária publicidade ao evento; o que anotaram são as falsas declarações dos colonialistas portugueses pretendendo que o PAIGC confundiu os membros da missão conduzindo-os, sob as bombas portuguesas, através de cidades da República da Guiné. Os portugueses afirmaram repetidamente que a missão não visitou o Sul do meu país,

mas ela descreveu de forma bem detalhada a visita que os seus membros aí fizeram a uma escola. Pois bem, há poucos dias atrás, os portugueses bombardearam essa escola. Efetuaram um assalto com 12 helicópteros e não ficaram satisfeitos até terem atacado esse mesmo internato porque ele tinha sido visitado pela missão. Denunciámos este facto às Nações Unidas e recebemos um telegrama do Presidente do Comité de Investigações informando que o nosso comunicado foi considerado documento oficial e que o Comité irá tomar todas as medidas para denunciar este crime dos colonialistas portugueses.

Esse ataque não nos impedirá de prosseguir: construiremos outro internato e continuaremos a educar as nossas crianças.

Quanto à Resolução, depende da atividade dos homens se as resoluções têm valor, sejam elas boas ou más. Por toda a parte onde temos ido e em áreas diferentes pudemos confirmar que ela tem sido acolhida muito seriamente, antes de mais, pelos próprios portugueses. Ela abre perspectivas novas para a nossa ação e estamos determinados a agir pois, até certo ponto, depende de nós manter o seu carácter. Também dependerá dos nossos amigos africanos e de todos os nossos amigos no resto do mundo.

A Organização Internacional do Trabalho assumiu uma posição firme contra o colonialismo português e a favor da nossa luta e, na sua última reunião, acordou que merecemos o seu apoio. Esta é também uma vitória política de grande importância. Tentaremos desenvolver as nossas relações com a FAO e a OMS e estamos no bom caminho pois existe boa vontade a respeito das nossas solicitações por parte dessas organizações.

Na realidade, a voz de Portugal no seio das Nações Unidas é bastante fraca. Basta seguir a votação para ver como Portugal foi derrotado da forma mais vergonhosa e como apenas os países racistas votaram a seu favor. Os aliados de Portugal abstêm-se quando é chegado o momento de tomar decisões importantes como, por exemplo, foi o caso durante as reuniões do Conselho de Segurança em Adis Abeba.

No que respeita à OUA sempre dissemos que consideramos a ajuda que ela fornece através do Conselho de Libertação Africana muito útil, mas longe de corresponder às necessidades da nossa luta atual. Esperamos que após a Conferência de Rabat, com o aumento em 50% no orçamento para o Fundo de Libertação Africana e, acima de tudo, com outras contribuições que possam aumentar substancialmente esse fundo, a OUA esteja em condições de nos fornecer uma ajuda mais eficaz. Também esperamos que a OUA não exclua a ajuda bilateral direta ao nosso Partido por parte

de países africanos, tal como ocorreu com algumas organizações internacionais progressistas.

Sentimos também um enorme júbilo pela ajuda que a Suécia decidiu atribuir-nos. Em três anos a sua ajuda ao nosso Partido e ao nosso povo — ajuda não militar mas humanitária — multiplicou-se de forma acelerada, com artigos de primeira necessidade para fornecer às regiões libertadas. Isto é muito importante para nós, assim como é a posição de outros países escandinavos.

Acabamos de receber uma carta do Ministro das Relações Exteriores da Noruega que anunciou uma ajuda de um milhão de coroas em artigos de primeira necessidade. A Dinamarca vai ajudar-nos na saúde pública e noutros domínios. Os amigos finlandeses acabam de enviar um memorando ao seu governo no qual instam a que ele concorde em ajudar o nosso Partido e outros movimentos de libertação. No ano passado visitámos a Finlândia e o nosso movimento de libertação foi recebido pelo Presidente da República.

Outras organizações ajudam-nos, incluindo comités de apoio criados em países aliados de Portugal como Inglaterra, França, Holanda e Bélgica que publicam grande quantidade de material de propaganda a favor da nossa luta. E, apesar do facto de estarmos proibidos de entrar em França, há franceses que nos fazem doações de sangue de quinze em quinze dias. Há organizações como o Conselho Mundial das Igrejas, o Serviço Social da Rowntree Trust da Inglaterra, a Conferência das Igrejas Africanas e outras instituições que nos fornecem ajuda. Naturalmente temos o apoio das organizações de massas internacionais que, embora seja política acima de tudo, muito apreciamos.

Sempre afirmámos que a ajuda dos países socialistas é um fator importante na nossa luta.

Em Rabat, lançámos um apelo a todos os governos dos países da OTAN e a todos os aliados de Portugal em geral, pedindo-lhes para suspender a sua ajuda a Portugal em todos os domínios, uma vez que tudo serve para a guerra quando se está em guerra. Dissemos com franqueza que não podemos confundir o colonialismo português com os aliados de Portugal. Mas é também necessário que esses governos sejam capazes de compreender que os povos africanos não são obrigados a acreditar que eles possam ao mesmo tempo ser amigos da África e fornecer ajuda em armamento, dinheiro e todos os meios ao pior inimigo da África, o colonialismo português. Consequentemente, queremos que esses países se afastem do

governo português e deixem de fornecer-lhe ajuda que serve para levar a cabo a guerra contra os países africanos.

O mundo inteiro está ciente de que o governo português não tem capacidade para levar a cabo três guerras coloniais e envolver-se em repetidas agressões contra os países africanos. Este aspeto muito grave foi demonstrado em novembro de 1970 contra a República da Guiné. Ele não teria sido capaz de se envolver na sua política criminosa se não tivesse a mais forte, mais eficaz e constantemente mais desenvolvida ajuda dos seus aliados da OTAN. A ajuda fornecida pela OTAN não é segredo para ninguém nem tão-pouco o uso e o abuso que dela faz Portugal. O Sr. Caetano repetiu várias vezes nos seus discursos que não sabia como encontrar dinheiro para atender às crescentes despesas da guerra. Só os ingénuos poderão acreditar que com um empréstimo de 500 milhões de dólares — ainda que concedido sob a capa de empréstimo para fins económicos, sociais e culturais — este governo belicoso não o vai utilizar para alimentar a guerra. Se Portugal prossegue com a guerra é porque os seus aliados, especialmente os da OTAN, lhe fornecem uma ajuda substancial e crescentemente sofisticada.

A juventude que representa o povo de Portugal tem realizado ações armadas contra o governo colonial. A juventude portuguesa mostra-se crescentemente oposta à guerra colonial e deserta em massa das fileiras do exército colonial. A França neste momento tem a maior colónia portuguesa pois vivem aí 600.000 portugueses, mais do que todos os colonos portugueses juntos nas colónias. Por que razão? Falta de trabalho em Portugal, a miséria de que sempre Portugal sofreu mas hoje sofre mais, especialmente por causa da guerra colonial, que força as famílias a penhorarem os seus bens para enviar os seus filhos para fora do país e evitar uma morte inútil e inglória em solo africano.

Nós consideramos que uma razão importante para a oferta de paz do governo português aos combatentes pela liberdade africana é o facto de ele estar profundamente interessado em se tornar parte do Mercado Comum Europeu (MCE). Tem havido enormes obstáculos a essa pretensão. Um deles é que os países do MCE reconhecem que com três guerras coloniais no continente africano, uma população a diminuir em vez de aumentar, não é possível a Portugal ser um elemento válido no MCE, muito menos quando o mundo inteiro sabe que é um país subdesenvolvido e o mais atrasado da Europa. Entretanto, Caetano acredita na magia das palavras e finge que não existe guerra nos nossos países de modo a confundir os membros do

MCE. Ora, ele acaba de anunciar que vai libertar 15.000 prisioneiros dos movimentos de libertação nas colónias portuguesas. Como diz um refrão português “mais depressa se apanha um mentiroso que um coxo”.

Desejamos ardentemente que os membros do MCE respeitem os princípios que servem de base à sua organização e não admitam Portugal, país agressor em África. Levantamos este problema na base do interesse material porque, como associado, Portugal não possui qualquer valor para oferecer ao MCE.

Enquanto o Sr. Caetano fazia o seu discurso, tentando uma vez mais confundir os seus aliados, nas regiões libertadas o nosso povo estava a realizar eleições para os conselhos regionais e para a nossa primeira Assembleia Nacional Popular. Na maioria dos setores das zonas libertadas estas eleições tiveram lugar e temos mesmo os resultados da maioria delas e torná-las-emos públicas em tempo oportuno quando tivermos completado as eleições para a Assembleia Nacional Popular.

A criação da nossa Assembleia Nacional Popular representa o culminar do desenvolvimento de uma etapa essencial da soberania do nosso povo, de que a missão especial das Nações Unidas teve provas durante a visita realizada em abril passado. Ela é chamada a tomar decisões muito importantes respeitantes à nossa luta e esperamos ser capazes de realizar uma reunião da Assembleia antes do fim deste ano.

Temos o apoio total de todos os Estados africanos, que compreenderam o significado destas iniciativas, especialmente a criação dos conselhos regionais e a Assembleia Nacional Popular. Por esta razão, saímos de Rabat mais reforçados por causa da posição adotada, relativamente ao nosso Partido e à nossa luta, pelos chefes de Estado e de governo que demonstraram o seu desejo de reforçar a ajuda aos movimentos de libertação e de fazer todo o possível para que a África se possa libertar, tão rapidamente quanto possível, dos restos da dominação colonialista e racista que ainda existe.

Na presente fase da luta, temos de agir em toda a extensão do país. Estamos a desenvolver a organização clandestina do nosso Partido nos centros urbanos e preparando os nossos militares para novas ações. Estamos a desenvolver ações mesmo no interior desses centros contra a sociedade militar portuguesa, contra os agentes da classe colonial portuguesa, os militares e a polícia.

A população dos centros urbanos, especialmente em Bissau, é cada vez mais favorável à luta de libertação e ao nosso Partido. Numa decla-

ração pela rádio, o governador militar de Bissau ameaçou as populações dos centros urbanos, dizendo-lhes que reprimirá ferozmente todos os que perturbarem a paz. Ele foi o carrasco dos portugueses, dos trabalhadores portugueses quando era diretor adjunto da Guarda Nacional Republicana; ele foi o assassino de milhares de angolanos quando era o comandante da cavalaria em Angola. Na República da Guiné e no Senegal já demonstrou que é capaz de matar, mas as suas ameaças não detiveram os acontecimentos — a organização da guerrilha está mais forte nos centros urbanos e as condições para nelas desencadear ações estão mais favoráveis.

O nosso Partido atuou sempre de modo a que os países vizinhos fossem bases logísticas mas não bases para o estacionamento de tropas. Sempre dissemos isto em relação à Guiné e, tendo ultrapassado algumas dificuldades que também compreendemos perfeitamente, temos também agora este entendimento com o Senegal. Naturalmente, a base é muito mais firme na Guiné do que no Senegal mas acreditamos que o nosso dever é contar com o que cada um dos nossos irmãos africanos nos possa dispensar e não em tudo quanto gostaríamos que eles nos dessem.

Estamos muito satisfeitos por poder utilizar a Guiné e o Senegal como pontos de trânsito para certos materiais que são essenciais para a nossa luta. Naturalmente, cada país africano pode também desempenhar a função de base logística. Gostaríamos, uma vez mais de prestar homenagem à ação determinada do PDG a favor da nossa luta de libertação, o apoio incondicional de todo o povo guineense ao nosso combate de libertação contra as hordas fascistas e colonialistas portuguesas, e especialmente ao líder do PDG, nosso irmão e camarada Presidente Ahmed Sékou Touré. Também muito agradecemos ao Senegal.

O imperialismo é um só, portanto a luta contra ele é uma só e o nosso povo, mesmo as crianças, estão conscientes disso. Não falamos apenas da luta comum dos povos da Guiné, Angola, Cabo Verde, Moçambique, mas de toda a África em geral contra o imperialismo, a dos patriotas latino-americanos, do povo da Indochina, de todos os povos africanos contra o colonialismo e o neocolonialismo, das classes exploradas e antes de mais, as de Portugal — fazem todos parte da nossa luta.

Queremos que o mundo inteiro fique ciente disso, para que todas as frentes da luta se tornem mais fortes cada dia que passa e possamos todos trabalhar juntos para a unidade ativa das forças anti-imperialistas, uma vez que o inimigo imperialista sabe como manter a sua unidade no confronto com todos os que se querem libertar.

PARTE IV

AÇÃO INTERNACIONAL

1.

SAUDAÇÃO AO 8.º CONGRESSO DO PARTIDO DEMOCRÁTICO DA GUINÉ (PDG)*

E digo-vos que um dos piores erros que os colonialistas portugueses cometeram na nossa terra foi terem subestimado o valor do nosso povo, foi acreditar que como nos dominaram durante 500 anos conheciam muito bem os negros da Guiné. Eles acreditaram que nós não éramos seres humanos. É esse o pior erro que cometeram. Hoje sabem que somos homens e têm medo de nós.

* Conacri, setembro de 1967. Excertos da tradução do texto original em francês.

Há precisamente nove anos surgiu em África um novo sol que, através da ação consequente do PDG sob a direção esclarecida do nosso camarada e irmão de combate Ahmed Sékou Touré, transcendeu a história dos nossos povos, abrindo novas perspectivas à evolução do nosso continente e anunciou o fim do imperialismo, do colonialismo e também do neocolonialismo nesta parte do mundo.

Nos nossos dias, todos os povos africanos em luta, todos os homens amantes da paz, da liberdade e do progresso festejam o aniversário do histórico NÃO que soubestes lançar ao imperialismo. Estamos convencidos que amanhã, ainda mais do que hoje, quando a história estiver mais clara, com uma mais ampla visão dos acontecimentos poderemos, juntamente com todos os povos do mundo, medir na sua verdadeira grandeza e transcendência o significado desta data, tanto para a África como para o mundo inteiro.

Camaradas, nós da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, mais do que ninguém, compreendemos muito bem o significado do 28 de setembro e colocamo-nos a seguinte questão: será que teríamos podido organizar o nosso Partido e a luta se não tivesse havido o 28 de setembro? Estamos conscientes que não, camaradas. Mas não se trata apenas de nós. Levou algum tempo, mas hoje toda a África está de acordo que se é possível falar de uma África independente, sobretudo da África Negra independente, é porque o povo guineense, conduzido pelo PDG, soube dizer não ao imperialismo francês.

No dia 28 de setembro de 1958 estávamos em Lisboa reunidos com alguns camaradas da luta clandestina, após termos sido expulsos da Guiné. Quando ouvimos pela rádio, depois confirmado pela imprensa, que tinham dito NÃO! ao imperialismo francês, gritámos juntos que a nossa pátria havia nascido. Por isso, em nome do nosso povo na Guiné e nas Ilhas de Cabo Verde, em nome dos povos das colónias portuguesas e também dos povos africanos em luta pela verdadeira libertação, vos dizemos: Povo da Guiné, Partido Democrático da Guiné, Presidente Ahmed Sékou Touré, Obrigado!

Camaradas, sois para nós os verdadeiros representantes do povo da República Democrática da Guiné. Sois nossos companheiros de luta e de-

veis saber que a Guiné nos ajuda e, afirmamo-lo em voz alta, nos ajuda muito. O vosso Partido, o vosso Governo, o vosso Estado compreendeu que o apoio à nossa luta armada de libertação nacional é seu dever africano e internacional. Gostaria de vos dizer que isso ultrapassa uma simples atitude de boa vontade, mesmo uma simples solidariedade — trata-se de uma comunhão, de um trabalho conjunto, uma colaboração permanente.

Gostaria de vos dizer que o vosso mais alto dirigente, Sékou Touré, o filho amado da África, ele que é o Presidente da República da Guiné, seja qual for o momento de dia ou à noite que precisemos da sua ajuda, basta bater à sua porta e ele está pronto para nos receber.

Queria dizer-vos que o mesmo se passa com os membros do Bureau Político nacional, com os camaradas ministros e, muito particularmente, com o vosso Exército Popular, onde encontramos sempre camaradas de armas prontos a nos ajudar na medida das suas possibilidades.

Para nós a República da Guiné é a vanguarda militante da soberania, da defesa intransigente dos verdadeiros interesses da África e da reconstrução nacional. Ela é a sólida retaguarda, impenetrável, da nossa luta armada de libertação nacional, base essencial da segurança do nosso povo. É por isso, camaradas, que consideramos nossos os vossos sucessos. É por isso que, apesar da luta armada, seguimos com a maior atenção tudo o que se passa na República da Guiné, particularmente as vossas conquistas nos planos económico, social e cultural. Por isso mesmo consideramos as vossas experiências como um acervo dos mais preciosos para nós, tanto para o presente como para o futuro do nosso povo. É por isso, igualmente, que a vossa vigilância revolucionária é um elemento precioso para o futuro da nossa nação.

E que somos para a República da Guiné?

Consideramos que somos a vanguarda combatente, de armas na mão, para expulsar da nossa região africana um dos piores inimigos da África e da humanidade, o particularmente retrógrado colonialismo português. Consideramos igualmente que somos hoje para a República da Guiné uma retaguarda segura para a sua soberania, para a soberania do seu povo, para enfrentar e combater todas as tentativas imperialistas visando destruir a sua independência real. Os imperialistas devem saber que se tiverem de se bater na República da Guiné, mais não farão do que alargar a frente vitoriosa de luta que juntos travamos contra esse aprendiz degenerado do imperialismo que é o colonialismo português.

Caros camaradas, qual é a situação concreta da nossa luta?

Presentemente, encontramos-nos na condição de um Estado que tem uma parte do seu território nacional, principalmente os centros urbanos, ainda sob ocupação de tropas estrangeiras. A nossa luta já conduziu à libertação de dois terços do território nacional.

Não fazemos mais do que cumprir o nosso dever de africanos, de patriotas e de combatentes pela África. A perspectiva da luta é de nos batermos até à vitória final. No que nos diz respeito, sabemos que o inimigo está desesperado. Ele próprio reconhece, como o fez o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, que se não fosse por causa de Angola e de Moçambique que devem defender a todo o custo, os colonialistas já teriam abandonado o nosso país, pois a guerra lhes custa muito caro e não têm outra saída, senão retirar-se. Mas o nosso inimigo, que sabe bem que não pode ganhar, tem aliados sólidos, muito eficazes, particularmente os seus aliados racistas da África Austral. Não obstante todo o respeito que temos pelo seu povo, que nada tem a ver com os crimes do colonialismo português, todos sabem que Portugal, que não é sequer capaz de fabricar aviões de brinquedo para as suas crianças, nos bombardeia com os aviões a reacção mais modernos, utiliza o napalm e as armas mais modernas que lhe são fornecidas pelos Estados Unidos, pela Alemanha Federal, por Israel e outros países. Mas desenvolveremos esforços para capturar essas armas criminosas das mãos dos portugueses e utilizá-las contra eles.

Concordareis comigo que o desenvolvimento da nossa luta depende antes de mais de nós mesmos. Cada vez mais devemos consentir novos esforços e sacrifícios.

O nosso povo revelou-se perante nós como um elemento desconhecido: nós próprios, que lançámos esta ideia de luta no nosso país, não o conhecíamos verdadeiramente. Ele revelou-se à medida da história, mostrou-se capaz de todos os feitos. E digo-vos que um dos piores erros que os colonialistas portugueses cometeram na nossa terra foi terem subestimado o valor do nosso povo, foi acreditar que como nos dominaram durante 500 anos conheciam muito bem os negros da Guiné. Eles acreditaram que nós não éramos seres humanos. É esse o pior erro que cometeram. Hoje sabem que somos homens e têm medo de nós.

Caros camaradas, o fim da nossa luta depende de nós, dos nossos sacrifícios, dos nossos esforços, mas depende também de tudo quanto condiciona a nossa luta, tanto em África como no resto do mundo.

Nas nossas condições concretas muito particulares, enfrentando o mais retrógrado colonialismo fascista, temos necessidade de ajuda. Não de

ajuda em homens. Temos a certeza de que, nesta sala, todos os homens e mulheres presentes, os militantes do PDG, estão prontos a combater conosco, sabemos-lo muito bem. Mas, neste momento, o que necessitamos é de ajuda material.

Reconhecendo nesta assembleia de camaradas e de combatentes, de companheiros de luta, que necessitamos de ajuda, devemos enunciar o que consideramos a nossa política de ajuda: nunca pedimos a ajuda de que necessitamos. Mas esperamos que cada um dos nossos aliados, cada um dos nossos amigos nos conceda a que esteja ao alcance das suas possibilidades.

A ajuda da República da Guiné enquadra-se na ordem natural das coisas pois somos as mesmas gentes, batemo-nos juntos.

Devemos dizer-vos, camaradas, que a todos os níveis a República da Guiné e o seu povo, através dos seus legítimos representantes, cumprem o seu dever em relação a nós. Nós lutamos juntos, isso se compreende muito bem, lutamos todos contra o imperialismo, pela África. Devemos hoje dizer claramente ao mundo e, sobretudo, ao imperialismo que consideramos esta nossa zona africana como uma das mais fortes da África. A República da Guiné é o baluarte da independência africana, a força militante, vigilante contra todas as trapaças, todas as maquinações imperialistas. Por outro lado, nós, na Guiné e nas Ilhas de Cabo Verde, batemo-nos de armas na mão, certamente contra o colonialismo português, mas também contra todos os inimigos da África e, desde logo, dos inimigos da República da Guiné.

2.

SAUDAÇÃO AO 6.º CONGRESSO DA UNIÃO PROGRESSISTA SENEGALESA (UPS)*

Tendo empunhado as armas para nos batermos contra um colonialismo que ousa negar a própria existência dum personalidade africana, lutamos decerto pela independência nacional, mas demonstramos igualmente que as nossas raízes se prolongam profunda e solidamente no húmus fecundo da cultura africana.

* Dacar, janeiro de 1968. Excertos da tradução do texto original em francês.

A nossa luta é, igualmente, a luta de toda a África, particularmente dos povos irmãos, nossos vizinhos. Pois, como tantas vezes temos afirmado, enquanto existir no nosso continente o câncer do colonialismo português, nenhum país africano — e por maioria de razão se for vizinho de uma colónia portuguesa — ficando aberto à penetração da subversão imperialista será verdadeiramente livre. A recente invasão da República Democrática do Congo por mercenários vindos de Angola é disso uma prova irrefutável. Por outro lado, as incursões terroristas contra as populações fronteiriças, os bombardeamentos e metralhamento de aldeias pacíficas, as violações do espaço aéreo, assim como outros atos de agressão e de violação de toda a espécie perpetrados pelas hordas colonialistas portuguesas contra o Senegal, a Guiné, os Congos Brazzaville e Kinshasa, a Zâmbia e a Tanzânia — tornaram-se factos quase quotidianos duma política de intimidação e de pressão que, tal como a guerra colonial portuguesa, está fatalmente condenada ao fracasso.

Com profunda emoção, cumpre-nos evocar neste momento a memória das vítimas inocentes destes atos de vandalismo cometidos contra a população senegalesa. Por outro lado, prestamos uma vibrante homenagem ao povo, ao governo e aos responsáveis do Senegal, pela serenidade, coragem e firmeza de que têm dado e continuam a dar provas, face às provocações e agressões criminosas por parte dos colonialistas portugueses.

Cegos pela loucura de pretender poder travar a marcha da história, os colonialistas portugueses, que com os seus aliados racistas da África Austral são hoje os piores inimigos dos povos africanos, esqueceram-se que nós, senegaleses, guineenses e cabo-verdianos somos as mesmas pessoas, a carne da mesma carne e que o sangue derramado sobre o campo de batalha do nosso país é o mesmo que corre ardentemente no corpo da nação senegalesa. No seu desprezo anacrónico pela personalidade africana, subestimaram a nossa consciência política e a comum determinação de consentir todos os esforços necessários para varrer do solo do nosso continente a maldição da dominação estrangeira e de construir juntos um futuro radioso para os nossos povos. Perante o fracasso total de todas as

maquinações visando dividir-nos e evitar uma colaboração sincera e fraternal entre os nossos Partidos, manifestam agora o seu ódio através de atos de agressão, com desprezo das regras mais elementares da legalidade e da moral internacional. O seu ódio não é, contudo, senão a prova da sua má-consciência e do desespero, perante a derrota que os nossos combatentes estão em vias de lhes infligir. Que este facto possa fertilizar a meditação dos que, ao mesmo tempo que desejam a libertação total, a unidade e progresso do nosso continente, obstinam-se em não tomar devidamente em consideração esta exigência da história: os povos da África, sejam quais forem as peripécias, as contradições e os conflitos do momento atual, estão condenados a vencer juntos a grande batalha pela libertação nacional, a independência económica e a construção do progresso.

Conscientes da comunidade indestrutível dos nossos interesses, não podemos silenciar perante o Congresso e perante o povo senegalês que nos escuta, a expressão dos nossos agradecimentos fraternos pelo apoio moral e político concedido à nossa luta libertadora.

Os nossos agradecimentos são dirigidos ao vosso partido assim como ao Governo, ao povo e aos responsáveis políticos e militares do Senegal, mas vão particularmente para o vosso líder, nosso amigo e irmão mais velho, o Presidente Senghor que, apesar das confusões, das maquinações do inimigo, dos oportunismos e das peripécias das horas difíceis do desencadear e da consolidação da nossa luta, soube ver no nosso Partido o caráter sério, a representatividade e a força decisiva para o desenvolvimento da nossa luta e a libertação do nosso povo.

Queremos também manifestar-vos o nosso elevado apreço pelos esforços despendidos com vista a garantir o acolhimento, a adaptação, o trabalho e a segurança dos nossos irmãos e irmãs que, não podendo suportar os sacrifícios e os perigos da guerra colonial, procuram refúgio e proteção sob as cores fraternas da nação senegalesa.

Apesar das vicissitudes da nossa luta, seguimos com a maior atenção tudo o que se passa no Senegal, nomeadamente os esforços feitos pelo vosso povo, sob a direção do vosso partido, com vista a eliminar as sequelas do colonialismo, tanto na realidade material como nos espíritos, aumentar a rentabilidade do trabalho, desenvolver a economia, em particular a produção agrícola e a indústria dos artigos de primeira necessidade, popularizar a instrução de base, fecundar o espírito de iniciativa das diferentes camadas sociais, reforçar o sentido da responsabilidade, o hábito da poupança e o combate ao desperdício. É que a vossa experiência em todos os

domínios, tal como a dos outros países africanos independentes, ser-nos-á muito útil. É que os vossos sucessos e insucessos são também nossos.

Por isso devemos felicitar-vos pelos sucessos já conseguidos no caminho da consolidação da vossa independência e do desenvolvimento da vossa economia. Permitam-nos dizer-vos igualmente o quanto apreciamos os vossos esforços incansáveis com vista a reforçar e consolidar a unidade política e moral do vosso povo e de permitir a cada valor humano da vossa nação participar na obra grandiosa de reconstrução nacional, económica, social e cultural do vosso país. É evidente que para levar a bom termo tal objetivo, a segurança, a estabilidade política e a unidade de pensamento e ação são fatores indispensáveis. Estes mesmos fatores são também uma garantia para o papel importante que o Senegal desempenha, e pode continuar a desempenhar ainda mais, na liquidação dos restos do colonialismo ainda presente em África, particularmente na solidariedade ativa com a nossa luta libertadora.

Também gostaríamos, uma vez mais, de proclamar a solidariedade indefetível do nosso partido com o vosso — a União Progressista Senegalesa — e o seu líder esclarecido, o Presidente Léopold Sédar Senghor. Queríamos igualmente reafirmar a nossa convicção que a colaboração e a solidariedade fraternal entre os nossos partidos respondem aos interesses fundamentais dos nossos povos. No quadro desta colaboração, tomando em devida conta a especificidade das nossas condições históricas e outras, estamos determinados a tirar o melhor proveito do conteúdo da vossa experiência de luta e de reconstrução nacional.

Poder-se-á perguntar porque não seguimos o vosso exemplo — o exemplo senegalês — na procura, através do diálogo, da independência nacional. A resposta seria simples: foi o governo de Portugal, o nosso pobre colonizador subdesenvolvido que não quis (outros diriam: não podia) seguir o exemplo da França. Nós quisemos iniciar o diálogo, discutir, protestar; fizemos greves, manifestações de massa; distribuímos panfletos; em resumo, repetimos no nosso país as cenas da luta pacífica, mas não isenta de vítimas, travada pelo povo senegalês e outros povos das antigas colónias francesas pela sua independência nacional. De mãos vazias, sem desconfiar, o nosso povo encontrou-se desamparado perante as baionetas e a metralha das forças da repressão colonial portuguesa. Presos, torturados, deportados, assassinados, massacrados, tivemos de, em nome da África, preferir o diálogo dos combates ao monólogo trágico das celas de tortura, dos campos de concentração e dos massacres impunes. O nosso povo que,

como todos os povos africanos, aspira a viver em paz e na concórdia e na fraternidade entre os homens, foi forçado a pegar em armas — todos os tipos de armas — para defender a nossa dignidade de africanos, o nosso direito inalienável a dispor de nós mesmos, a ter a nossa própria história e a reforçar a contribuição da personalidade africana ao desenvolvimento da “civilização do universal”.

Contudo, não somos guerreiros e odiamos a guerra. E, uma vez que consideramos não existir bem mais precioso que a liberdade do nosso povo, a nossa luta preserva o seu carácter essencial: ela é uma luta política. Eis porque, do alto desta tribuna fraternal, queremos declarar uma vez mais que, não importa em que momento, se o Governo português se decidir a reconhecer o direito sagrado do nosso povo à autodeterminação e à independência nacional, estaremos prontos a cessar os combates e a nos encontrarmos com interlocutores válidos para negociar.

Queremos igualmente reiterar o princípio fundamental da nossa luta, de que ela não é dirigida contra o povo português. No respeito deste princípio, sempre fizemos tudo ao nosso alcance para preservar as possibilidades de uma colaboração e cooperação sincera com Portugal, que poderão ser úteis ao nosso povo e servirão seguramente aos interesses do povo português.

Fazendo prova do nosso empenho para com este princípio e da nossa certeza na vitória; com o objetivo de encorajar os civis e militares portugueses que se recusam a dar o seu apoio à guerra colonial, tornamos público o facto de que a Comissão Política do nosso Partido decidiu libertar, antes do fim deste mês de janeiro, dois prisioneiros de guerra portugueses. Entrámos já em contacto com a Cruz Vermelha Internacional por intermédio da Cruz Vermelha do Senegal, com vista à libertação destes prisioneiros.

O nosso gesto de humanidade e de piedade para com os jovens portugueses que nos fazem a guerra colonial, não implica, contudo, o esquecimento dos crimes bárbaros cometidos quotidianamente contra as nossas populações. Basta lembrar que a grande maioria das vítimas desta guerra são crianças e velhos, e que o alvo dos aviões e helicópteros portugueses são principalmente as aldeias pacíficas das nossas regiões libertadas.

É nosso dever proceder a uma veemente denúncia dos crimes que os colonialistas portugueses estão a cometer com a utilização massiva de armas interditas como bombas de fragmentação, de napalm, de fósforo e de magnésio, contra as nossas populações. Ao mesmo tempo que chamamos

a atenção dos Estados africanos, da OUA, da ONU e de todos os povos e organizações amantes da paz, da liberdade e do progresso sobre estes crimes, mantemo-nos conscientes do facto que os colonialistas portugueses não estariam em condições de utilizar as armas de genocídio se elas não lhes tivessem sido fornecidas pelos seus aliados da OTAN.

Queremos assegurar-vos que os crimes dos colonialistas portugueses não conseguirão colocar o nosso povo de joelhos ou diminuir a coragem e a determinação dos nossos combatentes nem a abalar os nossos princípios.

Por outro lado, falando da nossa luta nesta luminosa cidade de Dakar, centro de irradiação da cultura africana e universal, não calaremos a certeza de que o nosso combate constitui a mais brilhante manifestação da cultura e da africanidade do nosso povo.

Tendo empunhado as armas para nos batermos contra um colonialismo que ousa negar a própria existência numa personalidade africana, lutamos decerto pela independência nacional, mas demonstramos igualmente que as nossas raízes se prolongam profunda e solidamente no húmus fecundo da cultura africana. Seja quem for que conheça a situação que herdámos do colonialismo português e a compare à existente nas regiões libertadas, pode apreciar os esforços desenvolvidos e as vitórias conseguidas pelo nosso Partido no domínio da cultura. Bastará lembrar que o número de pessoas, jovens e adultos, homens e mulheres, alfabetizadas ao longo destes cinco anos de luta, é mais de 10 vezes superior ao que corresponde aos 500 anos de presença portuguesa no nosso país. Mais de 200 escolas, com cerca de 15.000 alunos; livros de texto editados por nós mesmos; o desenvolvimento da nossa poesia oral e escrita, inspirada nos feitos da nossa luta; a destruição acelerada dos sentimentos de natureza tribal; a integração consciente das nossas populações na África e no mundo; a progressiva emancipação da mulher que, de armas na mão e em igualdade com o homem, participa ativamente na luta; uma nova e dinâmica concepção do valor do trabalho criador, como fator de dignidade do homem — eis algumas conquistas do nosso povo no domínio da cultura. Não menos importante é o desenvolvimento da nossa consciência nacional que, elevando o nosso povo a uma etapa política superior, abre-lhe novas e mais amplas perspectivas no plano cultural.

Mas, falando de cultura, permitam-me terminar a minha intervenção dirigindo-me diretamente àquele que, através do seu pensamento, sua ação e seu trabalho criador, soube dar uma contribuição singular ao desenvolvimento e ao prestígio da cultura africana, tornando-se um fator de cultura e

objeto da admiração de todos os homens cultivados, e orgulho dos povos da África: Léopold Sédar Senghor.

A si, caro camarada e amigo, combatente veterano da libertação africana, Secretário Geral da UPS, Presidente da República do Senegal, Poeta emérito da Negritude e da civilização do universal, prestamos uma vibrante homenagem de admiração e lhe desejamos uma longa vida ao serviço do seu povo e da África.

Recordando a sua parte de responsabilidade — a dos seus poemas e dos seus ensaios — na tomada de consciência política (como o diria: na reafricanização) daqueles que, como nós, se encontram presentemente e sem o desejarem, à frente da luta de libertação dos povos das colónias portuguesas, queremos reafirmar-lhe a nossa confiança e a nossa indefetível solidariedade.

Confiança, igualmente, no desfecho vitorioso da nossa luta e no futuro da África. Na nossa luta, estamos conscientes das dificuldades a enfrentar, mas firmemente determinados a cumprir o nosso dever, quaisquer que sejam os sacrifícios. Contando, antes de tudo, principalmente com os nossos próprios esforços, estamos convencidos que, em 1968, a África e cada Estado africano saberão reforçar a ajuda moral, política e material à nossa luta, acelerando desse modo a independência do nosso povo.

Por isso mesmo, lucidamente emocionados pela exaltante aventura que é a iniciação aos segredos desta grande tribo humana, sigamos em frente na via luminosa de novas esperanças desabrochadas, e cantemos com o poeta:

“Flûte d’ébène lumineuse et lisse,
Transperce les brouillards de ma
mémoire!...”*

* “Flauta de ébano luminosa e lisa, transcende os nevoeiros da minha memória! ...”

3.

ENCONTRO COM CONGRESSISTAS AMERICANOS *

No nosso país, pensamos que os interesses sagrados do nosso povo não estão em competição ou em contradição com os interesses dos Estados Unidos, nem mesmo em contradição com os do povo português, e pensamos que a nossa luta é baseada nos mesmos princípios que constituem o fundo, o coração da Constituição dos Estados Unidos.

Nós vamos vencer esta luta. Temos de vencer.

* Intervenção no Subcomité para a África do Comité de Negócios Estrangeiros da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, em 26 de fevereiro de 1970.

Em 26 de fevereiro de 1970, Amílcar Cabral fez uma intervenção no Subcomité para a África do Comité dos Negócios Estrangeiros da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, para informar sobre a situação da luta de libertação dirigida pelo PAIGC. A sessão foi conduzida pelo Presidente do Subcomité, o congressista Charles C. Diggs. Jr.

O texto que se segue é tradução da ata da sessão do Subcomité, em que intervieram igualmente outros congressistas norte-americanos. Foram introduzidas pequenas alterações de forma, para facilitar a leitura.

(...)

Sr. Cabral: Primeiramente, em nome do povo da Guiné e Cabo Verde, em nome de todos os meus colegas, gostaria de saudá-lo e saudar igualmente os membros do Comité e o povo americano, e muito agradecer por esta oportunidade de informar sobre a situação no nosso país, a situação do nosso povo.

Acreditamos que a maior parte da nação americana está do nosso lado, nesta dura luta contra o colonialismo. Sentimo-nos contentes em dizer-vos que estamos a lutar, seguindo o exemplo do povo americano quando desencadeou uma grande luta pela independência deste país.

Gostaríamos também de muito lhe agradecer, assim como a este Comité, pelo trabalho realizado sobre as questões africanas na vossa última visita em missão especial de estudo à África, e dizer que talvez fosse suficiente manifestar-vos a nossa concordância com as conclusões do vosso relatório, mas é necessário informar-vos e dar-vos uma ajuda, no sentido de nos poderem ajudar.

Explicaremos a situação no país e diremos também alguma coisa sobre a utilização por Portugal dos armamentos da OTAN contra o nosso povo.

Há sete anos que vimos travando uma luta muito árdua contra a dominação colonial, pela liberdade, independência e progresso.

Devemos dizer-vos que, no nosso país, não somos contra o povo português e não combatemos, nem nunca combateremos o povo português.

Somos sim contra a dominação colonial e estamos a combater o sistema colonial. Mas esperamos, na verdade, que após a nossa independência, a nossa libertação, possamos ter boas relações com Portugal, com o povo português e trabalhar lado a lado pela democracia, a paz e o progresso.

E a melhor propaganda sobre a nossa luta, a nossa posição, tem sido feita pelos desertores portugueses e pelos prisioneiros portugueses que libertámos no ano passado.

Pensamos que não há interesse em acusar os Estados Unidos, pelo facto de fornecerem armamentos a Portugal.

Os Estados Unidos têm o direito, como Portugal, de tomar todas as medidas que achem necessárias para a sua segurança. Mas viemos aqui para dizer francamente que não compreendemos isso no campo político. No campo material, parece que os Estados Unidos estão com os portugueses, que o apoio é para os portugueses.

Porquê? Porque os armamentos recebidos por Portugal, no âmbito da OTAN, são usados contra nós. Isso não é culpa dos Estados Unidos, mas pensamos que durante todo este tempo, com a guerra colonial no nosso país, seria muito bom se fossem tomadas algumas medidas para evitar a utilização dos armamentos da OTAN contra nós.

Lamentamos profundamente no nosso país que, nas Nações Unidas, a posição dos Estados Unidos não seja a favor da nossa causa. Repito, não estou a acusar. Estou a lamentar.

No nosso país, pensamos que os interesses sagrados do nosso povo não estão em competição ou em contradição com os interesses dos Estados Unidos, nem mesmo em contradição com os do povo português, e pensamos que a nossa luta é baseada nos mesmos princípios que constituem o fundo, o coração da Constituição dos Estados Unidos.

Nós vamos vencer esta luta. Temos de vencer.

Portugal deve ser reconhecido no âmbito da história. Portugal ocupou e explorou o nosso país durante mais de um século. Talvez o colonialismo tenha tido também alguns aspetos positivos e temos de reconhecer isso.

Mas chegou a altura em que o colonialismo tem de acabar. Portugal está a fazer muitos esforços, usando toda a espécie de apoios, para manter os nossos povos sob dominação colonial. Mas estamos certos de que vamos vencer, até agora, libertámos mais de dois terços do nosso país.

Como sabem, somos um pequeno país entre as Repúblicas do Se-

negal e da Guiné. Não somos apenas subdesenvolvidos; na verdade, não existe qualquer desenvolvimento.

A situação no meu país, antes da luta, caracterizava-se por a agricultura ser a base principal da economia, representando o amendoim cerca de 60 por cento das exportações do país. Não existia qualquer tipo de indústria. Até 1960 apenas 14 pessoas tinham frequentado a Universidade e 99,7 por cento da população era analfabeta. Apenas existiam dois hospitais, um em Bolama, outro em Bissau e em todo o país, apenas havia 300 camas para doentes. Nalgumas regiões a mortalidade infantil chegava a atingir os 80 por cento: era essa a nossa situação como resultado da dominação colonial e de mais de 500 anos de presença portuguesa no nosso país.

Na década de 50, entre 1953 e 1956, tentámos convencer o governo português de que era necessário mudar. Nessa altura, nem mesmo nós pensávamos em independência. Esperávamos, então, realizar mudanças, ter direitos cívicos, ser homens e não ser tratados como animais, pois os portugueses nos tinham dividido em dois grupos, indígenas e assimilados.

Quando começámos a exigir os nossos direitos, queríamos passar da situação de portugueses de segunda classe para a de portugueses com todos os direitos. Como resposta, recebemos apenas a repressão, a prisão, a tortura. Em 1959, depois da criação do nosso Partido, quando organizámos uma greve no porto de Bissau, as tropas portuguesas mataram, em 20 minutos, cerca de 50 trabalhadores e feriram mais de 100. Este massacre mostrou-nos que não era apropriado nem inteligente lutar contra os portugueses de mãos vazias.

Não queríamos, de maneira nenhuma, recorrer à violência, mas acabámos por compreender que a dominação colonial portuguesa era baseada na violência permanente. Perante as nossas aspirações, ela respondia sistematicamente com violência, com crimes. Decidimos então preparar-nos para lutar.

Como se sabe, nessa altura, a África começava a tornar-se independente. Os "ventos da mudança" sopravam em África. As outras potências coloniais decidiram descolonizar. Portugal assinou a Carta das Nações Unidas e, mais tarde, votou a favor da proclamação do direito de todos os povos à independência, mas nunca aceitou aplicar esta decisão internacional: o Governo português insistia que éramos províncias de Portugal.

Após a adoção pelas Nações Unidas da resolução que reconhece o direito à independência de todas as colónias, os portugueses mudaram um pouco no papel mas não na prática.

Se, no início da nossa vida colonial, fôssemos tratados exatamente como os portugueses, tivéssemos todos os direitos que os portugueses tinham, talvez fosse possível convencer-nos que éramos portugueses em províncias portuguesas. Mas no nosso país, nunca tivemos direitos, os mínimos direitos humanos e, então, era muito tarde para nos convencer que o nosso país era uma província portuguesa.

Vimos em África ser proclamada a independência de muitos Estados e decidimos fazer também o melhor que podíamos para alcançar o nosso direito à autodeterminação e independência. Essa é a razão dos sete anos de luta.

Já libertámos mais de dois terços do país. Nas áreas libertadas, sob as bombas dos portugueses, estamos a tentar construir uma vida nova. Posso dizer-vos que tudo isso foi confirmado por jornalistas, cineastas e escritores, da Suécia e de outros países, que estiveram vários meses no nosso país.

Organizámos os serviços de educação: temos agora mais de 150 escolas. Os portugueses em toda a Guiné tinham, no tempo do colonialismo, 45 escolas missionárias, chamadas elementares, e 11 oficiais.

Cerca de 15 mil crianças frequentam agora as escolas. Antes, no meu país, eram apenas duas mil, mas os indígenas — isto é, 99 por cento da população — não podiam ir às escolas oficiais, apenas frequentavam as escolas missionárias.

Hoje, apesar dos permanentes bombardeamentos dos aviões portugueses, instalámos quatro hospitais nas áreas libertadas do nosso país — não hospitais sofisticados, mas o que podemos realizar na presente fase da nossa vida.

Durante estes anos, formámos mais de 250 enfermeiros, homens e mulheres. Temos mais de 100 postos sanitários não só para tratar os combatentes feridos ou doentes, mas também para dar assistência às populações das regiões libertadas.

Nas regiões libertadas, organizámos e desenvolvemos o partido, a organização política e a administração e, neste momento, podemos considerar o nosso país como um estado em que uma parte do território nacional está ainda ocupada por forças coloniais.

Portugal apenas controla os centros urbanos e pequenas zonas no campo. Nós controlamos a maior parte do campo e, nas regiões em disputa, lutamos cada dia para completar a libertação do nosso país.

Pode-se perguntar como é que Portugal, um país também subdesenvolvido, um dos mais atrasados da Europa, com algumas regiões em que mais de 46 por cento da população é analfabeta — refiro-me a números oficiais — como consegue Portugal fazer todas estas guerras coloniais no meu país, em Angola e em Moçambique?

Mas, em nossa opinião, Portugal é capaz de fazer o que está fazendo em África, não só porque utiliza todos os recursos que consegue obter da sua economia, mas também, e principalmente, pela ajuda que recebe dos seus aliados ou amigos.

Portugal é membro da OTAN. Não somos contra ou a favor da OTAN, nem pensamos que para a libertação do nosso país seja necessário acabar com a OTAN. A independência do nosso povo não passa necessariamente pelo seu fim. São duas coisas independentes.

Mas pensamos que a capacidade de Portugal de fazer três guerras coloniais, em África, resulta da circunstância de Portugal ser membro da OTAN. Sabemos muito bem que Portugal ocupa uma posição estratégica importante na Europa, e também sabemos e compreendemos que, quando o Tratado do Atlântico Norte foi assinado, não só Portugal como os territórios ultramarinos foram abrangidos.

Compreendemos igualmente que algumas partes dos territórios sejam muito importantes no âmbito da estratégia geral e, bem assim, que hoje, como é lembrado na Resolução das 15 Nações da OTAN, de outubro de 1968, o nosso país, a Guiné, seja o último território da África Ocidental dominado por uma potência da OTAN.

Mas, falando do ponto de vista estratégico, não pensamos que seja absolutamente essencial manter a dominação portuguesa no nosso país para conservar a força ou a capacidade da OTAN.

Compreendemos muito bem que seja muito difícil colocar alguns problemas a Portugal. Mas, há já nove anos em Angola, sete anos no meu país e mais do que cinco anos em Moçambique, que Portugal está a utilizar os meios que recebe da OTAN para destruir os nossos povos.

Temos a prova disto no nosso país. As pessoas que o visitaram viram com os seus olhos os meios usados pelas forças portuguesas.

As leis internacionais devem ser respeitadas e aplicadas no nosso país. Portugal não está a respeitá-las. As pessoas que mantêm relações com o seu governo têm de apreciar e decidir em que medida estas relações estão a ser utilizadas contra os povos africanos.

Temos connosco fotografias mostrando pessoas queimadas pelas tropas portuguesas, usando meios, como bombas, recebidos da OTAN. Mas, perguntamos, isto está de acordo com os princípios da própria OTAN?

Estes princípios são definidos no preâmbulo do Tratado, mas, referindo-se à ideologia da OTAN, Salazar afirmou, por exemplo, num discurso em 1949: “A definição desta ideologia é obviamente infeliz e sofre do vazio e da imprecisão de certas fórmulas já gastas porque empregues em toda a parte com as mais diversas interpretações”. E acrescentava: “Sentimo-nos ligados pelas obrigações do pacto e pelos objetivos gerais, não pelas afirmações doutrinárias tendentes a arregimentar sistemas políticos, sobre cujas virtudes nós, no nosso país, estamos suficientemente avisados”.

Isso demonstra que Portugal esteve e ainda está contra os princípios da OTAN, mas usa contra o nosso povo os meios que a OTAN lhe fornece.

O povo português está progressivamente a compreender que as guerras coloniais não são apenas contra os povos africanos, mas também contra os seus próprios interesses.

Pensamos que com esta guerra, o governo português está a perder, ou a criar condições para perder, uma das melhores oportunidades históricas para Portugal. Porque as nossas esperanças eram, e ainda são, que, como africanos, apesar de todos os crimes contra o nosso povo, possamos, na independência, desenvolver relações com Portugal, até mesmo estudar e decidir em conjunto alguns problemas referentes ao desenvolvimento do nosso país e ao progresso dos nossos povos.

Gostaríamos de esclarecer que não somos pelo rompimento das relações com Portugal. Não somos pelo cessar das relações comerciais, das relações económicas com Portugal, não. Mas encontramos agora perante um problema histórico: somos um povo africano. Temos de conquistar a nossa dignidade, os nossos direitos, a nossa independência.

Sr. Diggs: ... Penso que chegámos a um ponto em que podemos passar às perguntas.

Tenho à minha frente um comunicado de imprensa da embaixada de Portugal, datado de 4 de dezembro de 1968, com um discurso do Primeiro-Ministro Caetano perante a Assembleia Nacional de Portugal no dia da abertura da sessão plenária.

Se não houver objeções, o discurso na íntegra fará parte do processo.

Sr. Diggs: Há aqui um ponto que não coincide com uma afirmação feita por si acerca do território que o movimento de libertação realmente controla e do apoio de que desfruta, e pensei que pudéssemos ouvir um

comentário seu sobre a interpretação deste facto. O Primeiro-Ministro afirmou: “A grande maioria da população da Guiné está a lutar lado a lado com as forças regulares contra os terroristas”, o que, como pode ver, parece não estar de acordo com a sua afirmação acerca da parcela de território que vocês controlam.

Poderia comentar isso?

Sr. Cabral: Sim, Senhor.

Somos um pequeno país, com uma população de não muito mais de 600 mil pessoas: entre 600 mil e 800 mil. Nas nossas condições, e num país onde não há nenhuma montanha — o ponto mais alto está a 300 metros — não seria possível, durante sete anos, manter uma luta como a nossa, contra um inimigo que tem mais meios do que nós, se não tivéssemos o apoio do povo.

Há sete anos que estamos a lutar e podemos receber pessoas do estrangeiro como convidados, por um mês, dois ou mais meses. Como é isso possível se a grande maioria da população está a lutar lado a lado com os portugueses contra nós, veem?

É difícil fazer as pessoas acreditar. O melhor é ir e ver. Podemos, por exemplo, se estiverem de acordo, convidar-vos a enviar algumas pessoas a visitar o país — ou a tomar conhecimento dos testemunhos dados por muitas pessoas por este mundo fora. Nós ficaríamos muito satisfeitos em recebê-las e poderiam ver o nosso povo no campo, envolvido na luta pela vida que estamos a criar no nosso país.

Um outro exemplo: o Presidente Américo Tomás, de Portugal, esteve no meu país — se não estou em erro, penso que em fevereiro de 1968. Esteve em Bissau, a capital, foi de avião a Bafatá, um quartel português. Regressou a Bissau e foi a Bolama, sempre de avião. Foi a outra ilha e regressou de avião a Bissau.

Ele não podia deslocar-se de carro ou de outro modo. Mas no tempo em que os colonialistas mandavam no país — porque o meu país é muito pequeno — todas as viagens, excepto às ilhas, eram feitas de carro. Mas o Primeiro-Ministro de Portugal também esteve no meu país, no ano passado, em 1969 — penso que em abril — durante a sua viagem a África. Esteve aí durante seis horas. Depois foi para Angola. Passou essas horas no palácio do governador em Bissau e ele próprio fez um discurso dizendo: “para mudar a situação aqui, é necessário um milagre”.

Nessa altura, algumas pessoas sugeriram que ele fosse a Bolama, mas o Estado-maior do Exército disse-lhes não ser possível garantir a

segurança do Primeiro-Ministro porque dias antes havíamos atacado Bolama.

Como veem, posso dizer-vos tudo o que quiser, os portugueses podem dizer tudo o que quiserem — o melhor é ir e ver.

Sr. Diggs: A Mesa passa a palavra ao Senhor Morse, de Massachusetts, um membro do Subcomité.

Sr. F. Bradford Morse: Obrigado, Senhor Presidente. Tenho algumas perguntas a fazer. O Senhor disse que os objetivos do vosso movimento eram democracia, paz e progresso para o vosso povo. Que espécie de governo estabeleceram nessas áreas do vosso país que agora controlam?

Sr. Cabral: Nas áreas que controlamos, não proclamámos um governo. Gerimos a nossa vida através da organização política do partido e através dos serviços administrativos que criámos.

Em cada aldeia, no campo, há um comité da população com uma pessoa responsável pela educação, uma pelos serviços civis, uma pela saúde e higiene, uma pelos abastecimentos e outra pelas questões políticas.

No ano passado criámos, e ainda estamos a criar na maior parte das nossas aldeias, um tribunal composto por pessoas da aldeia, sendo todas elas eleitas pela sua população.

A nível da área a que chamamos zona, funcionam comités de zona, com um responsável político, um responsável pela segurança, outro pela saúde e higiene, educação, abastecimento, etc., assim como ao nível mais baixo, nas aldeias. A população das aldeias está ligada às pessoas dos comités de zona.

Nos comités de zona, porque estamos em guerra, cinco pessoas são designadas pelo Partido. As restantes cinco são eleitas pela população na zona, em geral entre as pessoas mais destacadas. Acima das zonas, temos a inter-região. Há um comité de inter-regiões. Este é o embrião do nosso governo. A sua característica é que, desde o nível da aldeia até à inter-região, é o próprio povo que governa, e fazemos isso para dar ao nosso povo a oportunidade de ter, agora, o que os portugueses nunca lhe deram: responsabilidade.

Pensamos que neste momento existe uma verdadeira democracia na nossa organização, na nossa vida. Mas acreditamos que, passo a passo, podemos organizar melhor e também realizar eleições para todo o povo, a nível de zona e inter-regional.

Só que estamos em guerra, temos de tomar medidas para evitar a infiltração do inimigo.

Sr. Morse: Eduardo Mondlane, que eu conheci, recebeu considerável apoio e penso que a sua organização ainda recebe apoio financeiro de fontes privadas dos Estados Unidos. Vocês recebem apoio dos Estados Unidos?

Sr. Cabral: Até agora, não.

Sr. Morse: Refiro-me a apoio privado.

Sr. Cabral: Conseguimos algum apoio privado para a nossa organização social, como o hospital que criámos. Recebemos recentemente uma pequena ajuda do Comité Americano para a África. Também a “United Auto Workers” decidiu dar-nos uma ajuda importante no campo humanitário.

Sr. Morse: De onde vem o vosso principal apoio?

Sr. Cabral: Em primeiro lugar, do nosso povo. Em segundo lugar, da África, quer diretamente dos governos africanos, quer principalmente através da OUA. Aceitamos a ajuda de quaisquer fontes anticoloniais que decidam ajudar-nos. Alguns países socialistas ajudam-nos e recebemos ajuda humanitária de alguns outros países, de muitas organizações na Europa Ocidental, como a França, a Itália e a Holanda. No ano passado, a Suécia decidiu dar-nos uma ajuda muito importante e que já começou a chegar às nossas mãos. Assinalámos também este ano a criação de comités na Inglaterra e na Bélgica, para nos apoiar.

Sr. Morse: O vosso partido, o PAIGC, tem uma base ideológica?

Sr. Cabral: Sim, temos. A nossa ideologia é o nacionalismo, para conquistar a nossa absoluta independência e fazer tudo o que pudermos com as nossas próprias forças, mas cooperando com todos os outros povos de modo a realizar o desenvolvimento do nosso país.

É muito importante que façamos todos os possíveis para evitar qualquer espécie de exploração do nosso povo no futuro, porque já fomos explorados o suficiente pelos portugueses. É esse o dever do nosso Partido.

Sr. Morse: A República da África do Sul auxilia os portugueses nos seus esforços?

Sr. Cabral: Sim, a República da África do Sul utiliza o nosso aeroporto de Bissau, mas principalmente o aeroporto da ilha do Sal. Recentemente a África do Sul cooperou com Portugal na ampliação do aeroporto da ilha do Sal.

Sr. Morse: Os sul-africanos fornecem as armas aos portugueses na Guiné Portuguesa?

Sr. Cabral: Não há provas disso, porque ali nunca capturámos armas da África do Sul.

Sr. Morse: Encontraram alguma vez armas francesas?

Sr. Cabral: Helicópteros e barcos de guerra franceses, sim, tudo fornecido a Portugal no âmbito da OTAN. Mas os nossos companheiros de Angola disseram-nos que a África do Sul não só fornece armas, aviões e helicópteros, mas também manda gente de lá para o Sul de Angola.

Sr. Morse: Não tenho mais perguntas, de momento. Obrigado.

Sr. Diggs: O Senhor Derwinski, de Illinois, membro do Subcomité.

Sr. Edward J. Derwinski: Obrigado Senhor Presidente.

Senhor Cabral, no seu depoimento geral, fez referência ao direito internacional e à preocupação que tem com a aplicação adequada do direito internacional.

Reconhecendo que muito frequentemente o fim justifica os meios — as ações de qualquer grupo ou indivíduos — até que ponto reconhece inconsistência, no âmbito do direito internacional, quando utilizam santuários no Senegal e na Guiné para conduzir as vossas atividades militares?

Sr. Cabral: Primeiro, gostaria de dizer que no âmbito do direito internacional, tal como no âmbito geral, temos de estabelecer uma escala de valores. Mesmo que utilizemos o território da Guiné e do Senegal, pensamos que, política e historicamente, o direito internacional que apela a todas as nações a reconhecer o direito de cada povo a ser independente é, neste contexto histórico, mais importante do que o direito internacional estabelecendo que um país não pode aceitar outro povo combatendo no seu território.

Mas podemos demonstrar através do Direito que o nosso país não é Portugal. Portugal é um invasor, um ocupante, e penso que se algum invasor vier aqui aos Estados Unidos ocupar o vosso país, vocês têm o direito de ir para o Canadá, preparar-se e reconquistar o vosso direito de ser livres.

Sr. Derwinski: Por outras palavras, o Senhor contesta a legalidade da alegação portuguesa de que a Guiné Portuguesa é uma província de Portugal e que o povo ali tem todos os direitos dos cidadãos portugueses. O Senhor não admite a validade dessa posição.

Sr. Cabral: Eu não admito isso e também não o reconheço. Os factos provam também que essa alegação não é verdadeira.

Sr. Derwinski: O Senhor leu também uma citação do Senhor

Salazar, de 1949. Tenho à minha frente uma citação sua de outubro de 1969, na União Soviética. Deduzo que lá estava por ocasião do centésimo aniversário do nascimento de Lenine. Estou a citar a partir de um artigo de jornal. A citação diz o seguinte: “Nós refutamos os ideólogos de influência imperialista que tentam minimizar o papel desempenhado por Lenine, o fundador da URSS, negando a importância das suas ideias para o mundo contemporâneo, para os movimentos de libertação nacional na Ásia, África e América Latina”.

Reconhecendo que o Senhor era um convidado na União Soviética e que dificilmente negaria os princípios que Lenine defendeu, o que é que quis, contudo, dizer, por exemplo com “movimentos de libertação nacional na Ásia”?

Que movimentos de libertação nacional na Ásia vocês apoiam ou com quais se associam?

Sr. Cabral: Não estamos necessariamente associados a nenhum movimento de libertação na Ásia, mas apoiamos a luta do povo do Vietname do Sul.

Sr. Derwinski: Por outras palavras, apoiam o Vietcong?

Sr. Cabral: Sim.

Sr. Derwinski: Em África, que movimentos em África vocês apoiam? Apoiam, por exemplo, as tribos Somali contra a Etiópia?

Sr. Cabral: Não, Senhor. Em relação aos países africanos?

Sr. Derwinski: Sim.

Sr. Cabral: Não apoiamos qualquer movimento de libertação contra os países africanos, mas apoiamos Angola, Moçambique e todos os povos da África Austral que lutam contra a dominação racista.

Sr. Derwinski: O que há sobre a América Latina? A que movimentos estão filosoficamente ou de algum modo associados na América Latina?

Sr. Cabral: Nós não estamos necessariamente associados a nenhum movimento na América Latina.

Sr. Derwinski: Há alguma veracidade nas notícias que dizem haver oficiais do exército cubano a servir nas vossas forças?

Sr. Cabral: Notícias portuguesas?

Sr. Derwinski: Não necessariamente portuguesas. Eu soube que um oficial do exército cubano foi capturado recentemente e foi entrevistado por jornalistas ocidentais.

Sr. Cabral: Sim, Senhor. Foi um cubano.

Sr. Derwinski: Refiro-me a um oficial cubano nas vossas forças.

Sr. Cabral: Nós temos médicos cubanos que nos ajudam no nosso país. E este homem veio — estou a desviar-me do problema da minha luta — visitar os seus colegas, os médicos, e foi depois capturado pelos portugueses. Ele não é o nosso Lafayette e não temos cubanos a lutar connosco no nosso país.

Sr. Derwinski: Em resposta a uma pergunta do Senhor Morse, quando ele lhe perguntou quais as fontes de apoio, o Senhor citou-as por ordem de prioridade: o vosso próprio povo, outros estados africanos, fontes africanas e a Europa Ocidental.

Sr. Cabral: Os países socialistas também, alguns países socialistas.

Sr. Derwinski: Tenho à minha frente um artigo da “Newsweek”, de 5 de julho de 1965, e a “Newsweek”, pelos padrões Americanos, é uma publicação objetiva e razoavelmente liberal. Eles afirmam aqui, eu cito: “Os rebeldes” — referindo-se ao vosso grupo — “estão relativamente bem armados com armas de fabrico checo e russo”.

Noutro ponto, referem-se a outros equipamentos dos países do bloco soviético. Até que ponto é o vosso equipamento militar proveniente da União Soviética ou dos países do bloco?

Sr. Cabral: Até que ponto? Infelizmente consideramos que não a bom ponto, não suficiente.

Sr. Derwinski: Apoio não suficiente. Quer com isso dizer que eles não vos deram aviões como fizeram com outros países?

Sr. Cabral: Infelizmente, não. Se eles nos dessem aviões, nós não seríamos um movimento de libertação. O movimento de libertação tem de ser pobre, sem armas pesadas, tentando por si próprio fazer o melhor.

Sr. Derwinski: Na escala de prioridade deles, vocês não estão evidentemente a um nível tão alto como Nasser, portanto não conseguem o tipo de equipamento que o Senhor Nasser consegue?

Sr. Cabral: Nós não somos um Estado independente.

Sr. Derwinski: Estou a ver. O que eu estou a tentar descobrir — nós temos toda a espécie de material que é publicado na imprensa ocidental e compreendo que a vossa gente possa por vezes considerá-lo como sendo imperialista mas, no entanto, na imprensa livre essas notícias tendem a ser consistentes. Todas elas realçam o facto de o vosso equipamento ser russo, checo e em alguns casos chinês, daí que isso me leve também a perguntar, até que ponto vocês têm estado envolvidos ou sido capazes de se manterem afastados da cisão sino-soviética?

Sr. Cabral: Permite-me que lhe diga uma coisa?

Sr. Derwinski: Sim, por favor.

Sr. Cabral: Se os jornalistas dessem atenção ao lado português, eles insistiriam em que os aviões usados por Portugal vêm dos Estados Unidos, as armas dos Estados Unidos, da Alemanha, etc. Como tem sido repetidamente afirmado, na sua totalidade, as armas portuguesas não são produzidas em Portugal, mas nas potências da OTAN.

Mas, como vê, Portugal — Salazar — apesar disso declara: Nós não aceitamos a ideologia da OTAN, etc..

Se Portugal não aceita a ideologia estrangeira, porque é que nós teríamos de a aceitar? Não temos de estar envolvidos nos problemas dos outros. Estamos a lutar pela independência do nosso país. Não nos envolvemos nos conflitos dos outros.

Sr. Derwinski: Vamos imaginar que vocês possam algum dia ter êxito na vossa luta. Que tipo de governo constituirão nessa altura? Qual seria a filosofia ou estrutura política desse governo? Seria um estado socialista, já que utilizou a expressão?

Sr. Cabral: No nosso país temos diferentes opiniões, de conveniência, de alguns dos nossos irmãos africanos. Estes nomes — socialista, comunista, etc. — surgem de condições especiais. Em África, no meu país, não gostamos de utilizar rótulos.

Podemos dizer-vos o seguinte: estabeleceremos um governo, um governo democrático respeitando os direitos do homem e todas as liberdades para cada pessoa, sem qualquer espécie de segregação.

Definimos isso muito bem no nosso programa. As pessoas que acompanham o que fazemos, comparando-o com os seus padrões, os seus modelos, podem dizer, se quiserem: “Eles são socialistas, eles são um estado capitalista” ou outra coisa qualquer. A responsabilidade é delas.

Mas, nós, queremos democracia, paz, progresso e justiça, justiça social, no nosso país. Naturalmente, não podemos conseguir isso em dois ou três dias. Temos de caminhar passo a passo, rumo a esse objetivo.

Sr. Derwinski: Como em quase todos os países em África, vocês têm problemas com o tribalismo na Guiné Portuguesa. Tem havido repetidas notícias de que um número de tribos não participa e que, na verdade, elas têm sido bastante leais aos portugueses, nesta luta. Em que medida, nesse caso, está o vosso movimento assente numa base tribal, mais do que numa base verdadeiramente nacional?

Sr. Cabral: Nós pensamos que a força principal do nosso movimen-

to reside no facto de ele nunca ter envolvido grupos tribais. Durante estes anos tentámos unir todo o povo, todas as tribos ou grupos étnicos, todo o povo na luta. No início da luta, o grupo fula, por causa dos seus chefes tradicionais, alinhou um pouco com os portugueses. Mas pouco a pouco eles estão a compreender que são africanos, não são portugueses.

Sr. Derwinski: Tenho conhecimento de um relatório que diz existirem 60 mil refugiados deste conflito no Senegal, em relação aos quais vocês, alegadamente, rejeitam qualquer responsabilidade e tem havido informações segundo as quais, por essa razão, têm padecido de problemas de saúde e de nutrição. Eles são, na verdade, legítimos refugiados de guerra, contudo não recebem qualquer consideração ou, digamos, ajuda, do vosso grupo.

Qual é estatuto destes refugiados no Senegal?

Sr. Cabral: O problema dos refugiados em África insere-se numa situação especial, porque temos fronteiras definidas pelos colonialistas. Num e noutro lado estão frequentemente as mesmas famílias, a mesma gente. As pessoas refugiadas são, em geral, pessoas das regiões fronteiriças que foram para o outro lado e juntaram-se às suas famílias.

Nós concordamos e agradecemos muito às Nações Unidas pelo que estão a fazer por estes refugiados, mas queremos lembrar que no nosso país estão várias centenas de milhares de pessoas vivendo e circulando nas zonas libertadas. Mas a situação dos refugiados no Senegal é boa em geral, não há grandes problemas.

Eles estão a receber alguma ajuda das Nações Unidas e o povo senegalês faz o seu melhor para ajudá-los. Mas são todos, em geral, familiares dessas pessoas.

Sr. Derwinski: Obrigado. Obrigado, Senhor Presidente.

Sr. Diggs: A Mesa passa a palavra ao Senhor Bingham, de Nova Iorque, um membro do Comité.

Sr. Jonathan B. Bingham: Fico satisfeito por acolhê-lo aqui, Senhor Cabral.

Quer dizer-nos que medidas foram tomadas pelas Nações Unidas, em particular pela Assembleia Geral, em relação ao vosso país, no ano passado e nos anos anteriores?

Sr. Cabral: Durante os últimos anos as Nações Unidas adotaram resoluções proclamando a legitimidade da nossa luta: é uma ajuda muito boa, ajuda moral e política. O Comité de Descolonização adotou uma resolução recomendando a colaboração entre as agências especializadas das Nações

Unidas e os movimentos de libertação, através da OUA. Isso é também uma boa ajuda e, quando for posta em prática, será muito bom para nós, porque temos agora muitos problemas sociais, que poderiam ser resolvidos através dessa colaboração.

São as principais coisas importantes de que eu posso falar-vos. Nós apreciamos o que as Nações Unidas fizeram por nós.

Também estiveram em África o Comité de Descolonização e a Comissão para os Direitos Humanos, o que é também muito importante, com vista a informar as Nações Unidas acerca da situação do nosso povo.

Sr. Bingham: Tem cópias das resoluções aqui consigo?

Sr. Cabral: Não, Senhor.

Sr. Bingham: Seria capaz de fornecer essas resoluções para o processo? Parece-me, Sr. Presidente, que seria útil para o processo ter cópias das mais recentes resoluções aprovadas pelos órgãos das Nações Unidas.

A minha impressão é que elas foram aprovadas por maiorias muito grandes na Assembleia Geral. Penso que seria útil para o processo ter também a votação, se pudesse mandar isso tudo.

Sr. Cabral: Eu não tenho os documentos, mas posso fornecê-los.

Sr. Bingham: Senhor Cabral, mencionou algumas fotografias que tem aqui consigo. Não tivemos a oportunidade de as ver. Quis dizer que as queimaduras foram causadas por napalm?

Sr. Cabral: Sim, Senhor, por bombas de napalm como esta.

Sr. Bingham: A sua afirmação foi a de que elas não podiam ser fabricadas em Portugal, está correto?

Sr. Cabral: Absolutamente. Elas têm indicações em inglês, os números e todas as outras informações.

Sr. Bingham: Elas indicam a fonte, o fabricante?

Sr. Cabral: Não, não a fonte, mas alguns peritos ingleses dizem-nos que estas bombas são provenientes dos Estados Unidos.

Sr. Bingham: No que concerne à aquisição das vossas armas, vocês obtêm armas onde quer que as consigam arranjar?

Sr. Cabral: Infelizmente, não, Senhor.

Sr. Bingham: Não, não compreendeu a minha pergunta.

Sr. Cabral: Aceitar?

Sr. Bingham: Vocês aceitarão armas de qualquer fonte?

Sr. Cabral: De qualquer fonte e, até, se quem nos der armas quiser, não mencionarei o seu nome ou a fonte. Guardarei silêncio.

Sr. Bingham: Vocês não questionam a ideologia...

Sr. Diggs: Desculpe-me, não quer o cavalheiro desistir neste ponto? Isso também incluiria os cabos de machado do Governador Maddox?*(*Risos*)

Sr. Bingham: Quando recebem armas de algum país não procuram saber a ideologia desse país?

Sr. Cabral: Nunca.

Sr. Bingham: Gostaria de dizer, Senhor Cabral, que da minha parte apoio a vossa posição. Desde há muito que, no meu trabalho nas Nações Unidas e aqui, tenho-me oposto à nossa política de continuar a fornecer armamento militar e demais assistência a Portugal.

Sr. Cabral: Muito obrigado.

Sr. Bingham: Obrigado, Senhor Presidente.

Sr. Diggs: Obrigado.

Penso que, nesta altura, devíamos referir a razão por que o Senhor Cabral se encontra nos Estados Unidos. Ele foi convidado pela Universidade de Siracusa, para dar a primeira das conferências em memória de Eduardo Mondlane, uma série que começou por volta de 20 de fevereiro.

Senhor Cabral, para além do apoio que vocês recebem da Organização de Unidade Africana e para além de certos fornecimentos que receberam dos países que mencionou, alguns países reconheceram formalmente o movimento nacional do PAIGC, e se assim é, de que forma?

Sr. Cabral: Todos os países africanos, através da OUA, reconhecem o PAIGC como o movimento de libertação nacional da Guiné e Cabo Verde — e nós temos muito boas relações com os governos nesses países. Encontrámo-nos muitas vezes com os seus Chefes de Estado. Temos todas as facilidades, como um governo em geral.

Fora de África, não há, em geral, relações com os governos, mas com as organizações de solidariedade, é nesta base que nos relacionamos. Mas o Partido Social-Democrata da Suécia convidou-nos para o seu congresso e tivemos então encontros com dirigentes da Suécia, incluindo o Primeiro-Ministro, o novo Primeiro-Ministro.

Sr. Diggs: Tem havido, Senhor Cabral, informações diferentes acerca do número de soldados treinados que o PAIGC tem. Sem, certamente,

* Referência irónica ao Governador racista do Estado da Geórgia Lester Maddox, também proprietário de um restaurante, que armou os seus empregados com cabos de machado para tentar impedir a entrada de negros no seu estabelecimento.

pretender violar qualquer aspecto de segurança que esteja obviamente relacionado com este assunto, houve indicações de que vocês têm cerca de 10 mil soldados treinados.

Há alguma maneira de nos poder dar apenas uma ideia geral a respeito disso e sobre a maneira como eles são abastecidos, se vocês esperam mais e onde é que eles recebem a sua preparação, isto dentro do contexto da segurança que, tenho a certeza, lhe atribui?

Sr. Cabral: Sim. Nós baseámos a nossa luta no apoio do nosso povo. Deste modo, podemos armar — dar armas a muita gente, realmente. Não fizemos isso devido a duas razões: primeiro, porque não temos meios suficientes para dar armas a todas as pessoas que podem manejar uma arma; segundo, também devido a problemas técnicos. Quanto mais pessoas armadas há, mais problemas se arranjam. Tem-se de enfrentar mais dificuldades para abastecer as pessoas com munições, para as controlar como um exército regular, e assim por diante.

Mas posso dizer-vos, sem qualquer preconceito de segurança, que esses números citados são, em geral, um pouco superiores aos da gente armada que temos. Podemos armar mais gente se obtivermos meios, tecnicamente isso é possível. Mas gostaríamos de acentuar que temos o nosso exército regular lutando através do país e nas regiões libertadas temos também o povo armado, a que chamamos milícia, a população armada para autodefesa.

Neste momento, um dos principais objetivos dos portugueses é vir com helicópteros incendiar as aldeias, incendiar as plantações e matar crianças e outras pessoas, como a criança desta fotografia, uma criança ferida por um soldado português.

Nós damos armas à nossa população nas zonas libertadas para assegurar a sua autodefesa. Se incluir toda esta gente, os números que tem são aproximados. Acerca dos abastecimentos, isso também, é conhecido. Os portugueses conhecem isso muito bem.

A razão porque os portugueses bombardeiam as Repúblicas da Guiné e do Senegal é que nós não podemos, neste momento, receber os nossos abastecimentos diretamente: temos de os fazer passar através dos países vizinhos. Mesmo vindos de África, recebemos os nossos abastecimentos, em geral, através da República da Guiné. Nós próprios temos a nosso cargo todo o transporte destes meios. Infelizmente, no interior do nosso país, o nosso povo carrega à cabeça todo o tipo de abastecimentos.

Sr. Diggs: Tem sido dito, Senhor Cabral, que uma vez que a Guiné seja independente isso acelerará ou conduzirá diretamente à libertação de Angola e Moçambique. Quer comentar isto?

Sr. Cabral: Sim, Senhor. Os portugueses sabem disso bem e dizem-no algumas vezes. Há alguns dias, o "Washington Post" também noticiou de Lisboa que o nosso país é a chave para a libertação, a libertação total de África, do domínio colonial português.

Os portugueses sabem que estão agora numa situação muito má na Guiné: estão a fazer tudo o que podem para resistir, para conservar o país. Mas penso que se libertarmos o nosso país, será mais fácil Angola e Moçambique libertarem-se. Mas, também, se por algum motivo Angola se libertar antes, será mais fácil para nós e para Moçambique libertarmos-nos.

Sr. Diggs: E sobre o problema dos refugiados? Quantos refugiados da Guiné portuguesa estão no Senegal ou em países vizinhos?

Sr. Cabral: Na República da Guiné não há refugiados. As próprias Nações Unidas consultaram o seu governo acerca dos refugiados. A resposta confirmou isso, que ali não existem refugiados. Há algumas pessoas que vieram do nosso país, mas estão com as suas famílias. No Senegal, o número apresentado em geral é de 60 mil. Nós não discutimos estes números, apenas chamamos a atenção para o facto de que é muito fácil passar a fronteira, regressar e voltar a passar. Por outro lado, havia muita gente no Senegal, mesmo antes do começo da luta, e agora é muito difícil distinguir as pessoas que para lá foram devido à integração económica, das pessoas que fogem da guerra.

Sr. Diggs: Os refugiados que estão nestes vários países estão a receber ajuda do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados?

Sr. Cabral: Sim, através do governo do Senegal.

Sr. Diggs: Podia dar-nos indicação sobre que espécie de ajuda estão a receber e em que quantidades? Tem uma ideia geral disso?

Sr. Cabral: Não tenho presente a quantidade exata, mas sei que recebem ajuda financeira e também alguns mantimentos, como trigo e milho, outros cereais, açúcar e leite. O Governo do Senegal recebe a ajuda e, através de organizações oficiais, distribui-a pelos refugiados.

Sr. Diggs: Um outro ponto interessante que foi abordado pelo Primeiro-Ministro no seu discurso no dia da abertura da sessão final da Assembleia Portuguesa, a que eu aludi anteriormente, é o que ele considera

ser a razão real para o interesse especial de certos apoios ao vosso movimento.

Presumo que ele queira referir-se especificamente ao apoio russo, que a Guiné Portuguesa é uma base necessária para capturar Cabo Verde, as ilhas que comandam a posição-chave e as vias de comunicação entre as metades norte e sul do Atlântico e também entre o oriente e o ocidente desse oceano, implicando isto que, se vocês forem capazes de conseguir a vossa independência, (a União Soviética) devido à sua assistência estará numa posição de influência para comprometer a segurança do mundo livre ou dessas vias.

Poderia comentar esse ponto?

Sr. Cabral: Sim, Senhor. Para o Governo português, que é quem está a enfrentar o movimento de libertação, somos todos comunistas.

Com a sua permissão, dir-lhe-ei que para eles o Senhor é, sem dúvida, um comunista, porque para os portugueses todos quantos apoiam os movimentos de libertação nas colónias portuguesas são comunistas.

Nós não acreditamos que as Ilhas de Cabo Verde, na actual conjuntura estratégica militar, tenham a importância que lhes dão. Estão é a tentar conseguir mais apoio das potências da OTAN, por causa da situação que enfrentam na Guiné, por isso dizem que se tomarmos a Guiné, assaltaremos Cabo Verde e faremos das ilhas uma base para os comunistas.

Posso assegurar-vos que para recebermos ajuda, seja de quem for, a condição é de não haver quaisquer condições. E nós temos um princípio fundamental: um povo em luta pela independência, deve ser independente no pensamento e na acção.

Se amanhã, por qualquer razão, algum país, por nos ter dado apoio, tentasse dominar-nos, lutaríamos outra vez contra esse país, como lutamos hoje contra a dominação portuguesa. Essa é a nossa posição.

Sr. Diggs: O "New York Times" publicou um artigo de Lisboa, em 23 de fevereiro, afirmando que um opositor de nome Francisco Zenha, que se apresentou como candidato socialista nas eleições de outubro, está preso pela polícia de segurança para investigações, por incitamento a manifestações contra as guerras coloniais de Portugal em África.

Trata-se de uma situação de certo modo isolada, ou tem conhecimento da dimensão do apoio que possam, por várias razões, ter no seio do próprio povo português, em Portugal?

Sr. Cabral: Conheço pessoalmente Francisco Zenha, dos tempos em que eu era estudante em Portugal. Ele foi sempre um democrata, mas

esse não é um caso isolado. Felizmente, reconhecemos que o povo português está cada dia mais consciente dos perigos da guerra colonial. E as pessoas, em Portugal, estão cada dia mais empenhadas em se manifestar contra as guerras coloniais. A própria juventude em Portugal está agora muito ativa, incluindo algumas pessoas da Igreja portuguesa, manifestando-se e publicando panfletos contra a guerra colonial portuguesa.

Posso também dizer que nos últimos dois anos cerca de 14 mil jovens portugueses desertaram de Portugal para evitar o recrutamento no exército colonial português.

Nos últimos dias, o Primeiro-Ministro Caetano fez um apelo, pedindo a esses jovens para regressar a Portugal e assegurou-lhes que não haveria julgamento contra eles, mas não que não haveria exército colonial à sua espera para os mobilizar.

Podemos afirmar-vos que é uma força para a nossa luta o facto de as pessoas amantes da paz e do progresso em Portugal estarem connosco, e cada dia estas pessoas são mais numerosas. Quando Mondlane foi assassinado, os estudantes da Faculdade de Direito, uma faculdade tradicionalmente reacionária em Portugal, colocaram uma grande foto de Mondlane na sala principal e manifestaram-se contra o seu assassinato.

Sr. Diggs: O PAIGC tem sido caracterizado como o mais bem sucedido de qualquer dos movimentos de libertação em África e o que está mais próximo de atingir os seus objetivos. Como explica o êxito do vosso movimento em relação a outros movimentos de libertação em África?

Sr. Cabral: A opinião geral é que nós temos alcançado grandes sucessos. Porquê? Na nossa opinião, isso depende de muitos fatores. Primeiramente, pensamos estar bem situados geopoliticamente com as Repúblicas da Guiné e do Senegal — connosco, do nosso lado, como sabem. Mas sabemos também que uma grande força para a nossa luta foi o facto de, antes de lançarmos a luta, nos termos preparado durante muitos anos, mobilizando o povo no campo, organizando-o, passo a passo. Fizemos tudo para manter o povo unido. Quando, no Senegal, algumas pessoas do nosso país anunciaram que tinham também um movimento, e isso seria um perigo para a unidade do movimento de libertação, apelámos a que regressassem ao país e se juntassem a nós na luta contra o colonialismo português. Algumas vieram e outras recusaram-se. Hoje em dia, elas não são consideradas um movimento sério.

Para libertar o nosso país tentaremos manter a nossa unidade e evitar qualquer espécie de divisão.

Sr. Diggs: Por último, Sr. Cabral, que papel pensa que os Estados Unidos deviam desempenhar face ao movimento de libertação na Guiné Portuguesa?

Sr. Cabral: Primeiro, penso que seria muito bom se os Estados Unidos pusessem em prática aquilo que o vosso Subcomité recomendou no relatório acerca da África Austral em geral. Porque nós somos também — não geograficamente, mas politicamente — uma parte da África Austral. Representaria uma ajuda muito boa a interrupção da ajuda militar a Portugal, até que ele decida cumprir o Direito internacional e se decidir respeitar os nossos direitos de autodeterminação e independência, o que é um primeiro passo. Esta é a primeira coisa que nós gostaríamos de ver feita.

Mas também sabemos que, cada dia mais, a grande maioria da nação americana, de acordo com os princípios fundamentais deste país, está connosco na nossa luta. Moralmente, apoia-nos.

Dia a dia há pessoas tentando fazer materialmente algo a nosso favor. Isso é também muito bom, mas pensamos que se os senhores têm razão quando afirmam que os Estados Unidos são o mais poderoso símbolo de democracia, e se o povo aqui está absolutamente consciente disso, têm que fazer qualquer coisa por nós.

Basicamente, pode-se dizer que o povo tem um compromisso, os senhores aqui têm um compromisso, com a justiça, com a liberdade, com a dignidade. E é exatamente por isso que estamos a lutar.

Se os senhores são contra, se se opõem à injustiça, à tirania, nós também estamos a lutar contra a injustiça e a tirania. Pensamos que os Estados Unidos podem fazer qualquer coisa para nos ajudar. Como, agora, a “United Auto Workers” decidiu fazer algo, enviando-nos material médico; decidiram inclusivamente enviar alguns produtos, alguns tecidos para a nossa população nas zonas libertadas.

Nós não pedimos armas, mas se fosse possível ajudar-nos também neste campo, seria muito bom. Tal ajuda acabaria com a situação descrita aqui pelo congressista Derwinski, de que a imprensa está sempre a noticiar que o nosso Partido recebe material dos países do Leste. Se os Estados Unidos nos dessem armas, ser-nos-ia possível desenvolver uma nova força. Esta é a nossa opinião, sobre isso.

Mas também pensamos que esta possibilidade, esta mudança, a oportunidade de ser ouvido aqui por si e por este Comité é melhor para o povo americano e é, igualmente, uma ajuda muito boa dos Estados Unidos para nós.

Sr. Diggs: Quero agradecer ao Senhor Cabral pela sua comunicação muito esclarecedora e pelas respostas elucidativas a algumas questões muito delicadas. Esperamos que o resultado da sua visita aos Estados Unidos seja frutuoso e que, através dos seus esforços, mais gente tome conhecimento daquilo que está realmente a acontecer no que diz respeito ao movimento de libertação na Guiné Portuguesa, com as suas implicações para os interesses da política externa americana e o interesse do mundo livre.

Está suspensa a sessão do Subcomité.

4.

SAUDAÇÃO AO 24.º CONGRESSO DO PCUS *

A nossa sincera afirmação de que a União Soviética é quem nos dá o maior auxílio na nossa luta não deve ser vista como uma subestimação da importância da solidariedade africana e da solidariedade de outras forças anti-colonialistas do mundo.

* Saudação ao 24.º Congresso do PCUS, abril de 1971.

Caros camaradas e amigos,

A delegação do nosso Partido está a assistir ao 24.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o grande partido de Lenine, com orgulho legítimo e também com esperança redobrada não só no futuro do vosso povo, mas também no futuro de toda a Humanidade. O génio imortal e único dos ensinamentos de Lenine é uma força poderosa que apoia todos os verdadeiros combatentes contra o imperialismo e serve-lhes de fonte inesgotável de inspiração. Consideramos uma honra o facto de estarmos aqui convosco e podermos apresentar saudações militantes e cumprimentos fraternais do nosso Partido aos delegados deste Congresso, que representam catorze milhões de comunistas incluindo a vanguarda revolucionária do amigo povo soviético, aliado leal do nosso povo na nossa difícil e dedicada luta contra o colonialismo português e a dominação imperialista.

Como combatentes pela libertação da nossa pátria da dominação estrangeira, viemos aqui não apenas como representantes do nosso Partido; nós somos os representantes legais do povo africano da Guiné e Ilhas de Cabo Verde — as mais antigas colónias portuguesas em África. A violência criminosa dos colonialistas fascistas portugueses que calcam a seus pés a lei internacional e os elementares direitos do Homem, obrigou o nosso povo a recorrer às armas a fim de conseguir a sua libertação. Nos oito anos de luta não só conseguimos libertar mais de dois terços do território nacional, como também começámos a construir uma nova vida nas zonas libertadas, em todos os campos: político, administrativo, económico, social e cultural apesar da política de genocídio seguida pelo governo português e apesar da sua criminosa guerra colonial feita contra o nosso povo.

Levámos os colonialistas portugueses a uma posição tal que o chefe do governo português foi obrigado a admitir que “só um milagre pode inverter esta situação”. Porém, o povo soviético sabe por experiência própria que só aqueles que lutam por uma causa justa são capazes de realizar milagres históricos. A agressão criminosa praticada contra a nossa vizinha República da Guiné fornece a última, e provavelmente a mais convincente, prova do desespero que se apossou dos colonialistas portugueses. Como resultado da rápida e corajosa ação do fraterno povo da República da Gui-

né, conduzido pelo Presidente Sekou Touré, os agressores sofreram uma vergonhosa derrota que ajudou a nossa luta e a luta comum dos povos africanos contra a dominação imperialista.

A nossa confiança na vitória final é maior desde que o Secretário Geral do vosso Partido, falando em nome do Comité Central do PCUS, confirmou uma vez mais a determinação do Partido Comunista da União Soviética de continuar a dar apoio moral, político e material aos movimentos de libertação. Isto significa, para nós, que a União Soviética, tal como no passado, estará firmemente ombro a ombro com o nosso povo, continuará a denunciar os colonialistas portugueses, a sua criminosa guerra colonial e os seus cúmplices, e ajudará o nosso Partido a intensificar a nossa vitoriosa luta.

A nossa sincera afirmação de que a União Soviética é quem nos dá o maior auxílio na nossa luta não deve ser vista como uma subestimação da importância da solidariedade africana e da solidariedade de outras forças anticolonialistas do mundo.

Por isso estamos aqui para vos exprimir — combatentes internacionalistas — a gratidão fraternal do nosso povo. Confiamos que esta expressão da nossa gratidão é também evidência da nossa própria força, pois o nosso Partido, nas suas relações com outros partidos, é independente tanto nas suas ideias como nas ações. Confiamos que a nossa luta é também um ato de solidariedade para com todas as forças anti-imperialistas.

Permitam-me, caros camaradas, que aproveite esta ocasião para saudar, na pessoa dos seus notáveis representantes reunidos neste salão, os povos dos países socialistas, as forças progressistas e anticolonialistas do ocidente, os povos da África, as nações árabes, os povos da América Latina, os povos da Ásia e, principalmente, os heroicos combatentes pela libertação da Indochina, cujo glorioso exemplo nos inspira na nossa luta. Através dos representantes portugueses, nós gostaríamos de exprimir as nossas ardentes saudações aos antifascistas e anticolonialistas de Portugal que, defendendo os interesses do seu próprio povo e do nosso, estão efetivamente a lutar contra a máquina de guerra colonial, contribuindo assim para a nossa luta comum e fortalecendo os laços de solidariedade que ligam os nossos povos.

Viva a amizade e a solidariedade entre os nossos povos e os povos da União Soviética!

5.

NAS REGIÕES LIBERTADAS O POVO GOVERNA O POVO*

Devemos perguntar o que significa “libertação do povo”. É a libertação das forças produtivas do nosso país, a liquidação de todas as formas de dominação imperialista ou colonial no nosso país e a adoção de todas as medidas para evitar qualquer nova exploração do povo. Não confundimos exploração com a cor da pele de cada um. Queremos igualdade, justiça social e liberdade. Não preciso recordar-vos que o problema da libertação é também da cultura. No princípio é cultura e no fim é também cultura. Os colonialistas têm o hábito de nos dizer que quando chegaram a África nos trouxeram para a história. Vocês estão bem cientes de que é o contrário — quando chegaram tiraram-nos da nossa própria história. Libertação para nós é recuperar o nosso destino e a nossa história.

* Discurso no *meeting* na Central Hall, Londres, 26 de outubro de 1971.

Caros camaradas,

Antes de mais gostaria de dizer que é uma grande honra e prazer para mim estar aqui esta noite. Trato-vos por “camaradas” em vez de “irmãos e irmãs” porque se formos irmãos e irmãs não é por escolha e não há compromisso, mas se vocês são meus camaradas eu também sou camarada e isso implica compromisso e responsabilidade.

Disse-vos Tony Gilford que sou um grande revolucionário. Isso não é verdade. Sou um simples africano, cumprindo o meu dever no meu próprio país, no contexto do nosso tempo. O meu camarada Ron Philips disse que sou seu herói. Mas não temos heróis no nosso país — os únicos heróis que há lá são o povo africano.

Gostaria de dizer que não vim cá para ensinar seja o que for. Mas muito já aprendi dos discursos dos camaradas que me precederam assim como do vosso apoio moral e político à nossa luta.

Por vosso intermédio gostaríamos de saudar todos os anticolonialistas neste país, independentemente das suas tendências ou origens. Na política há que ser realista, ir progredindo passo a passo e pensamos ser essencial que as pessoas que desejem agir em solidariedade com um movimento como o nosso devem estar unidas. Sem unidade não é possível dar um apoio moral, político e material consistente.

Gostaríamos de saudar, em particular, os trabalhadores deste país — trabalhadores brancos, trabalhadores negros assim como os trabalhadores intelectuais — e dizer-lhes que deles esperamos a frente unida mais forte possível na luta contra o colonialismo e o neocolonialismo em África. Talvez desta experiência possa resultar a unidade para novas lutas no seu próprio país.

Também gostaríamos de saudar os jovens e os estudantes que por toda a parte representam a força do progresso, assim como todas as mulheres anticolonialistas, e dizer-lhes que um dos princípios da nossa luta é que o nosso povo jamais será livre até que as mulheres também estejam livres.

Penso que os não-africanos que aqui estão connosco esta noite compreenderão que eu enderece saudações especiais a todos os africanos e

descendentes de africanos presentes, apelando para que estejam conscientes da luta no seu próprio país e da sua situação particular onde quer que estejam.

Eu preferia que esta fosse uma reunião de perguntas e respostas, mas aqui está muita gente. Em vez disso, tentarei falar acerca de alguns problemas do nosso combate no quadro da luta contra o colonialismo português.

Antes de mais: quem somos nós?

Eu não gostaria que pensassem que estamos a fazer a guerra por sermos guerreiros que gostam de combater. Nós amamos a paz, mas paz sem liberdade nada significa. Somos combatentes da liberdade — o nosso objetivo é a independência do nosso país e a total liberdade e progresso do nosso povo.

Gostaria de vos lembrar que somos um país muito pequeno, situado entre o Senegal e a República da Guiné, e que as Ilhas de Cabo Verde se situam a cerca de 400 milhas da costa. A população é de 800.000 pessoas na Guiné e de 200.000 em Cabo Verde. O país não é pobre, existe um grande potencial para o desenvolvimento agrícola, e temos alguns minerais, óleo e bauxite. Os africanos na Guiné pertencem a muitos grupos étnicos diferentes em estádios diferentes de desenvolvimento histórico. Entre esses grupos os dois extremos opostos são o dos balantas e o dos fulas. Os balantas representam uma sociedade sem qualquer forma definida de organização do estado, uma estrutura horizontal, se quiserem. O grupo fula, por outro lado, é uma sociedade vertical em que o estado tem uma estrutura piramidal. Entre estes dois grupos existe um número de posições intermediárias. É importante salientar que o nosso povo sofreu com os conflitos da sociedade africana antes da chegada dos colonialistas, assim como sob o jugo colonial português.

O que é o colonialismo português? Algumas pessoas falam sobre o “imperialismo português”, mas tal coisa não existe. Portugal nunca atingiu o estágio de desenvolvimento económico que se poderia considerar imperialista — existe diferença entre o real imperialismo e a dominação imperialista. O imperialismo é o resultado do desenvolvimento do capitalismo.

Certo dia um camarada — um velho marinheiro — participava de uma reunião em que apresentei esta ideia. Ele ficou admirado e disse: “Mas, Cabral, toda a gente diz que estamos a combater o imperialismo. Estamos a combater os portugueses, portanto estamos a combater o imperialismo português”. Expliquei-lhe que o imperialismo existe nos países

imperialistas. No nosso país existe a dominação imperialista — uma coisa muito diferente. As duas estão estreitamente ligadas, mas são diferentes.

A verdade é que Portugal nunca foi um país imperialista. Portugal é um agente do imperialismo. Desde o início do séc. XVIII que Portugal tem sido uma semicolónia. Se vocês conhecem a história, saberão de quem!

O domínio do nosso país por Portugal manteve-se porque foi protegido pela Inglaterra durante a partilha da África na Conferência de Berlim. Nessa altura Portugal não dispunha de poder suficiente para manter as suas colónias. A razão porque Portugal não está a descolonizar agora é porque ele não é um país imperialista e é incapaz de *neocolonizar*. A sua infraestrutura económica é tal que não consegue competir com outras potências capitalistas. Durante todos esses anos de colonialismo, Portugal tem sido simplesmente o gendarme, o intermediário na exploração do nosso povo.

Quais são as características do colonialismo português? Como provavelmente saberão, o nosso povo, tal como outros povos africanos, opôs grande resistência ao conquistador colonial. Lutámos durante 50 anos contra os colonialistas portugueses. Infelizmente não houve unidade e cada grupo étnico lutou sozinho contra os portugueses. Perante isto podem ver que a luta não é simples invenção de alguém ou de gente que gosta de combater, mas que é a continuação, agora numa nova fase, da nossa luta contra os conquistadores portugueses. Portugal, como sabem, é o país mais atrasado e subdesenvolvido da Europa. Isso não é por culpa do povo português é da responsabilidade das classes dirigentes. O povo português nunca conheceu o significado de “direitos humanos”, de liberdade ou de democracia. A classe dirigente em Portugal possui uma mentalidade imperial e uma cultura cheia de ignorância e superstição. E lá no seu âmagalo alberga o desprezo pelo povo africano. Lembrem-se que Salazar disse uma vez que a África não existe — um nível de racismo muito elevado.

Portugal tem pretendido assimilar o povo africano. Pura mentira. No meu país, durante 500 anos da presença portuguesa no litoral e mais de 100 anos de completa exploração colonial, assimilaram de acordo com a sua própria estatística, apenas 0,3% da população. Antes do início da guerra prometeram-nos que continuariam a assimilação. Mas, para se tornar assimilado são necessários quatro anos de instrução primária. Certo, mas para frequentar a escola primária é preciso primeiro estar assimilado. Criaram este círculo vicioso de modo a impedir o desenvolvimento do nosso povo. O português comum não sabe disso porque mesmo em Portugal a situação

é muito má. De acordo com números oficiais, 46% da população é analfabeta; eu próprio trabalhei nalgumas regiões onde 70% das pessoas são analfabetas. Como poderiam saber que também éramos analfabetos?

Portugal também pretende estar a criar e a desenvolver uma nação multirracial e multicontinental. Que fantasia!

Estes sonhos têm persistido porque existem teorias úteis para apoiar a exploração do nosso povo; mas não passam disso. E agora eles dão-se conta que na Guiné, em Angola e Moçambique não aceitamos a ideia de uma nação portuguesa multirracial. Não somos portugueses, somos africanos.

O nosso povo na Guiné (o caso das Ilhas de Cabo Verde é diferente porque se encontravam desertas até que os portugueses chegaram e as povoaram com escravos da Guiné e uns poucos europeus deportados) foi dividido em dois grupos: “indígenas” e “assimilados”. O que significa ser “indígena”? Significa que as pessoas podem ser apanhadas e submetidas a trabalho forçado, e que têm de pagar impostos injustos. Elas estão sujeitas a viver uma vida pior do que a dos animais. Se estudarem as leis coloniais portuguesas verão quão cínicas e perversas as pessoas podem ser ao criar novas formas de exploração. Em Cabo Verde estabeleceram o que chamavam de “contratados” — trabalho forçado — uma nova forma de escravatura, mandando pessoas para São Tomé e Angola.

Se lerem livros de certos médicos portugueses honestos verão que a característica comum do povo em Cabo Verde é a subnutrição e, por vezes, fome. Em Cabo Verde morreu mais gente de fome do que a atual população do país. E na Guiné, a falta de proteínas e muitos alimentos básicos atrasa o desenvolvimento do nosso povo. Nalgumas regiões registou-se uma taxa de mortalidade infantil de 80%. E ao longo do período dourado do colonialismo português apenas tivemos dois hospitais com um total de 300 camas em todo o país e apenas 18 médicos, 12 deles em Bissau.

No que diz respeito a escolas, apenas havia 45 e eram escolas católicas missionárias que apenas ensinavam o catecismo. Para as crianças “assimiladas” havia 11 escolas oficiais. Até 1959, não existia qualquer escola secundária; agora há uma. Eu próprio tive de frequentar a escola primária na Guiné, a escola secundária em Cabo Verde e a universidade em Lisboa. Em todo o país apenas havia 2.000 crianças nas escolas. E podem imaginar qual era a qualidade do ensino. Tratava-se de uma decisão deliberada de impedir o desenvolvimento do nosso povo, da mesma forma que fizeram em Angola, Moçambique e outras colónias. Fizeram o melhor que pude-

ram para nos intimidar também, mas esqueceram-se de uma coisa — nós somos homens.

Se estão a par da vida política em Portugal, vocês podem imaginar o que é a vida colonial no nosso país. Portugal tem vivido sob um regime fascista durante meio século. Isso significa que não há partidos políticos, sindicatos, nada. Na Guiné não era permitido formar qualquer tipo de associação: em 1953, alguns de nós tentámos criar o que chamámos um Clube Africano de Desporto e Recreação. Mas um artigo nos estatutos — permitindo que os não-assimilados também pudessem fazer parte — justificou que fosse proibido.

Como é, exatamente, a exploração colonial no meu país? É importante ver como se diferencia da de Angola e Moçambique. Na Guiné, o clima não é muito bom e também foi oposta uma grande resistência contra os invasores portugueses, assim não temos colonos como em Moçambique e Angola. Éramos explorados por via do comércio e impostos elevados. Devem também entender que a mínima tentativa da nossa parte para conquistar os nossos direitos era respondida com repressão severa e frequentemente sangrenta por parte dos portugueses.

O nosso Partido foi formado em 1956 por seis africanos da Guiné e de Cabo Verde. Estabelecemos um partido clandestino em Bissau e alargámo-lo a outros centros urbanos. Nessa altura acreditávamos que seria possível lutar por meios pacíficos. Com a ajuda de uma organização sindical clandestina desencadeámos algumas greves contra os portugueses e realizámos algumas manifestações, mas os portugueses sempre nos responderam com armas. A 3 de agosto de 1959, durante uma greve de trabalhadores em Bissau, em 20 minutos mataram 50 africanos e feriram mais de uma centena. Isso finalmente ensinou-nos uma lição: perante o colonialismo português e, pensamos, perante o imperialismo em geral, não se coloca a questão de se adotar ou não a luta armada. A luta é sempre armada porque os colonialistas e imperialistas já decidiram usar as armas contra nós. Assim, numa reunião clandestina em Bissau, em setembro de 1959 decidimos parar as manifestações, manter a nossa organização clandestina, mas transferi-la para o campo a fim de mobilizar o povo e prepararmo-nos para a luta armada.

Vocês conhecem a evolução dessa luta — hoje controlamos mais de dois terços do território. Mas, primeiro, tínhamos de preparar politicamente o nosso povo para a luta. Mobilizámos o povo, preparámos os quadros e então declaramos a ação direta contra os portugueses em 1961. Mas,

mesmo então, não se tratava de luta armada — apenas ações contra os armazéns portugueses, contra pontes, corte das linhas de telefone e assim por diante. Os portugueses responderam com uma grande repressão. Mataram muita gente. Afogaram pessoas nos rios, queimaram pessoas com gasolina, destruíram aldeias suspeitas de apoiar o nosso Partido. Nessa ocasião encarceraram cerca de 3.000 pessoas por toda a Guiné. Os colonialistas portugueses não acreditam na dialética — não compreenderam que a repressão também tem a sua dialética. Em vez de suprimir a nossa luta eles ajudaram-na a crescer. Em 1964 conseguimos realizar o nosso primeiro congresso numa zona libertada no interior da Guiné.

O ministro da defesa português, general Araújo, foi nessa altura o nosso melhor propagandista. Ele realizou uma conferência de imprensa em Lisboa para anunciar que alguns bandidos haviam entrado no país a partir da República da Guiné e do Senegal e que controlavam cerca de 15% do território, mas que as autoridades portuguesas se preparavam para os expulsar. Mas o público português recordava-se de Goa e partiu do princípio de que se tratava de uma verdadeira invasão, o que criou uma enorme confusão. No dia seguinte o governo teve de divulgar um novo comunicado de imprensa, confessando que não se tratava de pessoas vindas de fora, mas que se tratava de bandidos *do interior* do país.

Nessa altura controlávamos cerca de 25% do país, quase todo o Sul. Como sabem, a nossa luta armada foi inicialmente lançada no Sul e, seis meses mais tarde, no Norte. No Congresso de Cassacá em 1964 mudámos radicalmente as nossas formas de luta. Primeiro, acabámos com a autonomia das unidades de guerrilha, ligando-as a um comité orientador; e decidimos formar as primeiras unidades de um exército regular. Também decidimos iniciar o trabalho social nas zonas libertadas, instalando escolas, postos médicos, um sistema de comércio e assim por diante, ao mesmo tempo que reforçávamos o nosso esforço político. Hoje, como já disse, controlamos mais de dois terços do território.

Como é a vida para o povo nessas regiões? Basil Davidson e muitos outros europeus, americanos e asiáticos que têm visitado a Guiné podem testemunhar sobre a situação que aí se vive. Nas nossas regiões libertadas temos agora todas as características de um estado. O nosso povo tem uma vida política, económica e cultural. E *o povo governa o povo*. A nossa organização política está bem estabelecida nas aldeias das regiões libertadas. O comité em cada aldeia é responsável pela vida nessa aldeia. O nosso

povo participa diretamente em todas as decisões que dizem respeito às suas próprias vidas, ao nível da aldeia, ao nível da zona e ao nível da região.

Quanto à sua vida económica, compete ao povo melhorar a produção dos alimentos de base necessários à continuação da luta. Um exemplo da organização económica são os “armazéns do povo” onde os aldeões podem comprar e trocar bens fabricados ou cultivados localmente, ou por nós importados. Também temos tribunais populares nas aldeias. Dantes não era possível o nosso povo ter acesso a um julgamento justo, apenas podiam ir ao chefe administrativo para ser julgado. Mas agora os próprios camponeses participam nos tribunais eleitos.

Temos dois tipos de forças armadas: aquilo a que agora chamamos forças armadas *locais*, que se ocupam da defesa local nas regiões libertadas; e as forças armadas *nacionais*, que se ocupam dos crescentes ataques às posições remanescentes dos portugueses. Ambas estão integradas na população — cerca de 90% ou mais de todos os seus membros são camponeses. E se, no início, os dirigentes da luta eram da pequena burguesia — como eu — incluindo apenas uns poucos trabalhadores, gradualmente novas pessoas passaram a dirigir o Partido e hoje a maior parte dos dirigentes são trabalhadores e camponeses.

Agora temos um estado no nosso país — pessoas como Basil Davidson e outras que vieram ao nosso país não tiveram de solicitar um visto às autoridades portuguesas — e estamos a fazer o melhor que podemos para reforçar a soberania do nosso povo. É por isso que na última reunião do Conselho Superior da Luta decidimos realizar eleições para as assembleias populares locais e também para uma assembleia popular nacional. Pensamos que estas iniciativas podem abrir novas perspectivas para o nosso trabalho político no interior do país e, também, no campo internacional. Queremos reforçar o nosso Partido e difundir os seus princípios, e fazer tudo ao nosso alcance para melhorar as ligações entre o partido e a população. Algumas pessoas pensam que, quando falamos sobre a criação de uma assembleia popular, estamos a diminuir o valor do papel do Partido. Não é isso: estamos a aumentar a democracia no nosso país, mas sob a direção do nosso Partido.

Naturalmente, falei-vos dos sucessos da nossa luta. Temos muito para contar e se as pessoas vierem ao nosso país vê-lo-ão com os seus próprios olhos. Preparámos e publicámos os nossos próprios livros escolares e estamos a formar muitos quadros novos. Em 1960 eu era o único agrónomo no meu país — que privilégio! — mas agora temos 12 agrónomos,

todos formados durante a luta. Estão agora regressando pessoas formadas como médicos, engenheiros, professores, juristas, etc. Os nossos sucessos militares são decisivos, mas o sucesso mais importante para nós é a capacidade de criar uma nova vida nas zonas libertadas, ao mesmo tempo que estamos a lutar e a derrotar as forças portuguesas.

Queremos independência para o nosso país. Mas, para nós, isso significa muito mais do que adquirir uma bandeira para agitar e um hino para entoar. Independência para nós significa a libertação da nossa Pátria e a libertação do nosso povo.

Devemos perguntar o que significa “libertação do povo”? É a libertação das forças produtivas do nosso país, a liquidação de todas as formas de dominação imperialista ou colonial no nosso país e a adoção de todas as medidas para evitar qualquer nova exploração do povo. Não confundimos exploração com a cor da pele de cada um. Queremos igualdade, justiça social e liberdade. Não preciso recordar-vos que o problema da libertação é também da cultura. No princípio é cultura e no fim é também cultura. Os colonialistas têm o hábito de nos dizer que quando chegaram a África nos trouxeram para a história. Vocês estão bem cientes de que é o contrário — quando chegaram tiraram-nos da nossa própria história. Libertação para nós é recuperar o nosso destino e a nossa história.

A presente situação militar é caracterizada pela retirada das tropas portuguesas para os centros urbanos, e o avanço progressivo das nossas forças em direção a esses centros urbanos. Este ano fizemos grandes avanços. E embora os portugueses tenham começado a bombardear as nossas regiões libertadas com napalm e outras bombas e a atacá-las com tropas helitransportadas, continuamos a derrotá-los. A nossa ação neste momento é principalmente contra os aquartelamentos portugueses nos centros urbanos. Atacámos a capital, Bissau, e Bafatá, a segunda maior cidade, em junho de 1971. Em Cabo Verde desenvolvemos muito o nosso trabalho político no ano passado e estamos a preparar para um novo estágio de luta.

Naturalmente, os portugueses estão desesperados com esta situação. Estão tentando enganar o nosso povo com políticas demagógicas. Chamamos a isso “política do sorriso e do sangue”. Por ora estão a iludir a sua derrota por via das concessões que fazem às populações que ainda controlam. Têm mesmo enviado, à sua custa, muçulmanos a Meca e católicos a Fátima, em Portugal. Nos velhos tempos, no mercado em Bissau, quando um europeu chegava para comprar qualquer coisa, o africano tinha de esperar. Mas, presentemente, quando chega um africano é “por favor,

vá primeiro”. Os portugueses pensam que o nosso povo é estúpido e não vê porque razão fazem isso — mas sempre que algo parecido acontece, se aí estão dois africanos já se sabe o que dizem — “Djarama PAIGC”, o que significa “muito obrigado PAIGC”.

O governador militar português de Bissau está bem consciente de que foi derrotado e que é inútil tentar enganar o nosso povo por mais tempo. Perguntarão, então, como é possível que um país subdesenvolvido como Portugal pode manter as colónias e prosseguir essas guerras em Angola, Guiné e Moçambique? Não preciso recordar-vos que isso acontece porque Portugal é membro da OTAN e recebe armas, munições e outros materiais de seus aliados da OTAN. Sem ajuda, Portugal não seria capaz de continuar essas guerras. Portugal está a utilizar os melhores aviões a jato modernos contra nós; contudo em Portugal nem sequer produzem aviões-brinquedos para as crianças.

Podem também perguntar o que pretendemos desta visita à Inglaterra. Uma coisa é que o apoio moral e político da vossa presença aqui, esta noite, é muito encorajador para nós. Mas estamos também à espera de outra coisa: que os britânicos comecem a atuar de acordo com os princípios que proclamam. Gostaríamos que os britânicos se lembrassem da responsabilidade que a Grã-Bretanha também tem pela nossa situação colonial.

Gostaria de terminar dizendo que estou bastante sensibilizado por terem vindo até cá e que esperamos que um dia, em breve, estaremos em condições de receber os nossos amigos e camaradas nas áreas libertadas do nosso país, onde neste momento estamos a desenvolver o nosso estado.

6.

A IDEOLOGIA NÃO É UMA RELIGIÃO*

A nossa sociedade desenvolve-se da mesma maneira que outras sociedades no mundo, de acordo com o processo histórico; mas devemos compreender claramente em que estágio está a nossa sociedade. Marx, quando criou o marxismo, não vivia numa sociedade tribal; acho que nós não temos necessidade de ser mais marxistas que Marx ou mais leninistas que Lenine, na aplicação das suas teorias.

* Encontro com intelectuais britânicos apoiantes da luta de libertação nacional nas colónias portuguesas em 27 de outubro de 1971. Incluído na brochura *Our People Are Our Mountains* (O Nosso Povo São As Nossas Montanhas), editado pelo Comité Britânico para a libertação de Moçambique, Angola e Guiné (MAGIC).

Camaradas, as minhas saudações a todos!

É grande honra e prazer ter esta oportunidade de me encontrar convosco, não para uma dissertação, mas para uma discussão amigável e, também, útil para nós. Pelo que entendo, estou perante uma audiência de intelectuais — intelectuais, no bom sentido da palavra. É, portanto, grande a minha responsabilidade.

Farei o melhor que puder para responder às questões que me colocarem e ser tão breve quanto possível, de modo a permitir o máximo de perguntas.

Qual é a atual situação militar no território continental da Guiné-Bissau? Quais são as perspectivas militares, aí e nas Ilhas de Cabo Verde?

— Devem estar mais ou menos cientes da situação militar no meu país. Já libertámos mais de dois terços do nosso território nacional do jugo colonial e tanto a nossa luta contra as restantes posições coloniais portuguesas, principalmente nos centros urbanos, como o nosso trabalho político nas Ilhas de Cabo Verde, intensificam-se dia após dia. Apesar dos bombardeamentos portugueses e de outros crimes, desenvolvemos uma nova vida nas áreas libertadas, onde gradualmente o nosso povo se converte em dono do seu próprio destino: isto é fundamental para a nossa luta armada. Contudo, para vos permitir uma compreensão mais completa da situação corrente, gostaria de recordar alguns fatores essenciais com que nos confrontávamos no início da nossa luta.

O nosso país tem características únicas no continente africano. Situa-mo-nos na sua parte plana. Basicamente o país divide-se em duas regiões: a costeira e a do interior. A região costeira, coberta por rios e pântanos, estende-se até Mansoa, situada a cerca de 60 Km de Bissau e é caracterizada, de norte a sul por florestas e campos de arroz. O interior, de Mansoa à fronteira oriental, é uma savana esparsamente coberta de árvores com rios ocasionais. Não existem quaisquer montanhas. O povo chama de montanhas às colinas na região do Boé, no Sudoeste, porque na Guiné não sabemos, na verdade, o que são montanhas.

Outra característica é que o país é muito pequeno, com uma super-

fície semelhante à da Suíça ou da Bélgica. É importante considerar estes aspectos geográficos da Guiné em relação à luta de libertação porque, como sabem, os manuais da guerra de guerrilha geralmente indicam que um país deve ter certa dimensão que permita criar uma base e, além disso, que as montanhas são o melhor lugar para desenvolver a guerrilha. Obviamente não dispomos destas condições na Guiné, mas isso não nos impediu de iniciar a nossa luta armada de libertação.

Gostaria de deixar bem claro que desencadeámos esta luta apenas para responder à violenta repressão do nosso povo pelos colonialistas portugueses. Não lutamos porque sejamos um povo guerreiro ou porque pensamos que a luta armada é o único recurso. Em algumas circunstâncias, contudo, ela pode ser o único e, mesmo, o melhor recurso. Tudo depende das condições particulares do país considerado. O que fizemos foi estabelecer uma estratégia baseada no princípio de começar a partir das condições específicas da Guiné, condições geográficas, sociais, culturais, históricas, políticas e económicas.

Baseando-nos neste princípio, estudámos a nossa estrutura social tão profundamente quanto pudemos, juntamente com todos os outros fatores suscetíveis de influenciar o eventual desenvolvimento da nossa luta. No que se refere às montanhas, decidimos que o nosso povo teria de tomar o seu lugar, já que de outra maneira não seria possível desenvolver a luta.

Assim, as nossas montanhas são o nosso povo.

Para alcançarmos isso, adotámos outro princípio — pareceu-nos evidente — que a nossa luta é uma luta política que assumiu a forma armada por causa dos colonialistas portugueses, mas que começa e termina como uma luta política. Não estamos a lutar para invadir Portugal ou entrar em Lisboa. Estamos a lutar pela independência do nosso país.

Nesta base, preparámos o terreno político necessário para organizar politicamente o nosso povo. Durou cerca de três anos. Para isso adotámos outro princípio, baseado num provérbio nacional que diz que o arroz só pode ser cozido dentro da panela. Isto significa que a nossa luta tem de ser desenvolvida no interior do nosso país. Desde o início tivemos de evitar qualquer dispersão do nosso esforço que a utilização dos países vizinhos pudesse provocar. Isso é muito importante porque a tendência geral é tirar vantagem das facilidades existentes no estrangeiro para lutar de fora para dentro.

Devido à nossa reduzida população, adotámos mais um princípio, o de lutar o mais economicamente possível pois apenas podemos consentir

perdas mínimas e, nessa base, elaborámos a nossa estratégia e táticas. E posso afirmar que não conheço nenhuma outra luta de libertação que tenha sofrido menos perdas do que nós.

Também acordámos que a nossa estratégia seria centrífuga. Como sabem, os portugueses acreditavam que iríamos desenvolver as nossas forças no exterior, nos países vizinhos e, a partir daí, avançar em direção ao centro da Guiné. Assim concentraram as suas tropas nas fronteiras. Mas nós começámos a luta armada generalizada em 1963 a partir do interior da Guiné, numa localidade a sul do Rio Geba. Quer dizer, fizemos exatamente o contrário daquilo que os portugueses esperavam — movimentámo-nos do centro para a periferia.

Além disso, desde o início da luta, fizemos tudo para dar a máxima autonomia às unidades de guerrilha. Isso foi arriscado, mas necessário pois, inicialmente para nós não seria possível, mesmo num país pequeno como o nosso, assegurar a direção diária de cada unidade de guerrilha. Contudo, foi uma decisão que continha alguns perigos para a nossa luta.

Há, claramente, algumas contradições básicas numa luta como a nossa. A principal contradição, a nossa grande dificuldade, é que temos de lutar contra forças estrangeiras na nossa própria terra. Elas destroem o nosso povo e os nossos recursos, mas não podemos ir até Lisboa ou às aldeias de Portugal para retaliar. Isso torna dura a nossa luta, bastante dura. Se, desde o início nos tivesse sido possível atacar o inimigo, teria sido necessário lutar menos. Mas os portugueses têm uma vantagem muito poderosa. Trazem os seus homens e as suas armas para lutar contra nós, destruindo as nossas aldeias. Também nos obrigam a destruir a nossa própria propriedade. Porém, nunca podemos atingi-los no seu próprio país. Portanto, como parte da nossa estratégia, tivemos de desenvolver táticas que nos permitam, tanto quanto possível, evitar a destruição do nosso próprio país.

Do lado dos colonialistas existe, igualmente, uma contradição comparável: para dominar a Guiné eles têm de lá estar, ocupando-a. Pois a Guiné não é Portugal: é um país africano conquistado pela primeira vez após 50 anos de guerra colonial e, para manter a conquista, eles têm de estar presentes.

No início, a presença era militar; mais tarde, quando estabeleceram uma administração, usaram o controle civil, com todo o aparato do estado colonial. Quando lançamos a luta armada, os portugueses foram compelidos a reforçar a sua presença — fizeram vir tropas e distribuíram-nas por

todo o território, tanto nas aldeias como nos centros urbanos, para manter a sua dominação.

Mas esta dispersão das forças inimigas traduzia uma fraqueza e a nossa estratégia foi concentrar forças específicas para atacar os portugueses, lugar a lugar. Imediatamente sofreram perdas e cometeram o erro fatal de concentrar as suas forças para se poderem defender. Mas isso significou deixar grandes extensões do país fora do seu controle. Este era, e é, um dilema que não pode ser resolvido numa guerra colonial: quando dispersam as suas forças de modo a manter o controle, concentramos as nossas de modo a atacá-los, forçando-os igualmente a concentrarem-se. Mas quando as suas forças estão concentradas, organizamos, mobilizamos e desenvolvemos novas estruturas no campo, de modo a que eles nunca mais consigam regressar.

Para abastecer as suas tropas, eles têm de controlar as principais artérias de comunicação. Na Guiné isto diz respeito principalmente às estradas, mas também aos rios, porque grande parte das ligações é feita pelos rios. E foi o que os portugueses fizeram. De início tinham mais de 80 guarnições, grandes e pequenas, distribuídas por todo o nosso país; eles controlavam as estradas principais e eram capazes de viajar livremente ao longo de todos os rios. Lembro-me de barcos de 10.000 toneladas que costumavam subir o rio Farim até o porto fluvial de Tambato, onde se carrega o amendoim da Guiné para exportação.

Para destruir este sistema de dominação nós simplesmente concentrámos as nossas forças e atacámos simultaneamente dois acampamentos — Tite e Fulacunda. A maior parte das tropas portuguesas encontrava-se, nessa altura, nas áreas fronteiriças e em Bissau. Elas começaram imediatamente a deslocar-se em direção ao centro do país. Mas os nossos guerreiros estavam por toda a parte nas estradas, derrubando árvores para as bloquear, colocando minas e fazendo emboscadas. Causámos-lhes pesadas perdas; seis meses mais tarde o Ministro da Defesa português, General Araújo, teve de publicar um comunicado de imprensa admitindo que tínhamos o controle de 15% do território. Essa foi a melhor propaganda que podíamos ter tido, especialmente porque até então a nossa luta era desconhecida fora da Guiné. Concentrávamos as nossas forças para o ataque, dispersávamo-las para emboscar as estradas principais e começámos a tentar bloquear os rios.

A partir daí realizámos grandes progressos. No total, expulsámos

os portugueses de mais de 40 acampamentos — alguns pequenos acampamentos tanto no Norte como no Sul e, mais recentemente, outros importantes como Madina e Beli. Para exemplificar, os portugueses costumavam ter 14 acampamentos ao longo da fronteira com a Guiné. Neste momento, no Leste, apenas conservam um.

Controlamos agora todas as estradas principais, exceto algumas nas regiões ocidental e centro-oeste. Os portugueses não as conseguem usar, nem sequer tentam. Recentemente fizeram esforços para asfaltar as estradas para que as pudessem utilizar, mas é já realmente tarde para isso porque nos tornámos muito eficientes em destruir o seu material de transporte com bazucas e outras armas. Nas estradas ainda ocasionalmente utilizadas pelas tropas portuguesas destruímos 90 camiões e carros blindados entre janeiro e agosto de 1971; nos rios, com o desenvolvimento, ao longo dos anos, da nossa capacidade de atacar o transporte fluvial, afundámos 20 barcos portugueses durante o mesmo período.

Neste momento os portugueses têm cerca de 35 aquartelamentos, incluindo Bissau, Bafatá e as outras cidades principais. Mas quase todas as estradas no interior estão-lhes fechadas. E estamos a aumentar os nossos ataques nos centros urbanos ainda sob ocupação dos colonialistas; em junho passado lançámos os nossos primeiros ataques contra posições portuguesas em Bissau e Bafatá. Em todas as áreas rurais somos livres e soberanos — isso em mais de dois terços do país.

Isso sintetiza a presente situação militar geral na Guiné. No que respeita à perspectiva da luta, o objetivo é continuá-la até à vitória. Estamos decididos a lutar, não apenas com armas, mas também através do trabalho político e da reconstrução nacional nas regiões libertadas. Estamos decididos a aumentar os nossos ataques contra as posições portuguesas. Estamos ainda decididos a desenvolver e intensificar a nossa atividade política nas Ilhas de Cabo Verde. Naturalmente, tudo depende de questões técnicas, mas o Partido encontra-se agora numa posição de mudar politicamente a natureza da luta em Cabo Verde.

Porque razão Portugal tem sido notoriamente incapaz de procurar alguma variante da solução neocolonial? Houve alguma mudança de tática dos portugueses em resposta à luta armada?

— Este é um ponto importante. Muitas pessoas perguntam como é possível para Portugal, o país mais subdesenvolvido e atrasado da Europa

— não por culpa do povo português, mas por culpa das suas classes dominantes —, continuar a manter três guerras coloniais em África, como tem feito ao longo de mais de dez anos, desde o começo da guerra em Angola.

Como e porquê?

A primeira resposta é: precisamente porque Portugal é subdesenvolvido, ele é incapaz de encontrar uma solução para as suas colónias, pois uma saída neocolonial está posta de parte.

Analisando os problemas das independências africanas, podemos dizer que elas têm sido concedidas aos países colonizados pelos poderes coloniais como meio de continuar a assegurar a dominação dos povos coloniais por via indireta. Mas Portugal não dispõe da necessária infraestrutura económica que lhe permita tentar a descolonização nesta modalidade. Portugal não pode descolonizar porque não pode neocolonizar.

Claramente, a economia portuguesa não é suficientemente forte para sustentar guerras coloniais. Mas é muito difícil à classe dominante em Portugal adaptar-se à realidade porque ela própria se encontra enrodilhada na psicologia do subdesenvolvimento, de onde brotaram todas as suas “teorias” de multirracismo, não-racismo, pluricontinentalidade, luso-tropicalismo, etc. A cultura portuguesa encontra-se toda ela impregnada com este tipo de pensamento que resulta das condições económicas e da forma de dominação de classe que prevalece em Portugal. A própria condição de Portugal significa que não lhe é possível tentar como solução uma variante neocolonial porque Portugal é, ele próprio, uma semicolónia. Em Portugal nem sequer os telefones são de fabrico português, tão-pouco o são os eléctricos ou os caminhos de ferro. A propriedade das minas de São Domingos e de Aljustrel não é totalmente portuguesa. Os portugueses presentes nesta sala sabem disso muito bem, melhor do que eu. Portanto não se pode colocar a questão de uma solução neocolonial.

Terá Portugal mudado de tática em resposta à nossa luta armada?

Éramos muito ingénuos quando começámos. Pensávamos que seria possível persuadir Portugal a mudar, que era possível utilizar meios pacíficos para o levar à mudança. Mas os colonialistas portugueses cedo nos ensinaram que não era possível combatê-los de mãos vazias, que tínhamos de tentar forçá-los a mudar. Apenas quando nós, africanos, compreendemos que os meios pacíficos eram inúteis, é que lançámos a nossa luta armada — primeiro em Angola, mais tarde na Guiné e finalmente em Moçambique. E agora os portugueses estão a mudar. Eles estão a mudar.

A sua tática mudou já. Na verdade, Salazar era um homem mui-

to limitado, um homem de mentalidade feudal e era muito independente. Ele serviu as classes dominantes, mas a partir de uma posição de independência e pela força da sua personalidade. Caetano não tem nenhuma destas qualidades. Salazar apenas era uma grande figura na Universidade de Coimbra. Mas Caetano ensinou na Faculdade de Direito de Lisboa e era também membro do Conselho de Administração do Banco — um verdadeiro servidor do capitalismo português, completamente dependente da classe dominante.

Contudo, Caetano possuía por isso uma experiência mais ampla do que Salazar e iniciou, no campo político, uma espécie de, assim chamada, mudança. Na Guiné tentou uma nova política, fazendo concessões à população urbana, mas mantendo o seu controle. Sabem como isso se faz — construir uma ou duas escolas novas, matricular mais alunos nas escolas, enviar pessoas com viagens pagas a Meca e a Fátima, tratando-os de “senhora” e de “senhor”. Dantes eram meramente coisas, agora são tratados de “Excelentíssima Senhora”. E os portugueses acreditam que nos deixamos enganar por estes gestos. Mas nisto estão a falhar miseravelmente.

Certamente, os colonialistas tentam dividir o nosso povo. De um lado dizem-nos que Portugal é uma nação multirracial, multicontinental — que somos apenas uma família e por aí além. E foram feitas alterações na constituição portuguesa em 1951 depois da adoção da Carta das Nações Unidas, com novas alterações em 1961, após a resolução da ONU sobre a descolonização.

Na verdade, ao longo da história de Portugal as colónias mudaram de nome várias vezes. Durante a Primeira República eram chamadas colónias, mas mais tarde tornaram-se “províncias ultramarinas” para evitar qualquer defesa dos seus direitos de autodeterminação pelas forças democráticas e progressistas do mundo. Depois de colónias, depois de províncias ultramarinas, que novo nome se inventará?

Por outro lado, após o começo da nossa luta em 1960, outros tipos de alterações foram introduzidos na constituição, para todas as três colónias. Por exemplo, eram consideradas duas espécies de pessoas na Guiné — os “indígenas” e os “assimilados”. Os indígenas formavam 99,7% da população. Os assimilados — após 500 anos — uns meros 0,3%.

Portugal apregoa que encoraja a assimilação, mas na verdade faz-lhe obstrução, porque os seus governantes sabem muito bem que se as pessoas se tornarem assimiladas elas não podem ser tão facilmente exploradas. (Não que queiramos ser assimilados. Pelo contrário, queremos ser nós

mesmos. Mas era melhor ser assimilado do que indígena pois o indígena pode ser sujeito a trabalho forçado e tem de pagar o imposto de capitação sobre ele mesmo, mulher e filhos. Há também — isso é bastante elucidativo — impostos para a segunda e terceira mulheres).

Há agora novas alterações à constituição. A nova ideia para o nosso país é apelidada de “autonomia progressiva”. Contudo, estudando a recente lei de Caetano para esse efeito e os seus discursos sobre isso, vê-se que ela não significa absolutamente nada. Os portugueses estão a enganar-se a si próprios — já disseram tantas mentiras que começam eles próprios a acreditar nelas.

A principal mudança ocorrida na Guiné é o facto de o General Spínola, governador militar de Bissau, agora afirmar não apenas que ele conduzirá o nosso povo à autodeterminação sob a bandeira portuguesa, mas também que criará uma revolução social no país. Isso é muito estranho porque, em Portugal, é ilegal falar de “revolução social”. Não se pode mesmo utilizar a palavra “social”, é considerada uma palavra perigosa. E “revolução” é muito mais terrível. Ora, para nós seria muito bom se Portugal realizasse uma revolução social. Isso significaria que a nossa independência seria concedida de bom grado e não teríamos de lutar por ela.

Assim, sugerimos ao General Spínola que regresse ao seu próprio país e aí promova uma revolução social. Ele poderia também, ao mesmo tempo, desenvolver a economia portuguesa — uma das mais atrasadas na Europa.

Como se passará das estruturas da luta de guerrilha para as estruturas de um novo estado com a participação das massas? Como se poderá reduzir o perigo de a direcção se tornar desligada do povo?

— Na Guiné, a luta de guerrilha significa participação de massas. Sem a participação das massas, a luta de guerrilha seria impossível. Talvez noutras condições isso fosse possível, mas na Guiné o único caminho é através da participação das massas.

O problema a que esta pergunta se refere é a aplicação prática de algumas ideias teóricas acerca da luta de guerrilha. Só se pode dizer que o nosso movimento teve uma estrutura de luta de guerrilha durante o primeiro ano de luta — porque não era uma estrutura de luta de guerrilha no sentido de uma estrutura que conduzisse o povo. Começámos com a nossa organização política: nós somos, e sempre fomos, primeiro que tudo, um Partido — um movimento de libertação nacional constituído por um Parti-

do que conduz o povo à libertação. As nossas forças de guerrilha, mesmo quando eram reduzidas e mais autónomas, foram especificamente criadas como a arma militar do Partido. Na Guiné não há problema de guerrilhas dirigindo o Partido a guerrilha está sempre sob a direcção do Partido.

Isto é importante. Desde o Congresso de Cassacá, em 1964, fizemos uma distinção clara entre as funções dos diferentes instrumentos do Partido. Distinguimos o papel do Partido, cuja tarefa principal é o trabalho político, do papel das forças armadas, guerrilha ou regulares, cuja tarefa é agir, desencadear ações contra os colonialistas portugueses. Ao mesmo tempo, criámos todos os órgãos necessários para o trabalho de reconstrução nacional nas áreas libertadas.

Por conseguinte, não temos realmente grandes problemas em passar da estrutura de uma luta de guerrilha às estruturas em que haverá participação das massas. Estamos organizados como um Partido: por tabanca, por zona e por região. O sul da Guiné é dirigido por um Comité Nacional das Regiões libertadas do Sul, e o Norte é dirigido por um Comité Nacional das Regiões libertadas do Norte. Isto constitui uma estrutura básica de governo. De facto, as regiões libertadas têm já todos os elementos de um estado — serviços administrativos, serviços de saúde, serviços de educação, forças armadas locais para a defesa dos ataques portugueses, tribunais e prisões. O problema imediato é passar das áreas libertadas para as não-libertadas, e alargar o nosso estado até abarcar todo o país. A transição para a estrutura do estado não será um problema.

A segunda parte da pergunta refere-se a como é que se pode reduzir o perigo de a direcção se tornar desligada do povo. Isto é um problema constante, uma luta constante. Mas baseámos a nossa luta nas massas e a sua participação nas decisões do Partido aumenta continuamente. Nas regiões libertadas preparamo-nos agora para a eleição das assembleias locais, e eleição da nossa primeira Assembleia Nacional. Acreditamos que isso reforçará a soberania do nosso povo e aumentará as bases democráticas das nossas ações, agora e no futuro. Até agora, todas as decisões respeitantes à nossa luta foram tomadas pelos órgãos do Partido, mas depois das eleições das assembleias, os assuntos de cada região serão estudados e resolvidos pelas assembleias regionais. Naturalmente, os problemas militares são um assunto à parte: é o Conselho de Guerra que os decide. Acreditamos que o facto de o nosso povo estar representado nos comités do Partido, nos tribunais populares e de ser representado, depois das eleições, nas assembleias significa que será possível impedir que a direcção se desligue do povo.

Mas temos de estar vigilantes. Pela seguinte razão: a ideia da luta contra o inimigo foi lançada por elementos da pequena burguesia — pela pequena burguesia revolucionária, se se preferir — com os camponeses e trabalhadores urbanos juntando-se mais tarde para garantir a base essencial para a luta. Mas a tendência normal da pequena burguesia é o comportamento burguês — querer ser patrão — e assim o desenvolvimento da luta pode cristalizar-se. Na verdade, isto acontece não só com elementos da pequena burguesia, mas também com os camponeses; há sempre uma forte tendência para que o programa do movimento adquira um cariz burguês. Devemos ter muito cuidado com isto hoje, e muito mais especialmente no futuro. O perigo pode ser reduzido? Só poderemos reduzi-lo com o constante aumento de participação e controle das massas em todo o movimento de libertação. Quando começámos em Bissau, éramos apenas seis — dois trabalhadores e quatro pequeno-burgueses. Mais tarde, à medida que os trabalhadores nos centros urbanos se juntavam, o grupo foi em parte transformado. E, hoje, a maioria dos dirigentes do Partido vem da classe camponesa, e a maioria dos nossos camaradas na luta são camponeses, e em todas as nossas regiões libertadas os camponeses estão armados. No princípio, um indivíduo era um grande homem quando entrava na tabanca com uma espingarda; com uma arma, ele era uma pessoa privilegiada. Hoje, a arma nada significa; todos os habitantes da tabanca possuem armas. Mas ainda não atingimos a igualdade absoluta no movimento; será um problema importante para o futuro.

Para além do nacionalismo, a vossa luta é fundamentada em alguma base ideológica? Até que ponto tem sido relevante a ideologia do marxismo-leninismo para o prosseguimento da guerra na Guiné-Bissau? Que peculiaridades práticas, se as há, necessitaram da modificação do marxismo-leninismo?

— Nós acreditamos que uma luta como a nossa é impossível sem ideologia. Mas que género de ideologia? Talvez vá desapontar muita gente aqui quando disser que nós não pensamos que a ideologia seja uma religião. Uma religião diz, por exemplo, que Cristo nasceu em Nazaré e fez este e aquele milagre, etc., etc., e acredita-se nisso ou não se acredita, e pratica-se a religião ou não. Partir das realidades do nosso próprio país para a criação de uma ideologia para a luta, não implica que se pretenda ser um Marx ou um Lenine, ou qualquer outro grande ideólogo, mas é simplesmente uma parte necessária da Luta. Confesso que não conhecíamos suficientemente

bem estes teóricos quando começámos. Não conhecíamos deles nem metade do que conhecemos agora! Nós tivemos necessidade de conhecê-los, como disse, a fim de julgarmos em que medida podíamos aproveitar a sua experiência para ajudar a nossa situação — mas não necessariamente para aplicar a ideologia cegamente, só porque ela é uma ideologia muito boa. Este é o nosso ponto de vista.

Mas a ideologia é importante na Guiné. Como disse, não queremos que o nosso povo seja mais explorado. O nosso desejo de desenvolver o nosso país com justiça social e com o poder nas mãos do povo, é a nossa base ideológica. Nunca mais queremos ver um grupo ou uma classe de pessoas explorar ou dominar o trabalho do nosso povo. Esta é a nossa base. Se se quiser chamar marxismo a isso, chame-se-lhe marxismo, tanto faz.

Certa vez, perguntou-me um jornalista: “O Senhor Cabral, é marxista?”

Será que o marxismo é uma religião? Eu sou um combatente da liberdade no meu país. Devo ser julgado pelo que eu faço na prática. Se se decidir que isso é marxismo, diga-se a toda a gente que é marxismo. Se se achar que não é marxismo, diga-se que não é marxismo. Mas o rótulo é problema de cada um; nós não gostamos dessa espécie de rótulos. As pessoas aqui estão muito preocupadas com as perguntas: é marxista ou não marxista? É marxista-leninista?

Perguntem-me apenas, por favor, se nós estamos a trabalhar bem. Se, na realidade, estamos a libertar o nosso povo, os seres humanos no nosso país, de todas as formas de opressão. Perguntem-me simplesmente isso, e tirem as vossas próprias conclusões.

Não podemos dizer, a partir da nossa experiência, que o marxismo-leninismo tem de ser modificado — isso seria presunçoso. O que nós devemos fazer é modificar, transformar radicalmente as condições políticas, económicas, sociais e culturais do nosso povo. Isso não significa que não temos respeito por tudo quanto o marxismo e o leninismo contribuíram para a transformação das lutas em todo o mundo e através dos anos. Mas nós temos a certeza absoluta que temos de criar e desenvolver, na nossa situação específica, a solução para o nosso país. Acreditamos que as leis que regulam a evolução de todas as sociedades humanas são as mesmas.

A nossa sociedade desenvolve-se da mesma maneira que outras sociedades no mundo, de acordo com o processo histórico; mas devemos compreender claramente em que estágio está a nossa sociedade. Marx, quando criou o marxismo, não vivia numa sociedade tribal; acho que nós

não temos necessidade de ser mais marxistas que Marx ou mais leninistas que Lenine, na aplicação das suas teorias.

Pode comentar sobre as realidades de classes em África? Quão apropriadas são as armas ideológicas de análise de classe para os movimentos de libertação, revolução social e unidade africanas?

— Antes de mais, a questão a respeito das realidades de classe em África é uma questão demasiado ampla. Apesar de sermos a favor da unidade, do Mediterrâneo ao Cabo, temos de reconhecer que não existe “uma África”. Historicamente, económica e culturalmente não existe uma única África. A situação de classe num país é muito diferente da de um outro. Além disso, não me compete, neste estádio da luta, analisar as realidades das classes em outros países.

No que diz respeito à Guiné, a nossa análise de classes e da estrutura social no nosso país já foi feita; está publicada em *Revolução na Guiné**, livro publicado pelo nosso amigo Richard Handyside. Não estou apenas a fazer publicidade dos seus talentos como editor: vocês compreenderão que neste momento não disponho do tempo suficiente para fazer uma análise completa das classes da Guiné, especialmente quando ela já está disponível. Gostaria simplesmente de lembrar aos que levantaram a questão acerca da ideologia que, quando começámos a mobilizar o nosso povo, não podíamos mobilizá-lo para o combate contra o imperialismo — nem mesmo, em algumas áreas da Guiné, para a luta contra o colonialismo — porque o povo não sabia o que significavam essas palavras. Vocês não têm qualquer dificuldade em entender o que são o imperialismo e o colonialismo, mas nós que estávamos a sofrer os efeitos da dominação colonialista-imperialista não sabíamos o que isso significava. Assim, tivemos de mobilizar o nosso povo com base nas realidades quotidianas do sofrimento e da exploração — e hoje, mesmo as crianças da Guiné sabem o que são o colonialismo e o imperialismo. Do mesmo modo, não poderíamos mobilizar o povo da Guiné com o slogan “a terra a quem a trabalha”, porque o nosso povo dá como adquirido que há terra para todos, pois não há escassez de terras. Como slogan pode ter um forte conteúdo ideológico, mas isso não é relevante para a Guiné. É essencial fazer corresponder as armas ideológicas à realidade da situação. Está certo para aqueles que lutam, forjarem uma arma ideológica apropriada para o seu país. Mas é muito difícil, repito, definir uma arma ideológica apropriada, geral para todos os países africanos.

* Amílcar Cabral, *Revolution in Guinea*, Londres, Stage 1, 1969.

Quais são as diferenças de classe entre as populações das cidades e do campo na Guiné, e que efeito essas diferenças produzem a) na organização do partido e b) nos métodos da libertação.

— De novo, a resposta completa pode ser encontrada em *Revolução na Guiné*. Gostaria, contudo, apenas de precisar que as cidades na Guiné não são como as vossas, com séculos de existência cristalizada por detrás delas. A maioria dos habitantes das cidades são da primeira geração — meio camponeses — e uma grande percentagem ainda mantém a sua parcela de terra nas áreas rurais, para onde regressa periodicamente para trabalhar, alternando entre a cidade e o campo. Há, assim, mais ligação entre a cidade e o campo na Guiné do que na Europa ou, mesmo, em muitos outros países africanos.

Assim não existe grande contradição entre o trabalhador urbano e o trabalhador rural no que diz respeito à classe trabalhadora africana. Contudo, no seio da população urbana existem diferentes grupos ou camadas. Há a classe colonial, que se refere principalmente à administração portuguesa, mas que também inclui alguns africanos; há a pequena burguesia; há os empregados da administração do Estado e do comércio; há os operários, que não são a classe operária tal como existe na Grã-Bretanha, mas vivem do seu salário; e, finalmente, há os que vivem do trabalho precário.

No campo, não existe uma sociedade rural homogénea, como se explica em *Revolução na Guiné*. Não é possível estabelecer classificações numa base nacional, pois tudo é complicado pelo facto de existirem diferentes grupos étnicos que vão dos balantas aos fulas, com amplas diferenças na estrutura social. Entre estes dois tipos extremos há muitas variações de organização social.

Esse é um sumário das diferenças entre as pessoas das cidades e do campo na Guiné, mas gostaria de acentuar que mesmo nas cidades as pessoas são influenciadas pelas estruturas rurais ou tribais: um balanta continua a ser balanta mesmo na cidade e o mesmo acontece com o fula. Não deixa, contudo, de ser verdade que a criação de centros urbanos transformou radicalmente o nosso país, tal como, por exemplo, se passou com a introdução do dinheiro.

Que efeito tem esta análise social nas decisões do nosso Partido depois de estudarmos todos os laços entre as estruturas? Bem, eu poderia falar sobre este assunto durante horas — as relações e os efeitos da estrutura social na organização da luta e métodos de libertação. Mas terei de remeter-vos de novo ao *Revolução na Guiné*.

7.

SAUDAÇÃO AO 25.º CONGRESSO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA DA SUÉCIA *

O povo sueco faz prova de tamanha capacidade de identificação, portanto de compreensão, que se converteu por isso num fator ativo da esperança e da confiança dos homens e dos povos. Isso é, certamente, um elemento da vossa cultura e uma resultante da vossa história, mas não deixa de ser um dos resultados mais importantes da ação corajosa do Partido Social Democrata no âmbito da nação sueca.

* Estocolmo, 3 de outubro de 1972.

Senhor Presidente, Caros Amigos,

Para a nossa delegação é uma honra insigne poder tomar a palavra nesta reunião para, em nome do nosso Partido e do nosso povo africano, endereçar-vos as nossas saudações fraternas e os votos de sucesso ao vosso Congresso.

Permitam-me saudar, por vosso intermédio, todas as forças anticolonialistas e antirracistas da Suécia, cuja ação militante exprime com fidelidade as tradições da cultura e da rica experiência humanista e humanitária do povo sueco.

Certamente não abusaremos da vossa hospitalidade se aproveitarmos esta ocasião para igualmente saudar todos os povos aqui representados, em particular, os povos em luta contra a dominação estrangeira, de quem a ilustre representante da FNL e Ministra dos Negócios Estrangeiros do GRP da República do Vietname do Sul, Senhora Thi-Bin, aqui simboliza ao mesmo tempo a combatividade e as mais belas aspirações. Queremos reafirmar-lhes a solidariedade ativa do nosso povo africano que está consciente do facto de que a luta dos povos contra a dominação imperialista, em particular a do povo heroico do Vietname, é portadora dos direitos e das aspirações mais legítimas da humanidade e de cada ser humano a uma vida de paz, de segurança e de progresso verdadeiro.

Com efeito, nos nossos dias, como diria o poeta, para ser solidário com os povos em luta pela libertação nacional, e em primeiro lugar com o valente povo vietnamita, não é mais necessário ser corajoso, basta ser honesto.

Senhor Presidente,

Como os militantes do Partido Social Democrata sabem em geral, nós representamos aqui o povo de um pequeno país africano, a Guiné-Bissau e as Ilhas de Cabo Verde. Desde há cerca de 10 anos o nosso povo enfrenta com sucesso a guerra colonial de genocídio conduzido contra ele pelo governo fascista de Portugal.

Porquê semelhante guerra?

Porque queremos restabelecer na nossa terra o respeito pela dignida-

de humana, porque queremos estabelecer na nossa terra uma ordem social em que a democracia seja o elemento essencial de todas as instituições e a base das relações humanas, onde cada ser humano possa ter uma oportunidade igual de viver uma vida plena e carregada de significado, porque como povo africano étnica, cultural e historicamente distinto do povo de Portugal e possuindo identidade própria, estamos determinados a conquistar a nossa independência nacional, a retomar os nossos direitos em nossas mãos, a ter a nossa própria história e a ser os verdadeiros donos do nosso destino.

À custa de enormes esforços e sacrifícios, ultrapassando dificuldades de todos os tipos, libertámos três quartos do nosso território nacional e construímos uma vida nova nas regiões libertadas. Não apenas vários cidadãos suecos e de outras nacionalidades, mas também uma missão especial das Nações Unidas que permaneceu no nosso país em abril último, apresentaram testemunhos irrefutáveis sobre a situação atual do nosso povo. Apesar disso, na vã tentativa de travar o caminho à libertação total do nosso país, o governo português teima em perpetrar contra as nossas populações os crimes mais abomináveis. Para tanto, utilizam contra nós um exército de 45.000 homens, as armas mais modernas, o napalm, as bombas de fósforo branco, os produtos tóxicos e uma vasta repressão policial em algumas zonas e nos centros urbanos ainda sob controle das tropas de ocupação. Com a ajuda dos seus aliados, designadamente certas potências da OTAN e dos racistas da África Austral, os colonialistas portugueses intensificam contra o nosso povo o que se pode justificadamente chamar de terrorismo de Estado, de um Estado tanto mais terrorista quanto é fascista e colonialista.

Contudo, senhor Presidente, não viemos cá para nos queixarmos: estamos cá para proclamar sem rodeios a nossa profunda convicção de que os militantes do vosso Partido são nossos companheiros de luta e que esta convicção nos encoraja no nosso justo combate libertador. Estamos aqui para reafirmar perante o vosso Congresso a nossa confiança inabalável na vitória da justiça sobre a injustiça, a nossa certeza de que a liberdade triunfará sobre a opressão, do mesmo modo que a igualdade e a dignidade acabarão por varrer da face do planeta todas as formas de alienação dos direitos dos povos e da personalidade humana. Também estamos aqui, talvez correndo o risco de ferir a tradicional modéstia do vosso povo, para afirmar publicamente o reconhecimento profundo do nosso povo africano para com a Suécia, seu Governo, seu Parlamento e o Partido Social Demo-

crata, pela ajuda humanitária que prestam ao nosso Partido em benefício das populações das nossas regiões libertadas, ajuda que consideramos ser de valor histórico, pois ela confirma e consolida em nós o desejo consciente de desenvolver uma cooperação sincera e multilateral entre a Suécia e o nosso país após a conquista da nossa independência, ao serviço do verdadeiro progresso económico, social e cultural do nosso povo.

Nesta perspectiva, queremos anunciar-vos a criação próxima, com base na situação concreta prevalecente no nosso país e após eleições gerais livres e secretas, da primeira Assembleia Nacional do nosso povo. Correspondendo às exigências da luta, a nossa Assembleia Nacional Popular será chamada a proclamar a existência do nosso Estado soberano, que dotará de uma Constituição, e a definir as novas iniciativas que devemos tomar para acelerar por todos os meios necessários a solução do conflito armado que opõe o governo de Portugal ao nosso povo africano. Como é do vosso conhecimento, estivemos e estaremos sempre abertos ao diálogo e à negociação, pois, como todos os povos do mundo, nós amamos a paz e odiamos a guerra. Mas o governo português teima cada dia mais em prosseguir desesperadamente na sua política de guerra colonial contra os direitos inalienáveis do nosso povo e contra os próprios interesses do povo de Portugal — que nós nunca confundimos com o colonialismo português.

Senhor Presidente,

Na abertura deste Congresso, coube-lhe prestar uma emocionante homenagem aos saudosos militantes desaparecidos do seu Partido, que tanto contribuíram para o advento da sociedade sueca atual. Ao mesmo tempo que nos associamos a esta justa manifestação de gratidão, queremos prestar uma homenagem vibrante aos militantes vivos do Partido Social Democrata, sejam eles da geração mais antiga como o Senhor Tage Erlander, ou da mais recente, como a sua, Senhor Presidente. A nossa homenagem endereça-se a todos quantos levantam bem alto a bandeira da vossa organização e continuam, com eficácia, a luta determinada para a realização total do programa do vosso Partido, ao serviço do vosso povo e da humanidade. Ela destina-se muito particularmente aos jovens militantes do vosso Partido que, cada dia mais conscientes do seu dever perante a história, são os garantes da continuidade da vossa luta pela igualdade na solidariedade e segurança.

Na procura deste objetivo maior, os militantes do Partido Social Democrata e o povo sueco em geral compreendem cada vez mais que a pros-

peridade de uma nação ou de algumas nações não terá significado verdadeiro e será sempre um acontecimento circunstancial, senão traumatizante, enquanto a esmagadora maioria dos homens continuarem a vegetar em condições desumanas de indignidade, de opressão e de carência dos elementos essenciais a uma vida decente. Eles estão conscientes do facto que a arma da paz, por mais rebelde que seja, continuará submetida aos caprichos das tempestades belicistas, enquanto as suas raízes não se alimentem todas do húmus fecundo da independência nacional, do respeito mútuo e da segurança de todos os povos.

Fiel aos seus próprios princípios e tendo rompido as barreiras dum isolacionismo que só o feudalismo ou as feudalidades poderiam justificar, a Suécia está disposta a desempenhar no plano internacional o papel importante que lhe deve caber ao serviço duma humanidade melhor. Isso confere e conferirá cada dia mais um conteúdo novo à vossa cultura e à vossa luta pela igualdade, pois esta diz respeito a partir de agora, não apenas ao homem sueco, mas ao Homem em si. Por esse facto congratulamo-nos e vos felicitamos fraternalmente.

Na verdade, Senhor Presidente, neste momento crucial da história em que os interesses dos Estados descaram os direitos dos povos, quando os não desprezam, neste momento em que os meios de destruição do homem, amplamente utilizados contra os povos que não querem mais ser oprimidos, são mais ativos do que os da construção do bem-estar dos homens, neste momento, dizíamos, os princípios da igualdade, da solidariedade e da segurança que estão na base da ação do vosso Partido, adquirem um significado transcendente; e isso, tanto mais que tiveram a sabedoria de considerar a igualdade como elemento essencial dessa trilogia. Efetivamente, a solidariedade sem a igualdade não é mais do que caridade, e esta nunca contribuiu para o progresso dos povos ou dos indivíduos. E a segurança sem a igualdade não é mais do que o paternalismo, o protecionismo, se não o colonialismo e, portanto, contrária a toda verdadeira emancipação dos indivíduos. O mérito do vosso Partido foi o de ter agarrado essas verdades e de ter compreendido que a solidariedade é o elemento dinâmico indispensável à plena realização da igualdade e da segurança individual ou coletiva, e que ela implica — ou deve implicar — para além de toda a ação humanitária, moral ou material, uma abordagem consciente da realidade do outro ou dos outros, uma identificação total com esta realidade. Somente uma tal identificação pode permitir apropriar-se e compreender as motivações profundas e, quantas vezes, complexas, da esperança ou das

expetativas dos homens, até mesmo do seu desespero no plano individual ou coletivo.

O povo sueco faz prova de tamanha capacidade de identificação, portanto de compreensão, que se converteu por isso num fator ativo da esperança e da confiança dos homens e dos povos. Isso é, certamente, um elemento da vossa cultura e uma resultante da vossa história, mas não deixa de ser um dos resultados mais importantes da ação corajosa do Partido Social Democrata no âmbito da nação sueca.

Eis o que constitui ainda uma garantia sólida ao sucesso total da vossa reunião.

Obrigado Senhor Presidente.

8.

UNINDO AS LUTAS *

Podemos imaginar coisa melhor que a liberdade? Não é possível — nada se compara à liberdade.

* Durante a sua última visita aos Estados Unidos, Amílcar Cabral pediu ao África Information Service (AIS) que organizasse uma pequena reunião informal durante a qual ele pudesse conversar com diferentes organizações negras. O AIS contactou aproximadamente 30 organizações e, em 20 de outubro de 1972, mais de 120 pessoas, representando um amplo leque de grupos negro-americanos, concentraram-se numa pequena sala, em Nova Iorque, para se encontrarem com Amílcar Cabral.

Trago-vos, irmãos e irmãs dos Estados Unidos, as saudações fraternas do nosso povo, assegurando-vos que estamos conscientes de que tudo o que vos diz respeito, interessa-nos também. Se nem sempre fazemos afirmações que o demonstrem claramente, isso não significa que não temos consciência de tal facto. É uma realidade e atendendo a que o mundo se torna hoje cada vez mais pequeno, toda a gente está a ficar consciente desse facto.

Naturalmente, se vocês me perguntarem qual das palavras “irmãos” e “camaradas” prefiro utilizar — digo-vos que se somos irmãos não é por nossa culpa ou responsabilidade. Mas, se somos camaradas, isso é um compromisso político. Claro que gostamos dos nossos irmãos; mas, na nossa concepção, é melhor ser um irmão e um camarada. Gostamos muito dos nossos irmãos — e irmãs —, mas pensamos que se somos irmãos temos de pensar na responsabilidade desse facto e tomar posições claras acerca dos nossos problemas para ver se, para além dessa condição de irmãos, somos também camaradas. Isso é muito importante para nós.

Nós procuramos compreender a vossa situação neste país. Podem estar certos que estamos cientes das dificuldades que enfrentam, os problemas que têm e o que sentem, as vossas revoltas e também as vossas esperanças. Pensamos que a nossa luta em África contra o colonialismo e o imperialismo é uma prova de compreensão do vosso problema e também uma contribuição para a solução dos vossos problemas neste continente. E claro que o inverso também é verdade. Todas as conquistas, no sentido de solução dos vossos problemas, são contribuições reais para a nossa própria luta. E ficamos muito encorajados na nossa luta pelo facto de cada vez mais africanos nascidos na América se tornarem conscientes das suas responsabilidades face à luta em África.

Significa isto que todos vocês têm de deixar este país e ir lutar em África? Não acreditamos nisso. Em nossa opinião, isso não seria realista.

A história é uma cadeia muito forte. Temos de aceitar os limites da história, mas não os limites impostos pelas sociedades em que vivemos. Há uma diferença. Pensamos que tudo o que vocês possam fazer aqui para desenvolver a vossa própria condição no sentido do progresso, no sentido

da história e no sentido da total realização das vossas aspirações enquanto seres humanos, é uma contribuição para nós. É também uma contribuição para vocês nunca se esquecerem que são africanos.

Significa isto que somos racistas? Não! Não somos racistas. Somos fundamental e profundamente contra qualquer forma de racismo. Mesmo quando um povo é subjugado pelo racismo, nós somos contra o racismo por parte daqueles que são oprimidos. Em nossa opinião — baseada não em fantasias mas numa profunda análise das condições reais de existência da humanidade e da divisão das sociedades — o racismo é o resultado de certas circunstâncias. Não é eterno em nenhuma latitude do globo. É o resultado de condições históricas e económicas. E não podemos responder ao racismo com racismo. Não é aceitável. No nosso país, apesar de algumas manifestações de racismo pelos portugueses, nós não lutamos contra o povo português ou contra os brancos. Lutamos pela liberdade do nosso povo — para libertar o nosso povo e dar-lhe possibilidades de ser capaz de amar qualquer ser humano. Não se pode amar quando se é escravo. É muito difícil.

Ao combater o racismo, não faremos progressos se combatermos as pessoas. O que temos de combater são as causas do racismo. Se um ladrão assaltar a minha casa e eu tiver uma arma, não vou disparar contra a sua sombra. Tenho de disparar contra o bandido. Muitas pessoas perdem energia e esforços e fazem sacrifícios a combater sombras. Temos de combater a realidade material que produz a sombra. Se não podemos mudar a luz que é uma causa da sombra, podemos pelo menos mudar o corpo. É importante evitar a confusão entre a sombra e o corpo que projeta a sombra.

Sentimo-nos encorajados pelo facto de que, cada dia mais, os nossos amigos, aqui e em África, compreendem esta realidade. Isto reforça a nossa confiança na vitória final.

O facto de vocês seguirem a nossa luta e estarem interessados nas nossas conquistas é bom para nós. Nós baseamos a nossa luta nas realidades concretas do nosso país. Apreciamos as experiências e as conquistas de outros povos e estudamo-las. Mas a revolução ou a luta de libertação nacional é como um vestido que deve ser moldado para cada corpo. Evidentemente, há certas leis gerais ou universais, mesmo leis científicas para quaisquer condições, mas a libertação nacional tem de ser levada a cabo de acordo com as condições específicas de cada país. Isto é fundamental.

As condições específicas que devem ser consideradas incluem as económicas, culturais, sociais, políticas e mesmo geográficas. Os manuais de guerrilha ensinaram-nos um dia que sem montanhas não se pode fazer guerra de guerrilhas. Mas na Guiné não há montanhas, apenas há o povo.

No campo económico, cometemos um erro. Começámos a ensinar os nossos homens a fazer sabotagens em caminhos de ferro. Quando eles regressaram da preparação militar, lembrámo-nos que não havia caminhos de ferro no nosso país. Os portugueses construíram-nos em Moçambique e Angola, mas não no nosso país.

Há ainda outras condições a ter em conta. Deve considerar-se o tipo de sociedade em que se trava a luta. É ela dividida segundo linhas horizontais ou verticais? Por exemplo, algumas pessoas dizem-nos que a nossa luta é a mesma da do povo vietnamita. Na nossa opinião ela é semelhante, mas não a mesma. Os vietnamitas são um povo que luta há centenas de anos como nação contra invasores estrangeiros. Nós, agora é que estamos a forjar a nossa nação, na luta.

Esta é uma grande diferença. É difícil imaginar que diferença isso faz. O Vietname é também uma sociedade com estruturas sociais claras, com classes bem definidas. No nosso país não existe burguesia nacional. Há sim uma miserável e insignificante pequena burguesia, mas não uma burguesia nacional. Estas diferenças são muito importantes.

Uma vez discuti política com Eldridge Cleaver. É um homem perspicaz, muito inteligente. Nós estivemos de acordo em muitas coisas, mas discordámos num ponto. Ele disse-me que a vossa condição é uma condição colonial. Em certos aspetos parece ser, mas ela não é realmente uma condição colonial.

A condição colonial implica certos fatores. Um fator importante é a descontinuidade de territórios. Há outros, que se podem verificar quando se analisa a questão. Muitas vezes deparamo-nos com fenómenos que parecem ser os mesmos, mas a atividade política exige que sejamos capazes de os distinguir. Isso não quer dizer que os objetivos não sejam os mesmos. E, não quer dizer que mesmo alguns dos meios não possam ser os mesmos. Contudo, devemos analisar profundamente cada situação para evitar perder tempo e energia fazendo coisas que não temos de fazer e esquecendo as que temos de fazer.

No nosso país, estamos a lutar há quase dez anos. Se considerarmos as mudanças conseguidas nesse período, principalmente nas relações entre homens e mulheres isso representa mais do que 100 anos. Se apenas es-

tivéssemos a disparar balas e a lançar bombas, sim, dez anos seria demasiado. Mas nós não estamos apenas a fazer isso. Estivemos a forjar uma nação durante esses anos. Quanto tempo levaram as nações europeias a ser formadas? — Dez séculos, desde a Idade Média até à Renascença. (Aqui, nos Estados Unidos, está ainda a forjar-se uma nação — o processo não está ainda completado, em minha opinião. Várias coisas contribuíram para a formação e transformação deste país, tais como a guerra de Vietname, embora desgraçadamente à custa o povo vietnamita. Mas vocês conhecem melhor do que eu os pormenores da evolução deste país).

Há dez anos, nós éramos fulas, mandjacos, mandingas, balantas, pepéis e outros. Somos agora uma nação de guineenses. As divisões tribais eram uma razão que, pensavam os portugueses, nos impediria de lutar. Durante estes dez anos, transformámos cada vez mais a nossa realidade e é assim que hoje podemos ver que há um novo homem e uma nova mulher, nascidos com a nossa nova nação e devido à nossa luta. Isto deve-se à nossa capacidade de lutar como uma nação.

Naturalmente, nós não estamos a defender a luta armada. Talvez algumas pessoas fiquem dececionadas, mas não sou um grande defensor da luta armada. Eu próprio estou muito consciente dos sacrifícios exigidos pela luta armada. Ela é uma violência mesmo contra o nosso próprio povo. Mas ela não é invenção nossa — nem uma fria decisão da nossa parte; é uma exigência da história. Esta não é a primeira guerra no nosso país e não foi Cabral quem inventou a luta. Estamos a seguir o exemplo dos nossos avós que há 50 anos lutaram contra a dominação portuguesa. A luta de hoje é a continuação da luta para defender a nossa dignidade, o nosso direito de ter uma identidade — a nossa própria identidade.

Se fosse possível resolver este problema sem a luta armada — porque não? Mas se a luta armada exige sacrifícios, também tem as suas vantagens. Como tudo no mundo, ela tem duas faces — uma positiva e outra negativa. O problema está no equilíbrio. Para nós, agora, a luta armada é coisa boa porque nos ajudou a acelerar a revolução do nosso povo, a criar uma nova situação que facilitará o nosso progresso.

Nestes dez anos, libertámos cerca de três quartos do país e controlamos efetivamente dois terços do território. Temos ainda muito que fazer, mas temos o nosso Estado, temos uma forte organização política, uma administração em desenvolvimento e criámos muitos serviços — sempre enfrentando as bombas dos portugueses. Isto é, as bombas usadas pelos portugueses, mas fabricadas nos Estados Unidos. No campo militar, rea-

lizámos boas coisas durante estes dez anos. Temos o nosso exército nacional e as milícias locais. Fomos capazes de receber um certo número de visitantes — jornalistas, cineastas, professores universitários, escritores, representantes governamentais e outros. Também recebemos em abril último uma missão das Nações Unidas que elaborou um relatório muito bom sobre a situação no nosso país.

Contudo, através desta luta armada, conseguimos outras coisas, mais importantes do que a amplitude das regiões libertadas ou a capacidade dos nossos combatentes, tal como a mudança de atitudes da nossa gente. Temos ainda sacrifícios a fazer e mais atitudes a ultrapassar, mas o nosso povo já se habituou a isso e sabe que temos de pagar um preço pela liberdade. Podemos imaginar coisa melhor que a liberdade? Não é possível — nada se compara à liberdade. Durante a visita da Missão Especial das Nações Unidas ao nosso país, um dos seus membros, durante uma longa caminhada, perguntou a um rapazinho se ele nunca se cansava. O rapaz respondeu: — Não me posso cansar, este é o meu país. Só os soldados portugueses se cansam.

Agora podemos acelerar o processo de libertação do resto do nosso país. Cada dia, conseguimos mais e melhor militantes. Neste momento, precisamos de mais munições para dar um impacto maior aos nossos ataques contra as posições portuguesas. Em vez de atacar com 80 obuses, temos de atacar com 800 ou mesmo 2 mil e estamos a preparar-nos para isso. A situação é hoje melhor nos centros urbanos. Nós dominamos os centros urbanos, apesar da ocupação portuguesa. As ligações com as organizações clandestinas locais são agora muito boas e decidimos desenvolver a nossa ação no interior desses centros. Dissemos isto aos portugueses, na rádio. Dissemos a toda a gente porque os portugueses não podem travar a nossa marcha. Dissemos isso para os assustar e eles têm medo. Eles têm medo das suas próprias sombras.

Um outro aspeto muito positivo da nossa luta é a situação política em Cabo Verde. Há alguns dias houve distúrbios entre o nosso povo e a polícia. Isto é sinal de que grandes coisas estão para acontecer com o desenvolvimento da nossa luta no arquipélago.

Nós tomámos todas as medidas exigidas pela luta, tanto no campo político, como no militar. Com as eleições gerais acabadas de realizar nas regiões libertadas, estamos agora a criar a nossa Assembleia Nacional. É claro que não vamos fazer uma Assembleia Nacional como o Congresso que vocês têm aqui ou como o Parlamento britânico. Mas tudo isto são

passos muito importantes para acelerar o fim da guerra colonial no meu país e para a sua libertação total.

Decidimos proclamar formalmente o nosso estado e esperamos que os nossos irmãos e irmãs daqui, os nossos irmãos e irmãs em África e os nossos amigos em todo o mundo assumam a necessária atitude de apoio às nossas iniciativas no campo político.

Numa luta armada como a nossa, todos os aspetos políticos devem ser acentuados. Eles são realçados naturalmente quando a luta se aproxima do fim. É um processo dialético: No começo, a luta é só política, depois transforma-se na fase armada. Passo a passo, o aspeto político surge de novo, mas a um nível diferente, ao nível da solução.

Não vou desenvolver pormenorizadamente estes temas, penso que é melhor vocês fazerem perguntas. Estamos muito felizes por estar convosco, com os nossos irmãos e irmãs. Digo-vos francamente, embora isso possa prejudicar a minha visita às Nações Unidas, que cada dia sinto-me mais identificado convosco. Não sou racista, mas penso que se eu não tivesse que fazer o que tenho de fazer no meu país, talvez viesse para aqui juntar-me a vós.

Estou à vossa disposição para qualquer tipo de perguntas: convosco, não há segredos nem cerimónias ou diplomacia.

Sou do Mali. Não sei se se vai sentir incomodado com esta pergunta, mas dada a natureza da vossa luta, estão satisfeitos com o tipo de ajuda moral, política e militar que recebem de outros países africanos?

— Antes de mais, quero dizer ao meu irmão que estou à vontade com qualquer espécie de pergunta — não há problema. Em segundo lugar, quando se está numa condição em que se tem de receber auxílio, nunca se pode ficar satisfeito. A condição de quem é obrigado pelas circunstâncias a pedir e a receber auxílio é nunca ficar satisfeito. Se se fica satisfeito, acabou, já não é necessário auxílio.

Em terceiro lugar, temos de considerar também a situação daqueles que nos ajudam. Vocês conhecem as circunstâncias políticas e económicas que condicionam as atitudes dos países africanos. É verdade que na última década, nos anos 60, houve grandes vitórias para a África — as independências de África. Mas não fizemos parte desta árvore das independências. Temos de conquistar a independência pela força e a nossa posição é de nunca pedir a ajuda de que necessitamos. Deixamos cada povo dar-nos o auxílio que pode e nunca aceitamos ajuda que implique

condições. Se nos derem auxílio assim, agradecemos. Se derem mais, agradecemos ainda mais.

Muitas vezes disse a Chefes de Estado africanos que a ajuda da África é muito útil, mas não suficiente. Pensamos que eles poderiam fazer melhor e eles assim fizeram. Em junho último, nas reuniões da Cimeira da OUA de Rabat os Chefes de Estado concordaram em aumentar o seu auxílio em 50 por cento. Porque é que não fizeram isso antes? Sabemos que eles têm tido dificuldades não só financeiras e económicas como também políticas. Em alguns casos, a dificuldade é uma falta de consciência acerca da importância do problema. Mas, cada dia estão a compreender melhor e pode ser que, quando o compreenderem completamente, nós sejamos independentes.

Gostaria de saber em que situação estaria o vosso país se não fosse o auxílio da OTAN a Portugal, auxílio que é dado por este país (Estados Unidos), e quais são os argumentos dos EUA para justificarem a sua participação na OTAN através da qual, todos sabemos, fornece a Portugal as suas armas? Esta é uma questão em relação à qual nós poderíamos ter uma ação política imediata.

— Vocês sabem, Portugal é um país subdesenvolvido — o país mais atrasado da Europa Ocidental. É um país que nem sequer fabrica aviões de brinquedo — isto não é piada, é verdade. Portugal nunca seria capaz de conduzir três guerras coloniais em África sem a ajuda da OTAN, as armas da OTAN, os aviões da OTAN, as bombas da OTAN — isso ser-lhes-ia impossível. Nem se discute. Os americanos sabem disso, os ingleses sabem-no, os franceses sabem-no muito bem, os alemães ocidentais também e os portugueses também sabem disso muito bem.

Não podemos falar de participação americana na OTAN porque a OTAN é uma criação dos Estados Unidos. Certa vez, eu vim aos Estados Unidos e fui convidado a almoçar pelo representante dos EUA na Quarta Comissão das Nações Unidas. Ele era também o chefe-adjunto da delegação dos EUA às Nações Unidas. Eu disse-lhe que nós estávamos a lutar contra o colonialismo português, não a pedir a destruição da OTAN. Não pensamos que seja necessário destruir a OTAN para libertar o nosso país. Mas porque é que os Estados Unidos se opõem a isso? Ele disse-me que não estava de acordo com essa política (apoio dos EUA a Portugal), mas que há um problema de segurança mundial e, na opinião do seu governo, é necessário dar ajuda a Portugal em troca da utilização dos Açores como

base militar. Segundo a sua explicação, a aceitação da política portuguesa é necessária à estratégia global da América.

Penso que ele estava a dizer a verdade, mas apenas uma parte da verdade, porque os EUA também apoiam Portugal para continuar a dominação da África, ou mesmo de outras partes do mundo. Devo esclarecer que este homem já deixou o seu cargo nas Nações Unidas e que durante uma intervenção sua no Congresso dos EUA tomou uma clara posição favorável a nós e várias vezes pediu que o seu governo cessasse o auxílio a Portugal, mas o governo não aceitou.

Que justificação há para isso? Não há justificação — nenhuma justificação. É o imperialismo dos Estados Unidos, Portugal é um apêndice do imperialismo, um apêndice podre do imperialismo. Vocês sabem que o próprio Portugal é uma semi-colónia. Desde 1775 que Portugal se tornou uma semi-colónia da Grã-Bretanha. Esta foi a única razão pela qual Portugal conseguiu preservar as colónias durante a partilha de África. Como poderia esse país pobre e miserável manter as suas colónias face às ambições e invejas da Alemanha, França, Inglaterra, Bélgica e do emergente imperialismo americano? Conseguiu-o devido à tática utilizada pela Inglaterra. Ela pensou — Portugal é minha colónia, se mantiver as suas colónias elas também serão minhas — assim, a Inglaterra defendeu com força os interesses de Portugal. Mas, agora, não é a mesma coisa.

Angola não é verdadeiramente uma colónia portuguesa. Moçambique não é verdadeiramente uma colónia portuguesa. Podem ver as estatísticas. Mais de 60 por cento das principais exportações de Angola não são para Portugal. Aproximadamente a mesma percentagem de investimentos em Angola e Moçambique não são portugueses e esta percentagem aumenta cada dia mais. A Guiné e Cabo Verde são muito pobres e não têm muito bom clima. São as únicas colónias verdadeiramente portuguesas. Portugal é, principalmente em Angola e Moçambique, o polícia e o cobrador de impostos. Mas isto eles não dizem.

A minha pergunta refere-se ao sistema legal utilizado por vós no vosso país. Utilizam as leis dos portugueses no que respeita à Assembleia Nacional? Que espécie de critérios vão utilizar?

— Se Portugal tivesse criado uma Assembleia no meu país, nós não criaríamos a nossa própria... Mas não aceitamos qualquer instituição dos colonialistas portugueses. Não estamos interessados na preservação de quaisquer das estruturas do estado colonial. A nossa opinião é que é

necessário destruir totalmente, quebrar, reduzir a cinzas todos os aspetos do estado colonial no nosso país, para que tudo seja possível para o nosso povo. As massas sabem que isso é verdade, estão convencidas que vamos acabar verdadeiramente com a dominação colonial na nossa terra.

Alguns estados africanos independentes conservaram as estruturas do estado colonial. Em alguns países, apenas se substituiu o homem branco pelo homem negro, mas para o povo tudo ficou na mesma. Vocês têm de compreender que é muito difícil para o povo distinguir entre um administrador português ou branco e um administrador preto. Para o povo, o administrador é que é o fundamental.

Se um administrador, um negro, vive na mesma casa, com o mesmo procedimento, com o mesmo carro, ou se calhar, um ainda melhor, qual é a diferença? A natureza do estado que vamos criar no nosso país é uma questão muito pertinente, porque é uma questão fundamental.

A nossa sorte é que estamos a criar o estado através da luta. Nós já temos tribunais populares na nossa terra. Não criámos um sistema judicial como o dos portugueses no nosso país, porque este era um sistema colonial, nem mesmo podemos copiar o sistema judicial de Portugal — é impossível. Durante a luta criámos os nossos tribunais e os camponeses participaram elegendo eles próprios os juizes. Temos um novo sistema judicial, totalmente diferente de qualquer outro sistema, forjado no nosso país durante a luta. É semelhante a outros sistemas, como o do Vietname, mas também é diferente deste, porque o nosso corresponde às condições do nosso país.

Se vocês quiserem realmente conhecer os sentimentos da nossa gente sobre este assunto, posso dizer-vos que o nosso governo e todas as suas instituições têm de se revestir de outra natureza. Por exemplo, não podemos usar os edifícios ocupados pelo poder colonial da mesma maneira que os colonialistas os usaram. Propus ao nosso Partido que o palácio governamental em Bissau seja transformado num museu popular de cultura e não para uso do nosso Primeiro-Ministro ou qualquer coisa assim (seja como for, não acredito que alguma vez tenhamos primeiros-ministros). Isto é para permitir que o povo compreenda que ele derrotou o colonialismo — que desta vez acabou para sempre — e que não é apenas uma questão de mudança de pele. Isto é verdadeiramente muito importante. É o problema mais importante de um movimento de libertação. O problema da natureza do Estado criado depois da independência é talvez o segredo do falhanço das independências africanas.

Considerando a África do ponto de vista geográfico, onde consegue o PAIGC a maior parte do seu apoio, da África do Norte ou da África Subsaariana e, num sentido mais amplo, como se pode comparar o apoio da China e da Rússia?

— Nós não gostamos desta divisão da África. Temos o apoio da OUA desde há alguns anos. Temos o total apoio da OUA. Todos os países africanos apoiam o PAIGC, sem nenhuma excepção. E a OUA, através do Comité de Libertação, dá-nos ajuda financeira. Há alguns países africanos, talvez não mais do que os dedos de uma mão, que também nos ajudam diretamente. Com eles temos relações bilaterais. Alguns situam-se no norte, outros no oeste e outros no leste.

Quanto à China e à União Soviética, nós sempre tivemos apoio dos países socialistas — moral, político e material. Alguns deram uma ajuda material maior do que outros. Até agora, o país que mais nos tem ajudado é a União Soviética e dissemos isso antes, muitas vezes, em todas as espécies de reuniões. Até agora, a maior parte da sua ajuda foi em fornecimentos de material de guerra. Se quiserem comprovar isto, podem vir ao meu país e ver. Esta é a situação.

A minha questão é acerca do papel das mulheres. Qual é a natureza da sua transformação em relação ao velho sistema sob o imperialismo?

— No nosso país encontram-se muitas sociedades com diferentes tradições e concepções sobre o papel da mulher. Por exemplo, na sociedade fula uma mulher é como uma parte da propriedade do homem, o dono da casa. É a típica sociedade patriarcal. Mas, mesmo aí, a mulher tem dignidade e se alguém entrar em casa poderá verificar que, dentro da casa, a mulher é o chefe. Por outro lado, na sociedade balanta, a mulher tem mais liberdade.

Para compreender estas diferenças tem de se saber que na sociedade fula tudo o que é produzido pertence ao pai. Na sociedade balanta, tudo o que se produz é do povo que trabalha e as mulheres trabalham muito arduamente, pelo que são livres. É muito simples. Mas o problema é acerca do papel político na luta. Sabem que no nosso país houve mesmo sociedades matriarcais em que as mulheres eram os elementos mais importantes? Nas ilhas dos Bijagós, havia rainhas. Não eram rainhas porque fossem filhas de reis. Eram rainhas que sucediam a rainhas. Os líderes religiosos eram mulheres também. Agora estão a mudar.

Falo-vos destas coisas para que possam compreender melhor a nos-

sa sociedade. Mas, durante a luta, o importante é o papel político das mulheres. Sim, alcançamos grandes conquistas, mas não são suficientes. Estamos muito longe do que queremos fazer, mas isto não é um problema que possa ser resolvido com a assinatura de um decreto por Cabral. É tudo uma parte do processo de transformação, da mudança de condições materiais da existência do nosso povo, mas também das mentalidades das mulheres, porque muitas vezes as maiores dificuldades estão não só nos homens, mas nas mulheres também.

Nós temos um grande problema com as nossas enfermeiras, porque formámos cerca de três centenas de enfermeiras, mas casaram-se, tiveram filhos e para elas acabou-se. Isto é muito mau. Mas com algumas isso não aconteceu: Carmen Pereira, por exemplo, é uma enfermeira e ela é membro da mais alta instância política do Partido. Ela é responsável por todos os problemas sociais e culturais da região libertada do Sul. É membro do Comité Executivo da Luta do Partido. Há muitas outras também, formadas não só no nosso país, como no estrangeiro. Mas ainda temos muito trabalho a fazer.

No começo da luta, quando lançámos a luta de guerrilha, as jovens juntavam-se ao Partido sem serem chamadas e pediam armas para lutar, vinham às centenas. Mas, passo a passo, alguns problemas surgiram com esta estrutura e tivemos de distribuir, dividir as tarefas de guerra. Hoje, as mulheres estão principalmente naquilo a que chamamos forças armadas locais e nas tarefas políticas — trabalhando em problemas de saúde e também na educação.

Espero que possamos enviar para aqui algumas das nossas mulheres para que vocês as conheçam. Mas temos grandes problemas a resolver e temos um grande problema com alguns dos dirigentes do Partido. Nós temos (mesmo eu) de combater em nós próprios este problema porque temos de ser capazes de cortar este elemento cultural, com as suas profundas raízes, até conseguirmos acabar com esta coisa má — a exploração da mulher. Mas fizemos grandes progressos neste campo, nestes dez anos.

Camarada Cabral, falou sobre leis universais, científicas da revolução. É muito claro que, neste país, nós também estamos empenhados num determinado estágio de desenvolvimento de uma luta revolucionária. Certamente, um dos mais controversos aspetos da nossa luta é o alcance destas leis científicas universais.

Poder-nos-ia falar do ponto de vista do vosso Partido sobre teoria

revolucionária, particularmente no que respeita às experiências de Cuba, China, União Soviética e às guerras anticoloniais de libertação nacional? É muito claro que, a nível internacional, há posições definidas que são provavelmente mais importantes em certos países e partidos, os quais definiram essas posições, do que na nossa luta, que é tão fragmentada que nós desempenhamos um pequeno papel nesta luta internacional pela clarificação destas leis científicas universais. Por isso, quer falar sobre este problema?

— Veja, eu penso que todas as formas de lutas de libertação obedecem a um grupo de leis. A aplicação destas leis a um certo caso depende da natureza do caso. Pode ser que todas estas leis sejam aplicáveis, pode ser que apenas algumas ou uma só o seja, isso depende. Nas ciências aprende-se que a água ferve a 100 °C. É uma lei. Naturalmente, na condição de estarmos a falar em graus centígrados — isto é uma especificação. O que significa que se a medida for em graus fahrenheit não é a mesma coisa. Mas, também, isto só se verifica ao nível do mar. Quando se sobe as montanhas esta lei já não é verdadeira. Newton e muitos outros defenderam a lei da gravidade, mas Einstein demonstrou que isso nem sempre é verdade. Por vezes a realidade é mais complexa do que parece.

É a mesma coisa no que se refere ao caráter científico da luta de libertação. Cuba, União Soviética, China, Vietname, etc., o nosso país, são diferentes entidades neste contexto. Por vezes, pode-se mesmo explicar conflitos entre os seus povos devido à diferente natureza da sua luta ditada pelas diferentes condições dos países — históricas, económicas, etc...

Devo dizer-vos que quando começámos a preparar-nos para a luta no nosso país, nós não conhecíamos a obra de Mao Tsé-Tung. A primeira vez que li um livro de Mao Tsé-Tung foi em 1960. O nosso Partido foi criado em 1956. Sabíamos menos sobre a luta de Cuba, mas, mais tarde, tentámos conhecer as experiências de outros povos. Pusemos de parte algumas experiências, porque a diferença era tão grande que seria uma perda de tempo estudá-las. Pensamos que as experiências de outros povos são muito importantes para vós, principalmente para saber o que não devem fazer. Porque aquilo que devem fazer no vosso país, têm de ser vocês mesmos a criar. As leis gerais são muito simples. Por exemplo, o desenvolvimento da luta armada num país agrícola onde a maioria, se não a totalidade, da população é camponesa, implica que tenha de se fazer a luta como na China, no Vietname ou no meu país. Talvez se comece nas cidades, mas reconhece-se que isso não é correto. Passa-se para o cam-

po, para mobilizar os camponeses. Reconhece-se que os camponeses são muito difíceis de se mobilizar sob certas condições, mas lança-se a luta armada e, passo a passo, aproxima-se das cidades, em ordem a expulsar os colonos.

Por exemplo, isto é científico: na guerra colonial há uma contradição. Qual é? É que o poder colonial para realmente dominar o país tem de dispersar as suas forças. Dispersando as suas forças torna-se fraco — as forças nacionais podem destruí-las. Quando se concentram, deixam áreas do país, que se podem controlar e administrar e onde se podem criar estruturas. Assim, elas nunca podem destruir-vos. É sempre assim. Podem dizer-me que não é possível nos Estados Unidos, que os Estados Unidos não são um país agrícola. Mas se estudarem profundamente as condições do vosso país, talvez descubram que esta lei é também aplicável. Isto é o que eu posso dizer-vos, porque é um problema muito complexo para discutir, se eu percebi bem a pergunta.

Eu gostaria de reformular parte dela. O que estou a tentar saber, referindo-me à escola de formação de quadros que criaram em Conacri, é se vocês têm acesso às experiências revolucionárias dos países que eu mencionei? Que espécie de livros leem vocês? A questão que eu estou a tentar clarificar não é a forma de conduzir uma luta revolucionária. Compreendo as diferenças, de acordo com as condições concretas. Eu quero saber como se passa de condições coloniais ou semifeudais para o socialismo — como é que a experiência da passagem do capitalismo para o socialismo (evidentemente a experiência revolucionária dominante no mundo) foi assimilada — como é que vocês foram capazes de estabelecer um programa de ensino através do qual os quadros recebessem este tipo de informação?

— No começo estabelecemos em Conacri o que se pode chamar uma escola política para militantes. Cerca de um milhar de pessoas vieram do nosso país, por grupos. De início, perguntávamos — Quem somos nós? Onde estamos? Que queremos? Como vivemos? O que é o inimigo? Quem é esse inimigo? O que pode ele fazer contra nós? O que é o nosso país? Onde se situa o nosso país? — coisas como estas, explicando pouco a pouco as nossas condições reais e explicando o que queremos, porque queremos isso e porque tivemos de lutar contra os portugueses. Entre todas estas pessoas, pouco a pouco, algumas tiveram acesso ao conhecimento de outras experiências. Mas o problema da passagem da sociedade feudal ou

semifeudal ou da sociedade tribal para o socialismo, mesmo do capitalismo para o socialismo, é um problema muito grande.

Se há marxistas aqui eles sabem que Marx disse que o capitalismo criou todas as condições para o socialismo. As condições foram criadas mas nunca ultrapassadas. Mesmo assim é muito difícil. Esta é mais uma razão para as sociedades tribais feudais ou semifeudais darem o salto para o socialismo — mas não é um problema de salto. É um processo de desenvolvimento. É necessário estabelecer os objetivos políticos e, baseado nas próprias condições, o conteúdo ideológico da luta. Ter ideologia não significa necessariamente que se tenha que definir se se é comunista, socialista ou qualquer coisa semelhante. Ter ideologia é saber o que se quer tendo em conta as próprias condições específicas.

O que queremos no nosso país é isto: que não haja mais exploração do nosso povo nem por brancos nem por pretos. Não queremos nenhuma forma de exploração. É neste sentido que educamos o nosso povo — as massas, os quadros, os militantes. Para isso, estamos pouco a pouco a tomar todas as medidas necessárias para evitar a exploração. Como? Dando ao nosso povo os instrumentos de controle para ele dirigir, criando-lhe todas as possibilidades de participar, cada dia mais ativamente, na direção da sua própria vida.

Naturalmente, pode aparecer um americano e dizer: vocês estão a fazer o socialismo no vosso país. Isto é de responsabilidade sua. Nós não estamos preocupados com rótulos. Estamos ocupados com o conteúdo da coisa, o que estamos a fazer, como estamos a fazer isso, que possibilidades estamos nós a criar para realizar este objetivo. Há algumas sociedades que passaram dos estádios feudais ou semifeudais para sociedades socialistas. Mas uma das suas especificidades foi terem um Estado para impor esta passagem. Nós não temos. Teremos de criar por nós próprios os instrumentos do Estado dentro do nosso país, nas condições da nossa história, em ordem a orientar tudo para uma vida de justiça, trabalho pelo progresso e igualdade. A igualdade de oportunidades para toda a gente é o problema. O problema de igualdade está na igualdade de oportunidades. Isso é o que vos posso dizer. Esta é uma discussão muito grande, filosófica se quiserem.

Que relação direta tem a OUA com o vosso Partido? O Senhor mencionou a OUA várias vezes e eu ouvi algumas coisas acerca da OUA, mas

eu queria saber se ela vos ajudou ou não e, no caso afirmativo, de que formas?

— Sim, há boas relações. Podemos mesmo dizer agora que somos quase membros da OUA, porque na última conferência de alto nível em Rabat, a OUA permitiu aos movimentos de libertação reconhecidos, como o meu Partido, participar nos debates sobre os seus próprios casos. As relações são muito boas. Nós temos a ajuda da OUA, como eu disse — não suficiente, na nossa opinião, mas ela está a tentar aumentar esta ajuda e pensamos que, no nosso caso, talvez no próximo ano sejamos membros, um membro de pleno direito da OUA.

Porquê? Vê a OUA como a organização para a África?

— Uma organização real para África? Depende. Agora, nesta etapa da revolução em África, a OUA é uma boa coisa. É tão boa coisa que o imperialismo faz tudo para acabar com ela. Naturalmente, é possível que para as suas ideias a OUA não sirva bem, não corresponda inteiramente às suas esperanças. Talvez tenha razão, mas não é esse o problema. No campo político, temos de saber em cada etapa se estamos a fazer o possível ou não, e a preparar o campo do possível ou não para amanhã. É este o problema.

Sim, mas como foi a OUA criada e como é ela sustentada?

— Oh, isso é um assunto muito longo. Você não sabe como é que ela foi criada? Eles reuniram-se em maio de 1963 em Adis Abeba e estabeleceram uma Carta.

Quem apoia esta organização?

— Quem apoia? Os estados — os estados africanos? Sim, os estados africanos. Os imperialistas — não, você não tem razão. Você não tem razão, minha irmã. Nós podemos dizer que alguns dos estados africanos ...

Se há uma tal organização porque estamos nós ainda onde estamos? São apenas os dirigentes que são eleitos para ir lá, não o tipo de pessoas como você que descem às massas e dizem a verdade. Esses são dirigentes neocoloniais.

— Não. Mas não é essa a questão. Você está confusa. Está a cometer um erro. Uma questão é a OUA. A OUA é uma organização de estados africanos, é verdade. Os estados africanos pagam à OUA as suas contribuições, é verdade. Os imperialistas apoiam a OUA? Pelo contrário, porque

ela é um perigo potencial para eles. A outra questão é: todos estes estados africanos são realmente independentes? Alguns deles são neocoloniais, mas tem de se fazer distinção para se fazer alguma coisa. Se se confunde tudo — nada é possível.

Mas, irmão, porque é que cada vez que se discute a questão do pan-africanismo a maior parte deles toma posições diferentes?

— Oh, sim. Veja, não se pode pedir a todos os estados africanos para estarem imediatamente de acordo sobre o pan-africanismo, Mesmo se nós discutíssemos o pan-africanismo aqui você ficaria surpreendida. Sou pelo pan-africanismo. Sou pela unidade africana. Mas nós temos de ser por estas coisas e fazê-las quando for possível, não imediatamente. Veja, irmã, vocês estão aqui nos Estados Unidos e nós vos compreendemos. São pelo pan-africanismo e querem isso hoje. Pan-africanismo já! Mas nós estamos em África; não confundir essa reação contra o pan-africanismo com a situação da OUA. Posso dizer-lhe, o Chefe de Estado em África que eu mais admirei na minha vida foi N'Krumah.

Ele foi o único. Ele foi o pai.

— N'Krumah não foi o pai do pan-africanismo. Um americano, Du Bois, foi o pai, se quiser. Pan-africanismo é um meio para regressar às origens. Como vê, é um problema muito grande. Não é assim. Você está a ver só a superfície. Não é assim.

N'Krumah disse-me em Conacri — (infelizmente ele não está vivo, mas não estou a mentir, nunca menti na minha vida) ele era um dos meus melhores amigos, nunca me esquecerei dele; e vocês podem ler o meu discurso no simpósio à sua memória — ele disse-me, “Cabral, digo-te uma coisa, a questão da unidade africana é muito importante para nós, realmente, mas agora se eu tivesse de começar outra vez, a minha maneira de abordar esta questão seria diferente”.

Infelizmente, vou sair agora, mas se não fosse isso gostaria muito de conversar convosco para vos mostrar que o pan-africanismo é uma ideia muito boa. Mas temos de trabalhar para isso e não me compete a mim acusar Houphouët-Boigny ou Mobutu, por eles não quererem o pan-africanismo. Eles não podem querer isso! É mais difícil para alguns Chefes de Estado em África aceitar a unidade africana como foi definida por N'Krumah do que vir aqui aos mais racistas dos racistas brancos e dizer-lhes que aceitem direitos iguais para toda a África. É mais difícil. É um grande pro-

blema, minha irmã. E nós pensamos nestes problemas todos os dias porque o nosso futuro relaciona-se com isso.

Temos uma reunião às sete e meia, com o Presidente do Comité de Descolonização. Temos de ir lá. É a cerca de vinte minutos daqui. Estou atrasado.

Quando o veremos outra vez?

— Outra vez? Nunca sei. É difícil para mim, mas espero que dentro de dois anos. Também para alguns de vocês, se quiserem, podem visitar o meu país e ver-me e ver o nosso povo.

Como?

— Pagando a passagem. (risos)

O que é que nós podemos fazer, especialmente nos domínios financeiro e político, para ajudar a luta?

— Pessoalmente não concordo com essa pergunta. Penso que esta reunião é uma reunião de irmãos e irmãs. Vocês representam várias organizações. Estou muito satisfeito porque queremos a vossa unidade. Sabemos que é muito difícil — é talvez mais difícil fazer a vossa unidade do que o pan-africanismo. Mas gostaria que vocês considerassem esta reunião uma reunião entre irmãos e irmãs tentando reforçar não só os nossos laços de sangue e da história, mas também de objetivos. Estou muito satisfeito por ter estado aqui convosco e lamento profundamente não ser possível continuar por mais tempo.

Muito obrigado.

9.
**CONVERSANDO COM AMIGOS
AMERICANOS ***

...Conseguimos uma das mais importantes realizações no quadro da nossa luta — as primeiras eleições gerais realizadas no nosso país, a criação dos conselhos regionais e a primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau.

* Notas duma conversa informal de Amílcar Cabral com um pequeno grupo de amigos e apoiantes num apartamento de Manhattan, realizada em 19 de outubro de 1972, quando de uma sua visita às Nações Unidas. In *Africa Today*, Vol. 20, N.º 1, United States Policy toward Africa (Winter, 1973), pp. 7-13.

Gostaria de frisar que vim aqui não por ter acedido, mas sim porque pedi para me encontrar convosco. Porque é para mim um prazer estar cá, entre amigos do nosso povo em luta, pessoas que consideramos nossos irmãos e irmãs. Este encontro ajuda-nos a melhor perceber o que constitui o nosso sonho da América — todas as categorias de pessoas, muito simplesmente, homens e mulheres, sentados no chão com simplicidade, com a cabeça e o coração dedicados à maravilhosa aventura deste planeta controverso. Os nossos corações, talvez mais do que as nossas cabeças, pulsam com o mesmo ritmo.

Quando cá estive há dois anos fiquei muito impressionado com o encontro, como este, que tivemos. Foi, para mim, bastante encorajador. Quando regresssei disse à minha gente que talvez tivesse descoberto uma nova face da América. E isso corresponde realmente aos meus sentimentos.

Disse à minha gente que tinha estado com muito bons amigos, jovens e menos jovens mas todos realmente dedicados à nossa causa comum. E agora estou a trazer-vos as saudações dos nossos camaradas, da direcção do nosso Partido e dos combatentes — do nosso povo em geral.

Devo também dizer-vos que talvez sejamos utópicos, talvez sonhe-mos demasiado — mas o que seria dos homens sem os sonhos?

Consideramos, no nosso espírito e visão, que algo novo está a despontar neste país. Estamos confiantes que uma nova nação está a nascer no vosso país. Por muitos anos as pessoas viveram de costas voltadas, não apenas por causa das vossas dificuldades internas mas também por causa das vossas dificuldades internacionais. Passo a passo vocês começam a encarar-se de frente. Isso é muito bom, realmente, muito bom.

Hoje, no meu país, está a passar-se algo semelhante. A nossa luta operou um milagre: pessoas que durante séculos estiveram de costas voltadas, estão agora a encarar-se de frente. Não apenas frente a frente, mas uns nos braços dos outros. Trata-se de uma grande mudança e é a melhor esperança que tenho para o vosso país, principalmente para os vossos netos. Respeito pelas pessoas, eis a nossa esperança para o vosso país. E

também para que em cada dia não haja mais gente sentindo o que vocês sentem, em relação a outros povos no mundo e particularmente ao vosso próprio povo.

Desde há dois anos tiveram lugar muitas mudanças no meu país. Não apenas porque libertámos novas áreas. Quando se chega à etapa em que se vai libertar as cidades, a luta desenvolve-se mais lentamente. Antes de mais, nas nossas condições, temos um país muito pequeno e não muitos habitantes. Estamos preocupados com o problema de não podermos ter muitas mortes entre a nossa população. E, até certo nível, não queremos destruir demasiado no nosso país porque estamos seguros de que vamos ganhar. Convencidos disso, caminhamos passo a passo, criando todas as condições necessárias para tomar as nossas cidades sem demasiadas perdas, humanas e materiais. Mas se não houver outra maneira, teremos de as suportar.

Durante estes dois anos um dos principais aspetos da evolução da situação é uma grande mudança nos centros urbanos. Da última vez disse-vos que os colonialistas portugueses, através do seu famoso governador Spínola, estavam implementando aquilo a que chamámos de “política de sorriso e sangue”. Mas, agora, estão a acabar com os sorrisos. Depois de todo este tempo, o povo dos centros urbanos, particularmente as populações de Bissau e Bafatá está cada dia mais a dedicar-se à luta e ao Partido. Podemos dizer-vos que hoje mais do que nunca passámos a controlar a vida de Bissau e começámos a criar a insegurança que lá se vive. Pensamos que isso é um grande ganho da luta e estamos agora a preparar-nos para dar ao povo dos centros urbanos os meios para defenderem as suas próprias vidas e os bens materiais, quando chegar a batalha final. É muito importante isso.

Testemunho disso é que durante os últimos seis meses centenas de jovens, incluindo estudantes em Bissau, abandonaram as cidades para se juntarem a nós no mato e se colocarem à disposição da luta. Tivemos mesmo de adotar algumas medidas para prevenir quaisquer tentativas de infiltração.

As nossas relações com as Ilhas de Cabo Verde são agora melhores do que nunca. Estivemos aguardando por novos acontecimentos e ontem recebi uma mensagem dos nossos camaradas informando que houve confrontos entre as autoridades portuguesas e a população na Praia, capital de Cabo Verde. Foi declarado estado de emergência por sete dias e foram

presas muitas pessoas. Mas a mensagem que temos é que podem estar certos de que continuamos fortes na nossa posição em Cabo Verde e estamos preparados para qualquer confronto com os colonialistas portugueses.

Também na Guiné a nossa posição está mais forte. Conseguimos uma das mais importantes realizações no quadro da nossa luta — as primeiras eleições gerais realizadas no nosso país, a criação dos conselhos regionais e a primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau.

Posso dizer-vos que não sonhámos para realizar isso. Não se trata do resultado de um sonho de Cabral. Foi uma necessidade que resultou da luta. Uma necessidade para nos impor, no Partido, limites à nossa própria ação, possibilidades de exercer controle sobre nós pois, no quadro do desenvolvimento da luta de libertação, se não for simultaneamente criado algo para ajudar a agir sempre corretamente talvez se estejam a criar as condições para a sua própria derrota. E a melhor maneira de colocar limites a nós mesmos é criar as condições para o povo nos colocar esses limites.

Dito de outro modo, temos de ser muito consequentes com os nossos princípios. Queremos que o nosso povo assuma gradualmente a autoridade das suas vidas. Para tal, o Partido não é suficiente. É muito perigoso o facto de que, nas nossas condições históricas, tenhamos de ter apenas um partido. É necessário criar algum órgão, algum instrumento que transmita às pessoas a consciência efetiva de que são elas as donas do seu próprio destino.

Sim, é verdade que hoje afirmamos que toda a gente está no Partido. Se disser a algumas pessoas que elas não são do Partido ficarão furiosas. Mas, ao mesmo tempo, é necessário criar qualquer coisa de novo com vista a desenvolver o que poderemos, em linguagem clássica, chamar de “democracia prática” no nosso país.

Decidimos criar os Conselhos Regionais e a Assembleia Nacional. Antes disso, durante um ano, levámos a cabo uma grande discussão em reuniões com a população. Mas, mesmo nesta base, posso garantir-vos que nunca supusemos que o povo responderia com tamanho entusiasmo à questão das eleições para a Assembleia Nacional Popular.

Na área económica não estamos com problemas. A nossa produção tem sido boa. Este ano, talvez possamos ter algum problema. Falo da Guiné porque tivemos alguma falta de chuva até setembro. Mas durante este mês de outubro houve chuva suficiente e pode-se garantir a satisfação das

idades no que respeita às necessidades em arroz. Como vocês sabem somos grandes consumidores de arroz.

Registou-se um acontecimento muito importante que foi a visita da missão especial das Nações Unidas ao nosso país. Convidámos essas pessoas de modo a facultar às Nações Unidas novos elementos concretos para facilitar o seu trabalho contra o colonialismo português.

A visita foi muito importante e foi uma outra prova da consciência política do nosso povo que consentiu sacrifícios de modo a permitir que a visita tivesse lugar. Nunca os portugueses tinham perpetrado semelhante agressão contra as regiões libertadas como fizeram durante a visita das Nações Unidas. Registámos fotografias de camponeses junto a essas pessoas durante os bombardeamentos. Eles decidiram fazer o melhor ao seu alcance para que a visita fosse um grande sucesso. E ela foi realmente um grande sucesso.

Naturalmente foi muito difícil para essas pessoas das Nações Unidas — vocês podem imaginar que dificuldades terão enfrentado, marchando durante mais de uma semana. E os nossos bons amigos das Nações Unidas não estão tão acostumados a tal espécie de diplomacia (risos). E encontraram algumas dificuldades. Mas foi para eles uma grande realização. Demonstraram uma boa consciência das suas responsabilidades. Mas nunca os portugueses haviam realizado tamanha agressão. Mobilizaram cerca de 15.000 homens do exército e da marinha para reforçar os outros 15.000 que já tinham no Sul. Bombardearam* e realizaram muitos ataques com helicópteros. E o Ministro do “Ultramar” estava em Bissau à espera dos membros capturados da equipa das Nações Unidas ou dos seus corpos. Mas o nosso povo reagiu muito bem a toda essa agressão.

Vocês poderão imaginar as consequências políticas e jurídicas desta visita.**

No campo militar fizemos muitas coisas interessantes. O ataque a Bissau foi algo muito importante e não apenas do ponto de vista militar mas também político, para mostrar à nossa gente que há algo mais a fazer, pois estamos em condições de destruir Bissau. O ataque foi bastante efi-

* Aproximadamente três meses após a visita da ONU os colonialistas portugueses destruíram completamente a Escola-Internato Areolino Cruz, no Sector de Cubucaré, na Guiné. A equipa da ONU havia visitado esta escola e testemunhado a determinação de educar o povo, mesmo enquanto prosseguia a luta de libertação.

** Efetivamente a visita da missão da ONU desmentiu, por si mesma, a alegação de soberania sobre a Guiné.

ciente porque o trabalho político em Bissau intensificou-se muito depois de os foguetes atingirem a cidade. Foi um excelente trabalho dos nossos combatentes porque os portugueses têm defendido Bissau muito bem. Tiveram de fazer sete ataques simultâneos contra os aquartelamentos portugueses para abrir passagem à artilharia, protegida por algumas das nossas unidades de combatentes, com vista a assentar as armas onde era necessário, para bombardear Bissau. Para cumprir a sua missão, alguns combatentes tiveram de tirar as suas botas para não deixar pegadas no caminho. Foi para eles um grande sacrifício.

Também atacámos Bafatá, a minha cidade — não minha propriedade, não sou o dono desta cidade... Mas foi onde eu nasci. Bafatá é a segunda cidade da Guiné na região central leste, que foi mais importante do que Bissau. Nos tempos coloniais — o fim desta era dos tempos coloniais — Bafatá era mais importante porque era o centro do comércio da mancarra. Não me lembro se vos tinha dito da última vez, mas as capitais no nosso país seguem a mancarra. Dantes, a mancarra era cultivada principalmente na zona de São João, no sul, perto de Bolama, que era a capital. Quando a produção já não era muito boa, pouco a pouco desenvolveu-se a produção da mancarra em Bula e algumas zonas perto de Bissau — e Bissau tornou-se a capital. Mesmo antes de a administração do governo chegar a Bissau chegou o comércio, chegaram os bancos, e assim o governo tinha também de se transferir. Se não tivéssemos começado a nossa luta, estou convencido de que em cerca de quinze anos Bafatá seria a capital. Esta não é apenas a opinião das pessoas de Bafatá... (risos)

Durante os últimos dois anos, atacámos Bafatá três vezes, talvez quatro vezes... sim quatro vezes, mas para mim da primeira vez foi melhor porque os nossos combatentes entraram em Bafatá e mantiveram as suas posições por mais de três horas.

Atacámos igualmente Gabu, importante cidade na região oriental. Entrámos várias vezes em Gabu e destruimos aviões e helicópteros no aeroporto.

Atacámos o aeroporto de Bissau. Foi muito bom porque os portugueses ficam sempre com medo quando ouvem “Bum!”, percebem? (risos). Foram alguns combatentes que se ofereceram para avançar e atacar. Demos-lhes as armas necessárias — apenas bazucas. Eram nove jovens muito corajosos. Não pertencem ao exército regular, mas sim ao que chamamos de forças armadas locais.

Mas em termos de ataques ao aeroporto não temos vantagem. O nosso país é muito pequeno. Para nós, a melhor forma de enfrentar os aviões portugueses seria destruí-los em terra, não lutando com eles no ar. Para isso seria necessário que os portugueses tivessem muitos campos de pouso, mas os aviões só permanecem neles durante o dia. À noite, todos os aviões voam para Bissau. Outros vão para as Ilhas de Cabo Verde. É realmente muito difícil para os nossos combatentes atacarem esse tipo de aeródromo.

Outro grande sucesso no campo político é que os portugueses já não estão em bons termos com os chefes tradicionais da tribo fula. Eu disse-vos, da última vez, que tínhamos tido dificuldades com alguns chefes tradicionais da tribo fula, mas agora estamos em completo acordo. E cada dia que passa temos muito bons contactos com essas pessoas. Mesmo na zona de Pirada, na região Norte junto à fronteira com o Senegal, muitos deles entregam as suas armas aos nossos combatentes. Isso é um grande acontecimento na evolução política do nosso país.

Tenho falado passando de um assunto para outro, tal como quando eu falo com a minha gente, não discursando ou fazendo uma declaração especial. Mas agora acho que é momento de colocarem as vossas questões. Assim é melhor e, com os meus camaradas, tentaremos responder.

*Camarada Cabral, pode-nos falar um pouco sobre o que aconteceu na ONU depois da segunda e terça-feira (16 e 17 de outubro de 1972) a respeito da questão de se adotar ou não uma recomendação para lhe permitir intervir na Assembleia Geral?**

— É verdade, esqueci-me. Naturalmente, a Assembleia Nacional do meu país não é apenas para mostrar aos visitantes (da ONU)... (risos). A Assembleia é composta de cento e vinte pessoas. É demasiado para um pequeno país como o nosso. Mas não estamos a pensar em pagar salários aos nossos representantes, nossos "Congressmen" (risos). Oitenta foram eleitos pelas massas — trabalhadores, camponeses — a maioria são camponeses, artesãos e outras pessoas. Quarenta são quadros do Partido. Dois terços das massas populares, um terço quadros do Partido. O mesmo se passa no que respeita aos conselhos regionais. Essas pessoas foram eleitas por cada

* Uma vez que apenas os Chefes de Estado ou seus representantes podem intervir na Assembleia Geral, um convite a Cabral significaria, de facto, que a ONU teria reconhecido o movimento de libertação como governo legítimo da Guiné, não o governo português.

setor: cada setor elege os seus representantes no Conselho Regional. Ao mesmo tempo estes representantes são candidatos à Assembleia Nacional. Na reunião do Conselho Regional os mesmos elegem um terço dos seus membros para a Assembleia Nacional. É esta a democracia para as eleições no nosso país.

Dei hoje uma entrevista à BBC. Tive de lhes dizer que no nosso país não somos a Inglaterra (risos).

Mas, para responder à questão, fizemos propostas concretas à ONU. Antes de mais propusemos que Portugal venha e negocie connosco. Dissemos até que se Portugal aceitar negociar agora, estamos preparados para considerar os interesses de Portugal no nosso país. Também propusemos que a ONU faça o melhor que puder para que os nossos representantes estejam presentes em todas as suas agências especializadas enquanto observadores ou membros associados.

Muitas pessoas perguntam: porque é que não pedem para ser membros? Ora, não, porquê sermos membros? O que pedimos é o reforço da ajuda material dessas agências especializadas, principalmente a UNESCO. Por exemplo, a UNESCO produziu um livro para nós, nestes últimos anos — Matemática para a Segunda Classe. Somos membros associados na Comissão Económica para a África. Estamos a solicitar este estatuto em outras agências especializadas.

Também propusemos às Nações Unidas que apoiem todas as novas iniciativas que estamos a tomar no campo político a fim de acelerar o fim da guerra colonial no nosso país e a ascensão do nosso povo à independência. E, de uma maneira geral, estas questões foram muito bem acolhidas.

Deve lembrar-se que há dois anos atrás conversámos um pouco a respeito das campanhas nos E.U.A. que estávamos promovendo sobre companhias americanas investindo nas colónias portuguesas. Especificamente, estávamos a fazer campanha contra a Gulf Oil em Angola.

— Veja, feliz ou infelizmente, repito, não somos Angola ou Moçambique. O nosso país, não admitimos que seja nem o chamamos de país pobre, mas é um país de recursos limitados. E o desenvolvimento da nossa luta não permite que as pessoas venham investir.

Mas para convencer essas companhias a não investir há que atacá-las, porque o que querem é dinheiro e é muito fácil ganhar muito dinheiro. As companhias pensam: mais tarde esta gente dos movimentos de libertação

estarão no controle, mas por agora, talvez por dez anos aproveitemos para arrecadar o máximo antes que eles cheguem.

E têm razão. Na minha opinião a única saída é atacá-las. Se as forças da guerrilha não tiverem chegado às zonas onde as companhias estiverem operando, é necessário criar uma força clandestina que ponha bombas e provoque baixas e assim por diante para convencer essas companhias.

Sempre que haja calma e segurança não é possível detê-las. É necessário criar-lhes condições de insegurança.

Se vocês se lembram, eu disse-vos que falei com um Secretário da Embaixada americana em Conacri. Ele foi ao meu gabinete para tratar de outros assuntos, mas discutimos a questão da presença da Continental e da ESSO nos mares do meu país. Eu disse-lhe que considerávamos essa presença uma atitude inamistosa dos Estados Unidos para com o nosso povo. Ele respondeu "Oh não, não há nada que possamos fazer através do nosso governo porque se trata de uma companhia privada. Mas veja, Sr. Cabral, esta companhia gostaria muito de ser a primeira porque quando vocês forem independentes, ela será a primeira a lá estar" (risos) Eu disse-lhe: "Você é cristão. Deve lembrar-se que Cristo disse, talvez o primeiro será o último" (gargalhadas). Ele não ficou muito contente com isso...

10.

A CULTURA, FONTE INESGOTÁVEL DE VALENTIA, ENERGIA FÍSICA E MORAL DO POVO *

É evidente que uma multiplicidade de categorias sociais e, em particular, de etnias, torna mais complexa a definição do papel da cultura no movimento de libertação. Mas esta complexidade não pode e não deve diminuir a importância decisiva, no desenvolvimento deste movimento, do caráter de classe da cultura nas categorias urbanas e sociedades rurais hierarquizadas, o que deve ser tido em consideração, mesmo quando a luta de classes ainda se encontra em estado embrionário. Mostra a experiência que, perante a necessidade de uma opção política, exigida pela contestação da dominação estrangeira, as categorias privilegiadas, na sua maioria, colocam os seus interesses imediatos de classe acima dos interesses de grupo ou da sociedade, contra as aspirações das massas populares.

* Excertos do discurso proferido na reunião do Conselho Científico do Instituto da África da Academia das Ciências da URSS, por ocasião da atribuição do diploma "Honoris Causa", 23 de dezembro de 1972.

... Ao longo da luta de libertação surgem numerosos problemas bastante complexos e pouco estudados. O importante é enfrentá-los e resolvê-los, partindo do princípio que a luta de libertação só sairá vitoriosa se conduzida com base no conhecimento da realidade concreta do país onde se desenrola. E um elemento essencial e permanente nesta luta é a cultura do povo.

Uma avaliação correta do papel da cultura no movimento de libertação exige que se estabeleça uma distinção entre cultura e manifestações culturais. A cultura é a síntese dinâmica da realidade, ao nível da consciência do indivíduo, da coletividade ou de um grupo humano, das relações existentes entre as categorias sociais nessa sociedade. As manifestações culturais são as diferentes formas em que individual ou coletivamente se exprime esta síntese em cada etapa da evolução da sociedade ou do grupo humano em questão.

Verifica-se que a cultura é o próprio fundamento do movimento de libertação e que somente as sociedades que preservam a sua cultura são capazes de se mobilizar, organizar e lutar contra a dominação estrangeira. A cultura, qualquer que seja a característica ideológica ou idealista da sua expressão emerge como fator indispensável do processo histórico. É nela que reside a capacidade de elaborar ou de fecundar elementos que asseguram a continuidade da história e, ao mesmo tempo, determinam as possibilidades de progresso ou retrocesso da sociedade.

Consequentemente o domínio imperialista, ao rejeitar o progresso histórico da sociedade explorada, acaba por negar o seu progresso cultural. Por isso a sociedade que efetivamente se liberta do jugo estrangeiro retoma as vias ascendentes da sua própria cultura, sendo esta alimentada pela realidade vivida. Essa mesma cultura rejeita tanto a influência nociva das culturas estrangeiras como qualquer subordinação em relação a elas.

Vê-se, assim, que a luta de libertação é, antes de tudo, *um ato de cultura*. Daí a necessidade de o movimento de libertação atribuir uma importância primordial às características gerais da cultura, não apenas da sociedade dominada, mas também de cada categoria social. A posição e o

comportamento de cada categoria ou de cada indivíduo perante a luta e o seu desenvolvimento são, decerto, ditados pelos seus interesses económicos, mas também profundamente influenciados pela sua cultura. Mas pode-se mesmo afirmar que a diferença de nível de cultura explica os diferentes comportamentos dos indivíduos de uma mesma categoria social perante o movimento de libertação.

É evidente que uma multiplicidade de categorias sociais e, em particular, de etnias, torna mais complexa a definição do papel da cultura no movimento de libertação. Mas esta complexidade não pode e não deve diminuir a importância decisiva, no desenvolvimento deste movimento, do carácter de classe da cultura nas categorias urbanas e sociedades rurais hierarquizadas, o que deve ser tido em consideração, mesmo quando a luta de classes ainda se encontra em estado embrionário. Mostra a experiência que, perante a necessidade de uma opção política, exigida pela contestação da dominação estrangeira, as categorias privilegiadas, na sua maioria, colocam os seus interesses imediatos de classe acima dos interesses de grupo ou da sociedade, contra as aspirações das massas populares.

Com isto não se deve esquecer que a cultura integra tanto elementos essenciais como secundários, forças e fraquezas, virtudes e defeitos, aspectos positivos e negativos, fatores de progresso e de estagnação.

Seja qual for a complexidade deste panorama cultural, o movimento de libertação necessita de reconhecer e definir os dados contraditórios para preservar os valores positivos e fazer confluír esses valores no sentido da luta, no quadro de uma nova dimensão, a dimensão nacional. É necessário igualmente sublinhar que é apenas no decurso da luta que a complexidade e a importância dos problemas culturais se revelam em toda a sua amplitude. Isto faz com que a estratégia e a tática se rendam às exigências da realidade que só a luta é capaz de desvendar. Ademais, só a luta patenteia como e em que grau a cultura se revela fonte inesgotável da valentia, da energia física e moral para as massas populares e em que medida ela cria estorvos, dificuldades, erros, irresponsabilidade e baixas no ritmo e na eficácia da luta.

No decurso da luta os dirigentes do movimento de libertação, na maioria provenientes dos centros urbanos (pequena burguesia e trabalhadores assalariados) e as massas populares (principalmente camponeses) prosseguem e aumentam o seu nível cultural: passam a conhecer melhor a realidade do seu país, libertando-se dos complexos e preconceitos de classe, adquirem uma visão mais ampla do mundo, rompem barreiras étnicas,

fortalecem a sua consciência política, participam com maior entusiasmo na vida do seu país e do mundo.

Como é de conhecimento geral, qualquer que seja a forma que adotar, a luta exige a mobilização e a organização da maioria esmagadora da população, a unidade política e moral das diversas categorias sociais, a eliminação progressiva das sobrevivências da mentalidade tribal e feudal, a rejeição das regras e tabus sociais e religiosos incompatíveis com o carácter racional e nacional do movimento da libertação; essa luta fomenta ainda muitas outras mudanças na vida do povo. A luta da libertação requer a materialização dos princípios democráticos, da crítica e autocrítica, o envolvimento cada vez maior da população na gestão da sua própria vida, a liquidação do analfabetismo, a criação de escolas e estruturas de saúde, a preparação de quadros entre operários e funcionários. Ela promove uma marcha acelerada da sociedade rumo ao progresso cultural. Isto demonstra que a luta de libertação não é apenas uma manifestação cultural, mas também *fator de cultura*.

No seio da sociedade autóctone, a luta da libertação atua no sentido de levar à criação de uma unidade gradual, mas sólida, correspondente à unidade moral e política, indispensável ao desenvolvimento da luta. Uma vez rompido o hermetismo dos diferentes grupos, a agressividade de carácter racial, tribal e étnico tende a decrescer e a ceder lugar à compreensão mútua, à solidariedade e ao respeito recíproco entre diferentes sectores horizontais da sociedade reunidos pelo destino comum e pela luta contra a dominação estrangeira, quer dizer, por sentimentos de que as massas populares rapidamente tomam consciência, a não ser que o oportunismo político, próprio das camadas sociais médias, entrave este processo. Podemos constatar a confluência dos interesses dos grupos e da evolução da sociedade em geral no sentido do progresso universal, em função das novas coordenadas históricas. Só uma intensa e produtiva atividade política — o elemento fundamental da luta — poderá definir a trajetória e os limites dessa evolução, bem como a sua continuidade.

A partir do momento em que a luta se torna um fator irreversível a despeito das tentativas do colonizador de a sufocar, opera-se uma mudança qualitativa da opinião pública na metrópole, que paulatinamente vai aceitando a probabilidade e até a inevitabilidade da independência da sua colónia. Tal mudança reflete o reconhecimento — consciente ou não — do facto de o povo colonizado em luta ter identidade e cultura próprias. Isto ocorre a despeito de uma minoria ativa agarrada aos seus interesses

e preconceitos persistir em rejeitar o direito desse povo à independência e refutar a ideia da equivalência das culturas que esse direito implica. É essa equivalência que as próprias potências colonialistas reconhecem implicitamente quando, procurando desviar a luta dos seus verdadeiros objetivos, recorrem a novas formas de domínio, através de políticas falaciosas de “promoção económica e social”, de “desenvolvimento cultural”. Com efeito, se o neocolonialismo é, antes de mais nada, a continuação camuflada do domínio imperialista através de um poder político autóctone, não é menos verdade que ele é, igualmente, o reconhecimento tácito, pela potência colonial, da identidade do povo dominado, o que exige a materialização de uma direção política própria, para satisfazer os requisitos e necessidades culturais.

Convém igualmente sublinhar que a opinião pública das metrópoles, ao admitir a existência da originalidade e da cultura no povo colonial e, por conseguinte, o seu direito inalienável à autodeterminação e independência, realiza um progresso notável de ordem cultural, desembaraçando-se de um elemento negativo da sua cultura, o preconceito da superioridade da nação colonialista sobre a nação colonizada. Este progresso pode trazer consequências importantes e, mesmo, decisivas para a evolução política da potência imperialista ou colonial, o que é demonstrado por numerosos factos históricos.

As coordenadas da cultura, assim como as de qualquer fenómeno em evolução, variam no tempo e no espaço. A cultura, como a história, é um fenómeno dinâmico, estreitamente ligado à realidade económica e social, ao nível das forças produtivas e ao modo de produção da sociedade que a originou. Eis porque a cultura — criação da sociedade, síntese dos equilíbrios e das decisões que ela engendra para sair dos conflitos em cada fase da história — é uma realidade social que não depende da vontade das pessoas, da cor da sua pele, do contorno dos seus olhos ou das fronteiras geográficas.

A apreciação correta do papel da cultura no movimento de libertação exige que ela seja vista numa perspectiva global e nos laços internos dos fatores que a determinam.

Para que a cultura desempenhe um papel relevante no movimento de libertação, este deve definir claramente os objetivos a atingir pelo povo que representa e dirige, no sentido de se tornar o dono da sua própria história, para ter o direito de gerir livremente as suas forças produtivas a favor do desenvolvimento ulterior de uma cultura mais rica, popular, nacional, cien-

tífica e universal. Para o movimento de libertação, mais importante do que provar a especificidade ou não da cultura do povo, é fazer uma análise crítica dessa cultura em conformidade com as exigências da luta e do progresso e considerá-la, sem complexos de superioridade ou de inferioridade, como parte integrante da civilização universal e do património comum da humanidade, visando uma comunhão harmoniosa com o mundo contemporâneo.

Sendo a mais complexa manifestação da força e da dignidade de um povo, a luta de libertação enriquece a cultura e abre perante ela novas perspectivas de desenvolvimento. As manifestações culturais impregnam-se de novo conteúdo e procuram novas formas de se exprimir. Deste modo convertem-se em arma potente de informação e formação política, não só na luta pela independência, como também na decisiva batalha pelo progresso.

GLOSSÁRIO

- Arroz de pampam* – arroz de sequeiro, cultivado sobretudo pelos fulas nos terrenos de planalto
- Badjudá* – Rapariga jovem e solteira
- Bolanha* – planície alagadiça onde se cultiva o arroz
- Chão* – terra de naturalidade, território, país
- Djarama* – obrigado
- Djila ou Djula* – comerciante ambulante
- Grigri* – talismã, amuleto com versículo do Alcorão escrito em papel
- Irã* – divindade animista, espíritos que podem ser protetores ou maléficos
- Lala* – espaço plano, rodeado de árvores, onde se pode plantar arroz
- Mandjuandade* – grupo de pessoas da mesma geração (mandjuas) ou sexo
- Marão* – mar encapelado, com ondas de 1 a 2 metros
- Mezinho* – amuleto, pequeno objeto com poder mágico
- Morança* – conjunto de habitações duma família alargada
- Mouro* – feiticeiro, curandeiro muçulmano
- Polon (poilão)* – árvore de grande porte, considerada sagrada e objeto de culto na Guiné
- Tabanca* – povoação, aldeia, na Guiné
- Tuga* – forma reduzida de portuga (português)

AMÍLCAR CABRAL

A LUTA CRIOU RAÍZES

INTERVENÇÕES . ENTREVISTAS . REFLEXÕES . ARTIGOS
1964 -1973

